MARIA CRISTINA BARBOT CAMPOS E MATOS

# A ECONOMIA DA PEQUENA AGRICULTURA NO NOROESTE PORTUGUÊS

## ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Doutor na Faculdade de Economia do Porto

PORTO 1991

MARIA CRISTINA BARBOT CAMPOS E MATOS

# A ECONOMIA DA PEQUENA AGRICULTURA NO NOROESTE PORTUGUÊS

## ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Doutor na Faculdade de Economia do Porto

PORTO 1991

*à memória de meu Pai*

## AGRADECIMENTOS

Torna-se impossível agradecer a todas as pessoas e entidades que, directa ou indirectamente, contribuiram para a realização desta tese. Por isso, apenas referirei as principais.

Em primeiro lugar, um grande obrigado ao Professor José Madureira Pinto, que assumiu desde o início a orientação da tese, tarefa na qual se revelou sempre incansável.

O apoio do Professor Alberto de Castro, através de numerosas sugestões, foi extremamente valioso.

E não poderei também esquecer a contribuição do Professor António Figueiredo, a quem fiquei a dever muito, ao longo de anos de trabalho nesta Faculdade.

Na análise estatística fui auxiliada pelo Licenciado Paulo Teles, Assistente desta Faculdade, que dedicou um grande esforço a este trabalho, nomeadamente quanto à análise de dados. Um obrigada também ao Professor Luís Santos, que me auxiliou nos métodos econométricos.

Agradeço à Câmara Municipal de Fafe, e em especial ao seu Presidente, a sua colaboração, sem a qual este trabalho ficaria seriamente comprometido. Tal colaboração consistiu na cedência de duas jovens, em "Ocupação de Tempos Livres", para a realização de inquéritos a agricultores. De facto, sem a correspondente pesquisa empírica esta tese não seria concluída.

Ao Conselho Científico, por me ter proporcionado as condições necessárias à realização desta tese, através da concessão de equiparação a bolseira e de outros formas.

Ao Conselho Directivo, e ao seu Presidente, Professor Manuel Baganha, por um apoio sempre prontamente prestado, em meios diversos.

A todos os funcionários da Biblioteca, pela sua disponibilidade e simpatia.

À Maria Odete, que, com paciência e boa vontade me ajudou na composição e impressão da tese.

À Mafalda e à Cristina, que, apesar do calor, das distâncias e de outras dificuldades, se dedicaram a uma exemplar elaboração de inquéritos.

ÍNDICE


INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO UM: O Espaço Integrador da Pequena Exploração de Hoje 8

1.1. Introdução 8

1.2. O Factor Idade:os Jovens como Potenciais Inovadores 11

1.2.1. A Difusão do "Moderno" e a sua Adopção pelos Jovens: os Contextos de Aprendizagem 12

1.2.2. As Manifestações:Algumas Evidências 18

1.2.2.1. As Aspirações:Perspectivas perante a Actividade Agrícola 18

1.2.2.2. As Condições de Trabalho 20

1.2.2.3. O Consumo 21

1.2.3. Implicações e Hipóteses 23

1.2.4. Os Jovens e o Enquadramento Institucional da Actividade Agrícola 24

1.3. Outros Potenciaias Inovadores : Comportamentos "Desviantes" ou Modernizadores? 26

1.3.1. O Problema 26

1.3.2. Tipologias de Inovação na Agricultura 28

1.3.3. Os Grupos Inovadores, a Relação com o Meio e a Dinâmica da Inovação 31

1.3.4. Evidências:Grupos Tradicionais e Grupos Modernos 33

1.3.5. Os Potenciais Inovadores no Noroeste Português 36

1.3.5.1. Os Emigrantes 37

1.3.5.2. Os Retornados das Ex-colónias 41

1.3.5.3. Os Pluriactivos 43
1.3.5.4. Rendeiros e Agricultores por Conta Própria 46
1.4. O Carácter Familiar das Pequenas Explorações:Relações Familiares e Relações Económicas 48
1.4.1. O Confronto em Causa 48
1.4.2. A Economia da Família 49
1.4.3. O Consumo 50
1.4.4. A Eficiência do Trabalho 52
1.4.5. O Património 54
1.4.6. A Família no Meio Rural:Evidências da Transformação Recente das Relações Familiares 55
1.5. Algumas Conclusões 57

CAPÍTULO DOIS: Abordagens da Problemática da Pequena Agricultura 61
2.1. Os "Clássicos":de Lenine a Chayanov 61
2.1.1. Lenine e as Soluções Fatalistas 61
2.1.2. Kautsky : "Pequena Exploração" versus "Grande Exploração" 63
2.1.3. Chayanov e a Teoria da Economia Camponesa 68
2.1.3.2. O Comportamento das Explorações Camponesas: uma Breve Apreciação da Teoria de Chayanov 71
2.1.3.3. Chayanov e o Mundo Ocidental 78
2.2. As Abordagens Recentes 79
2.2.1. Breve Introdução 79
2.2.2. Os Ataques às Teses Marginalistas 84

2.2.3. Estruturas, Comportamentos e Performances na Pequena Agricultura 90
2.2.3.1. As Correntes Dominantes 90
2.2.3.2. Alguns Apontamentos sobre o Enquadramento Económico da Pequena Agricultura no Noroeste Português 96
2.2.3.3. Comportamentos e Performances 101
2.2.3.3.1.A Definição de Objectivos 101
2.2.3.3.2.A Composição da Produção 105
2.2.3.3.3.Especificidades dos Inputs Agrícolas: Técnicas e Práticas 109
2.2.3.3.4.Decisões de Investimento e Estrutura Interna das Explorações 113
2.2.3.3.5.O Consumo 118
2.2.3.3.6.A Pluriactividade 121
2.2.3.4. Conclusões:Relações entre Estrutura,Comportamentos e Performances 127
2.3. De Novo a Racionalidade Camponesa: Reconsiderações 129
2.3.1. Introdução 129
2.3.2. A Racionalidade Económica 131
2.3.2.1. A Racionalidade enquanto Motivação 132
2.3.2.2. A Racionalidade Instrumental 135
2.3.2.3. A Consistência de Escolhas 140
2.3.3. Racionalidade Camponesa e Teorias da Racionalidade 141
2.3.4. Do Lado da Sociologia:A Abordagem de Bourdieu 143
2.3.5. A Racionalidade Selectiva 147

2.3.5.1. A Racionalidade Individual 147
2.3.5.2. A Teoria de Leibenstein e a Racionalidade Camponesa 150
2.3.5.3. A Racionalidade em Grupo 152

CAPÍTULO TRÊS: As Estratégias Económicas dos Pequenos Agricultores:Algumas Contribuições para o seu Estudo 156
3.1. O Processo de Decisão e o Comportamento da Empresa Agrícola 156
3.1.1. Introdução 156
3.1.2. Vias de Análise 159
3.1.3. A Selecção de um Grau de PR 161
3.1.4. A Diferenciação de Comportamentos 163
3.1.4.1. Os Jovens: Propensões, Aspirações e Grau de Racionalidade 165
3.1.4.2. Os Grupos Tradicionais 172
3.1.4.3. Outros Grupos:Algumas Considerações 176
3.1.5. De Novo a Abordagem de Leibenstein 178
3.2. A Eficiência da Economia da Pequena Exploração Familiar 181
3.2.1. Nota Introdutória 181
3.2.2. As Condições de Eficiência de Trabalho Segundo Leibenstein 183
3.2.3. A Eficiência da Família Agrícola 188
3.3. Síntese de Conclusões 198

CAPÍTULO QUATRO: O Concelho de Fafe: Especificidades
e Evidências Empíricas 204
4.1. O Concelho de Fafe como Área de Pesquisa Empírica 204
4.2. O Concelho de Fafe no Conjunto do Distrito de Braga 205
4.3. População Residente e População Activa 209
4.4. A Agricultura no Concelho de Fafe 211
4.4.1. População Agrícola, Trabalho Familiar e Técnicas Utilizadas 212
4.4.2. Actividade na Exploração e Pluriactividade 217
4.4.3. Formas de Exploração e Situações de Classe 222
4.5. Dados Estatísticos 224
4.6. Tipologias Propostas e População Agrícola do Concelho de Fafe 235

CAPÍTULO CINCO: Síntese das Perspectivas Teóricas e Orientação da Pesquisa Empírica 243
5.1. As Relações em Causa 243
5.2. Tipologia de Comportamento de Chefia de Exploração 244
5.3. Tipologia Sócio-Familiar e Níveis de Eficiência 248

CAPÍTULO SEIS: Resultados da Pesquisa Empírica 250
6.1. Comentários Prévios 250
6.1.1. A População Abrangida 250
6.1.2. Alguns Resultados 255
6.2. O Processo de Decisão e o Comportamento a Pequena Empresa Agrícola 259

6.2.1. Considerações Iniciais 259
6.2.2. Análise Estatística 269
6.2.2.1. A Distribuição das Variáveis 270
6.2.2.2. As Relações entre as Variáveis 278
6.2.2.3. Análise Factorial das Correspondências 290
6.2.2.4. A Influência da Idade nos Comportamentos 294
6.2.2.5. Análise da Pluriactividade 296
6.3. Análise da Eficiência do Trabalho 304
6.3.1. Objectivos da Pesquisa e População Inquirida 304
6.3.2. Alguns Resultados 305
6.3.3. Análise Estatística 308
6.3.4. Conclusões 310
CONCLUSÕES 315
BIBLIOGRAFIA 325
ANEXO 1 339
ANEXO 2 345
ANEXO 3 358
ANEXO 4 375

# INTRODUÇÃO

O estudo das estratégias económicas das pequenas unidades agrícolas familiares, no noroeste português, torna-se hoje muito importante, não só devido ao contributo destas unidades para a produção agrícola nacional (1), mas também, e em especial no contexto actual de integração na Comunidade Económica Europeia (2), em função das reconversões que tais explorações são conduzidas a efectuar, em face de alterações de vulto nas condições de mercado.

Conhecer e explicar os comportamentos deste tipo de agricultores, largamente predominante no Norte e Centro de Portugal, permitiria alcançar algum grau de previsão em relação às suas respostas aos diversos tipos de incentivos, dando lugar a um melhor equacionamento das medidas de política agrícola.

No entanto, e como oportunamente justificarei, as abordagens económicas da pequena agricultura, sobretudo aquelas que se referem ao comportamento dos agentes (as análises microeconómicas) têm-se revelado escassas e parciais. Significa isto que hoje em dia não se dispõe de uma teoria dos comportamentos económicos dos pequenos agricultores, mas apenas de alguns contributos parcelares (3).

Esta questão parece-me extremamente relevante, e não apenas por uma (certamente que justificada) curiosidade científica. É que continuam a ser aplicados em Portugal programas com vista à melhoria da eficiência deste tipo de explorações sem se dispôr de um instrumento teórico sólido

que suporte tal aplicação. Apesar de alguns muito recentes contributos, de mérito indiscutível (4), parece que os responsáveis pela investigação na matéria "acordaram tarde".

As questões que se colocam são múltiplas e variadas.

Pretende-se (e é crucial) que as pequenas explorações agrícolas se modernizem. Mas em que condições se decidem os agricultores a inovar? Ou antes, o que determina o investimento, o que determina a inovação? Que explorações se modernizam? Todas, ou será que algumas explorações (ou alguns agentes) possuem maior propensão à modernização? Qual o sentido, e qual o significado de inovação, nos dias de hoje, no Norte de Portugal?

As opiniões dividem-se quanto ao apoio às explorações pluriactivas, tão numerosas na região. Mas que tipo de comportamento, que tipo de resposta às alterações de mercado se poderá esperar delas?

Estas são algumas das questões fulcrais que se põem hoje em relação à pequena agricultura.

Obviamente que está longe de mim a pretensão de apresentar uma teoria do comportamento deste tipo de agentes económicos. Mas espero, com este trabalho, fornecer a minha modesta contribuição para a temática. Tal será feito fundamentalmente, penso eu, sugerindo formas alternativas de colocar a análise de um sector para o qual não foram certamente "desenhados" os modelos microeconómicos mais divulgados.

Do ponto de vista teórico, o primeiro (e decisivo) passo a dar consiste em referir a análise ao espaço rural actual, ou seja, considerar que as

decisões económicas são tomadas num contexto muito específico, onde se interligam determinantes da mais diversa ordem, e que, no caso, é constituído pelo contexto global do Entre Douro e Minho de hoje.

Não se pode ignorar que aí a transformação do espaço rural tem sido feita, ao longo do tempo, pela integração das colectividades rurais nos contextos regional, nacional e mundial, através do mercado, o que tem pressuposto um conjunto de influências "(...) emanado dos meios urbano-industriais da nossa sociedade, produzindo a incorporação nos seus sistemas daquilo que, até agora, não tinha sido incorporado, [sendo que] a força condutora mais importante é o complexo do mercado (...) aumentado pela expansão natural das burocracias (...)" (Pearse, 1968, pp. 70/71).

A referência da análise ao contexto concreto implica que o retrato idílico do pequeno camponês, vivendo em comunidades isoladas, e protegido de influências "nefastas", já não se revela adequado. Nem tão pouco se tornam aplicáveis concepções teóricas que consideram a agricultura familiar como comportando-se de modo idêntico a qualquer outra unidade económica, quer dizer, tomando decisões que têm em vista a maximização dos seus lucros.

A seu tempo, discutirei estes dois tipos de análises, e a respectiva adequação ao tema proposto. Para já, pretendo insistir no espaço no interior do qual se desenrolam os actos económicos dos pequenos agricultores.

Considerar a realidade rural de hoje como uma situação intermédia, uma espécie de etapa de alguma "transição", não me parece também ser a solução. Com efeito, nada garante que o mundo rural esteja a ser conduzido

a um "mundo de modernidade". Não se trata de uma etapa "rostowiana" (5), nem de ilhas imperturbáveis de modernidade no meio de um mar de atraso, como sugeriu Lewis (1954) a propósito do subdesenvolvimento.

O que parece acontecer é que as alterações do espaço social rural têm vindo a produzir a dissolução de "(...) alguns dos seus elementos, funções e equilíbrios sociais tradicionais [ mas que ] (...)transformados / «desfigurados» ou *recontextualizados*, outros subsistem" (Madureira Pinto, 1985, p. 86).

Isto significa que um conjunto de novas influências, proveniente dos meios urbanos, se impõe, não com a mesma "roupagem" do seu espaço de origem, mas adaptado ao espaço rural, dissolvendo "velhos" elementos, equilíbrios e funções, ou promovendo a sua subsistência com outras formas ou em outros contextos.

O fenómeno é muito diferente de uma simples transição, ou de um caso de dualismo.

Aparentemente, o "novo" infiltra-se mais rápida e facilmente no campo da reprodução do que no da produção. Relativamente à produção, novo e velho parecem combinar-se e recontextualizar-se, pelo menos tanto quanto a evidência empírica tem sugerido.

Uma primeira observação aponta para que, então, o pequeno agricultor assumiu que já não produz apenas (e que produz cada vez menos) para o seu consumo e para o da sua família. Mas não assumiu integralmente que *está* no mercado. Não é talvez capaz de medir a extensão do fenómeno "em que se meteu", o qual o obriga, para ter sucesso, a estar sempre

informado, a mudar constantemente. Dir-se-ia que, em termos de racionalidade, optou pelo "velho", inserindo-o no novo contexto. Compra e vende, mas continua a não registar as suas receitas e as suas despesas.

A evidência sugere, numa primeira aproximação, *um desfasamento entre a prática corrente de produção e de tecnologia utilizada e a racionalização dessa mesma prática*, ou seja, a interiorização de todas as implicações que, ao nível da decisão e da execução, essa prática deveria envolver.

Sustentar esta afirmação significa justificar o contraste existente entre a prática do agricultor e a racionalidade que lhe é imputável.

Por outro lado, será que esta questão se equaciona de forma idêntica para todos os agentes, o que equivale a uma uniformidade de comportamentos, ou poder-se-á, pelo contrário, esperar que os comportamentos sejam diferenciados? Se esta hipótese encontrar indícios de confirmação, então, que agentes estarão mais propensos a inovar, a modernizar as suas explorações?

Um outro problema liga-se à eficiência das pequenas explorações agrícolas. Com efeito, torna-se necessário que a sua produtividade aumente, mas não existirão condições específicas em relação à eficiência destas explorações, que têm a particularidade de constituirem empresas familiares?

O comportamento económico das pequenas unidades agrícolas familiares, a racionalidade fundamentadora das suas decisões, e as condições da sua eficiência constituem, assim, o tema deste trabalho. Para o prosseguir, foi seleccionado o seguinte percurso de análise:

- Estudo das transformações sociais no campo, procurando dar conta do "estado actual", o qual não será nem o isolamento, nem a "modernidade absoluta".

- Introdução na análise da problemática da família, incluindo uma apreciação das abordagens da recente Economia da Família.

- Revisão dos contributos da teoria económica para a abordagem dos comportamentos em pequena agricultura, tentando estruturar um conjunto diversificado de análises e averiguando da sua pertinência e da sua adequação para o caso em estudo.

- Discussão das teorias da racionalidade económica, sua adequação ao estudo da chamada "racionalidade camponesa", e incorporação de algumas contribuições pertinentes.

- Formalização de uma proposta de análise dos comportamentos e da eficiência das pequenas explorações, através do estabelecimento de tipologias estruturais.

- Aplicação da referida proposta ao terreno, através de inquéritos / entrevistas a agricultores, numa freguesia do Entre Douro e Minho. Após o conveniente tratamento estatístico dos dados recolhidos, eventual confirmação das tipologias de comportamento, e conclusões.

NOTAS :

(1) No Entre Douro e Minho, as explorações com menos de 4 hectares representavam, em 1979, 90.3% do total das explorações e 42.1% da área total (DRAEDM, 1989).

(2) Contexto que representa uma aceleração da integração no mercado, fenómeno a que se vinha assistindo há algumas décadas.

(3) Excepção feita à obra de Chayanov, que adiante será comentada.

(4) Refiro-me, concretamente, à obra de Avillez e outros (1989), entre outras contribuições.

(5) Rostow (1960).

# CAPÍTULO UM

## 1. O Espaço Integrador da Pequena Exploração de Hoje: Transformações Sociais nos Campos

### 1.1. Introdução

Foi adoptada a perspectiva de que, no mundo rural de hoje, se interpenetram elementos (sociais, económicos, ideológicos, políticos, culturais, etc) tradicionais, e elementos emanados dos meios urbanos. O espaço social rural é, assim, um espaço transformado de fora, sendo, ao mesmo tempo, um espaço em transformação. Convém, então, precisar de que modo, e através de que processos, os elementos vindos de fora se substituem, em maior ou menor grau, aos elementos anteriores, alterando as formas tradicionais, e criando nos agricultores maneiras específicas de conhecer, de julgar e de agir. Mais precisamente, há que definir como são adquiridas as disposições que geram estas maneiras específicas, através de que veículos e por que processos, e ainda como estes "existem" interiorizados nos indivíduos.

Considera-se que "(...) adjacentemente a quaisquer práticas sociais - tenham elas ou não finalidades pedagógicas expressas -, existe sempre a produção estruturada (o que não quer dizer mecanicamente determinada) de um efeito de socialização" (Madureira Pinto, 1988, p.2). "O processo de socialização envolve, entre outras componentes, transmissão de saberes, isto é, transmissão de um conjunto de procedimentos e produtos do

conhecimento (teóricos ou práticos), dotados de diversos graus de explicitação (desde o da articulação formalizada de conceitos ao dos mais insensíveis automatismos e disposições pragmáticas), cuja eficácia social resulta em boa medida de serem memorizáveis e transponíveis de acordo com a especificidade das situações e conjunturas vividas pelos seus portadores" (idem,ibidem, p.3).

A transmissão de saberes é proporcionada através de diversos contextos (família, círculo de amigos, vizinhança / comunidade, escola, meio profissional, etc), contextos que "ensinam" ao indivíduo formas de conhecer, julgar e agir.

O indivíduo está munido de um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como matriz de percepção, de julgamento/avaliação e de acção (Bourdieu, 1980), o habitus. É, pois, através do processo de socialização que se forma, e se altera constantemente o habitus.

Com efeito, "os ajustamentos que se impõem incessantemente pelas necessidades de adaptação a situações novas e imprevistas, podem determinar transformações duráveis do habitus, mas que permanecem dentro de certos limites : entre outras razões porque o habitus define a percepção da situação que o determina" (Bourdieu, in Accardo e Corcuff, 1986, p. 58).

O que não significa que o saber estar social não seja susceptível de alterações profundas, tendo sempre em conta que a aprendizagem é uma absorção filtrada.

Por outro lado, é também verdade que "se todos os agentes duradouramente colocados perante condições de existência homogéneas e submetidos a homogéneos condicionamentos sociais por elas impostos são dotados de disposições tendencialmente homogéneas, também há lugar para se falar em *habitus de classe* e *de fracção de classe*" (Madureira Pinto, 1981, pp. 201/202).

A transformação do mundo rural constitui-se numa série de processos que promovem a socialização, em conjunto com os processos tradicionais (a família, a colectividade, a religião), de forma específica para grupos ou fracções de classe diferenciados, criando, alterando e mantendo os respectivos habitus.

Isolar esses grupos ou fracções de classe que, por terem estado e estarem sujeitos a contextos de aprendizagem social relativamente homogéneos, constitui um primeiro passo para a abordagem que proponho.

Partindo do princípio de que, se antes da integração mercantil da economia camponesa, o que equivale (1) a dizer, antes da transformação social nos campos, existia uma certa homogeneidade e estabilidade nos contextos de aprendizagem social (2), e, portanto, do habitus, hoje o mesmo não acontece.

Uma análise da realidade rural actual sugere que se podem distinguir aí grupos ou fracções de classe com formas (disposições) de perceber, julgar e agir mais ou menos homogéneas, e que isso resulta da exposição a contextos de aprendizagem social particulares.

Uma primeira partição, que adiante será problematizada, referenciará os jovens e os velhos. Uma segunda distinguirá aqueles que se mantiveram isolados na comunidade de outros cujo processo de socialização se desenvolveu também em contextos exteriores, da fábrica à cidade, ou ao estrangeiro.

## 1.2. O Factor Idade : os Jovens como Potenciais Inovadores

A teoria económica, baseada no pressuposto do universalismo dos comportamentos, nunca teve em conta diferenciações dos mesmos de acordo com o factor idade. Jovens e não jovens procedem identicamente na busca do máximo lucro.

Contribuições mais recentes podem ter evidenciado, ainda que implicitamente, a importância do factor idade. Por exemplo, quando Hirschman (1981) se refere à necessidade de incorporação nas análises económicas de outras motivações, como o gosto pela aventura e pelo saber, será de acrescentar que muitas destas motivações, sobretudo a curiosidade, o gosto pela informação, a maior disposição para a novidade, e para o risco, estão mais frequentemente presentes nos jovens.

Quanto às medidas de política económica, elas têm mostrado, porém, que se acredita no potencial dos jovens como empresários inovadores e eficientes. Os diversos incentivos aos jovens empresários em início de actividade, nomeadamente aos jovens agricultores (Regulamento (CEE) 797 /85), são disso exemplo. Espera-se que os jovens apresentem um maior

dinamismo, que inovem, que adaptem as suas explorações às condições técnicas e de mercado vigentes. Não existe nenhuma base teórica nesta expectativa, mas, apenas, razões de senso comum impõem desvios importantes (por exemplo, em termos de subsídios) para as explorações geridas por jovens.

A questão que se coloca, então, é a de averiguar se os trajectos específicos da juventude rural a colocam numa posição também específica relativamente às suas disposições e aspirações, determinantes da sua racionalidade. Deste ponto de vista, interessa destacar aquelas disposições e aspirações que se referem ao processo de decisão e de gestão da exploração, quando os jovens estão já colocados na sua chefia. Ou, não o estando, importa averiguar das suas expectativas relativamente à exploração, e, ainda, da eficiência com que executam as tarefas agrícolas.

### 1.2.1. A Difusão do "Moderno" e a sua Adopção pelos Jovens: os Contextos de Aprendizagem

Como já se referiu, um conjunto de influências provenientes dos meios urbanos atingiu os campos, incorporando crescentemente e por uma multiplicidade de vias as populações rurais.

Em algumas camadas dessas populações produziram choques, criaram sentimentos de inferioridade conducentes ao desprezo pela sua própria cultura (Durston, 1982), à «vergonha cultural» (Madureira Pinto, 1986), assistindo-se a fenómenos de rejeição e de refúgio nas formas de

viver e de trabalhar tradicionais (o que é típico das camadas mais idosas), enquanto que, no caso dos jovens, se dá uma absorção voluntária e a-crítica, quando não amplificada, da modernização.

De uma forma esquemática, pode dizer-se que, há algumas décadas, antes da difusão do "moderno" nos campos, os principais contextos de aprendizagem social eram coincidentes quanto às disposições gerais, e às aspirações que inculcavam.

O contexto familiar impunha ao indivíduo disposições, saberes, e operadores simbólico-ideológicos próprios e conformes aos equilíbrios fundamentais da colectividade. A escola, quando era frequentada, resumia-se a um ensino primário, na maior parte dos casos incompleto. E o professor, normalmente inserido no meio local (Champagne, 1986), promovia a consolidação das disposições, saberes e aspirações já transmitidos pela família.

O contexto profissional constituia mais um prolongamento da aprendizagem familiar, desde o trabalho na exploração do pai, ao casamento e estabelecimento em exploração própria.

Havia, então, uma congruência entre os contextos de aprendizagem social, e a sua unidade permitia falar de uma cultura camponesa, de um habitus específico.

Entretanto, essa unidade foi rompida por muitos factores cuja conjugação implicou alterações estruturais na aprendizagem social.

Os jovens dos meios rurais estão hoje numa situação bem diferente daquela em que os seus pais estavam há algumas décadas. Estes tinham

apreendido a ser os "continuadores" da exploração, em moldes que há muito eram praticados. Hoje, as condições de mercado alteraram-se, oferecendo outras oportunidades profissionais; e, por outro lado, as aspirações mudaram também.

Se o contexto familiar tende a veicular o mesmo tipo de aspirações sócio-profissionais que anteriormente (a agricultura e a sucessão na exploração) (3), tais modelos acabam por ser alterados em face dos outros contextos que se apresentam aos jovens.

O acesso a profissões alternativas torna-se bem conhecido e presente, através do exemplo de familiares e de outros membros da colectividade. O trabalho assalariado na fábrica é visto como um trabalho mais limpo, com horários, fins de semana e férias, e com uma maior possibilidade de convívio, contrastando com a actividade agrícola. Ele torna-se, talvez, o símbolo de um estatuto social superior.

Os meios de comunicação, especialmente a televisão, têm tido um importante papel na redefinição de valores. A divulgação de modelos de consumo, de modelos de vida, incluindo os relativos à profissão, actuam no sentido de alterar sensivelmente as aspirações que o contexto familiar tinha inculcado.

Mas talvez que o mais relevante contexto de aprendizagem "novo" seja constituído pela escola.

O prolongamento da escolaridade obrigatória representou, no meio rural português, uma importante alteração qualitativa em relação ao sistema anterior. O professor do ensino preparatório já não está inserido no meio

rural, mas vem de fora, a maior parte das vezes temporariamente, e constitui um veículo de divulgação do "mundo exterior".

Deste modo, na escola, para além da transmissão de saberes, "(...) é todo um sistema de disposições que também se difunde (...) por intermédio sobretudo do etos e dos rituais escolares, que se têm vindo a designar por curriculum oculto " (Madureira Pinto, 1988, p. 11).

Constituindo um espaço de socialização autónomo em relação à família, a escola envolve " (...) fenómenos de re-identificação de grupos de referência e estilos de vida que, ao nível do imaginário juvenil, tendem a fazer deslocar para cima o feixe de trajectos de mobilidade profissional considerados plausíveis (...)" (idem, ibidem, p. 14).

Por isso, não admira que os jovens estudantes rurais sejam aqueles que mais se referem à escola como um espaço de convívio, considerando-a, assim, como um espaço lúdico, de confronto e de descoberta de identidade (Ambrósio, 1985) (4).

Mas, no meio rural, após as horas escolares muitos jovens regressam à exploração, onde executam as tarefas agrícolas. Aí, de novo inseridos no meio familiar e profissional agrícola, torna-se muito forte o contraste com a aprendizagem veiculada pela escola.

A escola pode representar a libertação da família, do trabalho agrícola, do estatuto social (desvalorizado) de agricultor, sendo vista como um trampolim para "outros futuros".

É o que se conclui das preferências que os estudantes do meio rural revelam quando inquiridos sobre o tipo de curso e de profissão que desejam.

Eles respondem que preferem um curso que lhes permita trabalhar mais cedo, uma profissão que lhes proporcione ganhar dinheiro para serem independentes (5).

Daí que a escola seja também uma fonte de conflitos entre gerações. Envolvidos num novo contexto, procurando novas identificações, os jovens tendem a rejeitar o meio familiar.

O mesmo inquérito mostra que, nos meios rurais, os pais se sentem menos satisfeitos com os filhos que estudam do que com os que trabalham (Barros, 1983) e que quando o jovem estuda sente-se menos compreendido pelo pai do que quando trabalha (Barão, 1983).

Ausência de compreensão que se liga à busca de uma autonomia em relação ao padrão familiar, definitivamente abandonado. "Os filhos, detentores de um mínimo de capital escolar, confrontados com grupos de referência diferentes dos tradicionais, deixam de se submeter docilmente a uma autoridade do tipo patriarcal e passam a definir com alguma autonomia as suas próprias estratégias. Uns procuram aceder mais cedo às responsabilidades de direcção da empresa agrícola ; outros - a maioria - rejeitam precocemente a participação nas tarefas produtivas familiares" (Ferreira de Almeida, 1981, p. 388).

Situação que não se resume a um simples conflito de gerações, mas que assenta numa base económica objectiva. De facto, "(...) as aspirações das sucessivas gerações, de pais e filhos, foram constituídas em relação a estádios diferentes de estrutura de distribuição de bens, e de hipóteses de aceder aos diferentes bens (...) e muitos conflitos de gerações são conflitos entre sistemas de aspirações constituídos em épocas diferentes. Aquilo que

para a geração 1 era a conquista de uma vida inteira é dado à nascença, imediatamente, à geração 2. O desnível é particularmente forte no caso das classes em declínio, que já nem têm o que tinham aos vinte anos (...)" (Bourdieu, 1980, p. 151).

Finalmente, uma conclusão que se torna decisiva para este trabalho. É que a "passagem" por mais e mais variados contextos de aprendizagem, conduz a juventude rural de hoje a processos de socialização diversos, obrigando-a a um trajecto que contêm sucessivas re-identificações e redefinições.

Este trajecto poderá tornar o sistema de disposições do indivíduo mais permeável à mudança, à medida que cada contexto relativiza (e afasta) as inculcações do anterior, proporcionando uma maior abertura à inovação.

Mesmo que raramente o faça (ou melhor, o deseje), quando o jovem permanece na agricultura, toda esta sequência de contextos lhe pode proporcionar uma maior aceitação de ideias novas na sua profissão. As técnicas e práticas agrícolas provenientes de sistemas tecnológicos modernos podem ser encaradas como viáveis e não rejeitadas. O mercado e os seus condicionamentos tornam-se provavelmente mais susceptíveis de serem entendidos, e não transcendentes. O crédito constitui um sistema normal inerente ao funcionamento da empresa, e não um endividamento que envergonha.

### 1.2.2. As Manifestações : Algumas Evidências

A evidência disponível sobre as aspirações e o comportamento da juventude do meio rural português é muito reduzida. Por isso, à documentação consultada, foram acrescentadas outras referências, nomeadamente provenientes da realidade rural francesa.

#### 1.2.2.1. As Aspirações : Perspectivas perante a Actividade Agrícola

A evidência empírica mostra uma rejeição sistemática da actividade agrícola em si, e das condições a ela associadas: condições de trabalho, de estatuto social, de trabalhador familiar.

A baixa rentabilidade é uma das principais razões para o abandono da actividade agrícola, invocada quer pelos jovens: «Eu não vivo dos campos, os campos já não dão proveito» (Lima, 1987), quer pelos pais: «os jovens já não se agarram à agricultura, pois é mal paga»; «os jovens não querem a lavoura e têm razão, não tem futuro nenhum, nos dias de chuva não dá emprego, não dá para viver» (Mourão e Brito, 1983).

A diferença entre as aspirações dos jovens e aquelas que os seus pais sentiam na mesma idade é nítida, traduzindo bem a frase atrás citada de Bourdieu. Dizem que «as vacas (...) não é o nosso futuro» ; os pais trabalham no campo, «nós nas fábricas e nos restaurantes», não nos campos, «aí é o lugar do meu pai e da minha mãe» (Lima, 1987). O que se

traduz, na simplicidade das afirmações juvenis, pelo facto de que a agricultura «é uma profissão que passou de moda» (Mourão e Brito, 1983).

A profissão de agricultor passou de moda, aos olhos dos jovens rurais, de acordo com estes depoimentos colhidos no Alto Minho. Os próprios pais o reconhecem : «os jovens se trabalham na agricultura sentem-se inferiorizados» (Mourão e Brito, 1983) e «a juventude de hoje não quer ouvir falar nos campos (...) agora eles não pensam fazer nada (...) os jovens agora não se apegam muito ao trabalho da terra» (Lima, 1987).

E os jovens que tencionam permanecer na agricultura, como encaram eles esta actividade? Uma apreciação das aspirações dos alunos do ensino técnico-profissional agrícola poderá elucidar àcerca desta questão.

Num estudo sobre a Região do Norte, Azevedo e Mendes (1987) concluem que uma boa parte destes jovens (38.7%) pretendem prosseguir os estudos nas áreas de ensino superior a que têm acesso, enquanto que 28.5% tencionam procurar emprego no Ministério da Agricultura e apenas 26% querem trabalhar terras próprias. Isto enquanto cerca de 54% são filhos de proprietários agrícolas.

Em resumo, para uma grande parte destes jovens a agricultura constitui uma aspiração profissional apenas ao nível de serviços de apoio à actividade. Afirmam os referidos autores que "em todas as escolas ouvimos dizer, mesmo aos que queriam fazer uma especialização ao nível superior, que o problema principal que se lhes coloca, ao ingressar na actividade agrícola, é o «estatuto»: «na agricultura, sim, mas com estatuto de Doutor»" (Azevedo e Mendes, 1987, p. 122).

### 1.2.2.2. As Condições de Trabalho

Além do «estatuto» (e ligado a ele) e da baixa rentabilidade (associada à agricultura praticada em moldes tradicionais), um outro obstáculo surge, para os jovens, quanto à actividade agrícola : as condições de trabalho, que, quanto a eles, implicam um trabalho «sujo», um esforço físico elevado e prolongado, ausência de tempos livres, etc.

A evidência recolhida mostra que as novas gerações rejeitam as condições de trabalho que os seus pais aceitaram: «os jovens na enxada não querem pegar, só nas máquinas (...) não querem fazer calos» (Mourão e Brito, 1983). Ora, este tipo de afirmações leva a indagar se a rejeição não se referirá tanto à actividade em si, mas a uma agricultura que através do exemplo dos pais é conhecida dos jovens, a uma agricultura tradicional.

A situação actual impõe, entretanto, mudanças radicais ao nível da eficiência, o que aponta obviamente para a utilização de técnicas modernas. Aqui, é interessante notar que existe uma adequação das necessidades técnicas às exigências dos jovens em termos de condições de trabalho.

Começando a exigir a modernização do material agrícola (Champagne, 1986), os jovens procuram a agricultura de mãos limpas, que talvez lhes permita concretizar os referenciais de sociabilidade e de estatuto a que aspiram.

Mas a actividade agrícola encerra outro tipo de limitações. O horário de trabalho, os fins de semana e as férias são privilégio das outras profissões, apesar de constituirem hábitos ou rituais que a escola inculca. E

as limitações da prática da agricultura colidem com as novas aspirações, aliás ligadas às formas locais de sociabilidade, importadas do meio urbano, embora transformadas : o café, o passeio de motorizada, a discoteca.

As condições de remuneração constituem uma limitação adicional. Os jovens trabalhadores agrícolas familiares querem receber um salário, como os outros (os operários) e não os bens que os pais escolhem para eles em troca do seu trabalho. Como se afirmou a propósito da realidade de duas aldeias do concelho de Ponte da Barca, no Alto Minho, "(...) os jovens sentiram que o direito dos pais à incorporação de todos os seus ganhos pré-maritais na propriedade comum da família era injusto (...) para eles, não é justo que os seus ganhos pessoais beneficiem a casa dos pais e não eles próprios" (Pina-Cabral, 1986, p. 49).

### 1.2.2.3. O Consumo

O consumo a que os jovens rurais hoje em dia aspiram está bem longe do "mínimo de subsistência" que os camponeses experimentaram no passado.

Os hábitos de frugalidade em termos de consumo, evidentemente que apoiados numa extrema pobreza e no isolamento, persistiram até há bem pouco tempo no noroeste português, e persistem ainda hoje para uma parte da população rural.

Os depoimentos mostram que a melhoria do bem estar não é grande preocupação dos agricultores mais velhos: «para quê gastar dinheiro a meter

luz eléctrica numa casa tão velha, com teias de aranha? Já vejo com a candeia. Para quê mais luz» (Lima, 1987). Pobres, mas desconfiados das novas infraestruturas. Reclamam que sempre viveram assim, na sua autosuficiência, e negam as melhorias provenientes de meios que não conhecem nem querem conhecer.

Para os jovens rurais, pelo contrário, o equipamento da habitação tornou-se uma necessidade. A escola, dispondo de luz eléctrica, de instalações sanitárias, e de água canalizada mudou os seus hábitos. A televisão constitui uma outra necessidade, e um meio difusor de um mundo em que ambicionam integrar-se. O vestuário, o calçado, a motorizada tornam-se os novos símbolos "de prestígio".

A emigração é também um veículo de modernização dos hábitos de consumo. São citadas inovações trazidas pelos emigrantes, como a frequência de cafés, "snacks", discotecas (Amaro, 1985); aliás, eles próprios são de opinião de que trouxeram muito de novo no consumo.

Num inquérito realizado em 1982/83, a emigrantes regressados, 52% dos inquiridos declaram ter introduzido inovações na alimentação, e 48% no vestuário (Silva e outros, 1984), além da habitação, provocando um efeito de imitação nas populações residentes, o que as leva a modernizar as condições de habitação, no conforto e na higiene (idem, ibidem).

Como consequência, a influência dos emigrantes determina que a antiga «venda» ceda lugar a estabelecimentos de comércio numerosos e diversificados (Poinard, 1979).

Talvez que os trabalhos dedicados à emigração tenham exagerado o papel desta na modernização dos hábitos de consumo. A difusão urbana interna é um factor igualmente importante. É possível que esta última seja mais relevante nas zonas rurais mais próximas dos grandes centros urbanos, ou industrializadas, enquanto que a emigração influenciou mais as zonas distantes e agrícolas.

A verdade é que a «venda» foi substituída por estabelecimentos comerciais (6), que os estilos de vida e de consumo se alteraram , e é de crêr que a aceitação dos novos estilos seja mais forte nas camadas jovens.

### 1.2.3. Implicações e Hipóteses

Como conclusão, é conveniente retirar desde já algumas implicações relativamente às aspirações e estilos de vida e de consumo dos jovens, implicações essas que constituem hipóteses a testar na pesquisa de terreno.

Assim, e de uma forma esquemática, é provável que os jovens chefes de exploração (i) tenham maior tendência a aderir a técnicas e práticas que proporcionem melhores condições de trabalho, (ii) aspirem a modos de vida e de consumo mais conformes aos urbanos, e que os tenham já introduzido, e que (iii) possuam uma maior propensão à mudança (neste caso, ao moderno), já que se encontram munidos de um sistema de disposições mais "maleável" e aberto a tais influências.

Quanto aos jovens trabalhadores agrícolas familiares, pretende-se saber se as suas exigências - em termos de consumo, de remuneração e de

condições de trabalho - são ou não satisfeitas pelos pais, e em que medida a resposta dos pais condiciona os níveis de eficiência dos filhos, assim como pode condicionar uma re-definição das suas aspirações profissionais.

Estas hipóteses serão mais bem definidas posteriormente. No entanto, é possível desde já clarificar a hipótese (iii), relativa aos jovens chefes de exploração, através de uma referência ao problema do enquadramento institucional da actividade agrícola.

### 1.2.4. Os Jovens e o Enquadramento Institucional da Actividade Agrícola

A crescente intervenção do Estado na agricultura, através de diversas políticas, obriga o agricultor a confrontar-se cada vez mais com toda uma série de instituições, cujos agentes, na maioria de origem (e/ou de experiência) urbana, lhe acabam por demonstrar a "inferioridade" da sua agricultura tradicional.

Diversos departamentos recolhem os pedidos de subsídios e de crédito ao investimento, ou outros. Cooperativas agrícolas promovem junto do agricultor (melhor ou pior) a recolha e compra dos seus produtos, o apoio técnico, o crédito, a venda de inputs, etc.

O agricultor sente-se atingido, na sua ignorância, perante a multiplicidade de impressos, modelos, guias, enfim, por um sistema burocrático que lhe é completamente alheio.

Mais, o agricultor sente-se atingido porque lhe é demonstrado que ele não possuía, afinal, o conhecimento absoluto da actividade agrícola, porque o "poder" urbano se levanta contra aquilo que ele supunha ser apenas da sua alçada, e que é a sua exploração.

O dinheiro passa a ser proveniente de Lisboa, de Bruxelas, através de processos que o agricultor não entende. Antes, ele pedia emprestado ao vizinho; hoje, o empréstimo está esvaziado de todo o conteúdo pessoal e ético.

A ciência agronómica vem da cidade, deitando por terra toda uma experiência de gerações, de melhoramentos, lentos e limitados, da tecnologia tradicional.

As pressões acumulam-se. Fala-se da necessidade de mudanças urgentes, perante as novas condições de mercado. E o agricultor, sentindo-se incapaz de mudar, vai ficando para trás.

Este poderia ser um retrato actual dos agricultores mais idosos. Relativamente aos jovens, o panorama é provavelmente diferente. Com efeito, estes votam à cultura urbana um crédito, um aceitação, por vezes incondicionais e a-críticos.

Por outro lado, a escola, e a maior densidade de contactos com outros meios, dotam-nos de uma forma de estar e de uma linguagem mais semelhantes às urbanas, e portanto mais susceptíveis de entendimento por parte dos diversos agentes que integram as instituições de apoio à agricultura. Por outras palavras, o jovem não tem medo de falar com o

técnico, e acredita naquilo que ele diz. E o técnico prefere falar com o jovem, que o entende melhor.

E, como foi referido, a diversidade de contextos de aprendizagem que os jovens experimentaram conduz a uma maior predisposição a entender, a julgar favoravelmente, e a pôr em prática as técnicas modernas, e, ainda, a conhecer e tirar partido das condições de mercado.

## 1.3. Outros Potenciais Inovadores : Comportamentos «Desviantes» ou Modernizadores ?

### 1.3.1. O Problema

Inovação, ou comportamento económico inovador, não significa aqui apenas a introdução de uma semente seleccionada, de um adubo químico. Inovar significa perceber, julgar e actuar de modo diferente, ou seja, de modo conducente a uma mais adequada (ao enquadramento económico) gestão da exploração, entendendo esta de uma forma diferente da tradicional.

Então, pode-se afirmar que"(...) um sistema de cultura (no sentido agronómico) é de qualquer modo uma manifestação de um sistema de cultura (no sentido cultural)" (Reboul, 1981, p.117).

Identificar os potenciais inovadores, os grupos susceptíveis de um comportamento diferente e de uma melhor performance, equivale, numa primeira abordagem, a identificar as condições que permitem que alguns

melhorem as suas explorações, acompanhando as alterações de mercado, enquanto que outros regridem.

Mais precisamente : "Quais são as propriedades sociais que, num dado estado do sistema económico, são necessárias para aumentar, ou pelo menos conservar o capital económico detido ?" (Champagne, 1987, p.57).

Este mesmo autor, num estudo realizado na região de Bresse (França) conclui que " a forma de capital cultural de que necessita o ajustamento aos mecanismos reside aqui numa certa aptidão a adoptar, mesmo a revindicar, um modo de vida diferente, entendido como mais «moderno», mas que ainda é estranho ao grupo. Esta aptidão é função de uma certa relação com a cultura local, de um modo de entender as suas próprias maneiras de viver e de trabalhar como absolutas e não ultrapassáveis, ou, pelo contrário, como relativas e modificáveis" (idem, idem, ibidem).

É exactamente esta a hipótese que se elaborou atrás em relação aos jovens, os quais, através de contextos de aprendizagem mais diversificados e por vezes dissonantes, adquiriram este "modo de entender", ou, de uma forma mais abrangente, este sistema de disposições gerais.

Os jovens constituem, pois, neste trabalho, um tipo de chefes de exploração, em relação ao qual é de esperar um comportamento diferente dos restantes. Mas em relação a outros agricultores não jovens, não será possível isolar outros tipos de empresários, outras situações perante a inovação (no sentido atrás especificado, evidentemente)?

Com esse objectivo, a dissonância de contextos de aprendizagem, resultante de experiências diversas, fornece uma explicação, na minha opinião convincente.

Agricultores que tenham experimentado vivências alternativas à da colectividade terão provavelmente uma maior propensão à inovação.

Valerá talvez a pena, antes de "trabalhar" melhor esta ideia, percorrer algumas contribuições sobre o sentido atribuído ao agricultor inovador, ou mesmo ao empresário inovador.

### 1.3.2. Tipologias de Inovação em Agricultura

Ao delinear uma tipologia do empresário agrícola, Barros (1972) realça a classificação de Reisch, que distingue cinco tipos de agricultores. Um destes, o inovador, é um homem que, devido a razões relacionadas com o seu temperamento, gosta de introduzir novas produções e experimentar novas técnicas (Barros, 1972).

A tipologia citada, e subscrita por Barros, assenta, pois, em "traços de carácter", em "gosto" pela inovação.

Mais interessante é a tipologia (ou ensaio de tipologia, na opinião do autor) elaborada por Mendras (1984), e que contém três tipos principais.

O primeiro tipo, o tradicionalismo, consiste numa estratégia que visa "(...) aumentar os meios, trabalhar muito, adaptar os sistemas de cultura às variações de preços sem mudar os sistemas, e fazer uma gestão em função

do dinheiro poupado e não em função do rendimento futuro" (Mendras, 1984, p. 197).

O segundo tipo, o modernismo simbólico, reflecte uma estratégia que se concretiza na utilização de um ou de outro "símbolo" de modernismo, mas não da globalidade técnica que permitiria uma melhor valorização da exploração. Trata-se, por exemplo, de adquirir um tractor (7), mas não utilizar técnicas menos onerosas e mais adequadas à dimensão da exploração. No fundo, significa compreender uma ou outra parte do processo de gestão, sem entender a sua globalidade.

O modernista simbólico, consente numa ou noutra inovação, mas sem modificar o essencial da sua exploração e da gestão da mesma.

Finalmente, o terceiro tipo, o modernismo progressista, é aquele que traduz a diferença na forma de entender a vida e o trabalho. Supõe "(...) à partida um questionar de todo o sistema de produção e de gestão (...) os melhoramentos integram-se numa «política» mais geral, e sobretudo são acompanhados por um controlo de gestão (...) o agricultor torna-se empresário (...) e gere a sua empresa em função dos seus mercados e já não apenas em função dos seus meios de produção" (Mendras, 1984, p. 198).

Estes três tipos de estratégia constituem, segundo Mendras, três dimensões de uma tipologia, completadas por outras como o rendimento, o optimismo ou pessimismo, a participação nas organizações, e o recurso ao Estado.

Em relação à realidade rural portuguesa, parece-me mais adequado utilizar as estratégias de Mendras como tipos de comportamento prosseguidos por diferentes tipos de agentes, como os jovens, e outros inovadores, que neste momento procuro destacar.

Entretanto, estas estratégias ficam incompletas se não se identificarem comportamentos de acção, diria mesmo de agressividade sobre o exterior (que Mendras inclui nas outras dimensões), tão importantes na situação actual da pequena agricultura, como, aliás, foi salientado na introdução a este trabalho.

A este nível, a contribuição mais pertinente consiste, a meu vêr, na tipologia de empresário, de Leibenstein (1968), a qual se integra na problemática do subdesenvolvimento.

Leibenstein (1968) define dois tipos de empresário, o "rotineiro" e o "de tipo novo", com o objectivo de identificar quem é susceptível de modernizar (8) a estrutura económica dos países subdesenvolvidos.

Enquanto que o empresário rotineiro se limita a gerir a sua empresa nos moldes tradicionais, o empresário de tipo novo é capaz de preencher quatro funções essenciais: eliminar lacunas de inputs, ligar mercados, preencher lacunas de mercado, e criar novas actividades.

Estas funções constituem autênticas inovações na pequena agricultura do Entre Douro e Minho de hoje. Aí, as novas funções de produção não estão bem especificadas para o pequeno empresário agrícola, nem os mercados são bem conhecidos por ele (sendo estas as "lacunas" que Leibenstein aponta para os países subdesenvolvidos).

Inovar é, então, procurar inputs que nem sempre estão disponíveis, e cuja utilização quase nunca é clara para o agricultor. É estabelecer ligações entre mercados, buscando agentes (e locais) que melhor comprem os produtos, eliminando intermediários. É responder às lacunas de mercado, ajustando a produção às tendências deste. É, finalmente, criar novas actividades, substituindo outras, que no contexto actual não se revelem rentáveis.

A tipologia de Leibenstein dirige-se muito à acção do empresário sobre o enquadramento económico da empresa, no sentido de conhecer, aproveitar, e transformar a seu favor este último. Ela completa, e bem, o sentido que neste trabalho foi dado à inovação, e que já foi referido.

Acrescente-se que, nesse caso, será inovador quem está habilitado a, ou quem possui propensões para, agir sobre o meio. Concluiu-se que serão aqueles agricultores que experimentaram contextos de aprendizagem diversos, dissonantes entre si, e de "forte componente" de modernização. Os jovens estão tendencialmente nessa situação. Mas existem outros grupos que experimentaram contextos diversificados.

### 1.3.3. Os Grupos Modernizadores, a Relação com o Meio e a Dinâmica da Inovação

A diversificação de contextos de aprendizagem social, criando predisposições a compreender, julgar favoravelmente e actuar em conformidade com propostas emanadas de outros meios (neste caso, o

"exterior", incluindo o mercado e as novas técnicas) é considerada, neste trabalho, um importante factor de propensão à inovação.

Factores semelhantes foram atribuídos por diversos autores como justificativos da modernização. Eles têm de comum o facto de que, para modernizar, o agente deve estar colocado numa situação de distância cultural em relação à colectividade, sobretudo através de contactos prolongados com outros meios.

Por exemplo, em relação à problemática do desenvolvimento, alguns autores sugerem que os comportamentos modernos, considerados como desviantes nas sociedades tradicionais, são adoptados pelos grupos marginais, nomeadamente pelas minorias étnicas (9).

Ao averiguar qual será a proveniência do agricultor comercial, Pearse (1968) considera que este agricultor nunca poderá provir do campesinato, cujo estatuto social comporta uma série de obrigações em relação à comunidade, e traduz-se em posições de inferioridade ao lidar com o mercado. O agricultor comercial será mais provavelmente um migrante regressado da indústria, ou um membro da comunidade que se expôs à socialização urbana pela via profissional, sem deixar o local de origem, ou qualquer indivíduo proveniente de outra região. Estes agentes tiveram acesso a qualificações, e terão um comportamento tanto mais "racional" quanto menores forem as suas obrigações para com a colectividade, e maior for a sua identificação com grupos de referência urbanos (Pearse, 1968).

Também Champagne (1986) conclui que a aptidão a adoptar um modo de vida moderno é função de uma certa relação com a cultura local, e que os grupos menos enraízados nessa cultura seriam aqueles que estariam

mais aptos a ter sucesso num ambiente económico cada vez menos local. Para esse efeito, tornam-se relevantes a origem do indivíduo, e os contactos que ele tem fora da comunidade.

Madureira Pinto (1985), num estudo realizado no concelho de Penafiel, conclui que é nas freguesias de maior acessibilidade, onde a proximidade da linha de caminho de ferro determinou uma maior intensificação das migrações pendulares, que o voto é menos conservador. Pelo contrário, nas freguesias de menor frequência de migrações, mas de maior emigração, onde o envelhecimento populacional é notório, o voto é mais conservador.

O mesmo autor faz notar que a difusão ideológica e consequente deslocação de votos se faz através da família, e que o efeito da difusão é superior quando o migrante pendular é o chefe de família; isto embora tudo dependa da efectividade dos mecanismos de socialização familiares, quando contrapostos com outros, como a escola, a vizinhança e a igreja (idem, ibidem).

### 1.3.4. Evidências : Grupos Tradicionais e Grupos "Modernos"

Procurarei agora transcrever alguma evidência empírica que de qualquer modo suporte o que foi atrás afirmado, e, ao mesmo tempo, permita estabelecer algumas bases com vista à identificação dos potenciais inovadores no noroeste português.

Falava-se, então, de distanciação cultural (em relação à colectividade), aqui apoiada teoricamente nos efeitos sobre o habitus da experimentação de diversos (e opostos) contextos de aprendizagem social.

No seu estudo sobre Fonte Arcada (Penafiel), Madureira Pinto (1985) afirma, a propósito das festas tradicionais : "(...) e será sobretudo o caso dos mais novos e menos integrados habitantes da colectividade - uma distância em relação ao objecto espectáculo ostensivamente irónica e contundente : que dizer, com efeito, do modo como, intermitentemente e mostrando nervosas motorizadas, alguns jovens da freguesia acompanham o cortejo do mastro e observam o esforço dos conterrâneos ?" (Madureira Pinto, 1985, p. 418).

A distância em relação às práticas simbólicas tradicionais é, pois, evidenciada pelos mais jovens e menos integrados.

A mesma distância se faz notar, em Fonte Arcada, em relação à religião : "Sectores dos mais jovens camponeses parciais, dos membros da pequena burguesia moderna e, de um modo geral, dos que trabalham na cidade mostram já (...) uma desafecção pelas coisas da igreja (...)" (Ferreira de Almeida, 1987, p. 239).

Os migrantes pendulares, ou operários camponeses, experimentam diariamente um contexto sócio-profissional do tipo urbano, começando a distanciar-se da colectividade, e mesmo a transformar esta. Ainda o exemplo de Fonte Arcada evidencia que os pluriactivos "(...) vêm ganhando influência crescente em toda a vida local. Do Porto, transportam novas experiências e novas concepções e operam principalmente através da própria dinâmica familiar, mas também de toda a ampla rede de contactos

que mantêm na freguesia, uma socialização alargada, cuja eficácia é legível nas diversas dimensões da prática da colectividade" (Ferreira de Almeida, 1980, p. 695).

Outro tipo de agentes pode apresentar potencialidades de inovação devidas à distanciação cultural.

De acordo com a evidência recolhida em Fragueiro, no concelho de Bragança, Portela (1981) identifica o agricultor intermediário, um residente na aldeia que adquire produtos aos vizinhos e vende a comerciantes de fora. É um agricultor, mas desloca-se à cidade (feiras, tabernas, cafés) onde vai conhecendo os preços, as tendências do mercado e as oportunidades de negociar.

Os contactos com o exterior são, assim, uma forma de criação de distância cultural. Podem-se citar ainda duas evidências a este respeito.

Uma primeira, na região de Léon ( França ), mostra que "(...) os agricultores rotineiros estão menos bem informados do que os outros : ouvem menos o rádio, lêem menos os jornais agrícolas, vão menos frequentemente às pequenas cidades da região, e têm menos contactos com os técnicos agrícolas (...) os melhores agricultores estão nitidamente mais bem informados do que os outros, saiem mais vezes, ouvem mais o rádio e, sobretudo, dois terços deles conhecem um técnico agrícola" (Mendras, 1984, pp. 201/202).

Numa outra pesquisa na região de Bresse, concluiu-se que a modernização das explorações está associada não só à escolaridade e aos estilos de vida (possuir televisor, telefone, fazer férias), mas também à

existência de familiares fora da agricultura, e fora daquela região, e com os quais os contactos são frequentes (Champagne, 1987).

### 1.3.5. Os Potenciais Inovadores no Noroeste de Portugal

Tendo em conta os critérios que anteriormente foram definidos, trata-se agora de concretizar a questão para o noroeste português. Isto envolve : (1) uma identificação de grupos que, por terem experimentado contextos de aprendizagem social diversificados (e dissonantes) se apresentam como potenciais inovadores, (ii) analisar algumas evidências sobre o comportamento (no sentido da inovação) desses grupos da população rural, e (iii) confirmar as hipóteses no terreno, tarefa que será executada no momento da pesquisa empírica.

Uma identificação a priori aponta para alguma reflexão sobre os seguintes "segmentos" da população rural : os emigrantes ("visitantes" tencionando regressar, mas, sobretudo, regressados), os retornados das ex-colónias fixados na agricultura, os pluriactivos, e outros que, pela sua origem, relações e actividades estejam ligados a referenciais urbano.

Um outro grupo, o dos rendeiros, se pode apresentar como específico em relação à inovação / modernização, pelo que alguma atenção lhe será dispensada.

### 1.3.5.1. Os Emigrantes

Importa, quanto a este grupo, colocar um conjunto de questões (de resposta nem sempre conclusiva (10)), que se podem sumariar do seguinte modo: dimensão do retorno, regresso ou não à actividade de origem, importância do contexto externo para a alteração dos respectivos habitus, diferenciação cultural e social em relação aos seus conterrâneos, eficácia da sua acção sócio-económica sobre o meio, significado e alcance de alguma modernização que (eventualmente) promovem ou promoveram.

Quanto à dimensão do retorno, e relativamente ao distrito de Braga, residiam aí, em Março de 1981, 5297 e 16641 indivíduos que, em, respectivamente, Dezembro de 1979 e Dezembro de 1973, residiam no estrangeiro (INE, 1981).

No concelho de Fafe (área seleccionada para a pesquisa no terreno), o número de emigrantes regressados atingia um total de 1337 individuos, em 1981, representando 2.9% da população do concelho (idem, ibidem). No entanto, na faixa etária dos 35 aos 39 anos, essa percentagem subia para 13.7%, sendo menor que a média nos jovens (15 a 29 anos), e nos idosos (mais de 60 anos) (id., ibid.).

A nível nacional, e quanto aos trajectos profissionais, sabe-se que 45% dos emigrantes provinham da agricultura, e 38% dos regressados fixaram-se nesta actividade (Amaro, 1985). Destes últimos, a maioria (pelo menos, 60%) tinham exercido profissões por conta de outrém nos países de imigração (Silva e outros, 1984).

Como é mais provável a fixação na agricultura nas regiões onde a pequena exploração por conta própria era e é dominante, talvez os emigrantes regressados ao noroeste português constituam uma população de "meia-idade", trabalhando na agricultura, embora em moldes diferentes dos seus conterrâneos.

Os efeitos do retorno dos emigrantes nos meios rurais são mais conhecidos.

Eles adquiriram diferentes hábitos de consumo, e difundiram-nos nas suas aldeias. De acordo com um inquérito a nível nacional (por amostragem), e quanto aos concelhos rurais, 73% dos emigrantes possuiam televisor, 50% automóvel, e 73 % electrodomésticos, após o regresso (Silva e outros, 1984).

Os emigrantes voltam com os símbolos de prestígio modernos, valorizados como tal no estrangeiro : o automóvel, grande e de modelo recente, a habitação, vistosa, talvez propositadamente pouco discreta para marcar a sua presença na aldeia, equipada em termos de conforto e higiene. Os tempos livres são ocupados nos cafés, nas discotecas, para os mais novos. Pode-se dizer que, a nível do consumo, e das respectivas aspirações, o contexto externo provocou alterações radicais.

Mas os resultados são provavelmente diferentes quando se pensa no papel indutor dos contextos exteriores de modificações ao nível das propensões à inovação, e a certo tipo de aspirações.

Pergunta-se, nesse sentido, se os emigrantes terão alterado os seus grupos sociais de referência. Na maior parte dos casos, a evidência sugere

uma resposta negativa. Os referenciais das sociedades estrangeiras eram-lhes demasiado alheios e inalcançáveis. Pela diferença de estatuto, pela idade com que partiram, os emigrantes de 1ª geração viveram provavelmente à margem destas sociedades, sem aspirarem a qualquer tipo de integração. Aceitavam os referenciais dos grupos tradicionais da sua aldeia (os quais, entretanto, iam "perdendo terreno"), de quem esperavam o prémio da admiração e da notabilidade no seu regresso.

É assim legítimo interrogar : " (...) não se arriscará a ser um factor de conservadorismo, na medida em que o migrante consentiu-se sacrifícios para se tornar igual aos notáveis e não para lhes contestar o valor, e na medida em que apenas a antiga ordem permite apreciar o sucesso da emigração ?" (Poinard, 1979, p. 132).

As evidências de inovações introduzidas pelos emigrantes ao nível da produção, são escassas. De acordo com a pesquisa do IED, 34% dos inquiridos adquiriram terras e equipamento agrícola (Amaro, 1985). No entanto, muitas vezes, os tractores ficam guardados nas garagens, representando um símbolo de prestígio mais do que um instrumento de trabalho.

Interrogados sobre se introduziram, ou aconselharam alguém a introduzir, alguma "novidade" na agricultura, apenas 39% dos (emigrantes regressados) activos agrícolas que responderam ao inquérito do IED afirmaram ter introduzido novos métodos de cultivo, e 33% alfaias agrícolas (Silva e outros, 1984).

A evidência sugere que (salvo excepções) a agricultura será, para o emigrante, uma ocupação do tempo, uma forma de estar ligado à terra e

continuar agricultor, mas não uma fonte de rendimento. Será mais a horta, a "jardinagem", que um meio de vida.

Relativamente à distanciação cultural, a questão é complicada, mas tudo indica que o emigrante sente dificuldade de integração na sua aldeia de origem, que, entretanto, sofreu profundas alterações.

Inquiridos pelo IED, os emigrantes respondem que é nos meios rurais que notam maior diferença entre a colectividade que deixaram e aquela para que regressam.

Eles próprios procuram fazer renascer o tradicional, animando festas e romarias que, entretanto, se vêem expressamente transferidas para o mês de Agosto.

Mas sentem-se desiludidos com os seus conterrâneos. Novamente recorrendo ao mesmo inquérito do IED, apenas 9% dos inquiridos agrícolas pensa que as pessoas da sua região que não emigraram os consideram como homens de ideias novas; enquanto que 28% acham que essas pessoas os olham com inveja.

Entretanto, outras evidências sugerem que a reacção à emigração é diferenciada. A emigração enriquece alguns, aqueles que aproveitaram, não sem especulação, o consumo dos emigrantes : empresas construtoras, funcionários públicos, pequenos comerciantes, etc. Neste processo, há também os que nada ganharam, como os pequenos agricultores, os professores e os padres, e são precisamente estes que desprezam o emigrante (Poinard, 1979).

O processo de socialização experimentado no estrangeiro parece ter tido mais eficácia nos filhos dos emigrantes. Esta 2ª geração já aprendeu a redefinir grupos de referência. Aspiram a profissões fora da agricultura, e mesmo fora da indústria, e manifestam diferenças nítidas quanto a estilos de vida e de consumo (Martinho, 1984).

### 1.3.5.2. Os Retornados das Ex-colónias

Diferente é o caso dos retornados das ex-colónias. O seu percurso não é o da passagem de pequenos proprietários agrícolas a trabalhadores por conta de outrém, mas envolve uma diversidade de situações, muitas vezes de trajectos profissionais ascendentes, e integrando o trabalho por conta própria (11).

Os retornados adquiriram, assim, "(...) um vasto conjunto de saberes, estilos de vida e valores específicos " (Pires, 1984, p. 17), tendo a vivência nas sociedades coloniais permitido a "(...) construção de percursos de mobilidade social ascendente (...), a atenuação de alguns constrangimentos morais tradicionais (...), um contacto directo com culturas diferentes da civilização europeia e ocidental (...)" (idem, ibidem, pp. 17/18).

O retornado experimentou ainda um processo de socialização que, desenvolvendo-se num contexto resultante da interacção de uma variedade de contextos sócio-culturais de origem portuguesa, lhe permitiu a aquisição rápida de um estatuto de "elite".

Que características envolveu o retorno ?

Excluindo aqueles que se fixaram nas grandes cidades, um contingente de funcionários públicos e de administrativos, 50% dos restantes voltaram para os locais de origem, para o que contou a solidariedade familiar (id., ibid.).

Em relação a estes últimos, note-se que, por exemplo, no distrito de Braga a sua fixação privilegiou os pequenos centros (de 2000 a 5000 habitantes), ou seja, as zonas rurais (id., ibid.). Em particular, no concelho de Fafe a população retornada constituía, em 1981, 1.6% do total da população residente, sendo esta percentagem mais elevada nas classes etárias entre os 20 e os 59 anos, para o que contou o facto de 64% dos retornados terem menos de 40 anos (INE, 1981).

Para o conjunto do país, a população retornada é, em média, muito mais qualificada que a população residente, e que os emigrantes regressados, atingindo a sua taxa de escolarização no ensino secundário e superior o dobro da do Continente (Pires e outros, 1984). Factor associado a um mais elevado nível de rendimento, possivelmente.

Apenas 5.9% dos retornados se fixaram na agricultura, tendo aí realizado investimentos através de um sistema de crédito específico (idem, ibidem).

Saliente-se, entretanto, que este grupo, pelo seu trajecto sócio-profissional, pelas sua formas de sociabilidade, pela sua maior capacidade empresarial, tem muitas mais probabilidades de ser inovador do que os emigrantes regressados.

### 1.3.5.3. Os Pluriactivos

Incluem-se neste grupo todas as famílias agrícolas nas quais um ou mais elementos exercem uma actividade, em maior ou menor grau, fora da exploração, mas mantendo aí residência permanente.

Coloca-se a questão de saber se este grupo constitui uma categoria social nova (Barbichon, 1986), no sentido de ter adquirido uma forma de perceber, julgar e agir diferente da tradicional. Limitar-me-ei, para já, às especificidades dos pluriactivos em relação à colectividade, à família e à aprendizagem profissional, como é objectivo deste capítulo, deixando para mais tarde a averiguação do seu comportamento económico.

Já Kautsky sugeria que o desenvolvimento de indústrias no campo aproxima operários e camponeses, fornecendo às populações agrícolas "(...) necessidades, ideias, que são tudo menos conservadoras" (Kautsky, 1972, p. 39).

Algumas considerações foram já feitas em relação às práticas simbólicas e políticas, que expressam, tanto para os jovens como para os pluriactivos, uma distanciação cultural em relação à colectividade. A maior densidade de contactos com os meios urbanos (ou "urbanizados") proporciona a este grupo uma relativização do modo de vida da comunidade rural, perante a qual se apresentam com um estatuto julgado por esta como superior.

A preservação da exploração, e do conjunto de práticas sociais que lhe são adjacentes, permite-lhes, no entanto, manter uma certa integração

na colectividade. O seu duplo estatuto de "interno" e "externo" coloca-os numa posição de potenciais veiculadores da transformação cultural nos campos.

Particularmente relevante para a análise do grupo dos pluriactivos é averiguar os efeitos da aprendizagem profissional, ou seja, se os saberes, e mesmo as formas de agir, adquiridos no exterior, não serão transportados, de um modo ou de outro, para a exploração.

Num estudo a propósito da eficiência da economia doméstica, Kiker e Heath (1988) avançam que, se, de acordo com a teoria da generalização do comportamento humano, os indivíduos inseridos em determinado cenário tendem a aplicar a outros cenários as estratégias que no primeiro tiveram sucesso, o mesmo se pode passar com a família. Assim, quando o familiar está inserido no mercado de trabalho tenderá a transpôr para a casa as mesmas práticas e atitudes, resultando daí um comportamento mais eficiente e racional em relação à economia doméstica (idem, ibidem).

O mesmo fenómeno será susceptível de se produzir nas situações de pluriactividade na agricultura, em que os referidos saberes e formas de agir, recontextualizados, podem encontrar uma aplicação na actividade da exploração.

Esta hipótese é confimada por Pieroni (1982, citado por Rosa Pires, 1989). O autor conclui que "(...) em determinados tipos de agricultura a tempo parcial a utilização e gestão dos recursos tende a ser mais racional do que nas famílias agrícolas a tempo inteiro, em parte devido aos contactos e à experiência de organização do trabalho proporcionados pela actividade noutros sectores da economia" (Rosa Pires, 1989, p. 12).

Muito dependendo do tipo de actividade exercida no exterior da exploração, a aprendizagem profissional aí obtida inculca saberes e noções como "organização", "eficiência", "horários" e "ritmos de trabalho" e, ainda, a noção de "ganho", que inclui a comparação entre receitas e despesas.

Isto significa que é bem possível que o agricultor que se ocupa, por exemplo, de um pequeno comércio, seja mais capaz de começar a registar as receitas e as despesas da exploração, e a considerar esta numa perspectiva de rentabilidade. Enquanto que o agricultor que trabalha por conta de outrém poderá, antes, adquirir uma melhor visão da eficiência do trabalho, nomeadamente quanto à divisão de tarefas, e ao ritmo e sequência da sua execução.

Por outro lado, a experiência que acompanha a pluriactividade parece reflectir-se ao nível das relações familiares. Tanto a inculcação da noção de remuneração individual do trabalho de cada um, como, de um modo mais geral, todo o julgamento relativo à família tradicional, que se modifica, perturbam as relações intrafamiliares.

Algumas evidências apoiam esta hipótese. Numa pesquisa que incidiu sobre a comunidade de Andover (EUA), concluiu-se que a existência de outras oportunidades fora da agricultura proporcionou que " a base económica inicial que tinha sustentado as tentativas de os pais estabelecerem e manterem o controlo e a influência sobre a vida dos filhos já não existisse (...)" (Greven, citado por Pollak, 1985, p.604).

Durante a industrialização do Lancashire, no século XIX, "(...) os salários elevados e individualizados dos filhos permitiram-lhes entrar na disputa de poder com os seus pais, em termos de uma igualdade mais ou

menos precisa. [Antes] (...) nas áreas rurais, filho e pai entravam em negociação estando o filho em considerável desvantagem, porque o pai tinha o controlo total sobre a única fonte de rendimento realmente viável" (Anderson, citado por Pollak, 1985, p. 604).

As considerações aqui feitas deverão ser lidas tendo em conta que as situações de pluriactividade são diversas, envolvendo uma multiplicidade de casos, dependendo de diferentes factores.

### 1.3.5.4. Rendeiros e Agricultores por Conta Própria

Finalmente, há que distinguir a situação de arrendamento, pela sua especificidade em relação ao caso dos agricultores po conta própria (12).

O arrendamento implica uma situação de dependência do arrendatário, o que significa um poder de decisão relativamente limitado. Muitas vezes, os proprietários esforçam-se por manter e assegurar o controle do rendeiro e das relações deste com o mercado, como foi sugerido a propósito da conclusão de que, na região do Vale do Sousa, só os proprietários eram sócios das adegas cooperativas (Baptista, 1978).

O rendeiro fica, assim, em segundo plano quando se trata do relacionamento com a colectividade e com o exterior. É possível, até, que ele seja considerado no interior daquela numa posição inferior, por não ter

terra nem influência. No entanto, e à primeira vista, esta condição de marginalidade não deverá ser suficiente para promover o isolamento cultural desta fracção de classe.

Em todo o caso, pela sua própria condição, o rendeiro está menos habituado a lidar com o mercado, e a tomar decisões.

Nomeadamente, a decisão de investir encontra-se limitada pela repartição dos resultados do investimento, sobretudo quando a renda é variável. Nesse caso, o incentivo ao investimento e à modernização é muito menor. Se bem que, como justamente observa Stiglitz (1986), uma inovação seja sempre vista como uma fonte de risco, e o contrato com renda variável reparte o risco entre proprietário e rendeiro, reduzindo-o para este último.

A expansão de novas actividades no campo, como a indústria, tem permitido ao rendeiro aligeirar a sua dependência em relação ao senhorio, já que poderá dispôr de outras fontes de rendimentos (Madureira Pinto, 1985). O que pode constituir mais um desincentivo ao investimento por parte do rendeiro pluriactivo.

Finalmente, note-se que a situação do rendeiro, se se distingue nos termos que foram apontados, não corresponde a um processo de socialização único. Ele pode, como os outros agricultores, experimentar (ou ter experimentado) contextos de aprendizagem social e profissional diversos.

## 1.4. O Carácter Familiar das Pequenas Explorações : Relações Familiares e Relações Económicas

### 1.4.1. O Confronto em Causa

A teoria tradicional é, e talvez que justamente, acusada de reduzir o comportamento económico do grupo ao do indivíduo. Mesmo que a hipótese não seja provavelmente aceitável em qualquer situação "do foro económico", pelo menos no caso da pequena agricultura não parece admissível desenvolver a análise dentro de tal hipótese.

A família é um grupo produtor e consumidor. E as decisões relativas a essas actividades dependem estreitamente das relações no interior da família.

Por outro lado, este grupo exerce tais actividades no contexto do mundo rural, com todas as mutações que actualmente está a experimentar, mutações que, por sua vez, atingem também a família, tanto na valorização que lhe é feita enquanto instituição como nas diferentes repercussões que as referidas alterações têm sobre os seus membros.

Deste modo, aos conflitos intergeracionais acrescem os conflitos de valores, envolvendo "(...) o exercício e a transmissão dos poderes de decisão sobre processos de trabalho e gestão da exploração agrícola, e ainda sobre a afectação dos recursos para consumo, todos eles sobredeterminados pelos desníveis de capital cultural que o progressivo

alargamento da escolarização tem induzido" (Madureira Pinto, 1985, p. 120).

Pais e filhos, velhos e novos, eis a oposição de duas gerações que experimentaram contextos de aprendizagem diferentes, consonantes e inculcadores de saberes e aspirações tradicionais, no caso dos pais, e envolvendo dissonância, sobretudo quanto à oposição entre o contexto familiar e os outros, no caso dos filhos.

### 1.4.2. A Economia da Família

Na última década desenvolveu-se uma linha de investigação que tem por objecto o estudo das relações económicas no interior da família, e à qual se tem chamado Economia da Família.

Aspectos como a afectação do rendimento familiar, a distribuição dos bens de consumo, as decisões de investimento, a partilha do tempo de trabalho entre a casa e o exterior, entre outros, foram reconhecidos como tendo especificidade económica pelo facto de decorrerem no interior da família.

Dentro destes temas, apenas abordarei aqui aqueles que revestem interesse directo para esta análise, e que são o consumo e a sua distribuição, a eficiência do trabalho familiar, e o património familiar e a sua valorização. Note-se, desde já, que a eficiência constitui o tema central, tanto pelo interesse que reveste num trabalho onde se pretende averiguar

do comportamento das pequenas explorações, como pelo facto de depender das condições relativas ao consumo e ao património.

### 1.4.3. O Consumo

O consumo familiar, aliado à distribuição intrafamiliar dos bens, tem sido analisado do ponto de vista da sua contribuição para o trabalho e o rendimento familiares.

Gary Becker (1976; 1981) foi um dos primeiros a abordar este tema, sustentando que os elementos da família estão divididos em altruistas (os pais), e egoistas (os filhos), e, sendo assim, a utilidade dos primeiros depende da dos segundos, vendo o altruista a sua utilidade acrescida quando o bem estar do egoista aumenta. Obviamente que para o egoista a utilidade do altruista não conta.

Nesta base, o "Rotten Child Theorem" (Teorema do Filho "Desnaturado"), de Becker, garante que, existindo pelo menos um altruista na família, e sendo o altruista (o pai) quem afecta os bens de consumo, então, mesmo que os restantes elementos sejam egoistas, está garantida a maximização do rendimento familiar (Becker, 1981).

Isto porque, ao afectar os bens de consumo, o altruista maximiza a sua utilidade (o que equivale a maximizar a dos outros), recebendo os filhos sempre aquilo que pretendem. Então, estes têm interesse em contribuir para a maximização do rendimento familiar, uma vez que quanto maior for este, mais transferências recebem do altruista.

Esta conclusão assenta na existência de pelo menos um altruista na família, o que garante a ausência de conflitos e de negociações. Aliás, esta ausência torna-se cómoda, na medida em que permite anular o papel dos egoistas, reduzindo o comportamento do grupo à lógica individual.

Algumas críticas foram dirigidas ao teorema de Becker. Nomeadamente, é importante introduzir a consideração do grupo familiar, através da negociação entre ambas as partes (Hirshleifer, 1977), e o desconhecimento que o altruista tem das preferências do egoista (Tullock, 1977).

No contexto da família agrícola, a hipótese do pai altruista não parece muito realista. A imagem do "pai patrão" está ainda viva. Em todo o caso, torna-se mais adequado utilizar os conceitos de colaboração e conflito, derivados de situações em que o chefe de família é "liberal" ou "autoritário", como farei mais adiante, do que os conceitos de altruismo e egoismo, que envolvem alguma ambiguidade.

Por outro lado, o que está em causa no mundo rural de hoje, como se expôs atrás, não é um desconhecimento de preferências, mas antes uma nítida diferença de gerações no que respeita aos níveis e modelos de consumo.

### 1.4.4. A Eficiência do Trabalho

A família agrícola constitui uma empresa muito específica, entre outros aspectos, quanto às relações laborais. Estas desenvolvem-se a par das relações familiares, estando ambas interligadas, o que arrasta consequências muito particulares no que respeita à eficiência do trabalho.

É interessante analisar as contribuições da Economia da Família para esta questão, as quais, embora não tenham sido dirigidas ao caso da pequena agricultura, encontram aí aplicação.

Ben-Porath (1982) sugere que na economia familiar quem não maximiza não é necessariamente eliminado, abrindo a hipótese de que as estratégias económicas se podem basear em contratos implícitos entre pessoas que esperam estar ligadas entre si durante muito tempo.

Mas, por outro lado, como se trata de parentes, as transacções podem até ser mais eficientes já que os comportamentos são baseados no auto-reforço dos contratos implícitos.

A tese de Pollak (1985) vem precisamente ao encontro desta conclusão. Segundo este autor, as relações económicas familiares desenvolvem-se com base em elementos como o altruismo, a lealdade e os conflitos.

O altruismo tanto pode proporcionar maior eficiência, limitando os comportamentos oportunistas e promovendo a cooperação para um objectivo comum, como pode dar lugar à permissividade em relação a uma

execução menos cuidada das tarefas. A lealdade é indutora de maior eficência, e está associada não só a normas sociais de conduta, mas também à possibilidade de sanções extra-económicas (expulsão da família, sentimentos negativos). Os conflitos, além de fazerem sentir a possibilidade ou a proximidade de accionamento destas sanções, aumentando a eficiência, podem conduzir a situações de desinteresse ou de abstenção, por outro lado (Pollak, 1985).

Em síntese, as relações laborais no interior da família (e segundo Pollak) contêm elementos proporcionadores, ao mesmo tempo, de maior eficiência (trabalhar para um objectivo comum, recear sanções extra-económicas, ambicionar recompensas), e de maior "desleixo" (benevolência, desinteresse).

Utilizando estes elementos, é possível agora inseri-los no contexto em causa, e integrar neles os confrontos intergeracionais atrás mencionados.

Então, poder-se-á suspeitar que o altruismo e a lealdade permanecem, mas atenuados pela aprendizagem desenvolvida em contextos alternativos ao familiar, e que as novas opções e aspirações em termos de profissão e de estatuto social podem reduzir o poder do pai.

Seguindo a conclusão do ponto anterior, e no sentido de procurar vencer a ambiguidade e, de certo modo, a indeterminação, que envolve a questão da eficiência do trabalho familiar, esta mesma questão será abordada (em capítulo posterior) através do estabelecimento de situações-tipo, em que se cruzarão casos de chefes de família e de exploração (autoritários e liberais) com casos de jovens trabalhadores familiares (interessados ou não na actividade agrícola).

1.4.5. O Património

Um outro estímulo à eficiência da actividade agrícola de base familiar é constituído pelo património, no duplo sentido de um recurso que se espera vir a possuir um dia, e de uma exploração da qual se conhecem bem as especificidades, conhecimento que foi obtido através da aprendizagem profissional familiar.

A transmissão do património adquire nos meios rurais um significado muito particular: ela constitui a base da continuidade ( leia-se, perpetuação nos mesmos moldes ) da exploração e da família. Pelas razões atrás expostas, este "significado" tem vindo a perder sentido.

Excepção feita para o caso do arrendamento, em que não existe transmissão de propriedade, mas apenas uma transmissão de saberes sobre aquela propriedade. A sucessão na chefia (como rendeiro) da exploração, porém, não é senão uma remota expectativa (13).

A expectativa da sucessão na chefia constitui, assim, e para o agricultor por conta própria, um estímulo à eficiência. O jovem trabalhador familiar terá o maior interesse em investir e modernizar uma exploração que espera vir a dirigir mais tarde. Isto só é válido, evidentemente, se o filho aspirar a continuar na agricultura.

E, como já se afirmou, esta aspiração existe, hoje em dia, num número cada vez mais restrito de casos.

Antigamente, a sucessão na chefia era considerada como uma honra, e esperada como tal pelos descendentes, já que a profissão era socialmente

valorizada (Champagne, 1986). A alteração de múltiplas condições, associada à transformação do meio rural, nomeadamente o surgimento de novas oportunidades geradoras de uma maior mobilidade física e profissional, e a desvalorização social da actividade agrícola, coloca os jovens de hoje perante opções, das quais a continuidade na exploração não será, certamente, a que mais corresponde às suas aspirações.

Daí que a consideração de sucessões (ou expectativas de sucessões) voluntárias e involuntárias se torne relevante para a averiguação da eficiência do trabalhador familiar, e do chefe da exploração.

### 1.4.6. A Família no Meio Rural : Evidências da Transformação Recente das Relações Familiares

A transformação das relações familiares no campo resulta essencialmente da passagem de uma situação em que os sucessivos contextos de aprendizagem eram consonantes, sendo os saberes, os modos de atribuição de sentido e as aspirações que a família transmitia confirmados/legitimados pelas experiências posteriores, a uma outra, em que a dissonância de contextos arrasta a deslegitimação da aprendizagem familiar.

No sentido de confirmar esta hipótese procurei algumas evidências ou depoimentos sobre o fenómeno. A escassez da evidência, especialmente no caso português, torna-se um factor limitativo, pelo que foram acrescentados

alguns depoimentos relativos à transformação das relações familiares no caso francês.

A escola, por exemplo, constitui um forte contexto de deslegitimação da aprendizagem familiar, originando situações de conflito, como atestam as palavras de um pai, lamentando-se de que :«um rapaz estuda durante dois anos, e já o pai deixa de ter mão nele. É preciso que o pai imponha as suas ideias perante o professor» (Champagne,1986). Os pais sentem-se deslegitimizados, vendo a sua autoridade abalada, e comparam a sua situação quando jovens com a dos seus filhos : «ouviamos o que os pais diziam e pronto»; e, quando lhes perguntam se são tão severos com os filhos quanto tinham sido os seus pais, respondem «não e talvez nem pudessemos ser» (Champagne, 1986).

O caso português evidencia (ainda ?) as tentativas de autoridade por parte dos pais. Um inquérito aos jovens mostra que eles são menos solicitados a colaborar na resolução dos problemas familiares nas zonas rurais do que nas zonas urbanas (Barão, 1983).

Os pais parecem aqui menos resignados perante a "fuga" dos filhos à família e ao trabalho na exploração : «os jovens abandonam, mas eu prendo os meus; eles são calaceiros, mas eu castigo os meus filhos e eles têm que aprender» afirma um pai da região do Vale do Lima (Mourão e Brito, 1983).

É possível que, no meio rural português, o autoritarismo seja ainda forte, dando lugar a situações de conflito. Situações que resultam da transformação do espaço social rural, tendo esta arrastado " (...) uma dissolução do sistema de papeis que tradicionalmente lhe [à família] assegurava a sobrevivência e o funcionamento (...) [e] a indefinição de um

sistema de autoridade, buscando contraditoriamente fundamento na efectiva capacidade de assegurar e gerir os trabalhos agrícolas e domésticos ou na de garantir, do exterior, a sobrevivência, em termos financeiros, da exploração agrícola e do agregado familiar, com todas as tensões e conflitos a que inevitavelmente tal facto dá lugar (...)" (Madureira Pinto, 1985, pp.121/122).

## 1.5. Algumas Conclusões

O objectivo deste capítulo consistia numa averiguação das transformações sociais nos campos, e dos respectivos efeitos sobre os agentes económicos. Tais efeitos revelaram-se diferenciados, e nesse sentido foi dirigida a pesquisa. Procurei encontrar as razões dessa diferenciação, e a forma como os referidos efeitos se integram no agente e condicionam o seu comportamento (através do habitus).

Munida destes "instrumentos", tentei em seguida identificar tipos ou grupos de agentes, presentes no noroeste português, que se diferenciam quanto à sua propensão à inovação/modernização, e quanto às suas aspirações. Jovens, pluriactivos, emigrantes regressados, retornados das ex-colónias, e rendeiros foram os grupos identificados.

Por outro lado, a eficiência das explorações familiares, tema de relevo para este trabalho, conduziu a uma breve pesquisa sobre as relações laborais familiares, onde também se distinguiram situações diversas.

A próxima tarefa, e estando identificados os agentes e as suas predisposições, consiste em pesquisar elementos sobre os comportamentos económicos no sector da pequena agricultura, através das abordagens que sobre este tema foram feitas.

NOTAS :

(1) Esta "equivalência" não é, obviamente, automática, nem terá uma coincidência exacta em termos cronológicos. Mas, em geral, os dois fenómenos acompanham-se e estão interligados.

(2) Esta homogeneidade não seria total. Diferenças de classe se interpunham entre a aristocracia rural, os rendeiros, os pequenos proprietários, etc. No entanto, em cada classe, os contextos de aprendizagem tenderiam a ser homogéneos, assegurando a reprodução das situações.

(3) O que não será tão linear. Por vezes, a família debate-se entre o desejo de continuidade da exploração e a aspiração a um "futuro melhor" para os filhos.

(4) Resultados extraídos do um inquérito do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED) aos jovens.

(5) IED; ver nota (4).

(6) No concelho de Fafe, área da pesquisa de terreno, existiam, em 1987, 434 estabelecimentos comerciais, dos quais 280 de géneros alimentícios e bebidas, 62 de vestuário e calçado, 24 de mobiliário, e 33 de comércio a retalho não especializado (Direção Geral do Comércio, 1988).

(7) Muitas vezes não adequado à dimensão da exploração, e cujo objectivo é mais a valorização social do agricultor perante a colectividade.

(8) O que, na altura, equivalia a industrializar.

(9) Sobre esta matéria, consultar Figueiredo e Costa (1982).

(10) Os emigrantes regressados apresentarão provavelmente comportamentos variáveis quanto às suas aspirações e à sua capacidade de modernização.

(11) Isto principalmente no caso dos que se implantaram nos meios rurais. Nas grandes cidades, muitos foram reintegrados no funcionalismo público.

(12) Optou-se pela consideração do arrendamento como um caso "especial", devido à sua menor incidência actual, relativamente às restantes formas. Para uma elucidação sobre este assunto, ver o capítulo 4.

(13) Muitas especificidades interessantes podem derivar deste facto. Por exemplo, é possível que os filhos do rendeiro casem mais cedo (não esperando a sucessão na chefia), e que tenham maior mobilidade espacial e profissional.

# CAPÍTULO DOIS

## 2. Abordagens da Problemática da Pequena Agricultura

### 2.1. Os "Clássicos" : De Lenine a Chayanov

#### 2.1.1. Lenine e as Soluções Fatalistas

Não existem na obra de Lenine grandes referências explícitas ao comportamento económico dos pequenos agricultores. Sendo assim, apenas se justifica um brevissimo comentário à obra do autor. Aliás, uma boa parte dos seus trabalhos sobre a questão agrária têm um objectivo nítido: demonstrar que, mais cedo ou mais tarde, mas nunca num prazo muito dilatado, o capitalismo dominaria completamente o sector agrário, substituindo-se as relações de produção capitalistas às formas anteriores. Se esta dominação se cumpriu ou não, é discussão que mereceu já a atenção de uma literatura abundante (1). Interessa aqui, apenas, analisar de modo muito sucinto as considerações sobre o comportamento do campesinato no processo que, segundo Lenine, conduziria à sua própria destruição.

O ponto de partida da teoria de Lenine consiste numa desigualdade inicial na distribuição da propriedade. Herdadas já de formas primitivas, pré-existem ao processo de destruição diversas classes de agricultores, de acordo com a respectiva riqueza, a qual se traduz na dimensão das respectivas explorações. Destes grupos sairiam outros, como a burguesia

agrária, o proletariado rural, o quasi-proletariado rural (classe transitória, que tenderia a desaparecer), e o campesinato médio, este com destino precário, com tendência a ser englobado nas duas primeiras classes, as únicas que perdurariam no final do processo de transformação.

A inclusão dos camponeses num destes grupos dependeria da dimensão das respectivas explorações. E, se o pequeno campesinato é incapaz de se transformar em "médio agricultor comercial", a esta categoria apenas pode ter acesso o médio campesinato. Estes últimos adquirem terras, melhoram a sua exploração, introduzem inovações, desenvolvem a cultura de forragens, a produção pecuária, etc. (Lenine, 1899). Resta saber qual é o limite, que secção deverá ser feita às classes de dimensão para obter o "camponês médio". Do ponto de vista do seu comportamento, este assenta num certo mecanicismo. Basta possuir uma determinada área de terra para que ele se torne num elemento modernizador, estando, pois a capacidade de modernização resumida a este critério.

Deste modo, encontra-se nesta abordagem algum determinismo de comportamento, já que todos procedem da mesma forma. Haverá uma classe de dimensão abaixo da qual todos se arruinam e são proletarizados, não havendo lugar para qualquer esforço por parte de alguns, e acima da qual todos progridem, sejam novos ou velhos, capazes ou incapazes.

O objectivo de Lenine esvazia de qualquer conteúdo a análise do comportamento económico do pequeno agricultor. De que serviria estudar um grupo social que tendia a desaparecer, e a ser substituido pela burguesia agrária e pelo proletariado ?

## 2.1.2. Kautsky : "Pequena exploração" versus "Grande Exploração"

Kautsky tem como objectivo de análise a averiguação da consistência de cada uma das duas correntes teóricas da época, uma prevendo o domínio do capitalismo na agricultura, outra defendendo a persistência da pequena exploração camponesa.

A sua obra sobre esta matéria, "A Questão Agrária" (1972), sem constituir propriamente uma teoria acabada, é baseada na observação das tendências gerais da agricultura europeia, e na interpretação do funcionamento de duas realidades, a grande exploração capitalista e a pequena exploração camponesa. E é precisamente na análise do funcionamento das explorações familiares que se podem encontrar, embora dispersos ou por vezes implícitos, elementos muito interessantes sobre o comportamento económico das mesmas.

Estes comportamentos não estariam provavelmente incluídos nos principais interesses de Kautsky. Pelo contrário, ele estava empenhado na construção das bases de uma prática política, argumentando que "(...) são as necessidades práticas, muito mais que as necessidades teóricas, que fazem com que hoje nos debrucemos sobre a questão agrária (...)" (Kautsky, 1972, 1º volume, p. 14). Necessidades práticas que se traduziam nos problemas da transformação socialista da agricultura, feita antes ou depois da proletarização dos camponeses, sendo neste último ponto que residia a polémica.

Os resultados da sua investigação opõem-se às conclusões de Lenine, no sentido em que nenhuma das correntes envolvidas na polémica era, na sua opinião adequada; e isto porque "(...) na agricultura, não deveríamos esperar o fim da grande exploração, nem o da pequena (...)" (idem, idem, ibidem, p. 12).

Segundo o autor, o "dualismo", a convivência entre as duas formas de agricultura, aliás mais visualizadas pela comparação do que pelo seu relacionamento, tenderia a permanecer.

Para chegar a estas conclusões, Kautsky desenvolve uma detalhada análise da grande e da pequena exploração. E é quanto a esta última que importa reter aqui o seu ponto de vista.

Os elementos sobre o comportamento da pequena exploração podem ser analisados segundo duas temáticas: a do seu funcionamento interno e a das condições estruturais "externas" em que está integrada.

De entre os elementos contidos na primeira temática, destacarei aqueles que, pela sua actualidade, e pela sua oportunidade em relação a este trabalho, se revelam como pertinentes.

Kautsky salienta a identificação entre família e exploração, considerando-as como duas realidades indissociáveis. " (...) A causa principal da solidariedade entre a exploração agrícola e a organização familiar são as estreitas relações que, do ponto de vista económico, entre elas existem (...) a exploração produz, em grande parte, para o consumo da família" (id., id., ibid., p. 213).

Mas não só com vista ao consumo familiar produz a exploração camponesa. O "(...) desenvolvimento da indústria e do comércio produziu também nas cidades, novas necessidades que, precisamente como os instrumentos novos, aperfeiçoados, penetravam no campo de maneira tanto mais rápida e tanto mais irresistível quanto mais activas se tornavam as relações entre a cidade e o campo (...)" (id., id., ibid., p. 25). Esta crescente actividade de relações entre o campo e a cidade sugere a intensificação da pequena agricultura mercantil.

Kautsky aceita que o consumo dos camponeses não se restringia aos bens alimentares, mas que tendia a alargar-se aos produtos da grande indústria, pela via de novas necessidades resultantes do contacto com a cidade. Necessidades que, afinal, raramente seriam satisfeitas. A descrição das condições de vida dos camponeses corresponde a uma situação de extrema miséria, de um consumo reduzido ao mínimo, o que era devido ao baixo nível de rendimento.

Os baixos níveis de rendimento decorriam, segundo Kautsky, de razões técnicas ligadas à impossibilidade de realizar economias de escala, e de razões que tinham a ver com dificuldades de acessibilidade, as quais, de diversas formas, se repercutiam em preços baixos.

Mas para estes fracos níveis de rendimento contavam também factores derivados de lacunas quanto à capacidade empresarial. Certo, as máquinas só seriam rentáveis em maior escala, portanto em grandes explorações. Mas as máquinas "(...) frequentemente são muito complicadas e exigem para a sua utilização uma inteligência considerável. Mas, precisamente, no campo, nos últimos séculos, as condições de educação

popular e de desenvolvimento intelectual têm sido muito desfavoráveis. Muitas vezes, a máquina não encontra as forças de trabalho de que tem necessidade" (id., id., ibid., p. 64).

Daí que "(...) a instrução superior que uma exploração inteiramente racional exige é, decerto, dificilmente conciliável com as actuais condições de existência do camponês" (id., id., ibid., p. 148).

Kautsky coloca a questão a um nível semelhante ao que tem vindo a ser colocado neste trabalho: os fracos resultados económicos estão ligados à capacidade empresarial, e esta a especificidades da racionalidade económica, o que, por sua vez, deriva de outro tipo de condições (neste caso, a educação e o desenvolvimento intelectual, não compatíveis com as novas técnicas).

Um outro aspecto interessante da análise de Kautsky é a sua observação sobre a questão da eficiência. Ao referir-se às (poucas) vantagens da pequena exploração, menciona que nesta existe uma maior aplicação, o que se deve à "(...) actividade mais intensa, [aos] cuidados mais assíduos do trabalhador que produz para si próprio (...)" (id., id., ibid., p. 148).

Os rendimentos das famílias agrícolas provêm também das ocupações acessórias, aspecto a que o autor dá um certo relevo na sua obra. A dedicação a estas actividades (como a indústria a domicílio e a indústria rural) resulta da insuficiência dos rendimentos agrícolas.

As ocupações acessórias têm consequências negativas. Além de originar desleixo na agricultura, o trabalho do camponês na indústria

fornece-lhe mais dinheiro, provocando mais casamentos, maior aquisição de terras, e, finalmente, maior fragmentação da propriedade. A pluriactivadade torna-se um factor de conservação da pequena exploração. Esta ideia volta à discussão nos dias de hoje.

Quanto às condições estruturais do sector, elas são também responsáveis pelos fracos rendimentos da exploração camponesa.

Com a integração mercantil da pequena agricultura, "(...) o camponês caíra sob a dependência do mercado, que para ele era ainda mais caprichoso e incerto do que as condições atmosféricas (...) não dispunha de meios para impedir a baixa do preço e para tornar vendáveis cereais invendáveis" (id., id., ibid., p. 27).

A incerteza aliada às condições de mercado, e a dificuldade em lidar com essa incerteza (leia-se: em decidir num contexto de incerteza) constituia uma grave limitação da pequena agricultura. Não se pode deixar de apreciar a actualidade destas afirmações.

O preço depende das condições de produção da grande exploração, reflectindo, assim, os respectivos custos, menores que os da exploração camponesa.

Esta encontrava-se ainda prejudicada pela concorrência das importações provenientes das colónias ou antigas colónias, ou da Europa Oriental, zonas onde os custos eram mais baixos.

Outra limitação que se coloca à pequena exploração é a falta de acessibilidade. "O camponês, isolado, só tendo para vender uma pequena quantidade de produtos, não chega ao grande mercado. Faz os seus

negócios com o comerciante que habita na pequena cidade vizinha, ou que o vem procurar" (id., id., ibid., p. 145).

Em resumo, a exploração camponesa subsiste, para o que concorre a sua dependência da agroindústria, como o autor sugere no final da "Questão Agrária". Mas subsiste limitada por factores que consistem, afinal, na falta de capacidade empresarial, tanto ao nível técnico (na exploração), como ao nível da agressividade no mercado.

A análise de Kautsky continua, assim, e na minha opinião, com uma extraordinária actualidade. Pena é que as preocupações políticas não tivessem proporcionado um aprofundamento da sua análise. Os estudos de Chayanov revestem já, pelo contrário, um autêntico carácter de investigação científica na área da economia agrária.

### 2.1.3. Chayanov e a Teoria da Economia Camponesa

#### 2.1.3.1. Objecto e Método da Teoria de Chayanov

O objectivo do estudo de Chayanov é a organização da produção camponesa, incidindo sobre a determinação das leis internas que regem o funcionamento das pequenas explorações familiares.

Acusado pelos seus críticos de dedicar o seu trabalho a um tipo de organização económica já moribundo, Chayanov argumenta que não é tanto a evolução das relações sócio-económicas (penetração do capitalismo) nos campos que o preocupa; e, embora possa estar de acordo com a tese do

desaparecimento, a longo prazo, das pequenas unidades familiares, considera que estas permanecerão inalteráveis pelo menos "(...) dentro dos limites da próxima década (...)" (Chayanov, 1966, p. 47), merecendo, portanto, a atenção dos investigadores.

É de supor que nem Chayanov nem uma boa parte dos teóricos da sua escola acreditassem no desaparecimento, mesmo a mais longo prazo, da pequena exploração familiar. A ideia que transmite é mais a de que não se quer envolver numa polémica talvez estéril, mas antes avançar para um campo de análise praticamente inexplorado (2).

Os motivos que invoca para a pertinência da sua investigação ligam-se a evidências empíricas sobre irregularidades, ou melhor, irracionalidades do comportamento das unidades em causa. A realidade da Rússia da época mostrava, com efeito, que tais unidades não adoptavam equipamentos modernos, não funcionavam com a composição de produção "óptima", nem de acordo com outras regras de racionalidade, além de sustentarem um subemprego elevado (3).

O objectivo da sua análise afasta-se, pois, do tema dominante em economia agrária da época. Alertado pela descoberta de irracionalidade de comportamento de um tipo de explorações que considera largamente predominante na Rússia, Chayanov propõe-se averiguar da racionalidade que está subjacente a esses comportamentos.

A sua metodologia foi também alvo de vivas críticas.

Possuindo uma excelente recolha de dados (4), ao atacar qualquer problema, Chayanov começa sempre pela observação das tendências

sugeridas pela evidência empírica. Estas tendências, devidamente analisadas, conduzem à colocação de questões, no sentido de investigar regularidades, ou leis, de comportamento.

De novo, Chayanov recorre ao valioso material empírico de que dispõe, reelaborando-o de forma a detectar novas relações, e a partir para a formulação de leis gerais, das quais se pode dizer que são construídas sem dogmatismo e sem excessivas preocupações de universalismo. São sempre previstos desvios, influências de diversos factores, ou especificidades regionais ou nacionais.

Ponto notável na teoria de Chayanov é, em conclusão, a sua base de apoio em termos de comportamentos observados (e a forma como a utiliza), o que sugere uma forte adequação à realidade das proposições que formulou.

Chayanov foi muito criticado pela utilização de conceitos não marxistas, nomeadamente de alguns que provinham da escola austríaca. Ele próprio refere frequentemente essas críticas. Sujeito aos condicionalismos da época, justifica que "(...) K. Marx reconhece a possibilidade de avaliação de benefícios pelo consumidor, mas estabelece que não é possível deduzir daí o fenómeno social do preço. De um modo análogo, descobri a presença de um equilíbrio trabalho-consumo na prática económica da exploração camponesa (...) mas não considero de modo algum que seja possível deduzir daí o sistema global da economia nacional" (idem, ibidem, p. 46). "A escola da utilidade marginal tentou derivar das avaliações subjectivas da utilidade dos objectos um sistema global de economia nacional. Este foi o seu principal erro " (id., ibid., p. 220).

Dir-se-ia hoje que Chayanov aceitava as proposições da "Casa de Áustria" (como ele próprio lhe chama) ao nível microeconómico, mas não ao nível macroeconómico. O seu problema, de acordo com o que escreve, é que está a analisar uma realidade onde não existe a categoria de salários, o que o marxismo não prevê. Sem dispor desta categoria, nem da do lucro, não se torna possível desenvolver a sua análise dentro da ortodoxia da época.

Encarada a questão sessenta anos depois, inclino-me a pensar que Chayanov foi conduzido, pelo objectivo da sua análise, ao problema das decisões da pequena exploração familiar. Não encontrando no marxismo (cujos esquemas se baseiam em propensões pré-estabelecidas) uma teoria da decisão, foi obrigado a socorrer-se do material da escola da utilidade marginal, nomeadamente da avaliação subjectiva de doses sucessivas, que aplicou ao consumo e ao cansaço devido ao trabalho.

De resto, encontram-se elementos diversos na abordagem de Chayanov. O seu estudo sobre o capital baseia-se em esquemas de reprodução marxianos ; encontram-se concepções algo malthusianas na sua análise da evolução e da diferenciação social do campesinato, etc.

### 2.1.3.2. O Comportamento das Explorações Camponesas : uma Breve Apreciação da Teoria de Chayanov

Acessível há pouco mais de duas décadas aos estudiosos do ocidente, a obra de Chayanov apresenta uma notável actualidade, não só,

como foi afirmado, em relação aos "(...) problemas que hoje preocupam os economistas em países como o Brasil, México, Turquia, Nigéria, India e Indonésia (...)" (Thorner, 1966, p.xi), como também quanto à investigação económica em países ou regiões da Europa onde a pequena exploração familiar é dominante, como é o caso, entre outros, do noroeste português.

Tal actualidade resulta, assim, da persistência, ao longo do tempo, das unidades que Chayanov analisou (as pequenas explorações agrícolas integradas no mercado), sendo notável a relevância das questões que foram colocadas, e o tratamento teórico apurado que lhes foi prestado.

O objectivo económico das pequenas explorações camponesas é o de "(...) satisfazer as suas necessidades na maior extensão possível, e assegurar a estabilidade da exploração por um processo de renovação do capital, com o menor dispêndio de energia" (id., ibid., p.120).

A família estabelece um equilíbrio básico entre a utilidade marginal dos bens de consumo (e de investimento com vista a um consumo futuro) e a desutilidade marginal da fadiga devida ao trabalho. Este equilíbrio básico determina o volume de produção e a quantidade de esforço dispendido.

A composição da família, tendo em conta o número de consumidores e de trabalhadores familiares, torna-se um elemento fundamental na determinação do equilíbrio.

O consumo familiar não resulta apenas de uma apreciação subjectiva da utilidade dos bens. Chayanov não concorda, também, com um padrão fixo de consumo, próximo do nível de subsistência. " (...) Uma certa semelhança com um nível invariável de consumo ocorre somente naquelas

áreas e naqueles períodos em que, devido à baixa produtividade do trabalho camponês, os rendimentos quase não alcançam o mínimo fisiológico de existência" (id., ibid., p. 105).

Em outros casos, o aumento do consumo "(...) depende não só de rendimentos mais elevados e do maior orçamento daí resultante, mas também da expansão das próprias necessidades devida aos elementos de uma cultura urbana superior que penetra nos campos" (id., ibid.,p. 131). Observou-se empiricamente que "(...) especialmente em áreas de manufactura e comércio, e sob a pressão de novos hábitos urbanos e de uma série de novas necessidades urbanas, que penetram nos fundamentos da vida rural, a estrutura e o nível de consumo foram sujeitos a alterações muito consideráveis " (id., ibid., p.131).

Note-se que as mesmas transformações originaram idênticos efeitos no noroeste português, nas três últimas décadas, como mostrei no capítulo anterior. Esta verificação apoia, novamente, a tese de Chayanov de que o consumo só se reduz ao mínimo de subsistência em situações ou de extrema pobreza, ou de ausência de contacto com a cultura de tipo urbano.

Mas, para consumir mais, a família tem que trabalhar mais, levando mais longe a fadiga devida ao trabalho. No entanto, a unidade familiar poderá dispor de outros rendimentos provenientes de actividades como as manufacturas e o comércio (5). Todos estes rendimentos são considerados na determinação do equilíbrio básico.

Chayanov interroga-se sobre os factores que condicionam a divisão do trabalho familiar entre a exploração e as outras actividades. Aceita que a

falta de capital e de terra pode ser um motivo para a família camponesa afectar uma boa parte do seu trabalho a outras actividades.

No entanto, salienta que "(...) em numerosas situações não é, de modo algum, uma falta de meios de produção que conduz à obtenção de rendimentos das manufacturas e do comércio, mas, antes, uma situação de mercado mais favorável a estas actividades, no sentido da sua remuneração em relação à agricultura"(id., ibid., p. 107).

Citando evidências de abandono de cultivo de parcelas de terra em áreas de expansão urbano-industrial, o autor conclui que "(...) podemos estabelecer teoricamente que a divisão de trabalho da família camponesa entre a agricultura e as manufacturas e comércio é determinada por uma comparação da situação de mercado nestes dois ramos da economia" (id., ibid., p. 109).

Tendo em conta os dois tipos de rendimentos, a família estabelece, então, um equilíbrio entre o consumo e a fadiga devida ao trabalho. Mas o consumo futuro pressupõe a afectação de meios para a manutenção da exploração, e, eventualmente, para um aumento do volume de produção, o que, em terminologia mais moderna, corresponde ao investimento de substituição e ao investimento líquido.

Estas despesas de renovação e de aumento de capital, segundo Chayanov, tanto são afectadas pelo equilíbrio básico entre o consumo e a fadiga devida ao trabalho, pois o seu montante resultará da redução do consumo presente e da quantidade de esforço seleccionada, como afectam esse equilíbrio, representando um maior consumo futuro.

Quanto ao primeiro sentido da implicação, verifica Chayanov que, a um nível muito baixo do rendimento, as necessidades do consumo absorvem a quase totalidade desse rendimento, sendo mesmo difícil guardar meios para renovar o capital existente. As evidências de que o autor dispõe mostram que, com o crescimento do rendimento, o capital da exploração cresce a uma taxa superior, até um determinado ponto. Chayanov conclui, então, da existência de um óptimo de investimento, embora considerando que a maioria das explorações se situa muito abaixo desse óptimo.

Infelizmente, Chayanov não desenvolve esta análise, afirmando não dispor de suficientes evidências empíricas. Fica, em dinâmica, a conclusão de que o investimento da exploração é uma função crescente do rendimento, aumentando a uma taxa crescente até um determinado ponto. O que significa que a família agrícola, quando vê o seu rendimento aumentado, planeia dedicar uma parte cada vez maior desse aumento ao crescimento (e eventual modernização) da exploração, até que esta se encontre numa situação de óptimo económico.

Chayanov verifica que as explorações com pluriactividade têm um maior gasto por consumidor em despesas de capital, e possuem um maior stock de capital fixo do que aquelas que se dedicam exclusivamente (ou quase exclusivamente) à exploração. O que o autor justifica pelo facto de que a dedicação a outras actividades corresponde a um nível superior do consumo, conduzindo inevitavelmente a um crescimento do capital.

Note-se, de passagem, que tal fenómeno foi recentemente constatado em Portugal, como se verá mais adiante. As explorações em pluriactividade possuem, assim, mais meios para investir. O que há que analisar é se essas

explorações não têm também necessidade de substituir o trabalho, que se torna mais escasso, por capital.

Um outro ponto pertinente na situação actual do noroeste português é o dos objectivos da produção agrícola, o autoconsumo ou a produção para venda.

Apoiando-se nas evidências de que dispõe, Chayanov sugere que, à medida que a exploração vai entrando em contacto com o mercado, vai substituindo as produções para autoconsumo que não se revelam "rentáveis" (ou seja, que se podem adquirir a um preço inferior ao custo de produção na exploração) por produções destinadas ao mercado.

Fundamental para este trabalho é, sem dúvida a questão da racionalidade camponesa. Sem a colocar de forma explícita, Chayanov aborda esta temática de um modo muito interessante. A sua opinião é a de que o camponês é racional (do ponto de vista económico, evidentemente) sem ter consciência de o ser.

O autor deixa bem claro que " (...) o nosso camponês, durante centenas de anos, tem gerido a sua exploração de acordo com planos definidos e objectivos, sem talvez os reconhecer de um modo global (...) o plano organizativo da exploração camponesa é actualmente constituído não através de um sistema de estruturas e de conhecimentos lógicos e interrelacionados, mas pela força da sucessão e imitação de experiências e selecções, ao longo de muitos anos, e, muitas vezes, subconscientemente(...)"(id., ibid., p. 119).

A família camponesa obedece a planos bem estabelecidos, através de práticas de sucessivas gerações, sem constituirem "(...) uma estrutura consciente, escrita, com todos os seus quadros e mapas num grande livro " (id., ibid., p. 119).

É inegável que isto se verifica em fases de domínio da tecnologia tradicional. Mas torna-se estranho que Chayanov, vivendo numa época em que se assistia a transformações tecnológicas na agricultura, acusando as dificuldades encontradas na difusão de equipamentos modernos, não tenha colocado a questão das dificuldades que o camponês sente perante a integração crescente da pequena agricultura no mercado e no sistema tecnológico moderno. Mas não terá o autor detectado algumas "lacunas" na racionalidade camponesa, ao referir expressamente a ausência de registos, e de interrelação lógica de conhecimentos técnicos e de mercado ?

A racionalidade do camponês é maximizante, no que se refere à determinação do seu equilíbrio básico. Certo, todos os camponeses serão perfeitamente capazes de conhecer os níveis de fadiga que o trabalho lhes causa, e a utilidade que os bens de consumo lhe proporcionam. Até aí, não existe nenhuma dificuldade no estabelecimento do equilíbrio básico.

O problema começa a existir quando se explora a outra determinante desse equilíbrio, a necessidade de manter, e de renovar/modernizar a exploração. Para conhecer a utilidade do consumo futuro, o camponês terá de conhecer o montante desse consumo, e, portanto, o rendimento líquido que poderá obter com o investimento. Para isso, deverá saber quais as produções em que se torna mais rentável investir, e quais os meios técnicos que o investimento visa. E aí por diante.

Colocada desta forma, a decisão quanto ao equilíbrio básico torna-se muito mais complicada, e a perfeita maximização do bem estar não será acessível ao camponês.

Estes aspectos fundamentais continuarão a ser tratados ao longo deste trabalho.

### 2.1.3.3. Chayanov e o Mundo Ocidental

A tradução da principal obra de Chayanov e a sua acessibilidade ao mundo ocidental deu origem a diversas "aplicações" desse trabalho.

Baseados na relevância da economia camponesa para o estudo de problemas da agricultura dos países menos desenvolvidos, alguns economistas anglo-saxónicos(Harrison, 1982; Kerblay, 1971; Thorner, 1966) desenvolveram importantes contribuições para a divulgação e para o reconhecimento da relevância da obra de Chayanov. A este nível, tem-se falado de uma escola anglo-saxónica da economia camponesa, cuja principal base teórica reside nas teses de Chayanov.

Também em França, onde a agricultura familiar é dominante, se considerou que "(...) a tentativa dos populistas russos de elaborar uma verdadeira economia rural adaptada ao seu objecto permanece com um surpreendente modernismo, passado meio século (...) [a análise de Chayanov] sugere modos possíveis de conciliação entre as exigências da produção agrícola e as necessidades da economia moderna" (Mendras, 1984, p.12).

Alguns aspectos particulares da teoria de Chayanov foram utilizados como possíveis respostas a problemas que antes não tinham sido satisfatoriamente resolvidos. A racionalidade camponesa foi talvez o ponto mais realçado: "(...) o utilitarismo de Chayanov constituiu um grande avanço científico. Os camponeses não podem ser analisados nem como selvagens inocentes nem como duplas personalidades" ( Harrison, 1982, p. 255 ).

Em Portugal, onde a questão da pequena agricultura assume particular relevo na prática da política económica, os trabalhos de Chayanov começam a ser citados, nomeadamente quanto à determinação do objectivo económico das explorações familiares (Reis, 1981), quanto à negação da sua pretensa dualidade de capitalista explorador e de camponês explorado, e à consideração da família (e não do indivíduo) como unidade básica de análise (Hespanha, 1981), entre outros aspectos.

Não posso deixar de chamar a atenção para a existência de uma ou outra leitura talvez mais apressada dos trabalhos do economista russo, de onde resultam acusações como a de que, para Chayanov, o camponês deixa de trabalhar quando produz o suficiente para ser capaz de adquirir aquilo de que tem necessidade (Heynig, 1982).

## 2.2. As Abordagens Recentes

### 2.2.1. Breve Introdução

São muito escassos os estudos que, na segunda metade do século xx, visaram a apreensão das especificidades da economia da pequena

agricultura. Etnólogos, antropólogos, sociólogos, encontraram no mundo rural um vasto campo de investigação, tendo chegado a resultados que revestem o maior interesse. Importantes pesquisas desenvolveram-se a nível da Agronomia, que por vezes sentia necessidade de recorrer a análises da gestão da empresa agrícola.

No entanto, e se bem que a abordagem económica das questões agrárias não possa ser considerada independentemente de todas as contribuições desses foros científicos (6), as questões essenciais estudadas por Chayanov - a racionalidade, as decisões sobre a composição da produção, sobre o investimento , as técnicas utilizadas, a afectação do trabalho familiar, etc. - pouca atenção têm merecido nas últimas décadas, e permanecem ainda sem resposta satisfatória.

Dois aspectos essenciais influenciaram o pouco interesse que os economistas têm dedicado à pequena agricultura familiar. De um lado, as controvérsias no seio da teoria marxista, que se centravam em torno da questão do desaparecimento desta forma de agricultura, em favor da total penetração do capitalismo nos campos, tornavam-na um fenómeno de transição, que não merecia a pena investigar. De outro lado, as tendências do desenvolvimento económico, arrastando uma drástica diminuição da importância da agricultura no PIB (e a apologia que se fez dessas tendências, consideradas como saudáveis e inevitáveis), conduziram à consideração não só da pequena agricultura, mas também do conjunto do sector, como uma actividade em vias de extinção, que, como tal, não captou o interesse dos estudiosos e dos políticos.

Alguns trabalhos foram-se entretanto, dedicando a este tema da pequena agricultura, e dentro deles, podem-se distinguir duas linhas fundamentais.

Uma primeira, radicada na Europa, e referente aos problemas de países onde a pequena agricultura familiar persistiu, e é ainda hoje uma realidade importante, como é o caso, entre muitos outros, da França. Também em Portugal, e muito especialmente nas duas últimas décadas, a pequena agricultura tem constituído um campo interessante de investigação, a qual se tem encaminhado cada vez mais para as questões de natureza económica.

A outra perspectiva encontra-se ligada à questão do subdesenvolvimento. Desde que, após a segunda guerra mundial, a atenção do ocidente se fixou "nessa zona obscura do mundo", tornou-se evidente que a agricultura era aí de primordial importância. E, à imagem e semelhança do mundo ocidental, que, afinal não constituía senão um caso especial (Seers, 1963), interessava a redução progressiva, escalonada em etapas de desenvolvimento (Rostow, 1960), do sector incómodo, ineficiente e conservador que a agricultura representava.

As políticas da época, convenientemente apoiadas no campo teórico (Lewis, 1954; Nurkse, 1953; Rodan, 1943) preconizavam movimentos migratórios para as zonas ou pequenas "ilhas" industriais e modernas, cujo crescimento poderia ser ampliado pelo impacto de grandes surtos de novas infraestruturas.

O processo de industrialização foi uma realidade que, embora de forma sui generis, muitas vezes considerada como dependente, alcançou,

em maior ou menor grau, uma parte significativa dos países subdesenvolvidos.

Entretanto, a agricultura ia cumprindo, melhor ou pior, os seus já tradicionais papeis de apoio à industrialização.

Ela fornecia mão de obra, um excedente pela via dos impostos ou da desvalorização dos termos de troca, bens alimentares a baixo preço, e deveria ainda constituir um mercado para os produtos industriais (Meier, 1984). E, ao mesmo tempo, cabia-lhe modernizar-se suficientemente, acompanhando o "progresso" geral.

Esta crença de que "as coisas boas vêm todas juntas" (Hirschman, 1980), cedo foi desmentida pelos acontecimentos.

Não pretendendo insistir sobre os inúmeros problemas que atingiram dimensões graves ao nível do bem estar e da distribuição do rendimento, dos desequilíbrios regionais, e da própria industrialização, interessa apenas focar que, se o sector agrícola afinal quase nunca contribuiu como um mercado para a indústria, ele foi também um mau fornecedor de bens alimentares. Com efeito, os países menos desenvolvidos tornam-se crescentemente importadores deste tipo de bens, o que provoca graves constrangimentos nas suas balanças comerciais.

É então que, a partir da década de sessenta, muitos desses países começam a ser alvo de tentativas de desenvolvimento agrícola. A atenção vira-se para este sector, seja através da implantação de novas tecnologias, procurando elevar os níveis de produção agrícola, seja pela via do desenvolvimento rural integrado, a partir da segunda metade da década de

setenta. E é nesta fase que os investigadores ocidentais, encontrando-se teoricamente desarmados em relação à economia camponesa, se viram para este tipo de estudos, tendo por base a realidade dos países subdesenvolvidos.

Desta tentativa resultaram dois tipos de análise. Uma, mais radicada em Inglaterra, procurou estudar a questão a nível teórico, encontrando-se muito ligada à redescoberta do que representava, afinal, o melhor material disponível sobre o assunto, e que é a obra de Chayanov (7).

Um outro conjunto de abordagens está mais relacionado com a resolução de problemas práticos, como a modernização tecnológica da pequena agricultura do mundo subdesenvolvido. Este tipo de análises, preocupada quase sempre com as razões de sucesso ou de insucesso de programas agrícolas, interessou-se por questões parcelares e concretas (os mercados agrícolas, o crédito, as técnicas, etc.), tendo sido cada vez mais dominada por análises quantitativistas. É esta última perspectiva que continua a ocupar o maior número de páginas que sobre o tema se têm escrito, e que tem orientado a investigação na matéria.

As realidades rurais dos países subdesenvolvidos suscitaram ainda outros contributos interessantes, como é o caso das análises de Boserup (1965), ou despertaram o interesse pelos estudos rurais em países que não tinham grande tradição neste domínio (Toye, 1987).

Dispersas, focando zonas e problemáticas variadas, centradas em metodologias e preocupações bem diferentes, as análises mais recentes sobre a economia da pequena agricultura têm de comum o facto de

reflectirem alguns grandes debates que envolveram os economistas nas últimas décadas, nomeadamente quanto à microeconomia.

Com efeito, as hipóteses feitas sobre os comportamentos dos pequenos agricultores traduzem casos de fidelidade ou, alternativamente, de desvios fundamentais aos ditames da análise tradicional.

Sendo assim, torna-se conveniente apresentar uma breve síntese dos aspectos para aqui mais pertinentes do debate gerado em torno da validade das hipóteses da microeconomia tradicional.

Só assim será possível fornecer um referencial teórico às várias correntes que se pronunciaram sobre os comportamentos económicos das pequenas unidades agrícolas familiares.

### 2.2.2. Os Ataques às Teses Marginalistas

A questão central em torno da qual se situaram os principais ataques à microeconomia tradicional consiste em discutir se a maximização do lucro (i) se verifica maioritariamente na realidade, (ii) é considerada como objectivo único ou manifestamente preferencial pelas empresas, e (iii) é possível, ou seja, as empresas são capazes de obter toda a informação e realizar todos os cálculos com vista a esse objectivo, e agem mesmo assim.

Talvez que arrastada por este tipo de questões, surge toda a problemática da discussão da necessidade do estudo da empresa, enquanto

instituição, e enquanto grupo de indivíduos prosseguindo objectivos eventualmente diferentes, ou mesmo conflituais.

Todas estas questões são extremamente complexas, englobando outros problemas adicionais, que serão em seguida analisados.

Note-se desde já que este debate conduziu a revisões no interior da própria análise marginalista, tendo sido esta capaz de corrigir e integrar alguns problemas que foram sugeridos pelas críticas. Outros desafios dirigem-se já aos princípios básicos da teoria tradicional, e quanto a eles, o debate permanece.

Em relação às críticas dirigidas à hipótese da maximização do lucro como único objectivo da firma, surgiram alternativas provenientes de diversas formulações. Assim, objectivos como a maximização do volume de vendas (sujeita a uma restrição sobre os lucros), a maximização do crescimento, a combinação da utilidade do lucro e de certas classes de despesas, ou ainda do lucro e do bem estar, foram apontados como sendo mais frequentes no mundo real do que a maximização do lucro.

O problema é bem pertinente neste estudo, uma vez que é muito discutível que o objectivo do pequeno agricultor seja a maximização do seu rendimento líquido (não se podendo falar em lucro); pelo contrário, e como se verá adiante, outros objectivos podem estar presentes na estratégia económica das familias agrícolas.

A existência de uma multiplicidade de objectivos é perfeitamente integrável na teoria tradicional, tornando-se possível considerar alguns deles e combiná-los numa função-objectivo (Machlup, 1967). Mas a questão não

é tão simples quanto isso. Fundamentalmente, duas objecções são aqui relevantes.

Primeiro, é preciso que a empresa saiba maximizar e maximize efectivamente a nova função-objectivo. O que está em discussão é a maximização em si, a técnica de decisão, o que remete para a problemática da racionalidade instrumental. Pela importância que esta problemática reveste no presente trabalho, ela será discutida posteriormente.

Em segundo lugar, a multiplicidade de objectivos prende-se muitas vezes com uma outra crítica dirigida à microeconomia convencional, e que é a de esta considerar a empresa como redutível a um único indivíduo, não considerando os problemas das relações intra-firma.

Neste sentido algumas propostas foram avançadas, designadamente pela chamada Carnegie School. Esta escola chamou a atenção para o facto de a multiplicidade de objectivos derivar de uma diversidade de objectivos entre os diferentes membros da firma, o que origina conflitos. Tais conflitos serão tendencialmente resolvidos através da formação de coligações. No entanto, a Carnegie School, apesar de ter dado um contributo valioso para a problemática das relações intra-firma, não consegue chegar ao estabelecimento de uma proposta teórica consistente. Isto, principalmente porque lhe falta: (i) uma determinação teórica do objectivo a partir dos diversos sub-objectivos, e (ii) uma teoria da resolução dos conflitos resultantes desses sub-objectivos (Leibenstein, 1979).

Trata-se de um outro tema que é imprescindível analisar num estudo sobre a pequena agricultura. As relações intra-firma confundem-se aqui com as relações familiares, originam conflitos de objectivos, condicionam o

comportamento e a eficiência da pequena empresa agrícola, tendo profundos reflexos no investimento, nas condições de afectação do trabalho familiar, no consumo,etc. Será desenvolvida mais adiante uma análise desta questão, no contexto da pequena agricultura.

Outro problema que tem sido colocado é o de saber se a multiplicidade de objectivos, ou a existência de objectivos diferentes da maximização do lucro, são questões que só se colocam em situações de monopólio ou de oligopólio, mas não se tornam questões pertinentes no caso da concorrência.

Daí decorreria que na agricultura, o "lugar da economia onde se encontra o belo ideal de concorrência perfeita" (Boulding, 1957), este tipo de problemas não tem relevância, segundo a teoria marginalista.

Esta teoria defende, então, que , em concorrência, a firma é irrelevante. Ela é uma abstracção, só interessando os movimentos do conjunto da indústria, que são perfeitamente independentes das relações intra-firma. "O modelo da firma não é, como muitos autores pensam, elaborado com o fim de explicar e prevêr o comportamento de firmas concretas; em vez disso, é elaborado para explicar e prevêr mudanças nos preços observados (...) como efeitos de mudanças particulares nas condições (...)" (Machlup, 1967, p. 106).

Cabe perguntar se a análise marginalista tem apenas como objectivo o estudo dos resultados dos ajustamentos. Pelo menos, é legítimo considerar que "(...) um dos objectivos da Economia é compreender e explicar toda a espécie de fenómenos económicos, e a todos os níveis de agregação ou desagregação" (Cyert e Simon, 1983, p. 95).

E cabe também questionar se os ajustamentos do mercado poderão ser analisados independentemente da estrutura das firmas, como se o comportamento destas seguisse o movimento de conjunto, não sendo em nada determinado nem pelas condições particulares de cada empresa, nem pelos desvios ou imperfeições mais ou menos comuns à generalidade das empresas do sector.

Nesse caso o que determinou que a subida dos preços do leite, nos anos setenta e primeira metade da década de oitenta, tivesse implicado reacções diversas, por exemplo, de especialização, semi-especialização, e ausência total de resposta? E essas diversas formas de ajustamento das empresas não terão nada a vêr com a sua estrutura interna e os seus objectivos?

Como salienta Jacquemin (1984), as abordagens norte-americanas (nomeadamente as teses institucionalistas, como é a da Carnergie School) têm minimizado o papel dos comportamentos, debruçando-se sobre as relações entre as estruturas dos mercados e as performances conseguidas. Tal como a teoria marginalista, consideram que as empresas "(...) se adaptam, mais ou menos passivamente, às condições do seu enquadramento industrial" (idem, ibidem, p. 20). O enquadramento torna-se o factor determinante dos ajustamentos.

Já as abordagens europeias têm reconhecido que os objectivos seleccionados e os comportamentos prosseguidos afectam de modo distinto os resultados obtidos (id., ibid.). Ora, a compreensão e a explicação das performances na pequena agricultura em Portugal tem que passar pela análise de comportamentos que, tal como no exemplo citado, são

geralmente diferenciados e não correspondem, nem de longe, a ajustamentos homogéneos e perfeitos.

Em resumo, e em relação às questões levantadas, parece necessário enquadrar uma análise sobre a pequena agricultura tendo em conta os seguintes aspectos :

- as pequenas explorações familiares podem não maximizar o seu rendimento líquido, quer porque se sentem incapazes de o fazer, por desconhecimento e dificuldade de obtenção de informação, por inaptidão de avaliar alternativas, etc., quer porque possuem diferentes objectivos (encontrar emprego para toda a família, produzir um pouco para autoconsumo, afectar o trabalho familiar dentro e fora da exploração, entre outros);

- sendo um sector concorrencial, a agricultura do noroeste português não é um sector de ajustamentos perfeitos, pelo que não se pode ignorar o estudo das especificidades dos comportamentos, tendo em conta: (i) a forma como as estruturas e os objectivos os influenciam e, (ii) a forma como os comportamentos influenciam as performances, e, por esta via, as próprias estruturas (note-se que, em quase todo o mundo,e designadamente em Portugal, as fracas performances do sector agrícola são, ou foram, determinantes de alterações estruturais, nomeadamente através de uma muito forte intervenção da política económica).

## 2.2.3. Estrutura, Comportamentos e Performances na Pequena Agricultura

### 2.2.3.1. As Correntes Dominantes

Inicialmente, as abordagens da economia da pequena agricultura partiram da hipótese de que o camponês é um conservador que em nada responde às condições do mercado; até que, em meados da década de sessenta, se assiste a um completo volte-face, tornando-se (para a teoria) o pequeno agricultor um agente detentor da perfeita capacidade e da vontade de maximizar o seu rendimento.

Com efeito, tanto ao nível dos estudos agrários europeus como no que se refere aos países menos desenvolvidos, os camponeses foram tratados, numa primeira fase, como conservadores, insensíveis aos estímulos de mercado e persistentes nas suas técnicas e nos seus padrões de produção ancestrais. As leis que regiam as suas decisões económicas eram supostas pertencer a outras áreas teóricas que não a da Economia. Para esta, tais determinações cabiam no campo do "exógeno" à análise, conduzindo a resultados misteriosamente estranhos, como a curvas de oferta com inclinações perversas.

Deste modo, à teoria económica não caberia nenhum papel na compreensão desse mundo de irracionalidade, cujos comportamentos tinha dificuldade em explicar, e que entregava "de mão beijada" a outras áreas do conhecimento.

Em resumo, a resistência dos camponeses ao progresso foi inicialmente explicada através da ideia de que eles eram "(...) conservadores ou «sujeitos à tradição», e, portanto, resistentes à mudança por natureza. Nas suas formas mais extremas, esta explicação resumia-se a pouco mais do que à crença de que os camponeses eram estúpidos" (Hariss, 1985, p. 212).

E eis que, de repente, esta ideia é rapidamente abandonada, e começa-se a acreditar que o camponês é um agente tão racional quanto o mais bem sucedido empresário norte-americano.

Razões de política económica, exageros derivados da interpretação de uma ou outra monografia mais optimista, ou mesmo a necessidade de a teoria económica penetrar numa área que desconhecia , conduziram a esta visão, que tem uma das suas primeiras e mais incisivas proclamações na obra de Schultz (1964).

Nesta fase, Schultz defende que o camponês é eficiente dentro do seu tradicionalismo, afectando racionalmente os seus recursos, de acordo com todo o leque de técnicas (as tradicionais) ao seu dispor, e situando-se, assim, no limite da sua curva de possibilidades de produção. Também neste limite se situa a partir do momento em que lhe é proposta a tecnologia moderna. Ele ajusta-se perfeitamente à nova situação, continuando a afectar os seus recursos o mais eficientemente possível.

Em conclusão, técnicas modernas associadas a uma razoável elevação dos preços dos produtos agrícolas, seriam incentivos suficientes para o aumento da produção e da produtividade. Claro que tudo isto pressupõe que o camponês quer e é capaz de maximizar.

Schultz considera os comportamentos como ajustamentos garantidos à mudança das condições estruturais (neste caso, ao nível da tecnologia e dos preços de intervenção). Daí decorrem "naturalmente" melhorias na performance.

Embora nada adequada ao estudo da pequena agricultura do noroeste português, pelas razões atrás expostas, esta abordagem tornou-se dominante. Mesmo em Portugal, os modelos de optimização em agricultura entram em moda, sendo considerados como os mais convenientes para a análise da afectação dos recursos (Barrocas, 1983).

A super-racionalidade do camponês e os consequentes automatismos dos seus ajustamentos tornam-se crença generalizada, como é exemplificado pelo habitual ponto de partida de que os agricultores, grandes ou pequenos, "(...) tentarão maximizar o seu rendimento, ou, o que é o mesmo, minimizar o seu custo de produção (...)" (Griffin, 1979, p.35).

A mudança de julgamento em relação ao pequeno agricultor, correspondendo a uma radicalização de posições, faz pensar que "(...) as pessoas saltam da panela do colonialismo para a panela neo-clássica; [mas] se o camponês não é um idiota sem resposta, isso não significa que ele seja um maximizador do lucro" (Lipton, 1985, p. 264).

A teoria económica dominante, sentindo necessidade de prevêr os comportamentos dos pequenos agricultores, mas não sabendo entrar no seu mundo, socorre-se da base confortável que é a abordagem neoclássica, "enriquecida" pela incorporação da análise quantitativista.

E o camponês, o idiota que não dava resposta, torna-se num bom e eficiente maximizador, podendo ser alvo da já costumeira verificação empírica de hipóteses (não discutidas teoricamente), e consequente previsão.

Evidências diversas sobre ajustamentos deficientes da pequena agricultura às condições de mercado, levaram, porém, a que a análise neo-clássica reconsiderasse estas posições. Tais evidências consistiram, principalmente, na não-adopção de novas variedades ou de novas tecnologias, admitidas como susceptíveis de aumentar substancialmente os rendimentos das explorações.

Uma das mais interessantes reconsiderações foi a introdução da incerteza na análise. O agricultor enfrenta riscos diversos, tanto derivados de condições climáticas (o risco objectivo), como resultantes da utilização de técnicas e/ou variedades a que não está acostumado (o risco subjectivo).

Foi esta última forma que mais prendeu a atenção dos autores. Considerando que o pequeno agricultor tem, geralmente, aversão ao risco, este tipo de análises "permite" determinar, por exemplo, a composição óptima entre actividades com diferentes graus de risco (Feder, 1980). Como conclusão, não existe grande especificidade nos comportamentos dos pequenos agricultores, já que a diferença entre eles e os grandes agricultores se resume, praticamente, a uma questão de escala, mas não de composição da produção (Feder e O'Mara, 1981; Just e Zilberman,1983).

As análises em condições de incerteza têm muito interesse no caso da agricultura. No entanto, as metodologias até agora utilizadas, exigindo maior sofisticação em termos matemáticos, pouco mais fazem do que alterar

o objectivo, a grandeza a maximizar. Permanece a certeza da maximização, com a agravante paradoxal de que, em casos de incerteza, o decisor tem que ter informação adicional (sobre os valores possíveis das variáveis e sobre as probabilidades associadas aos acontecimentos).

Outros objectivos para a pequena exploração agrícola foram sugeridos. Assim, Lipton (1985) afasta-se da teoria marginalista, defendendo que o pequeno agricultor visa maximizar a sua segurança, não através de um cálculo antecipado da utilidade de diversas alternativas, mas exercitando, no seu dia a dia, um "algoritmo de sobrevivência". Neste exercício, ele acaba por encontrar "(...) um grupo de práticas, um grupo de decisões sobre a afectação dos recursos da exploração, que lhe permitem níveis toleráveis de lucro, segurança e estatuto." (Lipton, 1985, p. 266).

Nesta abordagem, encontra-se uma multiplicidade de objectivos, além de uma rejeição explícita da maximização, que é substituida por um processo "satisfatório".

Torna-se importante realçar que, segundo este autor, "em qualquer situação, apenas um grupo de práticas pode maximizar o lucro. Mas vários grupos diferentes de práticas podem fornecer resultados toleráveis. E, se aquilo que o camponês pobre procura são resultados toleráveis, cada conjunto de práticas, uma vez encontrado, será altamente estável." (Lipton, 1985, p. 267).

Quer isto dizer que os objectivos podem ser responsáveis por uma estabilidade, que não é mais do que um fraco ou quase nulo ajustamento às alterações de mercado.

Alguns autores colocaram a tónica nas condições de estrutura. Para Stiglitz (1986), o pequeno agricultor é um agente racional, visando obter o máximo rendimento, mas num contexto de informação e de mercados imperfeitos.

O conjunto da estrutura de mercado, o enquadramento da actividade da exploração agrícola é, como já foi referido, fundamental para a compreensão dos comportamentos. Neste sentido, é bem verdade que "a «racionalidade» do comportamento tradicional, no universo tradicional, é evidente (...) mas, desde o momento em que os sistemas sociais correspondentes estão eles próprios em conflito, permanecendo bem vivos alguns elementos do antigo, enquanto que outros cederam lugar a elementos novos, torna-se erróneo dizer o que é "racional" e o que não é, já que não se pode precisar em relação a quê" (Mendras, 1984, pp. 172/173).

Se a estrutura condiciona os comportamentos, uma estrutura particular como é a que enquadra a pequena agricultura portuguesa merece alguma atenção, pela sua especificidade, principalmente no que diz respeito ao confronto entre o "velho" e o "novo".

Este confronto, nos seus aspectos de índole socio-cultural, foi já analisado no primeiro capítulo. Importa, pois, avançar algumas considerações sobre o enquadramento a nível económico.

### 2.2.3.2. Alguns Apontamentos sobre o Enquadramento Económico da Pequena Agricultura no Noroeste Português

O primeiro aspecto a assinalar quanto à estrutura do sector agrícola no noroeste português é que se trata de uma estrutura em mutação. Isto pode parecer paradoxal, uma vez que, e apesar de terem sido apontados fenómenos de influência dos comportamentos na estrutura (Jacquemin, 1985), é costume esperar alguma estabilidade estrutural.

Não é apenas devido a tais influências que o enquadramento do sector agrícola tem sido alvo (e continua a ser) de profundas e determinantes alterações, mas, também, a fenómenos de ordem diversa.

Recuando três ou quatro décadas, pode-se dizer que, nessa fase, a estrutura do sector (no que respeita ao Entre Douro e Minho) apresentava uma estabilidade notável.

A região contava com um elevado número de pequenos produtores agrícolas, dedicando-se à produção de um conjunto de bens mais ou menos homogéneos nas proporções e no conteúdo, com ligeiras variações de acordo com condições edafo-climáticas específicas às explorações. As técnicas utilizadas eram idênticas, constituindo um sistema tecnológico tradicional, transmitido de geração em geração através da aprendizagem pela experiência. Este sistema baseava-se na utilização de diversos inputs produzidos na exploração, não existindo qualquer interdepêndencia de mercados a montante; e também não a jusante, já que a produção era praticamente destinada ao consumo familiar. Finalmente, a mão de obra utilizada era constituída pelos familiares do produtor, acrescida, em situações "de ponta", pela entreajuda.

Se estável, esta estrutura escapa obviamente aos tipos de mercados a que os economistas estão habituados. Pode-se dizer que o sector era, no fundo, uma segmento à parte do resto da economia da região e do país.

O conjunto de mudanças que, sobretudo a partir da década de sessenta, atingiram o mundo rural, e das quais dei já conta no primeiro capítulo, vieram a determinar importantes alterações na estrutura económica do sector.

Tais alterações resultaram da crescente mercantilização do sector, com o consequente estabelecimento de fortes interdepêndencias a montante e a jusante.

Hoje, conta-se com um elevado número de pequenos produtores, de tal modo que, mantendo-se isolados, não têm qualquer influência no preço dos produtos. A sua produção destina-se, agora, em parte substancial ao mercado, fenómeno que se tende a acentuar. Os padrões de produção têm-se vindo a diferenciar ligeiramente, de exploração para exploração, assistindo-se a casos de especialização, ou, sobretudo, de semi-especialização.

Entretanto, foram-se difundindo nos campos novas técnicas, que, agora, provêm do sistema tecnológico moderno, de geração em laboratório. Este sistema é susceptível de conduzir a produtividades elevadas, mas a sua aprendizagem torna-se muito mais difícil para o agricultor.

As técnicas utilizadas hoje em dia nesta região consistem numa "mistura", mais ou menos hábil, do tradicional e do moderno. Tendendo cada vez mais à utilização da tecnologia moderna, as explorações agrícolas

intensificam assim a sua interdepêndencia em relação aos sectores a montante. No entanto, continuam a predominar variadas associações dos dois sistemas tecnológicos, o que, conjuntamente com a dimensão das explorações e com outros factores, determina substanciais diferenças nas curvas de custos. Daí que se presuma existirem empresas trabalhando com custos unitários ligeiramente superiores aos preços enquanto que, para outras, os custos igualam ou são inferiores a esses preços.

Este facto não determina, em geral, entradas nem saídas do sector, as quais são limitadas pela natureza familiar das explorações. É que a integração mercantil da agricultura, embora tenha diminuido as quantidades relativas de mão de obra utilizada, não alterou a sua natureza. O trabalho continua a ser executado pelo agregado familiar que, como tal, não recebe um salário, podendo-se apenas contabilizar um rendimento líquido por unidade de trabalho. Este rendimento pode ser maior ou menor, e, dentro de certos limites, as empresas podem permanecer em actividade com custos unitários, que incluem a imputação de um salário ao trabalho, superiores aos preços.

A entrada e saída do sector é limitada e condicionada por vários factores. Como foi afirmado, o carácter familiar das explorações é uma das principais determinantes. As empresas vão permanecendo ao longo do tempo por sucessão na exploração de um dos membros do agregado familiar (filho), ou, então, constituem-se novas pequenas unidades por partilha das anteriores, processo que tem vindo a ser o mais frequente. A terra torna-se, assim, um factor limitativo.

A dificuldade de acesso à terra age também como um limite à expansão da produção nas empresas já instaladas. De facto, quando se analisa o crescimento da produção em pequena agricultura, torna-se mais adequado falar em alteração da composição da produção, já que o aumento das quantidades produzidas de um bem se faz, quase sempre, necessariamente à custa da redução das quantidades de outro. Isto, a menos que se intensifique a exploração da terra, o que também tem um limite.

Resta o arrendamento, que tem decaído em termos absolutos e relativos, registando-se, porém, e em certas zonas, acréscimos das áreas arrendadas nas explorações mistas.

De resto, e para além de uma suposta fraca rentabilidade da agricultura na região (o que nem sempre se confirma), algumas barreiras se impõem à entrada. O mercado fundiário tem-se apresentado relativamente rígido, tendo as áreas com melhores aptidões agrícolas vindo a sofrer aumentos exorbitantes no preço das suas terras (porque coincidem, precisamente, com as zonas mais urbanizadas e industrializadas). Para além disso, barreiras de ordem socio-cultural, resultantes da desvalorização social da profissão de agricultor, e relacionadas com a falta de aprendizagem profissional de agentes não ligados ao sector, têm limitado a constituição de novas empresas.

As saídas estão ligadas à existência de oportunidades fora do sector, acessíveis aos agricultores. A emigração constituiu uma fonte de "saída relativa" para todos aqueles que exerciam a sua actividade em condições de

rendimentos líquidos por unidade de trabalho muito baixos. Mas a emigração nunca se saldou por significativas saídas definitivas.

Hoje, a pluriactividade parece estar a cumprir um papel semelhante, permitindo às explorações não rentáveis a sua sobrevivência, e às explorações rentáveis aumentar os seus rendimentos, e dispor mesmo de fundos adicionais para investimentos, ou de algumas garantias para a concessão de créditos. A pluriactividade tende a constituir, no noroeste português, um fenómeno estrutural, e, mesmo, um fenómeno de perpetuação da estrutura, uma vez que muito contribui para a conservação das pequenas explorações.

As ligações a montante envolvem transacções, mais ou menos directas, com mercados de oligopólio (grandes empresas produtoras de rações, de adubos químicos, etc.), e mesmo, por vezes, com pequenos monopólios locais. A jusante, os mercados oferecem estruturas diversificadas, desde o monopólio (tendendo para outras situações) do leite, até a estruturas mais complicadas ou diferenciadas, como é o caso da carne, das hortícolas, etc.

Finalmente, um importante fenómeno estrutural do sector é a forte intervenção do Estado, que se veio a revelar determinante na alteração da sua estrutura em muitos países da Europa ocidental (Newby, 1986).

Em Portugal, esta intervenção adquire uma importância crescente. Ela tem consistido na intervenção nos mercados, permitindo a manutenção de explorações em fases mais delicadas (de excessos de produção), e condicionando a rentabilidade da agricultura, através da política de preços e subsídios. Mais recentemente, a intervenção dirige-se à orientação dos

investimentos, elegendo produções, técnicas e dimensões preferenciais, e mesmo à entrada e saída no sector.

### 2.2.3.3. Comportamentos e Performances

#### 2.2.3.3.1. A Definição de Objectivos

Independentemente da questão da maximização ou não do rendimento líquido, ou de qualquer outra grandeza, questão que deixarei em aberto para ser analisada à luz da problemática da racionalidade económica, tem-se discutido qual o objectivo do pequeno agricultor, ou seja, qual a variável que ele considera que define o sentido da sua actuação.

Tal variável poderá consistir no rendimento líquido proveniente da venda da produção no mercado, ou, alternativamente, num conjunto de bens destinados à alimentação do agregado familiar.

Está em discussão, pois, a questão de saber se o destino da produção é o mercado ou o consumo familiar.

As opiniões diferem a este respeito. É evidente que tais opiniões resultam da observação de realidades diferentes, nas quais se exprimem diversos graus de integração da economia camponesa no mercado. No entanto, pode-se dizer que raras serão as zonas do mundo em que as pequenas comunidades agrícolas se encontram em relativa autarcia.

Em particular, no Entre Douro e Minho a integração no mercado é já muito forte. Os agricultores deparam com um mercado mais ou menos complexo em termos de circuitos de comercialização, e, em termos mais amplos, enfrentam um mercado onde os preços alinham pelas condições de produção e de procura de uma comunidade de países. Parece estar já longe o tempo em que a produção tinha como objectivo o consumo familiar.

Apesar disso, a maior parte dos autores inclina-se para considerar que a composição da produção é determinada pelas necessidades da família, o que equivale a eleger o autoconsumo como objectivo primordial da exploração.

De acordo com estas opiniões, a parte principal da produção destina-se ao autoconsumo, embora o camponês se esforce "(...) arduamente por ultrapassar o nível definido por este, de modo a conseguir excedentes vendíveis." (Barros, 1975, p. 27). Mesmo com a presença do mercado, o camponês possui uma resistência à comercialização, permanecendo "(...) a produção da exploração familiar (...) intrinsecamente e indefinidamente residencial." (Verdon, 1987, p. 225).

A generalidade dos autores reconhece que, como é óbvio, quanto maior for a integração no mercado, mais este pesa na tomada de decisões quanto à produção; isto embora, em qualquer caso, a exploração camponesa continue com uma lógica que não é puramente orientada para o mercado (Schejtman, 1980).

A eleição do autoconsumo como objectivo principal da exploração agricola supõe um comportamento que em nada depende das condições de mercado. Sendo assim, "(...) as quantidades e a natureza dos produtos

destinados ao autoconsumo são determinados pelas necessidades da família e não pelos preços de mercado." (Carvalho, 1984, p. 326).

Nesse caso, ou o pequeno agricultor desconhece os preços por que se vendem produtos equivalentes aos que autoconsome, não os querendo conhecer porque o seu objectivo não é a troca, ou, se os conhece, consente muitas vezes em produzir a custos elevados aquilo que poderia adquirir a um preço que mais do que compensaria esses custos. Em resumo, ou uma grande miopia em relação aos preços, ou um total desconhecimento dos custos de produção, ou, então, uma preferência pelo produto da exploração, por muito que isso custe.

Não me parece que nem esta miopia nem esta preferência existam de forma tão marcada. Isto não significa que o pequeno agricultor tenha uma informação perfeita sobre os preços, ou que ele possua uma total capacidade de avaliar exaustivamente alternativas. Nem significa que, excepcionalmente, ele não prefira um ou outro produto da exploração, mesmo com custos um pouco acima dos preços de mercado.

Mas, considerar que as pequenas explorações produzem sobretudo para o seu consumo implica que a definição deste objectivo conduza a comportamentos de insensibilidade aos preços de mercado. Ora, não parece ser esse o resultado das pesquisas até agora efectuadas. Análises baseadas em evidências recolhidas em diversas partes do mundo concluem que os camponeses, embora se mostrem hesitantes no curto prazo, respondem quase sempre bem aos incentivos dos preços, no longo prazo (Brown, 1984).

Particularmente, no noroeste português, o caso do leite é bem ilustrativo de uma resposta aos incentivos de preços. No entanto, como sublinha Moreira (1981), isso aconteceu porque foram cumpridas algumas condições essenciais, como a garantia de escoamento da produção. Em todo o caso, a experiência recente tem mostrado uma crescente resposta aos diversos incentivos, embora tal resposta não seja nem rápida, nem uniforme na sua extensão e no tipo de ajustamento que envolve.

De forma tendencial, o Entre Douro e Minho ilustra a ideia de Chayanov, de que, " graças ao seu contacto com o mercado, a exploração é capaz de riscar do seu plano organizativo todos os sectores da produção que geram um pequeno rendimento, e em relação aos quais o produto é obtido na exploração com maior esforço do que aquele que seria requerido para obter o seu equivalente no mercado (...)" (Chayanov, 1966, p. 126).

Tudo isto sugere que a alteração de estrutura que o sector tem vindo a sofrer, do modo como foi acima indicado, vai conduzindo a uma redefinição de objectivos no sentido de a generalidade das explorações produzirem para vender no mercado. Isto nem sempre envolve respostas uniformes, já que, por exemplo, a especialização poucas vezes tende a ser completa, fenómeno que pode não estar associado ao objectivo do autoconsumo, mas, antes, aos riscos que o próprio mercado envolve. E, de qualquer modo, produzir para o mercado é compatível com a manutenção da diversificação da produção.

Mas também se nota uma lentidão na resposta aos incentivos, derivada provavelmente do risco que constitui estar no mercado sem a isso

se estar bem habituado, ou jogar um jogo do qual não se conhecem bem as regras.

O caso da pequena agricultura mostra, de facto, que o tipo de agentes que desenvolvem a sua actividade em determinado sector ou mercado, constitui um elemento estrutural desse mesmo sector ou mercado. O "tipo de agentes" refere-se a todas as especificidades que os caracterizam, na sua actuação económica, desde a sua presença no mercado, até à sua capacidade de recolher e interpretar informação, à sua aversão ao risco, ou à sua maior ou menor mobilidade espacial, mas também cultural, no conjunto do sector e do mercado.

Esta tipologia, no que respeita ao noroeste português, foi esboçada no capítulo inicial, através da definição do tipo de agentes em geral, e do estabelecimento de situações específicas.

Observa-se, agora, que os comportamentos relativos à definição de objectivos, determinantes, nomeadamente, da composição da produção, dependem do conjunto da estrutura, incluindo o elemento referido, que é, em grande parte, responsável pela diversidade de sentido e de ritmo dos ajustamentos.

### 2.2.3.3.2. A Composição da Produção

As decisões àcerca da composição da produção estariam, portanto, ligadas ao objectivo seleccionado . De acordo com a opinião corrente, no caso de o objectivo ser o autoconsumo, a produção consistiria num

conjunto diversificado de bens alimentares; e, se o destino fosse o mercado, em princípio a exploração especializar-se-ia naquela actividade que se revelasse mais rentável, variando, assim, as suas actividades de acordo com as alterações de mercado. Será que a modernização arrasta sempre a especialização, ou será que, antes, tal efeito não é necessário, ou não é completo?

No caso de explorações viradas ao mercado (que é o mais vulgar no Entre Douro e Minho), as decisões não têm sido de completa especialização.

De acordo com um inquérito realizado em oito freguesias do Entre Douro e Minho, em 1988, 35.2% das explorações permaneciam "tradicionais" (quer dizer, dedicando-se a um leque diversificado de actividades), 33.1% encontravam-se semi-especializadas, e 31.7% estavam especializadas, sendo mais frequente a especialização (ou semi-especialização) em vinho e leite (Avillez e outros, 1989).

A denominação de "explorações em transição", que os autores citados aplicam às explorações que chamei de semi-especializadas parece sugerir um processo de transformação, segundo o qual algumas unidades ainda não se especializaram, outras já o fizeram e, ainda, outras estão em vias de o fazer. Deste modo, poderiamos esperar que, dentro de alguns anos, a especialização completa fosse dominante no sector.

Mas talvez que isso não venha a acontecer. É que podem existir razões várias para que as explorações não se especializem, ou não o façam senão parcialmente.

Além dos motivos acima invocados, ligados às dificuldades que os agricultores sentem no mercado, dificuldades essas que derivam de razões várias, as estratégias de não especialização completa podem radicar em restrições de ordem económica.

Boehlje e Lowenberg-Deboer (1985), sugerem que a tendência, normamente apontada, para a especialização das explorações agrícolas, deve ser reconsiderada à luz daquilo que consideram ser uma característica estrutural do sector, e que é um enquadramento em constante alteração, por via de frequentes variações nos preços e em outras variáveis, para o que contribui muito a política agrícola. Assim, segundo os autores, os benefícios que a especialização proporciona em termos de eficiência podem ser contrabalançados por um elevado custo ao nível do risco resultante de uma menor adaptabilidade e flexibilidade.

Esta interessante sugestão indica que, ao contrário do que habitualmente se pensa, se poderá detectar uma tendência para estratégias defensivas, de não especialização, à medida que o "progresso" económico e as alterações relativas à organização dos mercados aumentam e complicam os dados de mercado, e aceleram o ritmo da sua variação.

Além disso, a agricultura constitui um sector em que se pode tornar mais rentável uma estratégia de alguma diversificação da produção. É que se torna possível realizar "economias de objectivo", conceito que "(...) mede as vantagens que as firmas obtêm, em termos de custo, pelo facto de fornecerem um grande número de produtos diversificados, em vez de se especializarem na produção de um único bem" (Bailey e Friedlander, 1982, p. 1025).

Essas economias de objectivo podem surgir, fundamentalmente, por duas vias. Uma primeira diz respeito à produção em conjunto, e é uma situação que se pode considerar mais clássica, tanto do ponto de vista da análise das "empresas-multiproduto", como no que diz respeito às práticas agrícolas dominantes. Trata-se de obter economias pelo facto de utilizar o mesmo input com vários objectivos. Exemplos destas economias eram notáveis na agricultura tradicional, como a utilização de gado bovino para carne, leite e trabalho; mas são casos que hoje são menos frequentes, por exemplo devido ao fraco rendimento em leite destes animais, e pelas enormes vantagens da tractorização, entre outras razões.

Uma segunda via estabelece-se através da possibilidade de rentabilizar factores que, com especialização, não seriam completamente utilizados. Isto pode acontecer com alguns equipamentos e construções, mas passa-se sobretudo com a terra. Sendo grande parte dos ciclos de produção de período inferior a um ano, importa utilizar a terra plenamente, estabelecendo rotações de culturas.

E, juntamente com a terra, rentabiliza-se a mão de obra, que de outro modo também não seria aproveitada, já que o abandono de produções artesanais de transformação de produtos agrícolas (ou outros) na exploração deixa esta mão de obra desocupada, principalmente no inverno. Este factor pode contribuir para explicar que a especialização, completa ou incompleta, incida preferencialmente sobre actividades que impliquem uma ocupação anual da terra e do trabalho, como é o caso do leite.

Um outro obstáculo à especialização consiste nos longos prazos de recuperação do investimento que são próprios de algumas actividades,

como a viticultura. Nesta situação, razões ligadas a inevitáveis problemas de tesouraria, além da não obtenção de um rendimento durante alguns anos, determinam a necessidade de diversificar a produção, introduzindo também culturas que não originem este tipo de problemas.

Se assim for, a propensão ao risco, a redução da incerteza (através de um melhor conhecimento do mercado), ou a existência de fontes de rendimento adicionais, serão factores que conduzem a uma mais frequente alteração da composição da produção.

### 2.2.3.3.3. Especificidades dos Inputs Agrícolas; Técnicas e Práticas

No noroeste português, como em muitas outras regiões do globo, predomina a pequena exploração, situação resultante da divisão da propriedade ao longo dos tempos. Esta situação foi consequência, em grande parte, do desinteresse dos proprietários fundiários pela agricultura, actividade que se tornou pouco lucrativa quando comparada com outras alternativas, dando origem a que os agricultores sem terra fossem, no passado, adquirindo as suas pequenas parcelas. A este factor acrescenta-se a divisão contínua das explorações, já em si exíguas, através de partilhas resultantes de heranças.

A terra é um factor fundamental de entrada na actividade, e tem-se revelado limitada. Nos dias de hoje, é, pois, comum reconhecer-se que no Entre Douro e Minho as explorações têm uma dimensão muito reduzida em

relação à população agrícola. Isto significa que as pequenas unidades familiares utilizam muito intensivamente a terra de que dispõem.

Historicamente, tem-se observado, nas regiões mais férteis, uma crescente pressão da população sobre a terra. Esta pressão ocasionou alterações técnológicas importantes, e, como observou Boserup (1965), o crescimento demográfico acaba por não ser um factor impeditivo do desenvolvimento.

Bem pelo contrário, ele impulsiona autênticas revoluções tecnológicas, sempre no sentido de melhor aproveitar o recurso escasso que a terra constitui. Isto conduz à intensificação do trabalho, quer por abandono das práticas de pousio, com introdução de culturas forrageiras de inverno, associadas à pecuária intensiva, quer através da irrigação.

Bingswanger e Pingali (1986) confirmaram recentemente esta hipótese em África , constatando o aumento da mão de obra utilizada, sempre que não estavam disponíveis técnicas tendentes a poupar trabalho, e o aumento da utilização de fertilizantes químicos.

A escassez da terra é, pois, um resultado da pressão populacional, aliada aos modelos de herança característicos do noroeste português. Nos últimos anos, nem a emigração nem a industrialização contribuiram muito para aliviar esta situação, já que nenhum dos fenómenos se saldou por importantes saídas definitivas das explorações. Pelo contrário, a industrialização introduziu elementos susceptíveis de fazer subir o preço da terra.

A oferta de terra continua, pois, muito reduzida, seja pelos factores referidos, seja, ainda, pela sua valorização resultante da pória escassez e da urbanização do meio rural; tudo isto imprime à terra uma função de reserva de valor, função que revestiu sempre, mas que adquire actualmente uma nova dimensão. Para além destas limitações, a compra de terrenos para uso agrícola depara ainda com restrições de meios financeiros por parte dos pequenos agricultores, que, exercendo uma actividade em condições de fraca rentabilidade (de um modo geral), não conseguem estender a área das suas explorações. E, como justamente observa Coulomb ( 1973 ), a terra representa um custo de produção para o agricultor-proprietário, mas um custo que não se repercute nos preços dos produtos. Sendo quase sempre obtida por herança, a terra, para o pequeno agricultor, não constitui nem um custo implícito, não contando o proprietário com o respectivo custo de oportunidade.

Todo este conjunto de restrições de ordem estrutural determina comportamentos de adaptação à escassez de terra, que se traduzem na intensificação da sua utilização, sendo particularmente apontada uma elevada intensidade em trabalho, o que conduz à análise das práticas relativas à mão de obra.

Esta é constituída, fundamentalmente, pelo agregado familiar, não sendo directamente remunerada, mas recebendo uma "quota" do consumo da família. Revindicações actuais por parte das novas gerações, no sentido de obterem um equivalente monetário ao salário, ou, pelo menos, uma parte do consumo que respeite as suas preferências, estão provavelmente a iniciar algumas alterações a este nível; deste problema me ocupei no capítulo inicial.

A intensidade em trabalho parece, pois, ser excessiva. Ela atingia, em 1979, no distrito de Braga, e apenas para a população que trabalha a mais de 50% na exploração, o valor de 1.15 trabalhadores por hectare de área agrícola, nas explorações com dimensões entre 2 e 5 hectares (INE, 1979).

Fenómeno generalizado no meio rural das zonas menos desenvolvidas, a sua constatação deu origem à noção de desemprego disfarçado, elemento considerado como estrutural na agricultura camponesa. De acordo com esta noção, a produtividade marginal do trabalho torna-se nula ou negativa, o que permite a transferência de trabalhadores para outros sectores, sem assim afectar o volume da produção agrícola (Lewis, 1954; Nurkse, 1953).

Se em muitas outras regiões o êxodo rural reduziu substancialmente o excesso de trabalho, ou, até o eliminou, o mesmo não se pode dizer com tanta certeza em relação à maior parte do Entre Douro e Minho, onde o êxodo não adquiriu, de um modo geral, um carácter definitivo.

A questão é, no entanto, delicada, pois a existência de uma elevada relação trabalho/terra só pode ser confirmada tendo em conta os tempos de trabalho na exploração, além de que se torna muito variável da zona para zona (8).

O que é importante considerar é que o excesso de trabalho não pode ser medido senão através de um referencial tecnológico, que permita analisar tal excesso à luz de uma tecnologia tradicional ou, alternativamente, moderna. Sendo, como já foi referido, as práticas vigentes resultantes da implementação de "misturas" dos dois sistemas tecnológicos, mas com dominância do moderno, quando o referencial é constituído pela relação

trabalho/capital, em que o "capital" se refere a inputs adquiridos (máquinas, instalações, construções, etc.) então tal relação parece ser excessiva.

Este fenómeno tem sido objecto de diversas interpretações. Para Schejtman, "(...) o chefe de família da unidade camponesa toma como ponto de partida a força de trabalho disponível, e tem de encontrar emprego produtivo para todos os membros" (Schejtman, 1980, p. 119).Do mesmo modo, Reis (1981) considera que a garantia de trabalho para toda a família é um dos objectivos da pequena exploração familiar (juntamente com a garantia de subsistência).

A definição do objectivo da exploração conduziria, assim, a um comportamento de excesso de emprego.

Estas observações, embora pertinentes, não respondem de forma totalmente satisfatória à questão proposta, que terá de ser colocada no contexto da relação trabalho/capital. O que, por sua vez, remete para um problema fulcral em economia (e em política) agrária, e que é constituído pelas decisões de investimento.

### 2.2.3.3.4. Decisões de Investimento e Estrutura Interna das Explorações

As decisões de investimento deveriam tender a estabelecer uma relação "óptima", ou, pelo menos, relativamente adequada às condições técnicas e de mercado, entre os diversos inputs da exploração. Tal relação tem como referencial o sistema tecnológico moderno (com as necessárias adaptações), de onde tenderão, cada vez mais, a derivar as práticas dos

pequenos agricultores, e que é o único que permite, nas condições actuais, produtividades a níveis capazes de enfrentar a concorrência, sobretudo externa.

Os baixos níveis de investimentos em capital fixo, evidenciados na generalidade das regiões de predominância de pequena agricultura, têm preocupado diversos autores, que se esforçaram por explicar este comportamento.

Para alguns, os problemas residem nas características dos mercados a montante. Assim, Griffin (1979) argumenta que a opção por um elevado rácio trabalho/capital é perfeitamente racional, e tendente a maximizar os rendimentos líquidos, tendo em conta os preços dos factores. Só que, na pequena agricultura familiar, o trabalho tem um "preço sombra" inferior ao salário pago pelos grandes agricultores, pelo que se torna vantajoso, para os primeiros, utilizar mais trabalho.

Por seu turno, Barros (1975) defende a existência de uma "ilusão de gratuitidade do trabalho", onde "(...) radica a explicação do desperdício, tão frequente, do trabalho prestado pela família camponesa à sua exploração, cujas motivações são, muitas vezes, mais subjectivas do que propriamente económicas." (Barros, 1975, p. 110).

Real ou ilusório, o baixo preço da mão de obra explicaria o baixo investimento. Note-se, no entanto, que nem sempre o custo de oportunidade do trabalho (medido pela sua remuneração em actividades alternativas à da exploração) será inferior aos salários agrícolas, nem a ilusão de gratuitidade poderá ser um fenómeno permanente e estável. É possível que esta ilusão tenha um papel tendente a diminuir a rapidez dos

ajustamentos, mas não me parece que ela constitua um fenómeno estrutural responsável pela permanência de um rácio trabalho/capital elevado. Também em agricultura, a ilusão é um fenómeno passageiro, indutor de desfasamentos, mas não de regularidades.

Outra sugestão de Barros (1975) é a resistência à entrada de inputs do exterior da exploração, tentando o camponês obter aí os factores necessários, e recusando-se a gastar dinheiro na sua aquisição.

Esta sugestão contêm uma confusão e uma aproximação interessante. Confusão porque os inputs obtidos na exploração constituem, como se viu, um sistema tecnológico totalmente diverso daquele que inclui os inputs adquiridos. E a explicação só permaneceria válida em dominância da tecnologia tradicional, situação que pertence ao passado.

Mas a ideia de Barros (1975), de que o camponês tem um "horror ao mercado de inputs" reflecte a constatação da evidência de que as técnicas modernas, e os mercados a montante, são mal conhecidos e subjectivamente pouco acessíveis, ideia que desenvolverei adiante.

Outras contribuições interessantes foram dadas em relação a esta problemática.

Recorde-se que, para Chayanov, uma das principais causas da utilização de um excesso de trabalho em relação ao capital residia na falta de disponibilidades para o investimento. O pequeno agricultor, não podendo adquirir máquinas (ou serviços prestados por elas) era obrigado a recorrer a uma grande intensidade do seu trabalho e do da sua família. Numa

actividade que, no noroeste português, é pouco rentável, a tese de Chayanov continua possivelmente válida.

A observação de Boehlje e Lowenberg-Deboer (1986) sobre a instabilidade dos dados de mercado como fenómeno estrutural vale também para a revisão da ideia de que existe uma tendência para rácios capital/trabalho crescentes. Os autores argumentam que os investimentos tendem a ser de algum modo reduzidos, pois são indutores de situações de fraca flexibilidade e, portanto, de elevado risco.

O Entre Douro e Minho contem exemplos recentes desta protecção ao risco. Perante as dúvidas em relação à futura rentabilidade da actividade leiteira após a adesão à CEE, alguns agricultores adoptaram práticas que não envolviam grandes investimentos, alugando os equipamentos, e, particularmente, aligeirando as construções rurais.

Finalmente, os mesmos autores defendem a necessidade da consideração da estrutura financeira da exploração, face às decisões de investimento, em vez de se ter apenas em conta os rendimentos por unidade de trabalho. O crescente recurso ao crédito (e o elevado preço deste) impõe, pois, que nas decisões de investimento, sejam incorporados critérios financeiros. Aliás, os mesmos autores sugerem ainda que a valorização do património, nomeadamente da terra, pela via do aumento do seu preço, constitui um factor favorável ao investimento.

A análise das combinações técnicas utilizadas e da sua distância em relação àquela que proporcionaria um maior rendimento líquido deverá, no entanto, ser realizada em dinâmica, como propõe Boussard (1986). Este autor indaga da possibilidade de as explorações atingirem a "estrutura"

óptima, sendo "estrutura" o rácio entre as várias quantidades de factores fixos, como terra, trabalho (familiar), equipamentos, construções, e os outros factores (Boussard, 1986).

Teoricamente, existe uma estrutura óptima, que depende dos preços dos inputs e dos outputs. Mas, mesmo em face de preços idênticos, as estruturas internas das explorações revelam uma grande heterogeneidade, no sentido de que nunca ou muito raramente as unidades agrícolas conseguem alcançar o óptimo.

Certo que, no longo prazo, as quantidades de factores fixos podem ser alteradas, tendendo a reduzir a diferença entre a estrutura existente e a óptima. Mas, se na realidade essa diferença não se reduz, é porque existem obstáculos que conduzem à heterogeneidade de estruturas (idem, ibidem).

Entre os obstáculos ao ajustamento, Boussard refere a diversidade de objectivos das explorações, as diferentes expectativas em relação aos preços, mas, sobretudo, restrições ao investimento.

Estas resultam quer da falta de liquidez do agricultor (como sugeria Chayanov), não lhe permitindo melhorar uma estrutura interna em relação à qual ele tem consciência de que não é adequada, quer da instabilidade dos mercados.

De facto, a situação tecnológica é hoje caracterizada por alterações contínuas, que, obviamente, permanecem durante o período de ajustamento. Por outro lado, também durante este processo os preços vão mudando. Ora, estes factores alteram a própria estrutura interna óptima.

O autor conclui que " a heterogeneidade da estrutura das explorações é uma consequência das interacções entre um processo dinâmico de ajustamento em direcção a estruturas óptimas, dependentes dos preços, e de restrições de mercado que perturbam esté ajustamento, através de acontecimentos históricos pseudo-aleatórios" (id., ibid., p. 539).

Adoptando uma perspectiva dinâmica, e colocando a tónica tanto nas restrições à liquidez como na instabilidade dos mercados, esta análise torna-se pertinente no Entre Douro e Minho, região actualmente, caracterizada por frequentes variações nos preços dos seus produtos e dos inputs que utiliza, nas expectativas em relação a esses preços, e nas técnicas propostas.

O problema que se pode pôr em relação à adequação da análise de Boussard às condições estruturais desta região é que esta abordagem pressupõe que os agentes conhecem as técnicas, os preços, e a estrutura interna óptima. Ora, o que tenho vindo a defender ao longo deste trabalho é que tal hipótese não se verifica, e que não são só restrições de liquidez e de mercado (embora sejam factores importantes) que obstam a estruturas óptimas. Existe, também, uma notável especificidade quanto à racionalidade dos agentes na pequena agricultura, que em muito conta, na minha opinião, para a heterogeneidade das estruturas internas e para a sua distância em relação ao óptimo. Esta questão será focada detalhadamente em capítulo posterior.

2.2.3.3.5. O Consumo

A unidade familiar agrícola é também uma unidade consumidora. E, talvez que mais claramente neste caso, é um sacrifício do consumo

presente que permite o investimento, com vista a um maior consumo futuro. Chayanov insistiu neste ponto, lembrando que muitas pequenas explorações não investiam por não estarem em condições de realizar este sacrifício.

Assim, interessa analisar os níveis e os modos de consumo das famílias agrícolas, uma vez que já foi abordado, em capítulo anterior, um importante problema, que consiste na distribuição do consumo intra-família. Recorde-se que contribuições relevantes provenientes da recente Economia da Família permitiram aclarar ideias a este respeito.

E recorde-se ainda que Chayanov considerava o consumo das explorações camponesas como uma variável endógena, resultante de uma decisão que contrapunha a utilidade dos bens de consumo à desutilidade do trabalho necessário à sua produção e ainda à reprodução e aumento do capital. Este autor concluiu também que a influência do modo de vida urbano, criando novas necessidades nos camponeses, acrescia a utilidade do consumo, e introduzia novos bens.

A generalidade dos autores mais recentes não tem adoptado esta perspectiva. "Mínimos de subsistência", "extrema frugalidade", são, para os estudiosos da matéria, as ideias que caracterizam o consumo das famílias camponesas, que se vê, então, reduzido a uma variável exógena.

Esta redução do consumo familiar a um mínimo necessário à satisfação das necessidades elementares da família, que Chayanov rejeitou explicitamente (Harrison, 1985), encontra-se patente numa boa parte da literatura consultada. O consumo está ligado ao "elementar" (Silva, 1987), sendo considerado como o equivalente a um salário (Vergoupolos, 1978).

Este tipo de análises toma o "mínimo de subsistência" como ponto de partida e não discute mais a questão. Aliás, ela raramente é explicitada, aparecendo na literatura como um "facto natural" referenciado a propósito de outros problemas.

Outras análises procuraram fundamentar a redução do consumo a um "mínimo". Depreende-se de Barros (1975) que, na sua opinião, não é o baixo rendimento que trava o consumo da família camponesa, mas a sua intrínseca "frugalidade" permite-lhe elevadas compressões do consumo, e, por esta via, proporciona a constituição de poupanças apreciáveis.

Verdon (1987) exprime um ponto de vista semelhante, concluindo pela frugalidade do consumo e pela tendência à poupança. O consumo não seria uma função crescente do rendimento, enquanto que a poupança o era.

No que respeita ao noroeste português, é bem possível que, há algumas dezenas de anos atrás, o consumo real ultrapassasse o aparente, existindo uma frugalidade no dia a dia, aliada a gastos excepcionais, mas de montante relativamente considerável, como festividades ou outro tipo de práticas associadas a símbolos de prestígio.

Não é o meu papel o de analisar a história destes consumos, mas, sim, o de referir a situação actual, que é bem mais complexa. É que a estrutura em mutação condiciona comportamentos de consumo que também se vão alterando. Hoje em dia, as solicitações e as necessidades estão largamente acrescidas, e os símbolos de prestígio alteraram-se. É já difícil aceitar a ideia de "mínimo de subsistência" ou de "extrema frugalidade", especialmente nas camadas mais jovens (9). Estes extractos da população agrícola revindicam um modo de vida que se assemelhe ao urbano, exigindo,

para continuar na actividade, uma habitação equipada, meios de transporte próprios, vestuário e ocupação dos tempos livres do tipo "urbano",etc. O consumo do agricultor tornou-se uma função crescente do rendimento.

Mas, então, torna-se problemático o sacrifício do consumo presente, necessário ao investimento, que esta camada também revindica, com vista não só a um maior consumo futuro, mas também a melhores condições de trabalho.

### 2.2.3.3.6. A Pluriactividade

Afirmei anteriormente que a pluriactividade tendia a constituir um fenómeno estrutural do sector agrícola na região do Entre Douro e Minho. Estudar a origem deste fenómeno e a sua generalização passa por conhecer as razões que levam o agricultor a adoptar esta estratégia.

Põe-se, então, a questão de saber se a pluriactividade corresponde a um comportamento determinado pela baixa rentabilidade que a agricultura proporciona, um último recurso ao qual o agricultor é obrigado, mesmo que não o deseje, ou se se trata de uma opção entre duas alternativas com diferentes remunerações.

Foi, de facto, sugerido que a pluriactividade constitui um recurso em casos de explorações que, devido à exiguidade das suas dimensões, não permitem garantir emprego permanente à família agricultora, nem lhe proporcionar rendimentos suficientes para viver (Barros, 1975).

As necessidades podem ter-se alargado nos últimos anos, por efeito da alteração dos níveis e padrões de consumo, especialmente para os mais jovens, induzindo os pequenos agricultores a procurar outros rendimentos no exterior da exploração, devido ao desequilíbrio existente entre os recursos aí disponíveis e as necessidades sentidas (Cavaco, 1985).

Algumas práticas seguidas por este tipo de agricultores, que adiante serão analisadas, mostram, no entanto, que existe também um objectivo de poupar trabalho. Daí que o excesso de emprego não seja um argumento sempre válido para os comportamentos de pluriactividade. É bem mais provável que ela resulte, como já mostrou Chayanov, de uma opção do agricultor por uma actividade exterior e parcial, e que proporcione uma utilização mais rentável de uma parte, maior ou menor, da mão de obra familiar. A parte restante dedicar-se-á a manter a exploração, que a família pretende conservar.

Muitos factores presidem à necessidade de manter a exploração, ou, pelo menos, a propriedade da terra. O carácter precário de algumas formas de emprego, como é o caso do emprego na indústria e na construção civil no noroeste português, ou em outras actividades, como pequenos negócios ou "biscates", subcontratos, etc, não permite uma opção definitiva por essas actividades.

A análise de formas historicamente diferenciadas de pluriactividade, em França, mostrou, com efeito, que crises industriais, nomeadamente na indústria textil, provocaram um retorno à agricultura.

Mas também a terra constitui o único património do agricultor, que ele pretende conservar, não só por razões de ordem económica, não desejando ser considerado como um homem "sem terra".

A exploração funciona como um refúgio em caso de crises, como uma reserva de valor (já que a terra se valoriza mais sendo cultivada), mas, principalmente, ela fornece uma das fontes de rendimento da família pluriactiva.

Embora se continue a insistir que as explorações em pluriactividade constituem "quintais de autoconsumo" (10), portanto produtoras de um leque variado de alimentos na dimensão correspondente às necessidades da família, as evidências sugerem que a função da exploração é fornecer rendimento sob a forma monetária.

A questão é crucial do ponto de vista das opções políticas em relação a estas explorações. Se o objectivo da família é um rendimento, ela esforçar-se-á por rentabilizar a sua actividade agrícola, investindo, e, eventualmente, especializando-se, mesmo que parcialmente. Se, alternativamente, o objectivo consistir em fornecer alimentos (e não me inclino para esta posição), a diversificação será tal que poucas melhorias de produtividade permitirá.

Note-se que a relativa especialização leiteira desenvolvida ao longo das duas últimas décadas, no norte e centro litorais, contou muito com as explorações em pluriactividade ( Carvalho, 1985 ). E trata-se de uma actividade exigente em investimento. Este exemplo recente, pela sua forte incidência na região, leva a crêr que as explorações em pluriactividade procuram mais um rendimento ( e não diria complemento ) do que obter

produtos alimentares. Isto deve ser entendido com cuidado, porque as estratégias das famílias pluriactivas são muito variadas.

Tornando-se a pluriactividade uma opção da exploração, e pressupondo que, na maioria dos casos, o objectivo é o rendimento, a família agrícola deverá ajustar-se, nas suas práticas e nas suas culturas, a esta situação, adoptando comportamentos específicos.

Tal especificidade radica no facto de que a preservação da exploração será "(...)realizada à custa de transformações significativas nos processos de trabalho, nas relações económicas de produção e circulação(...)"(Madureira Pinto, 1985, p. 104 ).

Será de esperar que as explorações pluriactivas se ajustem optando por produzir de forma a poupar trabalho. Este comportamento pode consistir em escolher técnicas e/ou produções pouco intensivas em mão de obra, ou, ainda, optar por actividades que contenham uma marcada sazonalidade em termos de trabalho, de modo a que as épocas que mais mão de obra exijam venham a coincidir com as férias dos empregos fora da exploração.

Esta tendência a poupar trabalho foi verificada nas explorações a tempo parcial em França (Barbichon, 1969), assim como na região de Lisboa onde Cavaco (1985) acusa a introdução de mecanização na cultura de cereais e de forragens, a ausência de pecuária, a reconversão de vinha velha para vinha mecanizada, além da já habitual progressão do eucalipto em solos de aptidão agrícola (11).

Também Rosa Pires (1989), baseando-se em estudos que envolveram inquéritos directos no concelho de Águeda, dá conta de que as explorações

a tempo parcial são as que apresentam maiores índices de capitalização, e de produtividade do trabalho.

A mecanização torna-se uma necessidade induzida pela pluriactividade nos casos de regiões que, embora bastante povoadas, tinham já ajustado os seus sistemas produtivos à mão de obra existente.

Os estudos realizados nos últimos anos têm demonstrado que, ao contrário do que anteriormente se pensava, a pluriactividade adquiriu um carácter de permanência, e, através dos ajustamentos necessários, estas explorações são viáveis (Rosa Pires, 1989).

Já não se trata de utilizar rendimentos não agrícolas para sobreequipar explorações não rentáveis, como sugeriu Barbichon (1969). Antes, e ao invés do que era convencionalmente aceite, estas explorações "(...) não têm necessariamente práticas agrícolas ineficientes e, pelo contrário, poderão até reunir condições que favorecem a obtenção de graus de eficiência e de modernização de nível elevado " (Rosa Pires, 1989, p. 12).

É interessante a este respeito o estudo realizado por Chinn (1979), numa região de Taiwan, onde o autor conclui que a pluriactividade permitiu elevar os rendimentos das famílias agrícolas, sobretudo aqueles que resultam da exploração. Tal aumento foi originado pela substituição de trabalho familiar por capital, o que, associado a técnicas modernas e relativamente neutras à escala, induziu substanciais aumentos da produtividade da terra.

Note-se, de passagem, que esta conclusão só parece ser adequada a regiões onde exista uma boa acessibilidade a tecnologia moderna adaptada à pequena dimensão. Quando tal condição não é preenchida, o comportamento típico consiste no abandono de parcelas, e em reduções apreciáveis do rendimento da exploração, como constatou Low (1981), a propósito do sul da África.

Mas não basta conseguir aumentos de produtividade para que a exploração em pluriactividade se torne mais rentável. Como observa Sen (1960), se a produtividade marginal na agricultura não for nula, ao retirar trabalho da exploração, existe um custo de oportunidade igual ou à perda de produção, ou ao produto sacrificado anualmente para pagar o investimento em capital necessário à reconversão na agricultura. O aumento de rendimento da exploração proporcionado pelas melhorias técnicas deverá mais que compensar o investimento na exploração.

O que não quer dizer que os rendimentos exteriores à exploração não possam financiar tal investimento. Esta prática foi analisada por Rosa Pires (1989) e constatada, numa família pluriactiva da zona litoral por Barros e outros (1982).

Estas considerações são válidas para explorações pluriactivas que pretendem conservar e melhorar a sua actividade agrícola. É de crer que existe um grande número de explorações nessas condições (Rosa Pires, 1989). No entanto, algumas optam pelo abandono, total ou parcial, da actividade, arrendando parcelas, como tem acontecido, embora em pequena extensão, no Entre Douro e Minho.

Tudo depende, como se disse, da função que a família reserva à exploração, o que, por seu lado, está ligado a múltiplos factores, como a inserção da família em outras actividades, e as suas perspectivas a esse nível, a dimensão e as condições da terra, a existência de sucessor na exploração, etc.

Mas, quando interessada na manutenção da actividade agrícola, a família pluriactiva oferece potencialidades consideráveis. Ela é induzida a ajustamentos que se direccionam para técnicas e produções mais adequadas. Ela possui rendimentos exteriores, o que facilita o investimento e o crédito. Finalmente, e como foi já debatido em capítulo anterior, este tipo de famílias, mercê da sua inserção, mesmo que parcial, no exterior da colectividade agrícola, torna-se mais "habilitado" a compreender o "mundo exterior" (incluindo o mercado e os agentes de extensão), e portanto, menos receoso em relação à inovação.

### 2.2.3.4. Conclusão: Relações entre Estrutura, Comportamentos e Performances

A título de conclusão, cabe aqui fornecer algumas sugestões para o que poderá constituir uma síntese das relações entre estrutura, comportamentos e performances, no sector agrícola do noroeste português.

E, desde logo, se destaca o importante e central papel dos comportamentos nestas relações. Contrariamente ao que revindicam as teses americanas (da Economia Industrial, que se pode também entender como Sectorial), no caso presente os comportamentos não consistem em

adaptações passivas à estrutura. É, no entanto, evidente que esta influencia os comportamentos dos pequenos agricultores.

No que respeita às determinações de sentido Estrutura-> Comportamento, elas tornam-se específicas no sector em alguns pontos que merecem destaque. Assinalem-se, por exemplo, as estratégias anti-risco, como a especialização incompleta (e a manutenção de alguma diversificação da produção), ou a restrição dos investimentos às aplicações reconvertíveis ou pouco duradouras, determinadas por condições técnicas e de mercado muito instáveis. Outra especificidade do sector a este nível consiste na estrutura "mutável", que condiciona comportamentos de certo modo lentos, talvez que dificilmente previsíveis porque também são mutáveis ,e, sobretudo, diversificados. E, ainda, o sector é estruturalmente definido por conter unidades familiares, o que tem efeitos sobre os objectivos, o emprego, o consumo e o investimento, e por escassez de terra e abundância de mão de obra, o que obriga as explorações a adaptarem-se a estas condições.

Mas talvez que a condicionante estrutural mais específica consista na diversidade de capacidade empresarial dos agentes, o que conduz à diferenciação de comportamentos quanto à composição da produção, as técnicas utilizadas, o consumo, as estratégias de pluriactividade, etc.

As determinações do tipo Performance->Estrutura encontram-se, como já se afirmou, na fraca performance de um sector, o que tem conduzido a uma forte intervenção estatal. Note-se que esta relação não deixa de passar por uma outra, que consiste nas limitações que a fraca performance coloca ao investimento.

Os comportamentos adquirem, no entanto, um papel central. É bem patente que eles influenciam a performance, sendo os comportamentos das empresas em pluriactividade, ao se ajustarem a uma relativa escassez de mão de obra, um bom exemplo dessa relação.

Mas os comportamentos são susceptíveis de influenciar a estrutura. As estratégias anti-risco, e os ajustamentos das explorações pluriactivas impedem falências e consequentes saídas da actividade, permanecendo a estrutura caracterizada por um número elevado de empresas produzindo um leque diversificado de bens, quando as condições de mercado "empurrariam" para uma concentração e especialização.

Como conclusão, e no que conduz à análise que se segue, há que reter que os comportamentos não são maximizantes, quer por limitações dos objectivos, quer por restrições que se ligam aos próprios agentes; e, ainda, que os comportamentos são diversificados.

Estas duas hipóteses implicam que se aborde mais profundamente a temática da racionalidade camponesa.

## 2.3. De Novo a Racionalidade Camponesa: Reconsiderações

### 2.3.1. Introdução

Da revisão feita sobre as abordagens recentes dos comportamentos económicos dos pequenos agricultores resultaram talvez mais interrogações do que conclusões firmes.

A razão de tais hesitações poderá desde logo residir no facto de essas análises terem um carácter universalista e homogeneizador, enquanto que o espaço económico revela heterogeneidades essenciais.

O reconhecimento das diversidades de comportamentos, de decisões, e, no fundo, de racionalidades, pode constituir um ponto de partida para uma nova abordagem, que faça uma leitura do espaço rural como um espaço em transformação, e onde os elementos que proporcionam a mudança (o "moderno") atingem de forma diferente os vários agentes económicos.

As perspectivas universalistas tendem a globalizar o comportamento de tais agentes, considerando todos os camponeses como conservadores (e, por exemplo, como produtores que visam exclusivamente satisfazer um leque restrito de necessidades), ou, alternativamente, como seres ultra-racionais e perfeitamente integrados no mercado.

A abordagem que aqui pretendo sugerir parte da hipótese de que existe uma diversidade de comportamentos. No primeiro capítulo, procurei justificar a existência de várias situações em que os agentes se podem encontrar relativamente às suas formas de perceber, julgar e agir, e que resultam do diferente modo como eles integram as transformações do espaço rural.

Avançar dessa tipologia de situações potenciais para uma correspondente tipologia de comportamentos económicos implica que se indague da racionalidade fundamentadora desses comportamentos, pelo que se justifica uma abordagem, ainda que breve, da problemática da racionalidade económica.

## 2.3.2. A Racionalidade Económica

Esta temática tem sido analisada pela ciência económica fundamentalmente de acordo com duas perspectivas. A primeira liga-se à discussão dos motivos da acção humana, enquanto que a segunda se refere ao processo de decisão em si, sendo por vezes chamada de racionalidade instrumental.

Um acto económico racional comporta, assim, dois momentos distintos, e que têm sido abordados separadamente : o momento da fixação do objectivo (egoista ou altruista, por exemplo), e o momento que integra todo o conjunto de cálculos e avaliações de alternativas, conducente à tomada de decisões.

A mesma dualidade do conceito de racionalidade tem sido também expressa sob a forma de conceptualização do "homem económico" como objecto de duas versões : o "homem do tipo psicológico", em que o ênfase é colocado na motivação, e o "homem do tipo lógico", na qual a motivação é abandonada para ceder lugar ao carácter objectivamente racional da escolha (Fonseca, 1988).

Sem dúvida que a teoria se preocupou muito mais com a componente da motivação. Averiguar o que move o "homem económico", e em função de que objectivos ele decide, foi questão muitas vezes colocada e analisada, sendo habitual apontar Adam Smith como o primeiro economista a tratá-la.

É também à racionalidade-motivação que se referem as análises da racionalidade camponesa. Este conceito tem sido, de facto, identificado com

o objectivo das decisões das famílias camponesas, com os seus interesses, e não tanto com a racionalidade instrumental.

O "homem psicológico" e o "homem lógico" têm, por outro lado, constituído dois entes separados a nível das abordagens que lhes têm sido feitas. A racionalidade instrumental refere-se ao processo de decisão, seja qual for o objectivo de quem decide. A racionalidade-motivação tem sido encarada também como sendo independente da técnica de decisão. Isto significa considerar que a forma de proceder do agente pouco tem a ver com o móbil do seu procedimento, e vice-versa.

Foi por vezes indicada uma outra dualidade do conceito de racionalidade, contendo uma abordagem sobre a motivação/interesse, e uma outra que identifica a racionalidade com a consistência das escolhas (Sen, 1987).

### 2.3.2.1. A Racionalidade enquanto Motivação

O "homem económico" tem como objectivo a obtenção do máximo ganho pessoal e material. Assim, a ciência económica é definida como restringindo-se ao estudo do homem enquanto ser que procura atingir os requisitos materiais do bem estar (Marshall, 1974).

Banidos da ciência económica estariam todos os comportamentos que visassem outras motivações, mesmo interessadas, mas de ordem não material.

Tal é a visão predominante a partir do século XIX, embora anteriormente o pensamento económico se inclinasse para a consideração de motivações de âmbito mais alargado, "(...) englobando o interesse na honra, na glória, no amor-próprio (...)" (Hirschman, 1986, p. 7).

A partir do século XIX, e acompanhando a afirmação do positivismo económico, as tendências teóricas privilegiaram o interesse material como objectivo do homem racional. Nesse sentido, acentuou-se o relevo dado à discussão da questão do interesse individual e colectivo (idem, ibidem).

Quanto ao interesse individual não material, este constitui um ponto de vista que a teoria praticamente abandonou, embora comecem a aparecer algumas referências recentes a seu propósito. De facto, a "(...) luta pelo poder, pelo prestígio e pelo respeito, a manutenção de velhas amizades (...) a realização pessoal, a verdade, a criatividade (...)" (Hirschman, 1981, p. 291) ,ou mesmo "(...) uma boa noite de sono (...)" (Hirshleifer, 1985, p. 53) não serão também motivações interessadas que podem explicar os comportamentos económicos ?

Aliás, tais motivações foram já incluídas em alguns desenvolvimentos da teoria da empresa, como é o caso da tese da "preferência pelas despesas" (Williamson, 1974), ou da abordagem de Scitovsky (1943).

Este tipo de motivações encontram-se presentes como condicionantes de alguns tipos de comportamentos dos pequenos agricultores. Pense-se, por exemplo, na aquisição de tractores, ou de habitações vistosas com o objectivo de ganhar prestígio, ou na preferência dos jovens por profissões socialmente melhor validadas.

Objecto de mais aprofundada discussão teórica tem sido a questão do interesse individual e do interesse colectivo. Não se tornando esta temática directamente relevante no âmbito deste trabalho, importa, antes, focar, e ainda que muito brevemente, o móbil da acção individual, em termos de objectivos estritamente pessoais, ou de objectivos que têm em conta o bem estar dos outros.

O reconhecimento de objectivos altruistas é algo incómodo para a teoria tradicional, pelo que esta se viu conduzida a afastar tal hipótese, fundamentalmente por duas vias. Uma consistiria na restrição do problema económico apenas aos actos determinados pelo interesse individual, o que significa uma auto-restrição da Economia (Hirshleifer, 1985). De acordo com a segunda via, o interesse pelos outros seria sempre reconduzido ao interesse individual, considerado como determinante em última instância, como, por exemplo, a racionalização de um dever que é aceite como tal (Broome, 1978).

Isto implicaria o estabelecimento de limites claros do interesse individual e do altruismo. Algumas propostas foram avançadas neste sentido. Seria, por exemplo, altruista a acção baseada no empenhamento voluntário (12), mas não a que tivesse por móbil a simpatia, sendo esta vista como um reflexo dos sentimentos dos outros nos do indivíduo (Sen, 1987). Ou, mais formalmente, "(...) alguém é não-interessado até ao ponto em que atribua utilidade ao impacto dos acontecimentos sobre os corpos ou as mentes dos outros" (Hirshleifer, 1985).

Mas a utilidade atribuida ao bem-estar dos outros não resultará, em última instância, da utilidade individual, para a qual conta o sentimento de

estar bem com os outros? Nesse sentido, parece que "(...) as instituições e as regras são uma fonte de utilidade para os membros da sociedade (...) as tradições de comunidades antigas estão bem vivas, sendo fontes de utilidade, a sua destruição e a sua alteração criarão, por isso, muitas vezes, desutilidade, expressa sob a forma de tensão ou mal-estar" (Brutton, 1985, p. 1106).

Ora, esta sugestão convida a deslocar a análise da oposição entre interesse individual e altruismo para o ponto de vista do comportamento em grupo. "Mesmo quando os objectivos são claramente dados, a sua tradução em acções depende do padrão de interdependência social assumido no comportamento do grupo, tendo os seus membros objectivos parcialmente divergentes" (Sen,1987, p. 71).

A abordagem situada ao nível dos conflitos (ou coincidências) de interesses no comportamento do grupo, torna-se mais relevante num estudo referente a unidades produtivas. Recentes contribuições da Economia da Família adoptam esta perspectiva (como se viu no capítulo inicial) ao investigar de que forma a divergência de interesses entre os membros da família afecta a respectiva eficiência enquanto unidade produtiva. Este ponto será retomado.

### 2.3.2.2. A Racionalidade Instrumental

O homem económico é visto pela teoria tradicional como um ser interessado, e capaz de maximizar, ou seja, de escolher a melhor alternativa, entre as muitas que lhe são propostas.

Embora contestada, à hipótese da maximização não têm sido apresentadas muitas alternativas. De facto, se a racionalidade maximizante continua bem instalada na teoria económica, isso deve-se em grande parte ao facto de que "(...) não existe grande esperança de encontrar uma estrutura de hipóteses alternativas que seja tão simples e utilizável como são as hipóteses tradicionais (...)" (Sen, 1987, p.72). Nomeadamente ao nível da formalização, estas últimas têm-se revelado muito adequadas.

Embora raras, as abordagens alternativas à maximização revestem bastante interesse. De um modo geral, duas questões têm sido colocadas, consistindo na discussão, por um lado, da hipótese de o agente querer maximizar, em vez de se contentar com resultados razoáveis, e, por outro lado, da hipótese de que ele tem capacidade para maximizar.

Uma alternativa à vontade de maximizar consiste na tese da racionalidade satisfatória, proposta por Herbert Simon. O indivíduo contenta-se com um resultado satisfatório, quer dizer, com uma alternativa que esteja de acordo com determinados critérios, podendo não ser nem a única, nem a melhor (Simon, 1987).

A justificação deste tipo de comportamento reside no reconhecimento da impossibilidade de maximizar, seja porque o custo da avaliação de todas as alternativas é muito elevado, seja porque essa tarefa se torna muito cansativa (13).

Satisfazer significa, portanto, escolher uma alternativa que seja considerada como boa ou suficiente pelo agente (e não aquela que maximiza o objectivo), de acordo com critérios devidamente especificados.

Esses critérios relevam da psicologia do agente, e correspondem a níveis da aspirações, que se elevam quando se torna fácil encontrar as alternativas que lhes sejam adequadas, e baixam se existem dificuldades em tal processo (idem, ibidem). Trata-se, então, de um comportamento de adaptação entre níveis de aspirações e alternativas encontradas.

Se bem que a racionalidade satisfatória esteja mais de acordo com o comportamento real do que a maximização, aquela perspectiva encontra dificuldades de formalização. Na realidade, e como foi mencionado, a rejeição da hipótese da optimização implica problemas adicionais.

Além disso, " fazer previsões sobre comportamentos na base da teoria da racionalidade satisfatória requer uma maior quantidade de dados empíricos sobre, por exemplo, os níveis da aspirações e a sua adaptatividade, do que a previsão na base da teoria da optimização" (id., ibid., p. 244).

Seria necessário atribuir níveis de aspirações iniciais a cada indivíduo, ou encontrar qualquer processo de os tornar endógenos. Por outro lado, a seriação das alternativas não conduz sempre à mesma escolha para níveis iniciais iguais, já que cada indivíduo pode ser mais ou menos persistente no seu comportamento adaptativo (Simon, 1955).

Esta persistência torna-se, assim, uma determinante da alternativa escolhida. Mas será a persistência um dado, uma qualidade psicológica do indivíduo ? Ou, pelo contrário, haverá fundamentos para concluir que determinados indivíduos (ou grupos de indivíduos) se encontram em situações específicas que os tornam não só mais persistentes, mas, sobretudo, mais propensos a procurar e a avaliar alternativas ?

Esta questão não pode ser desligada da dos níveis de aspirações, e será mais aprofundada. Para já, convem deixar claro que Simon regista diversidades de comportamentos, resultantes de diferentes níveis de aspirações e de diferentes graus de persistência.

As aspirações estão ligadas a necessidades socialmente adquiridas, e não apenas a aspectos psicológicos e individuais, desde que essas necessidades possam ser convenientemente especificadas (Simon, 1955). O problema reside, então, na especificação não só das necessidades, mas também dos graus de persistência.

Para além de satisfatória quanto aos objectivos a atingir, a racionalidade é, de acordo com a tese de Simon, limitada quanto ao processo de avaliação e de escolha de alternativas. Limitada e não maximizante, porque "(...) os seres humanos são sistemas de processamento de informação (...) que possuem poderes computacionais muito modestos em comparação com a complexidade dos problemas com os quais as condições externas os confrontam" (Simon, 1977, pp. 173 / 174).

Mesmo que queiram, "(...) as pessoas podem tentar sempre o seu melhor para fazerem as escolhas acertadas, mas o seu melhor pode não ser nada bom, tanto porque as suas capacidades são muito fracas, como porque os problemas são muito difíceis" (Mathews, 1984, p. 92).

Torna-se necessário estabelecer uma proposta de racionalidade limitada, que "(...) procure identificar, na teoria e no comportamento real, procedimentos de escolha que sejam mais simples do ponto de vista computacional, e que possam justificar as inconsistências observadas nos padrões de comportamento humano" (Simon, 1987, p. 267).

Muito resumidamente, o processo preconizado pela teoria da racionalidade limitada consiste em procurar inicialmente um conjunto de resultados possíveis e, sem o esgotar, um subconjunto de resultados satisfatórios, de acordo com as aspirações do indivíduo em causa; após o que se procurarão as alternativas correspondentes. A relação entre cada resultado e a respectiva alternativa (ou alternativas) pode não ser conhecida, pelo que o processo pode exigir uma fase de recolha de informação.

Esta teoria parece muito mais adequada ao processo de decisão dos agentes. Permanecem, no entanto, as indeterminações apontadas.

A perspectiva maximizadora continua, portanto, dominante no campo da teoria económica, tendo levantado as suas defesas quando se sentiu atacada, ou tendo procurado algumas reconversões, como já foi anteriormente referido.

Uma das mais relevantes defesas desta tese é o argumento da selecção natural. De inspiração em analogias com a biologia, este argumento defende que, se algumas firmas não maximizam os seus objectivos, elas serão eliminadas pela concorrência. Daí que esta se encarregue de garantir a maximização das firmas sobreviventes (Friedman, 1953).

Várias objecções têm sido colocadas à hipótese da selecção natural, referindo-se algumas ao melhor desempenho das sociedades que se regem por outros valores que não a maximização interessada (Sen, 1987), outras à manifesta evidência de condições de fraca concorrência (Williamson, 1974),

e outras ainda às deseconomias resultantes da selecção por concorrência (Hirshleifer, 1985).

Quanto a uma defesa alternativa da maximização, baseada no argumento de que os seres humanos maximizam mesmo, apenas merece o comentário de que, e utilizando uma expressão de Joan Robinson, se trata de uma questão de fé.

### 2.3.2.3. A Consistência de Escolhas

A racionalidade do comportamento do homem económico tem sido também identificada com a consistência de escolhas.

Baseada na hipótese da maximização, esta perspectiva defende que cada escolha feita revela a existência de uma relação binária de preferência entre as diversas alternativas, relação essa que se manterá como válida para futuras escolhas, e para cada indivíduo.

Assim, são completamente ignorados os objectivos do decisor. É garantido que, do seu ponto de vista, ele escolhe o melhor, e a racionalidade exige que as decisões futuras respeitem a relação estabelecida pela escolha inicial.

A consistência é independente dos objectivos do agente, e garante a racionalidade, por exemplo, a quem proceda sistematicamente de forma oposta aos seus próprios objectivos, e mesmo a idiotas, morais ou cognitivos (Sen, 1987).

Por outro lado, o comportamento interessado pode ser visto como um caso particular da consistência, uma vez que fornece uma razão para escolhas sistemáticas. Mas a consistência não necessita do interesse, podendo ser satisfeita com qualquer outra motivação.

Para além do interesse, outras razões têm sido apontadas para uma consistência de escolhas. Ela pode ser explicada, por exemplo, pela inércia, devida à aversão ao risco (Mathews, 1984).

Quanto à racionalidade limitada, ela não garante a consistência de escolhas. Em cada decisão, a escolha recairá sobre uma alternativa satisfatória que depende, entre outros factores, da ordem pela qual as alternativas são apresentadas.

Finalmente, note-se que a evidência aponta para a existência de comportamentos sistemáticos, apoiando a consistência de escolhas. Mas aponta também para comportamentos inconsistentes que não são necessariamente irracionais. Pense-se, por exemplo, na tipologia estabelecida por Mendras (1984). Aí, o comportamento dos agricultores tradicionais é, sem dúvida, consistente. Porém, as escolhas dos "modernistas simbólicos", que têm a sua fundamentação, serão quase sempre inconsistentes .

### 2.3.3. Racionalidade Camponesa e Teorias da Racionalidade

Uma breve apreciação das teses da racionalidade económica sugere

que as últimas não se revelem totalmente adequadas à explicação da racionalidade camponesa.

A própria ideia de identificar racionalidade com consistência não significa muito mais do que o levantamento e o ordenamento das escolhas já feitas, seguida da hipótese de procedimentos sistemáticos ou repetitivos. Saber em que reside esta tendência à repetição implica explicar o relacionamento existente entre as motivações e o processo de decisão, a ligação entre a racionalidade enquanto objectivo e a racionalidade instrumental.

Além disso, e como referi a propósito da tese de Simon, será importante endogeneizar os níveis de aspirações, encontrar as suas determinantes, assim como aquelas que respeitam à capacidade de avaliar e julgar resultados, e de recolher e interpretar informação.

Por último, sublinhe-se que desta endogeneização resultará provavelmente uma diferenciação de "racionalidades", ou de graus de racionalidade. O que, por seu lado, se liga às diversidades já encontradas em termos de situações (ou de tipos) de agricultores, e dos correspondentes comportamentos económicos.

Se a racionalidade camponesa é, em si, específica, no mundo rural de hoje registam-se comportamentos e descortinam-se situações que conduzem à consideração de especificidades dentro dessa mesma racionalidade.

Deste ponto de vista, parece necessário ir além das teses da racionalidade de índole universalista, e procurar outro tipo de abordagens, que permitam enquadrar as citadas diversidades.

## 2.3.4. Do Lado da Sociologia : A Abordagem de Bourdieu

Bourdieu considera a existência de uma forma de interesse, de uma motivação para o comportamento humano, explicitando, nesse sentido que "(..) existe uma causa ou uma razão que permite explicar ou compreender porquê determinada prática ou instituição tem lugar, em vez de não ter, e porquê ela é assim e não de qualquer outro modo. Este interesse ou esta função nada têm de natural ou de universal, contrariamente àquilo que acreditam os economistas neoclássicos (...)" (Bourdieu, 1980, p. 34).

O interesse, quando visto no campo da acção económica, não se restringe à valorização do resultado material. "(...) A caça conta tanto como a presa, e existe um lucro da acção que excede os lucros explicitamente prosseguidos (...) e que consiste no facto de sair da indiferença, de se afirmar como «agente agindo», empenhado no jogo (...)" (Bourdieu, in Allardo e Corcuff, 1986, p. 82). O interesse não tem nada de inato, mas é inculcado no agente através da aprendizagem social, que valida as acções e os resultados como "importantes" ou como "não importantes" (idem, ibidem).

A sociedade rural tradicional sancionava como "relevantes" ou "não relevantes" determinados resultados ou posições, bem diferentes daqueles que resultam da valoração estabelecida no mundo rural moderno.

O interesse objectiva-se através do conceito de campo, que corresponde, em termos simplificados, a uma espécie de terreno onde estão colocados tanto os interesses em jogo como os indivíduos dispostos a "jogar o jogo", a defender os seus interesses com as suas "armas" (o

habitus, e a sua posição em relação aos outros indivíduos, no campo) de que estão munidos.

Bourdieu considera ainda a existência de campos específicos quanto à natureza dos interesses em jogo. Esta especificidade do conceito de campo torna difícil a sua aplicação a uma análise em que existem interesses de natureza variada (profissionais, de estatuto social, económicos, de reconhecimento pela comunidade, etc.), como é esta.

Daí que o conceito de campo perca alguma expressão neste trabalho. É possível que, em análises do mesmo tipo, se torne vantajosa a formulação de uma espécie de cruzamento de campos, do qual resultaria um "campo profissional" dos agricultores, com interesses em jogo de índole diversificada, mas limitada.

No entanto, o objectivo desta pesquisa dispensa a utilização do conceito de campo, não se deixando de ter em conta que a sugestão acima apresentada poderá ser relevante sempre que os objectivos se refiram mais expressamente à luta e aos seus resultados.

Mais importante será salientar que os interesses residem no habitus. O habitus exprime, assim, as disposições duráveis dos indivíduos, disposições que se referem não apenas a interesses ou aspirações, mas também aos processos de perceber, avaliar e agir, que estão presentes nas decisões, e que enquadram, portanto, a racionalidade instrumental.

O conceito de habitus permite, assim, estabelecer a ligação entre os interesses/aspirações e os processos decisórios (entre a racionalidade -

interesse e a racionalidade - motivação), pois ambos radicam no mesmo conjunto de disposições duráveis de que o indivíduo está munido (14).

Afastando-se das teses universalistas da racionalidade, a noção de habitus dá lugar à consideração de diversidades de comportamentos, baseadas em processos específicos de aprendizagem social. Diversidades que se estabelecem ao nível do sistema de disposições, onde radicam tanto os níveis de aspirações como as capacidades ou propensões, dos quais dependem os "graus de racionalidade".

Abrem-se, deste modo, novas perspectivas quanto à abordagem teórica da racionalidade económica, procurando ultrapassar o universalismo da conduta humana.

Mais, o habitus constitui uma explicação para as consistências e regularidades observadas, já que é "(...) capaz de regular (no sentido de pautar e, justamente, tornar regulares) as respostas dos agentes sociais às múltiplas e diversas situações com que se confrontam" (Madureira Pinto, 1981, p. 101).

Apropriando em si as aspirações e as capacidades individuais, o habitus estabelece uma espécie de selecção de informações, tendendo "(...) a assegurar a sua própria constância, e a sua própria defesa contra a mudança através da selecção que opera entre as informações novas, rejeitando, em caso de exposição fortuita ou forçada, as informações capazes de pôr em questão a informação acumulada e, sobretudo, desfavorecendo a exposição a tais informações (...)" (Bourdieu, in Accardo e Corcuff, p. 61).

A busca de informação e a sua avaliação deixa de ter a aleatoriedade que lhe conferia a teoria de Simon. Ela é controlada por um indivíduo não "vazio", mas munido das suas capacidades e propensões, e do seu "hábito" de selecção.

A tendência à selecção prévia de informação, e à fuga à exposição a informações novas poderá ser mais intensa e frequente nos casos de contextos de aprendizagem consonantes. Como foi atrás sugerido, a dissonância de contextos mune o agente com uma experiência relativamente a informações novas e, portanto, com uma maior propensão à sua aceitação.

Dir-se-ia, então, que os jovens e outros elementos da população rural estão mais aptos a aceitar e compreender a informação nova, enquanto que os agricultores idosos se fecham a todo o sinal que possa pôr em causa um habitus "muito constante".

Retendo este conceito de habitus, integrado dentro da perspectiva que foi aqui desenvolvida, é altura de averiguar como ele é susceptível de estabelecer "racionalidades" que fundamentem as decisões com maior ou menor grau de adequação ao objectivo.

Deste ponto de vista, a tese da racionalidade selectiva, de Harvey Leibenstein, torna-se um valioso contributo.

## 2.3.5. A Racionalidade Selectiva

### 2.3.5.1. A Racionalidade Individual

A originalidade do pensamento de Leibenstein traduz-se basicamente pela consideração de que as técnicas de decisão podem ser visualizadas como uma variável (Leibenstein , 1976). Isto significa que um indivíduo pode decidir melhor ou pior, pode tomar decisões mais ou menos fundamentadas, mais ou menos apoiadas em cálculos e avaliações das alternativas com que depara.

A teoria da racionalidade selectiva é desenvolvida em torno de um postulado central, o de que "(...) as pessoas se comportam do modo como gostam, ou então do modo como acham que devem, ou estabelecem algum compromisso entre estes elementos" (idem, ibidem, p. 74).

Quanto ao "modo como gostam de se comportar", é avançado que, salvo algumas excepções, as pessoas não gostam de fazer cálculos, e que tal actividade lhes provoca desutilidade.

A actividade de calcular constitui uma das dimensões de uma variável que se poderá designar por "preocupação com as restrições" (PR) (15). Outras dimensões integram esta variável, sendo talvez a mais significativa aquela que o autor designa "grau de PR", e que será "(...) o grau até ao qual os indivíduos estão preocupados com as restrições que se supõe que observarão dentro de qualquer contexto" (id., ibid., p. 77).

As restantes dimensões são constituídas pelo realismo da percepção do contexto, pela independência de julgamento, pela sensibilidade à magnitude das variações, pela aprendizagem através da experiência, etc, as quais, no seu conjunto, podem ser vistas como um vector de traços de personalidade.

Particular relevo para o objectivo deste trabalho assumem o grau de PR e a actividade de calcular, pelo que serão objecto de melhor contextualização mais adiante.

Se a racionalidade maximizante supõe que o indivíduo conhece e toma em consideração todas as restrições, todos os dados que são relevantes em determinada situação, para a teoria da racionalidade selectiva existem condicionantes que o levam a seleccionar mais ou menos restrições, a efectuar mais ou menos cálculos (16).

Esta consideração de mais restrições, e a avaliação de mais alternativas e resultados trazem, então, desutilidade.

O sentido do "dever" é integrado na teoria da racionalidade selectiva através do conceito de Pressão. Este termo designa todo o conjunto de solicitações provenientes tanto do mundo exterior como do próprio indivíduo, e que se manifestam quando o agente toma decisões pouco cuidadas.

A Pressão constitui uma fonte de desutilidade, já que ninguém se sente bem quando sabe que está a ser negligente e, por isso, se sente pressionado a mudar.

Leibenstein estabelece uma relação entre a Pressão e PR, através de curvas de iso-utilidade, as quais exprimem um trade-off entre as duas variáveis. Tais curvas são côncavas em relação à origem, e constituem uma família (de curvas) cujo nível (de utilidade) decresce à medida que se afastam da origem, pois ninguém prefere mais Pressão e mais PR.

O agente tem , por outro lado, aspirações, ou padrões de comportamento a que gostaria de aderir, e de acordo com os quais gostaria de pautar o seu desempenho. Estes padrões podem ser considerados como relações entre a Pressão e a "preocupação com as restrições" necessária a cada tipo de desempenho.

Tendo em conta as duas relações, Leibenstein estabelece que existe um ponto (que define um nível de Pressão e um nível de PR), no qual o indivíduo alcança o máximo conforto possível, atendendo às suas aspirações, e à desutilidade que está disposto a suportar.

Então, o agente seleccionou um grau de PR, digamos que um grau de fundamentação das suas decisões, que vai portanto determinar a adequação destas aos objectivos. Quanto maior for PR, melhores resultados alcançará o agente, e mais perto estará da maximização.

Esta teoria apresenta uma fundamentação para a existência de substanciais diferenças no processo decisório, que já não se baseiam em factores arbitrários, mas antes numa selecção feita pelo indivíduo, em função, note-se, de factores que dependem, afinal, de traços de personalidade.

### 2.3.5.2. A Teoria de Leibenstein e a Racionalidade Camponesa

Então, dir-se-ia que há pessoas mais desleixadas e outras menos, pessoas que são mais ou menos avessas a cálculos, e que isso depende da sua personalidade. Aqui, mais uma vez o "exógeno" apela para factores psicológicos, vagos e subjectivos. Mas será que a existência de diversos graus de racionalidade, manifestada no processo de decisão não se justificará através de factores mais concretos e coerentes ?

O conceito de habitus permite, como foi dito, vencer esta dificuldade. Introduzindo o habitus (com todo o seu conjunto de determinações) na teoria da racionalidade selectiva, obtem-se a razão que explica a existência, em cada momento, de diferentes propensões a PR.

De facto, o habitus não está condicionado por um subjectivismo psicológico, mas, antes, constitui uma espécie de resultado estruturado em, e por, diversos contextos de aprendizagem social experimentados pelo indivíduo. E, como no meio rural de hoje se podem estabelecer diferentes contextos (consonantes / dissonantes, existindo também especificidades dentro dos dissonantes), então a partir daí surgem alguns tipos de situações, agrupando (de forma tendencial) indivíduos munidos de habitus que, entre si, contêm disposições relevantes comuns.

A teoria da racionalidade selectiva, quando aplicada à análise da pequena agricultura, surge, então, como não indeterminada em relação a PR, e como não atomista, mas antes susceptível de agrupamento de agentes em situações.

A introdução do conceito de habitus permite ainda "fechar o círculo", estabelecendo a determinação da outra variável de Leibenstein, os padrões de comportamento.

Alterando um pouco o postulado de Leibenstein, pode-se pensar que os indivíduos se comportam estabelecendo um compromisso entre o "querer imediato" e o "querer e dever futuro".

O "querer imediato" é determinado pelo habitus, e não se refere apenas a um gosto, mas a uma propensão (que engloba capacidades e potencialidades) a PR.

O "querer e dever futuro" representa padrões de comportamento a que o indivíduo gostaria de aderir, incluindo padrões de vida e de consumo. Ele resulta tanto da pressão directamente exercida pelos outros como das referências em termos de aspirações profissionais, do modo de vida e de consumo, que foram inculcadas no indivíduo através de processos de aprendizagem social.

Fecha-se, então, o círculo, determinando-se (tendencialmente) a variável aspirações.

É evidente que um ensaio de aplicação da tese da racionalidade selectiva (ainda que com todas as alterações já feitas) necessita de melhores adequações e especificações. É o que procurarei fazer no capítulo seguinte.

Entretanto, é importante fazer uma referência à "racionalidade em grupo", de Leibenstein.

2.3.5.3. A Racionalidade em Grupo

O segundo aspecto notável da teoria de Leibenstein é a sua análise da "racionalidade em grupo", integrando a racionalidade selectiva no comportamento da unidade económica.

Na sua abordagem,"(...) assume-se que as pessoas entram em interacção dentro das unidades básicas de comportamento, nomeadamente agregados familiares e firmas, e que o comportamento [destes] será considerado como seguindo, ou como sendo uma consequência do comportamento individual" (Leibenstein, 1976, p. 90).

É estabelecida a hipótese de que haverá um menor grau de PR no comportamento dos subordinados do que no dos chefes.

O que não quer dizer que não existam excepções, constituindo estas casos em que "(...) a personalidade do indivíduo é tal, e a relação com o seu chefe é de tal modo, que o primeiro identifica os seus interesses com os do segundo, e dedica-se aos objectivos do chefe num grau mais elevado que o próprio chefe" (idem, ibidem, pp.90/91).

Por outro lado, o grau de PR seleccionado pelos subordinados dependerá também dos incentivos que sentem nos contextos em que decidem e agem.

Nas situações de comportamento em grupo, cada indivíduo associa um nível de utilidade às recompensas que pensa receber, e à "forma de operar" do grupo quando toma decisões, ou seja, ao conflito e à cooperação.

É possível representar as preferências do comportamento de cada agente através de curvas de iso-utilidade, nas quais melhores recompensas são trocadas por menos cooperação. Considerando a interacção de comportamentos de dois agentes, o resultado obtido (em termos de grau de cooperação / conflito), depende das preferências de cada um.

Na análise do comportamento dentro do grupo que a família agrícola constitui, a desenvolver no capítulo seguinte, procurar-se-á descortinar situações de conflito e de cooperação, e as respectivas implicações quanto à performance da unidade produtiva.

NOTAS :

(1) Veja-se, a este propósito, Servolin (1972).

(2) Não se deve esquecer que Chayanov desenvolveu a sua investigação em condições (de natureza política) muito particulares.

(3) A temática da racionalidade camponesa atraiu a atenção de economistas do Desenvolvimento, que investigaram situações em que este tipo de "irracionalidades" estava bem presente.

(4) Em quantidade e em qualidade. Estes dados constituem talvez a mais ampla fonte de dados que temos sobre a economia camponesa de qualquer país, nos dias de hoje (Thorner,1966).

(5) "Crafts and Trades", na edição em língua inglesa. O termo "trades" pode-se referir a outras actividades que não apenas o comércio.

(6) O que, aliás, corresponde a uma perspectiva em cujas linhas este trabalho se insere.

(7) Situam-se neste tipo de abordagens Thorner (1962), Kerblay (1971) e Shanin (1985), entre outros.

(8) A averiguação desta hipótese será adiante realizada para o concelho de Fafe.

(9) Como já foi documentado no primeiro capítulo deste trabalho.

(10) Posição que é assumida, por exemplo, nos Estudos Prévios da Operação Integrada do Vale do Ave (Taveira, 1988).

(11) Um trabalho de minha autoria, incluído nos Estudos Prévios do Plano Director Municipal de Agueda, permitiu detectar este fenómeno de plantação de eucaliptos em explorações pluriactivas, em extensões consideráveis.

(12) "Commitment" no original.

(13) A racionalidade limitada justifica a racionalidade satisfatória, fazendo as duas parte de um mesmo processo.

(14) Se bem que com possibilidade de agrupamento, incluindo conjuntos de indivíduos : habitus de classe.

(15) No original, em inglês, este conceito é designado por "constraint concern".

(16) Note-se que se trata de um processo selectivo de restrições a priori, que conduz a uma avaliação mais ou menos perfeita de algumas alternativas, e não à selecção aleatória, como propõe a tese da racionalidade limitada.

# CAPÍTULO TRÊS

## 3. As Estratégias Económicas dos Pequenos Agricultores : Algumas Contribuições para o seu Estudo

### 3.1. O Processo de Decisão e o Comportamento da Empresa Agrícola

#### 3.1.1. Introdução

Esta nota introdutória destina-se a fazer um ponto de situação relativamente ao presente trabalho. Como foi referido logo no seu início, a minha preocupação centrou-se em compreender, ou melhor, procurar compreender, as estratégias económicas dos pequenos agricultores no contexto concreto em que elas se desenvolvem.

Em particular, e como foi inicialmente referido, a reflexão sobre a evidência existente sugere um desfasamento entre as práticas económicas dos agricultores e a racionalização que os mesmos fazem dessas práticas, levando-me a concluir que a temática da sua racionalidade económica seria uma questão essencial nesta análise.

O primeiro capítulo desta pesquisa teve como objectivo investigar as condições concretas do mundo rural do noroeste português, atendendo a todas as transformações que nele se operaram e se estão operando. Essas transformações tinham sido já analisadas, numa região particular, e do ponto de vista das estruturas sociais (1).

O objectivo aqui é, de certo modo, diferente. Pretende-se estudar os efeitos das transformações passadas ou em curso sobre os agentes económicos, sejam eles os chefes de exploração, ou os jovens trabalhadores familiares. Tais efeitos permitem alguma elucidação sobre a razão de ser das práticas económicas.

Desse pequeno (e certamente que incompleto) estudo resultou a ideia de que os efeitos sobre os agentes económicos são diferenciados, o que significa que se podem estabelecer tipologias de situações de agentes relativamente às suas propensões e aspirações, no que concerne à actividade agrícola, tanto a nível das decisões quanto a nível da eficiência do trabalho.

Este resultado não se coaduna, obviamente, com o pressuposto da universalidade de comportamentos em que se baseia a microeconomia tradicional, o que constituiu um ponto a reter.

No segundo capítulo, o objectivo consistia em averiguar dos contributos, embora escassos, da teoria económica para a análise dos comportamentos dos pequenos agricultores. A maior parte destes contributos, sobretudo quando se referem às análises recentes, seguiu, sem dúvida, as linhas básicas da teoria tradicional, assumindo os seus pressupostos.

Embora a microeconomia clássica se tivesse revelado capaz de se adaptar a algumas das críticas que lhe foram dirigidas, outras hipóteses, fundamentais para o objectivo deste trabalho, não foram (nem poderiam ser) recuperadas, conduzindo a um afastamento definitivo da teoria tradicional.

Refiro-me a hipóteses como a racionalidade maximizadora, a universalidade de comportamentos e o desinteresse pelas relações intra-firma.

Finalmente, uma pequena digressão sobre a metodologia da Nova Economia Industrial, e um esboço de aplicação da mesma ao sector agrícola no noroeste português, sugeriram as hipóteses de uma estrutura em mutação, com efeitos muito particulares sobre os agentes (problemática abordada mais detalhadamente no primeiro capítulo), e da relevância dos comportamentos, o que, se também justificou o interesse deste trabalho, conduziu à análise da racionalidade fundamentadora de tais comportamentos, a qual, como afirmei, não se poderia enquadrar dentro das hipóteses da maximização.

A teoria da racionalidade selectiva de Harvey Leibenstein (1976) revelou-se operacional para um novo enquadramento teórico da tomada de decisões, adaptando-se bem a uma estrutura em mutação, e rejeitando tanto a maximização absoluta em presença de múltiplas restrições, como a alternativa do "camponês conservador".

Contributos de ordem sociológica permitiram vencer algumas dificuldades que se colocam na visão de certo modo atomista de Leibenstein, sendo susceptíveis de conduzir a análise através de tipologias de situações destacadas no capítulo inicial.

Tendo por base este quadro de trabalho, resta agora fornecer algumas sugestões para uma formalização da abordagem dos comportamentos económicos dos pequenos agricultores. As vias de formalização propostas partem, na sequência do que foi avançado, do príncipio de que existem diversas situações perante a selecção de um grau de racionalidade, às quais

se fez corresponder uma tipologia de propensões à "preocupação com as restrições", e de aspirações quanto a níveis de vida, de consumo e de comportamento.

### 3.1.2. Vias de Análise

Em primeiro lugar, será conveniente estabelecer algumas hipóteses de trabalho, que mais não constituem do que uma formalização de ideias que tenho vindo a expôr.

1ª hipótese : Este pressuposto inicial refere-se ao alcance de PR, ou "preocupação com as restrições". PR abrangerá, pois, todo o conjunto de restrições que se colocam ao pequeno agricultor numa situação de integração no mercado relativamente extensa. As restrições são constituídas não apenas por dados, técnicos ou de mercado, mas também por todo o conjunto de "démarches" ou esforços que o agente desenvolve no sentido de conhecer as técnicas adequadas à sua exploração, as tendências dos preços dos diversos produtos, os melhores locais ou agentes de compra e venda. PR englobará, ainda, todos os cálculos e avaliações de alternativas susceptíveis de encontrar a composição da produção desejada, através de critérios relativos à gestão da exploração (2).

2ª hipótese : Sendo assim, quanto mais elevado for o grau de PR seleccionado, mais probabilidades de uma boa rentabilidade terá a exploração, e, portanto, maior será o rendimento líquido da família. Um grau de PR elevado significa, ainda, uma maior propensão ao crédito, uma tendência a substituir as produções para autoconsumo que se revelem não

compensadoras por actividades dirigidas ao mercado, uma maior utilização de técnicas modernas, desde que adequadas (3), e uma mais racional distribuição da mão de obra familiar entre actividades dentro e fora da exploração.

3ª hipótese : Como também ficou registado, o habitus constitui uma matriz (4) tanto da propensão a PR como das aspirações dos agentes ou conjuntos de agentes.

4ª hipótese : Tal como prevê Leibenstein, as pessoas não gostam de se preocupar com as restrições, e um aumento de PR reduz a sua utilidade. Pode-se, então, estabelecer uma relação directa entre PR e a desutilidade que provoca, relação em que, a níveis baixos de PR, o aumento de desutilidade causado é maior, traduzindo uma espécie de inércia inicial em vencer obstáculos. A níveis mais elevados de PR, o aumento da desutilidade é menor, pois o agente já se sente mais integrado no meio exterior, e já desenvolveu uma aprendizagem inicial, em termos de cálculos, avaliações, esforços, etc. Obviamente que esta relação depende também das referidas propensões.

5ª hipótese : A concretização dos níveis de aspirações exige um determinado grau de PR; ou seja, existe uma relação entre as duas variáveis. Esta relação poderia assumir várias formas, mas é aqui considerada como quase linear, sendo, no entanto, possível que a passagem de um nível baixo de aspirações para o subsequente (também ainda baixo), exija um maior aumento de PR do que para níveis de aspirações superiores.

6ª hipótese : Finalmente, é estabelecida uma relação entre os níveis de aspirações e a utilidade que eles proporcionam. Será de esperar que as

variações de utilidade sejam tanto menores quanto mais elevados os níveis de aspirações.

### 3.1.3. A Selecção de um Grau de PR

O agente confronta-se, por um lado, com a utilidade que um melhor desempenho, um melhor nível de vida e um maior consumo lhe proporcionam; e, por outro lado, com a desutilidade associada aos sucessivos graus de PR que estão ligados a tais níveis.

Este confronto é semelhante àquele que Chayanov propôs, e segundo o qual o equilíbrio da família agrícola se estabelece quando a desutilidade devida ao trabalho iguala a utilidade motivada pelo consumo dos bens que o trabalho cria; o que, dependendo da técnica, determina a produção.

A abordagem aqui presente centra-se na problemática da racionalidade económica, explorando o confronto entre a prática de uma actividade muito integrada no mercado e as dificuldades que o agente sente nesse mesmo mercado.

Sendo assim, sugiro que o agente selecciona o grau de PR ao qual corresponde a igualdade (tendencial) entre a o nível de desutilidade provocada por PR e o nível de utilidade derivada do facto de atingir um certo nível de aspirações.

A figura 3.1. representa graficamente esta selecção do grau de PR. A preocupação com as restrições, PR, na abcissa, encontra uma correspondência em termos de desutilidade que proporciona (1º quadrante).

No segundo quadrante está representada a utilidade resultante da concretização dos níveis de aspirações.

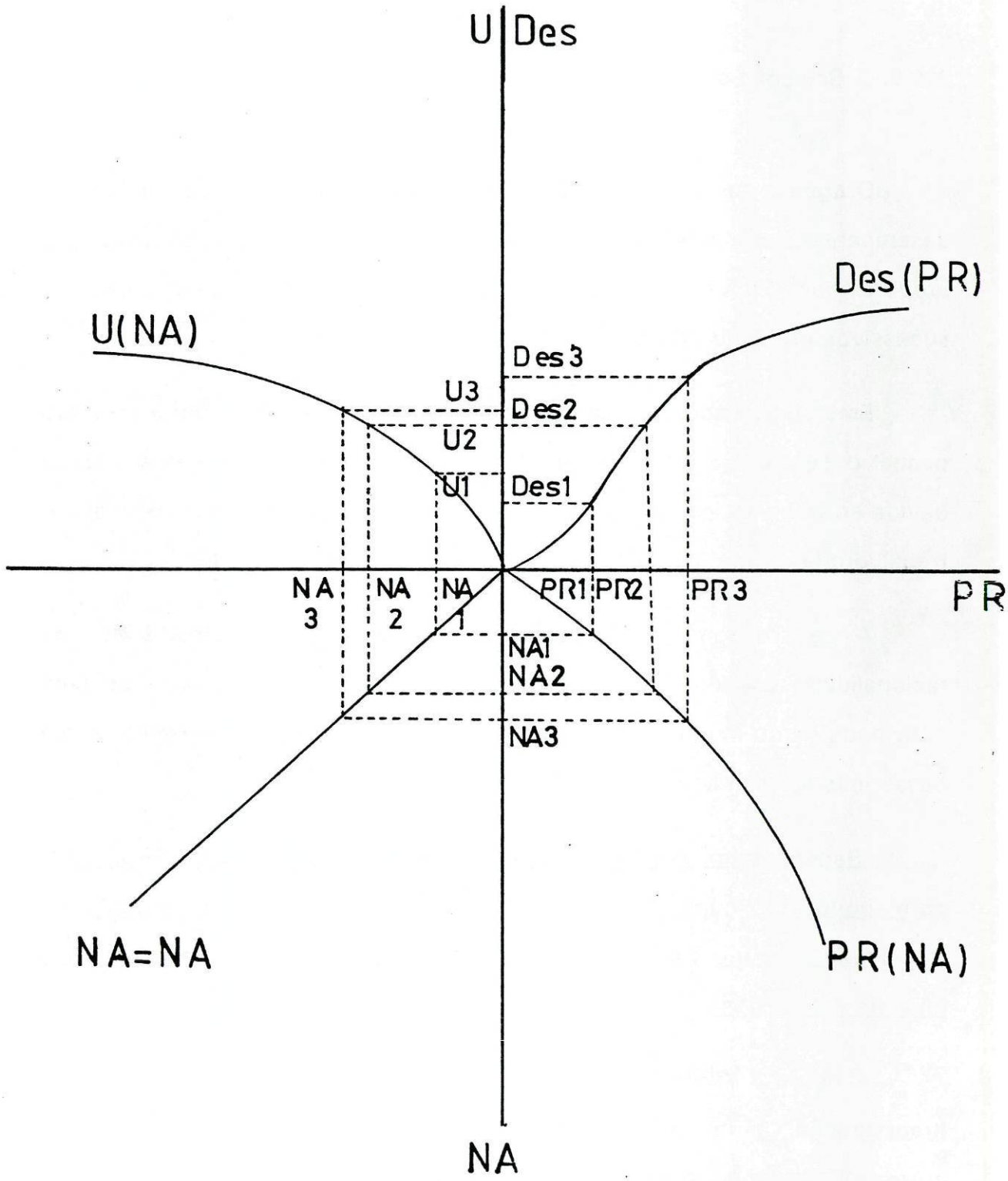



FIGURA 3.1

Supondo que o indivíduo visualisa o nível de aspirações N1, ele terá de suportar PR1, o que lhe gera uma desutilidade de grau DES1. Por outro lado, N1 proporciona uma utilidade U1, de nível superior a DES1, pelo que o agente poderá ainda aspirar a níveis mais elevados, até que a respectiva utilidade se aproxime da desutilidade que o correspondente grau de PR implica, o que acontece perto de N2.

Para níveis superiores a N2, o esforço não compensa o ganho; ou, então, o indivíduo não tem propensão suficiente a PR para atingir o nível a que aspira.

### 3.1.4. A Diferenciação de Comportamentos

Para estudar a racionalidade selectiva tendo em conta a diversidade de comportamentos, algumas hipóteses adicionais terão de ser introduzidas. Estas novas hipóteses não constituem senão uma síntese do que tenho vindo a sugerir ao longo deste trabalho; elas fundamentam-se, pois, na existência de diferentes situações ou posicionamentos face à crescente influência urbana nos campos, na diversidade de comportamentos e performances económicos observáveis na realidade em questão, e, finalmente, nas especificidades relativas à racionalidade económica e aos seus fundamentos.

A terceira hipótese estabelecida a propósito da aplicação da tese da racionalidade selectiva ao comportamento dos pequenos agricultores apresentava o habitus como uma matriz condensadora da propensão a PR e

dos níveis de aspirações. Também já se afirmou atrás que um agrupamento de indivíduos munidos de sistemas de disposições que tendencialmente se assemelham (o que radica na experimentação de contextos de aprendizagem também semelhantes entre si) permitia dar conta de diversas situações em termos de comportamentos e de racionalidade.

No primeiro capítulo, foram detectadas algumas possíveis situações diferenciáveis de acordo com o processo de aprendizagem social e com o sistema de disposições que lhe está associado.

Assim, distinguiram-se: (i) os jovens, (ii) os migrantes pendulares, (iii) os emigrantes regressados, (iv) os retornados das ex-colónias, (v) todos os restantes que experimentaram alguma mobilidade social ou espacial através de outros processos (contactos frequentes com parentes radicados em meios urbanos, desenvolvimento de actividades comerciais ligadas à agricultura, etc.) e (vi) os tradicionais, ou seja, os indivíduos que se encontram fora das situações anteriores.

As minhas sugestões para o estudo de uma racionalidade selectiva diferenciada incidirão sobretudo em dois grupos, possivelmente os mais relevantes, e que são constituídos pelos jovens e pelos tradicionais. Algumas considerações em relação aos restantes grupos serão desenvolvidas posteriormente.

### 3.1.4.1. Os Jovens: Propensões, Aspirações e Grau de Racionalidade

Foi estabelecida a hipótese de que (e de acordo com uma sugestão de Leibenstein) ninguém gosta de obter informações, pelo menos aquelas cuja obtenção obriga a um esforço, nem de realizar cálculos e avaliações. Este fenómeno traduz-se na análise pela atribuição de graus de desutilidade à preocupação com as restrições.

No entanto, neste trabalho não se adoptou a perspectiva de que tal desutilidade deriva de um simples "não gostar". A maior ou menor penosidade resultante da preocupação com as restrições é fruto de outras condicionantes.

Sendo assim, a propensão à obtenção de informações depende da maior ou menor integração que o agente experimenta no meio de onde essas informações provêm, que actualmente é constituído pelo meio urbano. Quanto mais familiarizado o agente estiver com a linguagem e os códigos de transmissão da informação técnica e económica, maior será a sua facilidade em explorá-la, e menores serão os obstáculos que se colocarão à sua obtenção e à sua interpretação.

Tais obstáculos possuem, fundamentalmente, um carácter simbólico-cultural. Eles traduzem-se tanto pelas dificuldades de relacionamento com as fontes de informação (distanciação cultural), como por toda uma série de problemas que o agricultor experimenta em relação a deslocações e à dificuldade de penetração em "zonas" (de ordem física ou cultural) que lhe são estranhas.

Também a aplicação do conteúdo da informação irá depender do julgamento que o agricultor faz em relação à mesma. Indivíduos munidos de habitus mais estruturados pela mutação, ou conjugando disposições a um julgamento mais favorável da globalidade da informação proveniente dos meios urbanos, terão uma maior propensão a decidir-se por esse tipo de propostas. No fundo, trata-se, embora de uma forma mais estruturada, da sugestão de Reboul (1981) de que o inovador é aquele indivíduo que considera a sua forma de viver e de trabalhar como uma entre outras e não como a única possível.

Em termos dos conceitos propostos por Bourdieu, esta ideia expressa-se através da maior propensão a perceber, julgar favoravelmente, e agir em conformidade, no que diz respeito a técnicas e a formas de trabalhar (ou de gerir a exploração) provenientes do "moderno".

Acresce que os níveis de abstracção proporcionados pela escolaridade são susceptíveis de permitir não só a realização de cálculos e de avaliações, como a visualização da globalidade da gestão da exploração.

Tudo indica que os jovens tendem a estar inseridos neste tipo de situação. Todas as especificidades apontadas a seu respeito, e que conduziram à sua inclusão num tipo autónomo de agricultores, atestam a sua maior propensão a entender, aceitar e aplicar as propostas técnico-económicas provenientes do meio urbano. Como, por outro lado, favorecem a sua exposição a esse meio, e a sua maior facilidade (ou menor penosidade) em aí penetrar. O que significa que, para os jovens, é mais normal (e até mais atractiva) uma deslocação física com o objectivo de indagar, por exemplo, das condições de obtenção de inputs, ou de venda de

produtos. Ou que vender a produção e comprar os produtos para consumo constitui uma opção perfeitamente lógica e "natural", bem vulgar no meio que eles absorvem e como que adoptam.

Ou, ainda, tal facto significa que o diálogo com um agente de extensão é procurado, tendencialmente entendido e aceite.

Os jovens tendem, pois, a apresentar uma maior propensão à "preocupação com as restrições", sendo para eles menor a desutilidade causada por um grau mais elevado de PR, e também menor a inércia inicial referida a propósito desta relação.

Em termos de formalização gráfica, a figura 3.2 evidencia a relação entre PR e os níveis de desutilidade causada para dois tipos de situações.

De acordo com as considerações feitas, é fácil notar que a curva D1 corresponde ao caso dos jovens, enquanto que D2 poderá representar a média dos agricultores.

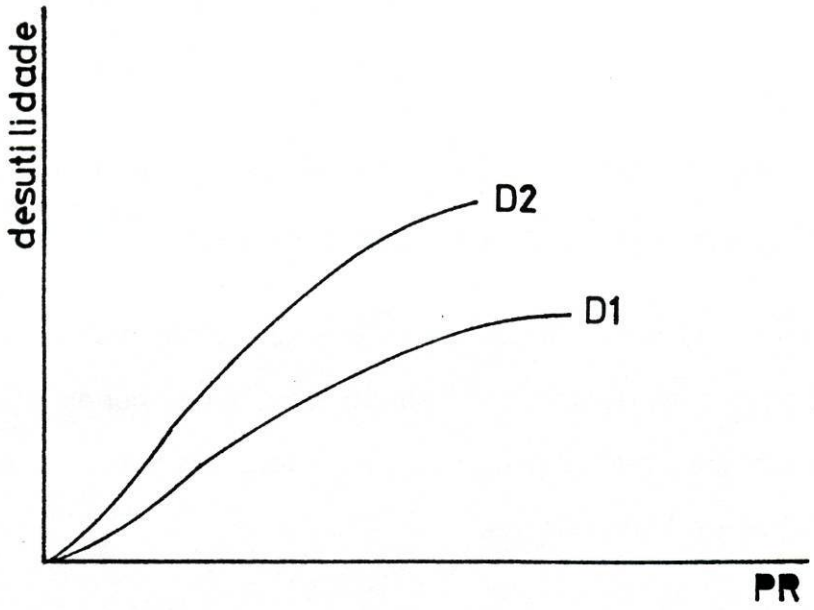



FIGURA 3.2

No que respeita aos níveis de aspirações, foi realçado que eles dependem de todo o processo de aprendizagem social, que o habitus como que condensa. Foi também proposta a existência de uma relação entre cada nível a atingir e a utilidade que ele proporciona.

Concluiu-se no capítulo inicial que os jovens tendem, provavelmente, a aspirar a níveis de vida e de consumo superiores aos de gerações anteriores. A sua relação com o mundo urbano leva-os a adoptar um tipo de consumo que tem esse meio como referência, e que necessariamente envolve níveis de rendimento superiores. Essa mesma relação com o meio urbano conduz os jovens a aspirar a formas de vida mais libertas, pelo

menos aparentemente, de tarefas pesadas e "sujas", e dos longos horários de trabalho que a agricultura tradicional impõe.

Ainda que escasso, o material analisado sobre as aspirações profissionais dos jovens evidencia o seu desejo de saída, quase de fuga, da actividade agrícola, a qual engloba um tipo de tarefas, um nível de rendimento e uma sujeição familiar que não são considerados como satisfatórios.

Esta conclusão é apoiada por toda a informação avulsa obtida nos meios rurais. É quase um facto assente o de que os jovens, hoje em dia, não querem a agricultura, ou não a querem nos moldes tradicionais.

Sendo assim, será de esperar que muitos não permaneçam na actividade. Mas é também provável que aqueles que venham a assumir a chefia das explorações exijam níveis de rendimento, e correspondentes níveis de produtividade, bem superiores àqueles que eram suficientes para os seus pais.

A utilidade atribuída pelos jovens aos sucessivos níveis de aspirações será, então, superior àquela que corresponde aos outros agricultores, o que se poderá traduzir, na figura 3.3 pela diferença entre as curvas U1 (respeitante aos jovens), e U2 (atribuível aos restantes agricultores).

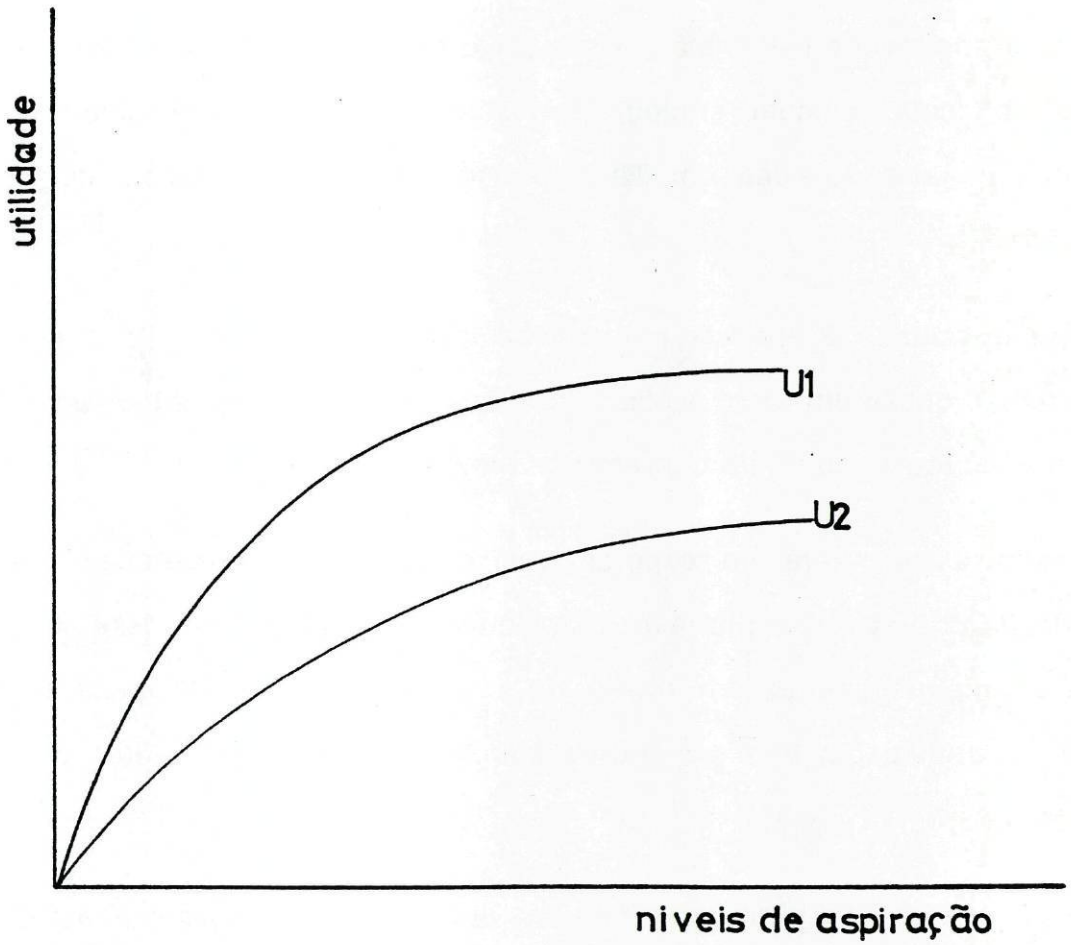



FIGURA 3.3

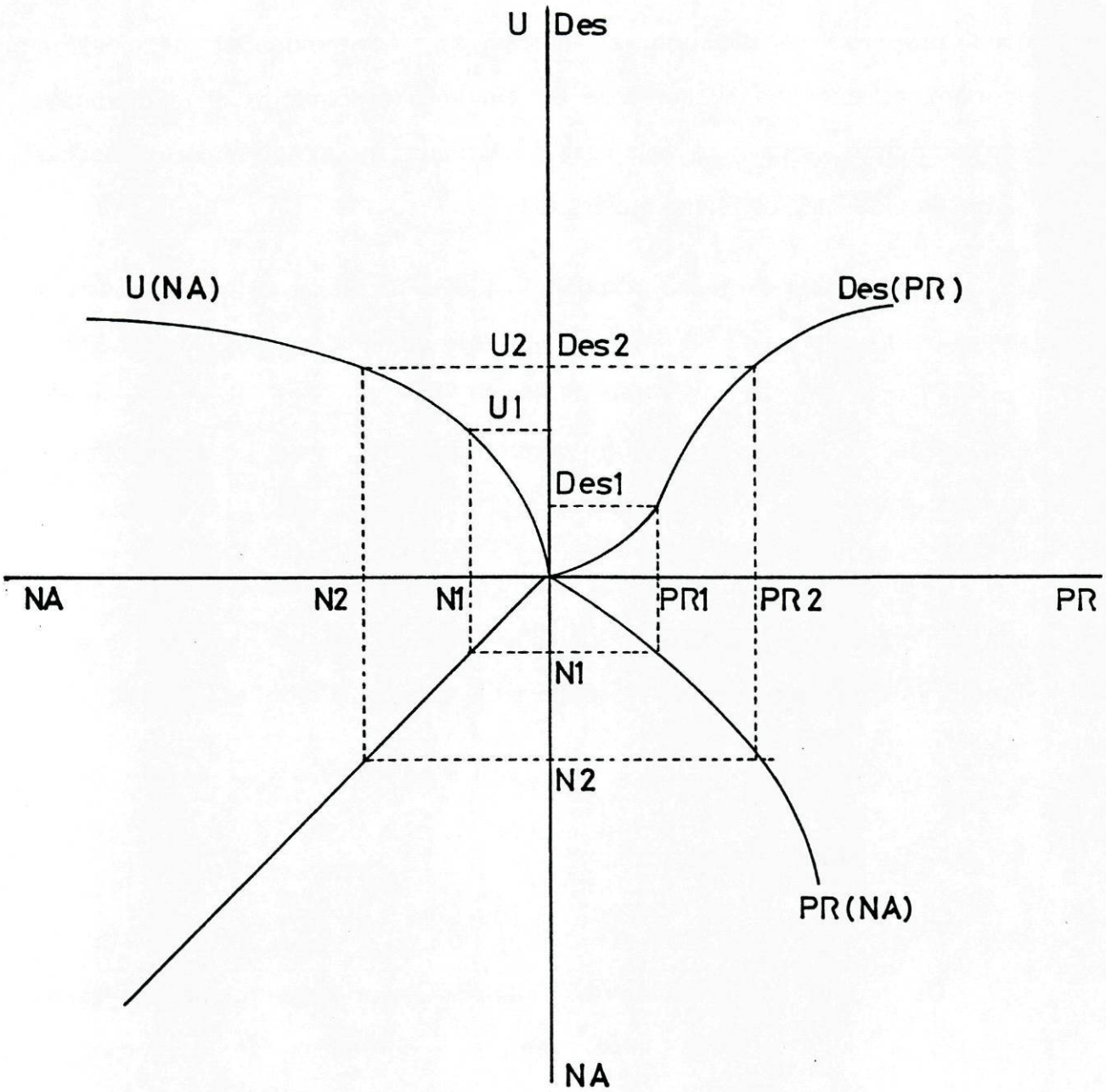



FIGURA 3.4

Resulta destas considerações que o jovem agricultor tanto se torna mais propenso a procurar e aplicar as recomendações técnicas e económicas que são susceptíveis de elevar o rendimento da exploração, como também ele valoriza mais esse rendimento, atribuindo maior utilidade a níveis de vida e de consumo superiores.

A figura 3.4 expressa graficamente esta hipótese. O jovem tenderá a seleccionar um grau de PR superior, já que a desutilidade por ele atribuída à "preocupação com as restrições", no sentido em que esta relação foi explicitada, é menor; e a sua valorização dos níveis de aspirações é superior.

O jovem desenvolverá, provavelmente, uma mais adequada gestão da sua exploração, já que as suas decisões são mais fundamentadas, e mais ligadas às condicionantes do mercado e da tecnologia moderna.

### 3.1.4.2. Os Grupos Tradicionais

Os grupos mais tradicionais tendem a ser constituídos por todos aqueles agricultores que experimentaram contextos de aprendizagem consonantes e interiores à comunidade. Serão as populações rurais mais idosas, as que têm (e tiveram) menos contactos com outras culturas e modos de vida. Enfim, todos aqueles que apenas conhecem e legitimam a sua forma de viver e de trabalhar, a qual encaram como única possível, negando a exposição a ideias novas.

No plano do habitus, isto significa que esses agricultores possuem sistemas de disposições que não lhes propiciam o entendimento da informação proveniente do mundo moderno, conduzindo a um julgamento a priori desfavorável a essa informação.

Os obstáculos com que deparam em relação ao conhecimento das restrições técnicas e de mercado, e à realização de cálculos e de avaliações, são enormes. A propensão à "preocupação com as restrições" é fraca, a inércia inicial é forte. A auto-exclusão face às dinâmicas mais inovadoras é inevitável.

A desutilidade provocada por PR é, assim, muito elevada para este grupo. Pré-julgamentos desfavoráveis do meio "moderno", fuga à integração neste, dificuldades de diálogo com agentes de extensão, obstáculos à realização de deslocações, tornam-lhes extremamente penosa a consideração de um conjunto adicional de restrições.

Toda a experiência desenvolvida no interior da comunidade, "abrigada" da exposição a influências exteriores susceptíveis de criar situações produtoras de risco (no sentido de que põem em causa os equilíbrios conformes às disposições adquiridas), criaram neste grupo aspirações muito restritas quanto aos níveis de consumo e de vida.

Associando níveis de desutilidade muito elevados a PR, e pouco valorizando melhores condições de vida e de consumo, os grupos tradicionais tenderão a seleccionar um baixo grau de racionalidade, como se pode observar na figura 3.5.

A este baixo grau de racionalidade corresponderão decisões de menor fundamentação, relativamente às restrições de mercado, repetindo talvez as decisões tomadas ao longo dos anos, embora realizando ligeiras adaptações. Serão decisões cada vez mais desfasadas das condições impostas pelo mercado, tendendo estas explorações a produzir com baixos níveis de eficiência, viradas para o autoconsumo, e recusando o acompanhamento da evolução técnica e económica.

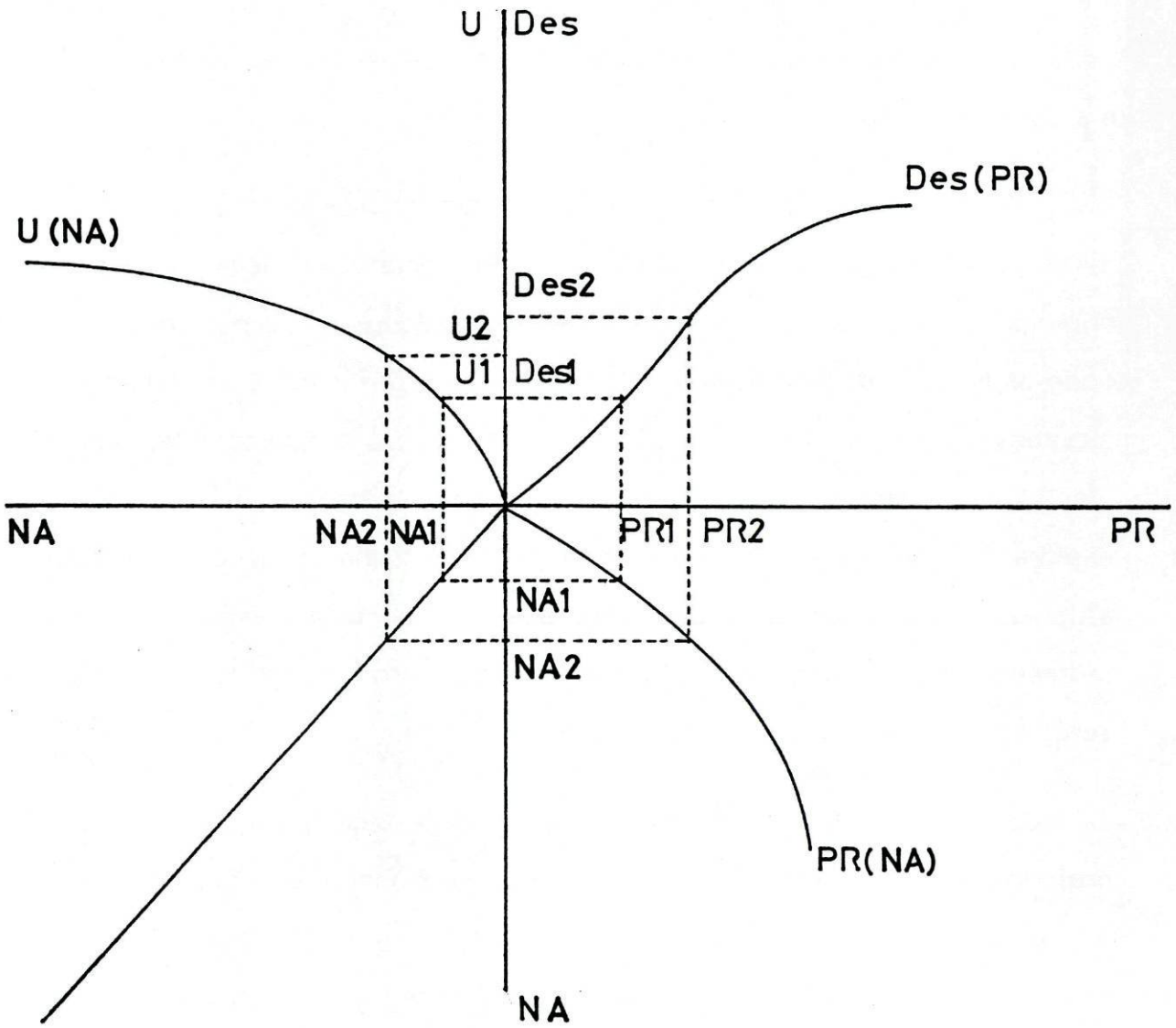

U
Des
Des(PR)
U(NA)
Des2
U2
U1
Des1
NA
NA2
NA1
PR1
PR2
PR
NA1
NA2
PR(NA)
NA

FIGURA 3.5

### 3.1.4.3. Outros Grupos : Algumas Considerações

Em relação aos restantes grupos, que experimentaram, em maior ou menor extensão, vivências no exterior da comunidade, alguns observações poderão ser feitas quanto à confrontação entre os seus níveis de aspirações e a sua propensão a PR.

Pense-se, por exemplo, nos emigrantes regressados. Em princípio, mais pressionados pela elevação do seu estatuto social perante a comunidade de origem, do que pela vivência experimentada nas sociedades onde estiveram (melhor ou pior) integrados, eles desenvolveram aspirações elevadas quanto ao modo de vida e de consumo. Simplesmente, para a efectivação desse consumo, não contam mais com os rendimentos da exploração, mas com aqueles que provêm do trabalho passado. A utilidade atribuída ao rendimento da exploração, que nos casos anteriores correspondia à utilidade do consumo, tem aqui um significado diferente, e será muito menor.

É discutível (e certamente que diferirá de caso para caso) a maior propensão a PR dos emigrantes. Como já foi sublinhado, é bem possível que a maioria deles tenha mantido como referencial a comunidade de origem, não absorvendo as mensagens provenientes das sociedades onde trabalharam, ou não lhes expondo os seus sistemas de disposições.

Estas considerações devem ser entendidas tendo em conta toda uma diversidade de situações existentes entre os emigrantes, assim como a escassez de informações e de pesquisa sobre a matéria, o que não permite

avaliar a priori a capacidade de entendimento e de movimentação no mundo exterior que os emigrantes regressados possuem.

Caso diferente será o dos pluriactivos. Aqui, justifica-se mais claramente uma propensão a PR elevada, sobretudo (e pelos motivos atrás referidos) quanto àqueles que trabalham por conta própria fora da exploração. Estes detentores de pequenos negócios estão abertamente a operar num mundo de compra e de venda, sendo obrigados a efectuar registos, a conhecer e interpretar informação, a considerar e avaliar alternativas.

Por outro lado, é natural que a integração dos pluriactivos nos meios onde trabalham seja mais forte que a dos emigrantes, tendo a primeira um carácter de permanência, o que propicia uma maior propensão à captação de ideias provenientes desses meios, e ao julgamento mais favorável em relação à informação proveniente de um mundo que se torna conhecido e onde é mais fácil a mobilidade.

Esta propensão pode, no entanto, não ser desenvolvida. A exploração pode assumir uma função secundária no rendimento e nas perspectivas da família, o que não contribui para a realização de investimentos de modernização. Mas se o papel da exploração for relevante na estratégia da família, os pluriactivos encontram aí terreno de aplicação das propensões que adquiriram em outras actividades.

A pesquisa empírica poderá fornecer elementos de elucidação àcerca destas questões, que, evidentemente, não serão conclusivos senão dentro das limitações inerentes à mesma pesquisa.

### 3.1.5. De Novo a Abordagem de Leibenstein : o Conceito de Pressão

As sugestões de análise que acabo de avançar deixam deliberadamente de lado o conceito de Pressão. Efectivamente, e como já foi referido, a introdução deste conceito apresenta alguns problemas teóricos, pelo que se optou por uma via alternativa.

A variável considerada como fundamental foi a "preocupação com as restrições", o que sem dúvida se justifica, já que ela equivale ao grau de racionalidade.

No entanto, a pressão torna-se um conceito com interessante aplicabilidade à abordagem dos comportamentos dos pequenos agricultores no momento actual.

Fundamentalmente, adquirem especificidade e relevo, neste contexto, duas fontes de pressão. Uma primeira é constituída pela vigilância quase contínua que a comunidade de agricultores exerce sobre o desempenho económico de cada um.

Os agricultores observam constantemente o comportamento dos outros, as inovações por eles introduzidas, os níveis de produtividade alcançados, os equipamentos adquiridos ou utilizados. Esta possibilidade de observação minuciosa radica na limitação do espaço social dos grupos rurais, o que, por sua vez, os conduz a considerar o espaço local como referencial simbólico-cultural privilegiado.

É verdade que, e na linha do que se tem vindo a desenvolver ao longo deste trabalho, o espaço local constitui cada vez menos o padrão de

referência exclusivo. E, como conclui, este padrão está muito mais associado aos grupos tradicionais. Porém, como todos os elementos sobreviventes à influência cultural urbana, mesmo que desfigurados, também este poderá ainda adquirir relevo em alguns grupos e colectividades locais.

Dizia, pois, que o desempenho económico do pequeno agricultor é permanentemente objecto de "(...) eficazes formas de controle e coacção sociais (...)" (Madureira Pinto, 1985, p.79), podendo a comunidade funcionar como um elemento de pressão sobre o comportamento de cada exploração.

Uma segunda fonte de pressão é o mercado, com os constrangimentos que impõe. Muito particularmente, na fase actual, a alteração das condições de mercado derivada da recente integração na CEE, tornou-se uma importante forma de pressão sobre os comportamentos dos agricultores (5).

Tendo em conta as duas fontes de pressão, é possível isolar esta variável e utilizar uma via de análise que segue de muito perto a de Leibenstein.

Tal como este autor especifica, os indivíduos situam-se em curvas de iso-utilidade que exprimem em todos os seus pontos um "trade-off" entre Pressão e PR.

Duas hipóteses adicionais poderão ser introduzidas. O nível de aspirações não está, pelas razões já explicitadas, relacionado com a

Pressão. Mas, tal como na formalização anterior, a cada nível de aspirações corresponde um grau de racionalidade ou de PR.

Por outro lado, e no sentido de dar conta da diferenciação de comportamentos, a cada situação ou grupo social está associado um limite de PR. Este limite expressa o máximo grau de "preocupação com as restrições" que cada grupo é capaz de atingir, o que depende do respectivo sistema de disposições.

Estas hipóteses poderão conduzir a conclusões interessantes, em relação às quais farei apenas uma breve referência.

Por exemplo, considere-se um grupo tradicional, sujeito a níveis elevados de pressão (da colectividade e também do mercado). Limitado como está quanto à propensão a PR, ele será obrigado a suportar níveis de pressão muito altos, e a aceitar níveis de aspirações muito baixos.

Isto quer dizer que este tipo de indivíduos, face às novas condições de mercado, e face à sua baixa propensão a PR, será conduzido a um fraco desempenho económico, ao qual corresponde um modo de vida e de consumo frugal, e ainda uma elevada pressão derivada da observação negativa que os outros agricultores exprimem quanto ao seu comportamento.

É possível que a única forma de aliviar esta pressão exercida pela vigilância dos outros agricultores seja a sua inclusão, por parte destes, num grupo social inferior, de agricultor "fraco, retrógado e pobre".

Enquanto que, para o agricultor que possui mais capacidades, o grau de PR atingido pode ser elevado, resultando um bom desempenho

económico, admirado pela colectividade, mas por isso mesmo susceptível de o elevar para um estatuto de "inovador", aumentando a vigilância dos outros, e, consequentemente, a pressão.

## 3.2. A Eficiência da Economia da Pequena Exploração Familiar

### 3.2.1. Nota Introdutória

Este trabalho tem vindo a adoptar, quanto à análise do comportamento económico das pequenas explorações, uma perspectiva que defende a necessidade de observar o comportamento do grupo ( neste caso do grupo familiar), rejeitando a hipótese das abordagens tradicionais, segundo a qual as unidades produtivas são redutíveis ao indivíduo.

Este estudo iniciou-se, no caso presente, por uma referência às relações familiares, e, em particular, à sua transformação no mundo rural de hoje. Foi avançada a hipótese de que a situação das relações familiares nos campos é hoje mais conflituosa do que antes; o que, por sua vez, poderá derivar da sucessão de contextos de aprendizagem familiares e extra-familiares, dissonantes entre si, que as novas gerações experimentaram e estão a experimentar.

Dentro da transformação das relações familiares, elegeu-se como problemática central o impacto destas na eficiência do trabalho que os jovens desenvolvem na exploração. Além de determinadas componentes das

próprias relações familiares, como a lealdade, o altruismo, etc., foram consideradas como factor de eficiência a distribuição do rendimento, ou dos bens de consumo, entre os diversos membros da família, e a expectativa em relação à sucessão na chefia da exploração.

A digressão feita em torno do conceito de racionalidade conduziu, entre outras conclusões, à de que a racionalidade deve ser analisada do ponto de vista do grupo social no qual o agente económico se encontra integrado.

Assim, a ideia de que o indivíduo atribui utilidade ao facto de se sentir bem no interior das instituições, constitui uma motivação para que ele aja não apenas em função dos seus interesses pessoais, mas também tendo em conta os interesses e objectivos do grupo.

Quanto à racionalidade instrumental, nomeadamente na perspectiva da racionalidade selectiva, foram também avançadas algumas considerações sobre as possibilidades de cooperação e de conflito, possibilidades essas que dependiam de propensões pessoais a agir mais ou menos em função dos interesses do grupo.

Tendo presentes estas ideias, que me pareceu oportuno recordar, é então altura de desenvolver um pouco mais esta análise. Tornam-se aqui muito interessantes as contribuições de Leibenstein (1976), que passarei a expôr, após o que tentarei transpôr algum do instrumental analítico utilizado por este autor para o caso da pequena agricultura familiar.

### 3.2.2. As Condições de Eficiência do Trabalho Segundo Leibenstein

Ao contratar mão de obra, o empresário não adquire unidades de trabalho, como postula a microeconomia tradicional, mas sim unidades de "esforço dirigido" a um objectivo. A obtenção de um maior "esforço dirigido" depende tanto do comportamento do trabalhador, como do da direcção da firma, devendo esta transmitir elementos motivacionais. A motivação torna-se, assim, um input como qualquer outro, só que não transaccionável.

A tese de Leibenstein é a de que quanto maior for a margem de escolha do trabalhador, maior será a sua eficiência. Esta margem de escolha refere-se ao facto de que, normalmente, os contratos de trabalho são relativamente incompletos, o que significa que não existe uma especificação prévia em relação a muitos aspectos, recaindo a decisão sobre o trabalhador.

Assim, ele poderá escolher, dentro de certos limites, as actividades que praticará, a duração efectiva (não necessariamente igual à estipulada) do seu trabalho, o ritmo de execução, e a qualidade ou grau de perfeição com que o trabalho é realizado. Estas quatro componentes constituem as dimensões do esforço, denominadas de "conjunto ARTQ" (6). Os limites da liberdade de escolha dependem dos termos dos contratos de trabalho, e do grau de supervisão e controlo, entre outros factores.

Esta supervisão requer custos muito elevados, ao mesmo tempo que, quando levada até limites muito rígidos, representa custos psíquicos para os

trabalhadores. Tudo isto conduz à conclusão de que "o modo de operação não pré-estabelecido, baseado em incentivos para que os indivíduos escolham conjuntos de ARTQ razoavelmente bons (...) tende a ser mais produtivo do que uma alternativa completamente pré-estabelecida" (Leibenstein, 1976, p.101).

A existência de margens amplas de escolha por parte do trabalhador pode ser do maior interesse para a empresa, já que " (...) qualquer conjunto de ARTQ escolhido pelo indivíduo está associado a um valor acrescentado líquido para a firma" (idem, ibidem, ibidem).

De que depende a escolha deste conjunto de ARTQ ? Normalmente, o indivíduo atribui utilidade ao trabalho em dois sentidos : por um lado, o esforço em si tem utilidade, por outro lado, é-lhe também útil o rendimento que recebe. E a utilidade do rendimento não varia com o esforço dirigido.

Pelo contrário, a utilidade do esforço é considerada como sendo uma função deste.

Na figura 3.6. estão explicitadas três formas funcionais possíveis. O indivíduo A atribui sempre uma utlidade decrescente ao esforço, enquanto que para B, quanto maior for o esforço dispendido, maior é a utilidade. Estes dois tipos de trabalhadores representam dois casos extremos.

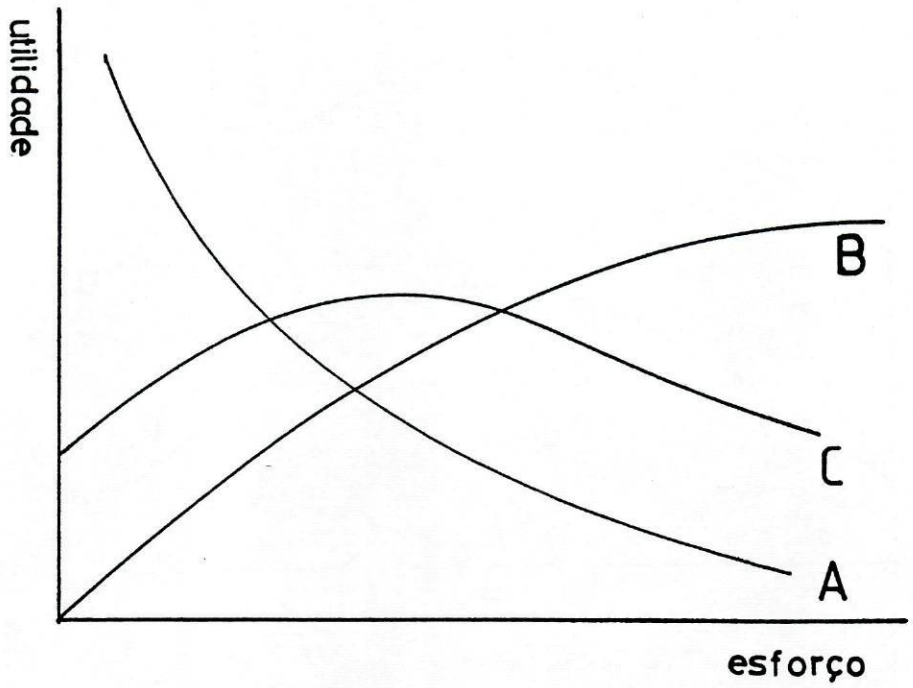



FIGURA 3.6

A situação normal será a de que o agente prefira esforçar-se mais, até um certo ponto, após o que a utilidade se torna decrescente. Note-se que o esforço aqui representa apenas o ritmo, o tempo e a qualidade, sendo o problema da relação entre a escolha de actividades e a utilidade tratado através de uma curva de indiferença convencional.

O resultado da ligação entre as duas componentes consta na figura 3.7., em que UR representa a utilidade do rendimento, e UE a utilidade do esforço, curvas cuja adição condz a UT, utilidade total.

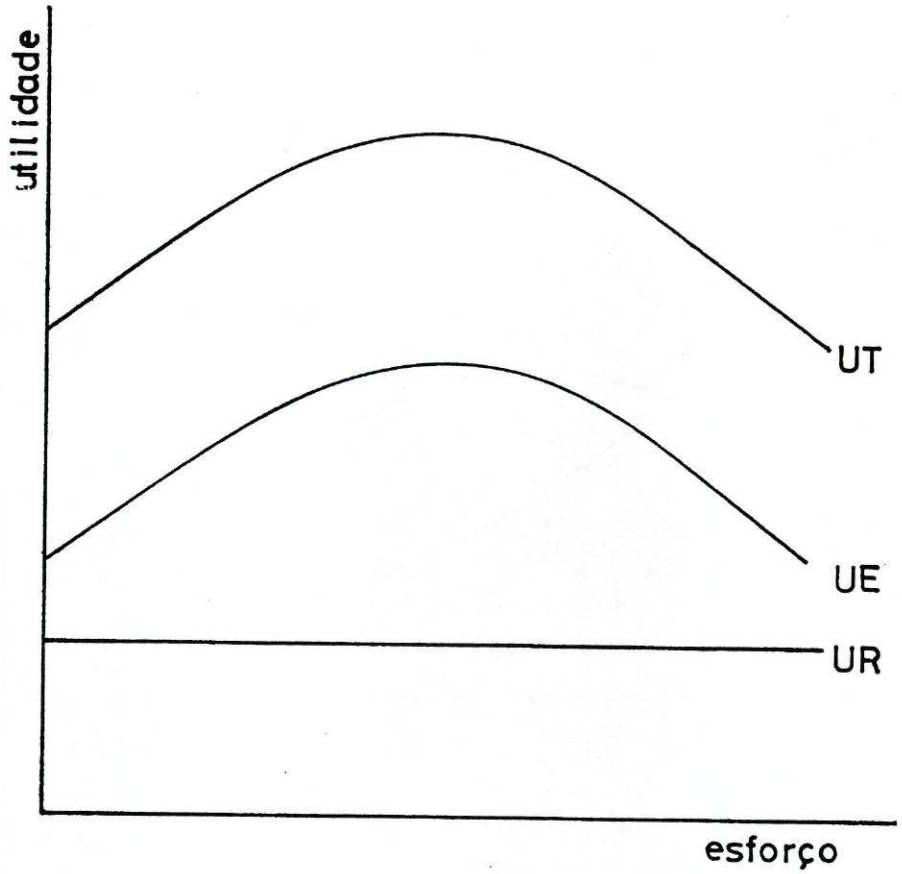



FIGURA 3.7

Isto quanto ao ponto de vista do indivíduo. Na análise do comportamento em grupo, Leibenstein considera a curva UE (ou UT) dividida em duas componentes : uma que tem apenas em conta a escolha individual, e uma outra que representa as relações interpessoais, ou seja, restrições que podem alterar a relação entre o esforço e a respectiva utilidade.

Estas restrições são constituídas por normas, directivas, práticas,etc. que se traduzem em formas de pressão e /ou motivação por parte dos

elementos da firma. O resultado da introdução deste tipo de restrições está patente na figura 3.8., deslocando-se a anterior curva, UE, para a direita ( UE').

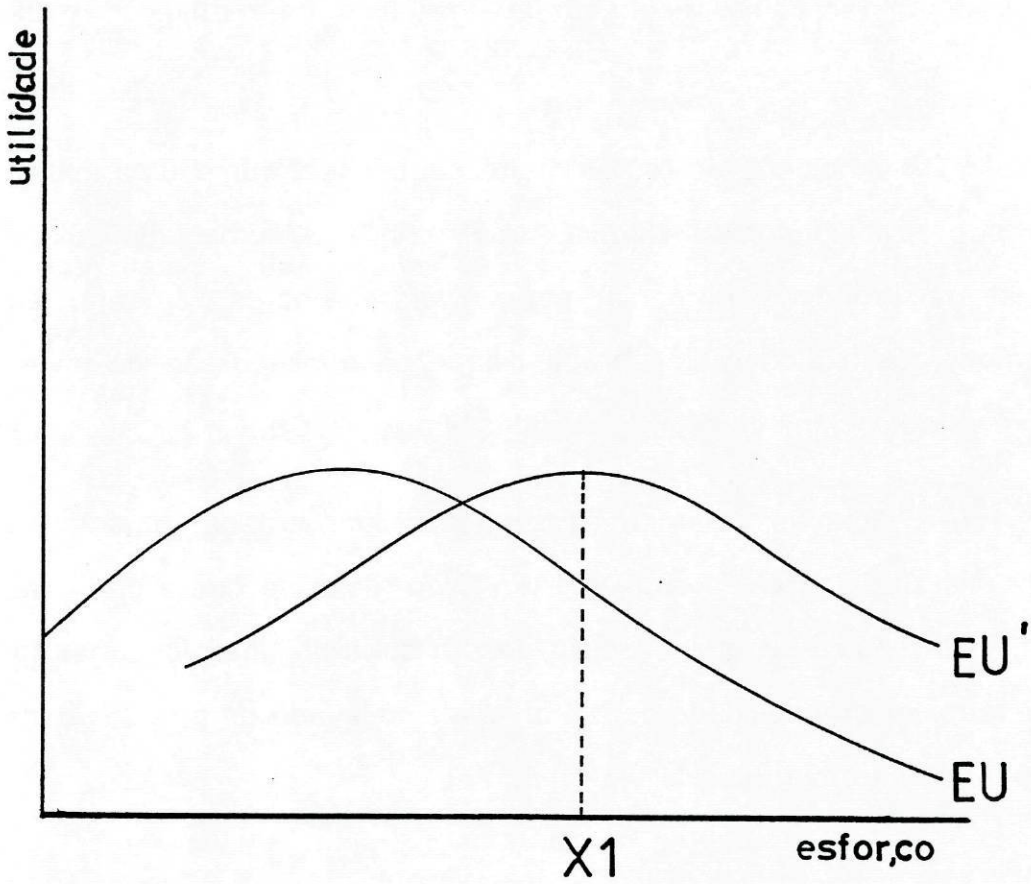



FIGURA 3.8

Será, pois provável que o indivíduo escolha o ponto x1 como ponto "óptimo" do seu esforço (7).

No entanto, restrições excessivas, tal como conjuntos ARTQ muito especificados, podem ter efeitos negativos sobre o ponto de esforço escolhido. Em muitos casos, por exemplo, são impostas restrições desnecessárias aos empregados, só porque a direcção não vê inconveniente na sua imposição, ou porque eliminam riscos muito pequenos. Estas restrições poderão ter como resultado uma redução da motivação e da eficiência.

Também, a imposição de regras muito cautelosas, como uma estrita vigilância aos trabalhadores, poderá implicar "(...) uma diminuição considerável da produção potencial para níveis inferiores, embora, ao mesmo tempo, possa aumentar a probabilidade de consecussão de níveis mínimos pré-estabelecidos de produção" (id., ibid., p. 260).

Mas, se a direcção da empresa se decidir por praticar uma maior liberalidade nas suas regras, "(...) existe um risco maior de que a produção mínima seja mais baixa do que no caso de um controlo apertado, mas há também uma maior probabilidade de um nível mais elevado de produtividade ou desempenho" (id., ibid., ibid).

### 3.2.3. A Eficiência da Família Agrícola

Como já foi apontado, alguns autores referenciaram explicitamente o maior esforço e a maior eficiência do pequeno camponês. A sua aplicação, a sua dedicação, derivam do facto de ele possuir a propriedade dos meios de

produção, de trabalhar para si. Ele é, por isso, capaz de se esforçar mais do que o operário agrícola (Kautsky, 1972; Barros, 1975).

Por outro lado, é bem claro na análise de Chayanov que o pequeno agricultor não aplica unidades de trabalho, mas sim unidades de esforço, forçando a intensidade do seu esforço e do dos seus familiares até ao ponto em que a desutilidade desse esforço não seja mais compensada pela utilidade dos bens de consumo assim proporcionados (Chayanov, 1966) (8).

Leibenstein atribui alguma utilidade ao esforço em si, argumentando que a maior parte dos indivíduos prefere algum esforço no seu trabalho a nenhum.

A grande virtualidade da proposta de Leibenstein é, porém, a análise da eficiência em grupo. De facto, os autores que se debruçaram sobre a economia da pequena agricultura não agarraram este tipo de abordagem. É sempre reconhecido o carácter familiar da produção e da distribuição, mas não é feita a introdução na análise das relações familiares como determinantes da eficiência do trabalho.

Com base nas contribuições de Leibenstein, é possível esboçar algumas sugestões para uma abordagem deste tema.

Os "contratos de trabalho" entre o chefe da exploração e os jovens trabalhadores familiares podem ser mais ou menos completos, existindo uma certa margem de escolha do esforço dirigido.

No caso da pequena agricultura familiar, esta margem de escolha nem sempre pode recair sobre todas as dimensões do esforço anteriormente

propostas. Normalmente, a escolha entre diversas actividades não parece estar aberta ao jovem trabalhador familiar.

É o pai (o chefe da exploração) quem determina as actividades a executar, quando decide àcerca da composição da produção e das técnicas, e quem atribui as diversas tarefas aos vários membros da família. Esta atribuição é limitada pelo facto de que, na agricultura, as tarefas variam ao longo do ano e, muitas vezes, todos os membros da família executam as mesmas actividades em determinados períodos.

Se é reduzida quanto às actividades, a margem de escolha pode ser ampla no que respeita às restantes componentes do esforço. O ritmo de trabalho pode variar bastante, a qualidade pode igualmente diferir, e o tempo de trabalho (muitas vezes os "tempos livres" da escola ou da fábrica), pode ser mais ou menos longo.

Além destas três dimensões do esforço, será interessante introduzir uma outra, que normalmente é objecto de escolha. Refiro-me à realização ou não de "actividades anexas", não compreendidas dentro das tarefas designadas pelo chefe da exploração, mas que o jovem trabalhador familiar poderá ter interesse em executar. Essas actividades complementares são susceptíveis de aumentar o rendimento da exploração, e consistem na busca de informação técnica ou de mercados, em experimentação em pequena escala, na frequência de cursos de formação profissional, etc.

Se estas actividades complementares forem designadas por C, ter-se-á conjuntos de CRTQ (9), que são objecto de escolha por parte do jovem trabalhador familiar.

Para estudar a decisão do jovem quanto à selecção do seu ponto de esforço, à proposta de Leibenstein serão acrescentadas algumas especificações, no que respeita ao seu interesse em relação à actividade agrícola, e ao seu (eventual) trabalho fora da exploração.

Em síntese, sugiro a consideração de quatro tipos de comportamento, resultando do cruzamento das variáveis "interesse pela exploração" e "pluriactividade".

Veja-se, em primeiro lugar, a decisão do jovem não interessado. Este trabalha na exploração apenas porque a isso é obrigado, e um esforço crescente implica sempre para ele uma utilidade decrescente. Procurará, então, reduzir o tempo e o ritmo do seu trabalho, não se preocupará nem com a qualidade nem com a execução de actividades complementares. Na figura 3.9., UE1 é a sua curva esforço/utilidade, de onde se deduz que, em ausência de vigilância por parte do chefe da exploração, ele escolherá um esforço nulo. No caso de ter também uma actividade fora da exploração, o esforço do trabalho agrícola torna-se-lhe ainda mais penoso, o que está representado em UE'1.

Pelo contrário, o jovem interessado no seu trabalho terá um comportamento "normal", do tipo descrito por Leibenstein, preferindo inicialmente mais a menos esforço, como ressalta da curva UE2, na figura 3.10. Se é também um pluriactivo, é provável que a sua curva de utilidade mostre um comportamento semelhante, mas a níveis inferiores (curva UE'2 da figura 3.10.).

Introduzindo as relações familiares sob a forma de directrizes, incentivos ou penalizações, por parte do chefe da exploração, chegar-se-á à curva de esforço total.

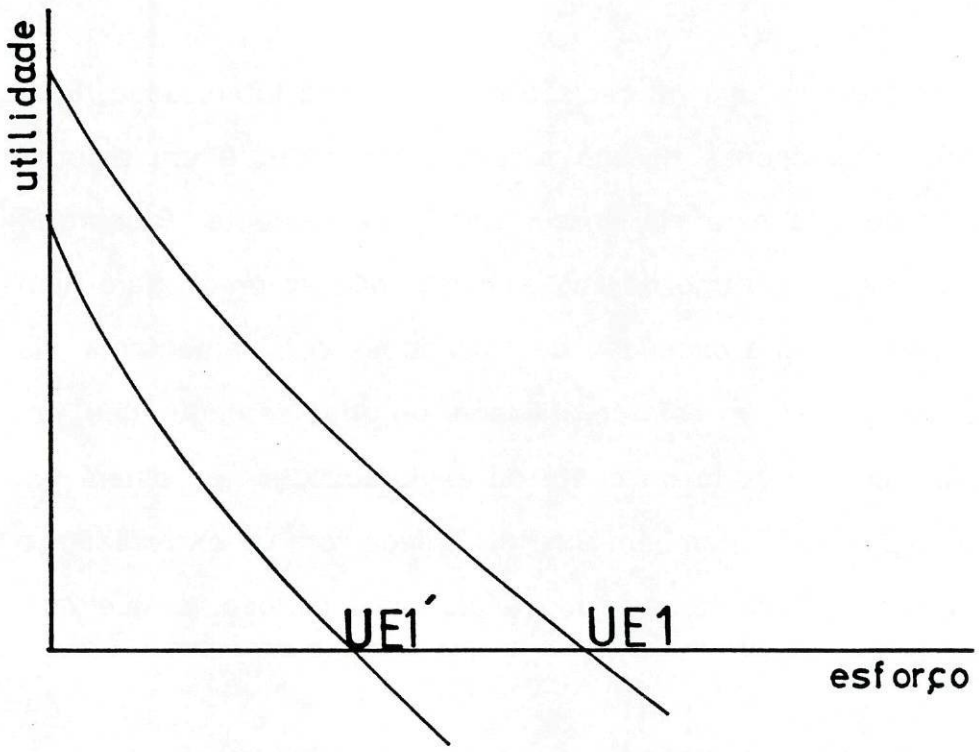



FIGURA 3.9

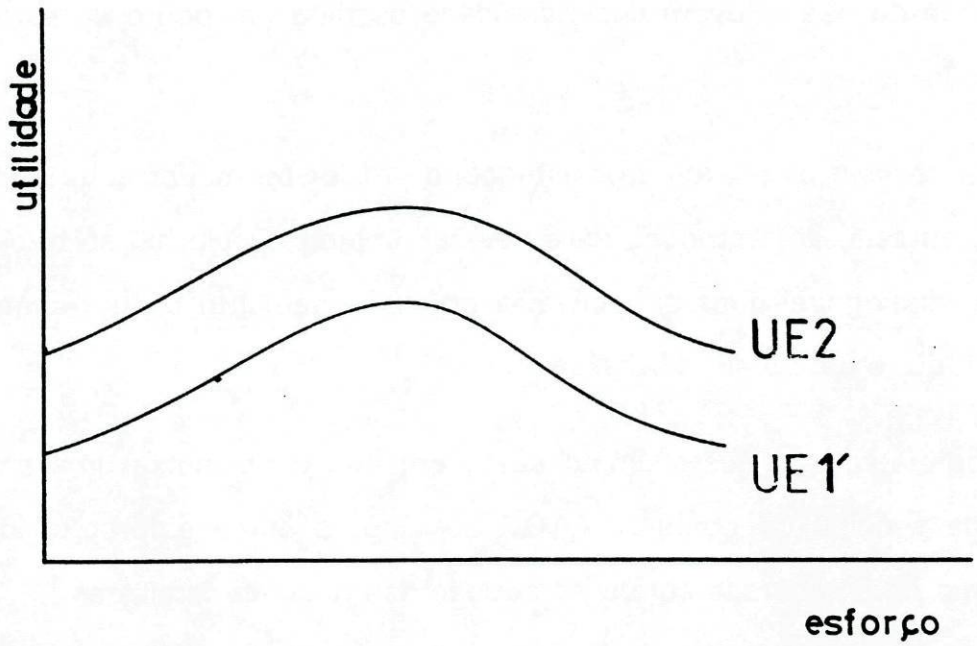



FIGURA 3.10.

O jovem recebe uma recompensa, sob a forma de bens de consumo ou de um rendimento, que pode ou não variar com o esforço. É natural que, como avancei no capítulo inicial, ele atribua mais utilidade a um rendimento monetário (uma espécie de salário) do que a bens de consumo. E, no que respeita a estes últimos, a sua utilidade será tanto maior quanto mais coincidam com as suas preferências. Nas figuras 3.11. e 3.12., respectivamente para o jovem não interessado e interessado, UY'' representa o caso do recebimento de um rendimento monetário, UY' o caso de bens de consumo coincidentes com as preferências do jovem, e UY a situação de bens de consumo não coincidentes.

Se o rendimento (ou o conjunto de bens de consumo) aumentar com o esforço dispendido, a título de recompensa por parte do pai, há uma certa probabilidade de que o jovem desinteressado escolha um ponto de esforço superior (não nulo).

Para analisar os efeitos da existência de maior ou menor autoridade e vigilância, ou seja, de restrições mais severas impostas pelo pai ao trabalho dos filhos, distinguirei duas situações: a do funcionamento de um controlo mais apertado, e a de maior liberalidade.

Suponha-se que neste último caso, em que o pai deixa uma ampla margem de escolha do conjunto CTQR ao filho, a curva esforço/utilidade deste último não é alterada com a introdução das relações familiares.

É uma hipótese plausível, pois o filho, não sentindo grandes pressões ou restrições, tende a eleger o mesmo ponto de esforço que escolheria tendo em conta apenas a sua vontade. Neste caso, a existência de regras liberais por parte da chefia determina que : (i) o filho desinteressado decida exercer um esforço praticamente nulo na exploração, e (ii) o filho interessado escolha o ponto de esforço porque optaria em ausência de restrições familiares.

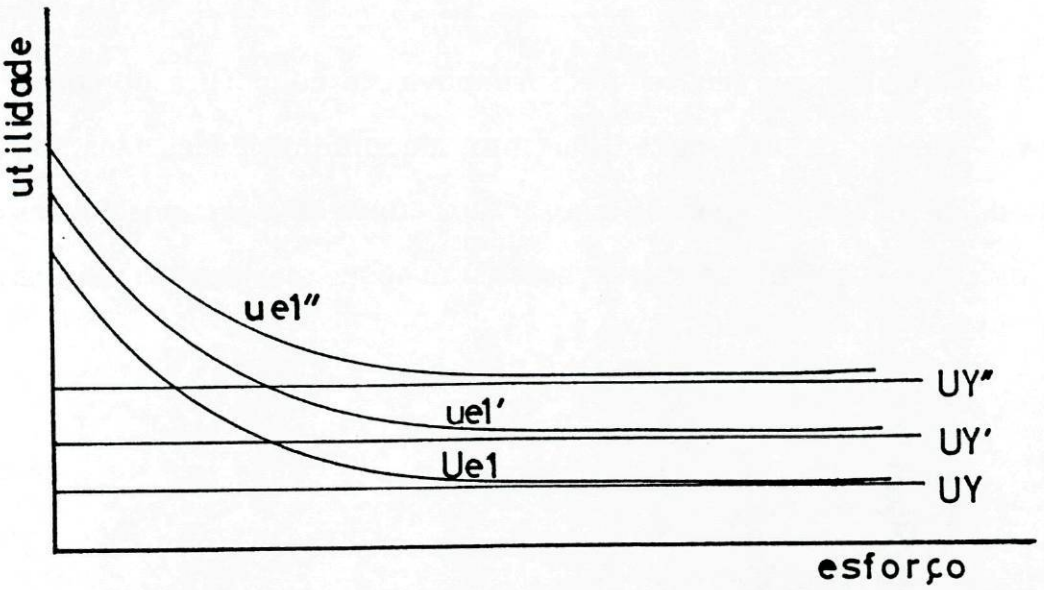



FIGURA 3.11.

Na figura 3.13., o gráfico da curva esforço-utilidade do jovem desinteressado mostra um pequeno aumento inicial da utilidade com o esforço, justificado por algum sentimento mínimo de lealdade ou de cooperação com os objectivos da família. O ponto de esforço seleccionado será provavelmente próximo de D1.

O jovem interessado escolherá I1, o "seu" ponto de esforço inicial, ou I2, caso o seu interesse pela exploração se tenha acrescido com a transmissão de alguma motivação por parte do pai, o que corresponde a uma deslocação da curva esforço/utilidade para a direita.

Pelo contrário, a existência de vigilância e autoridade tem dois tipos de efeitos sobre a escolha do conjunto CRTQ, de acordo com a proposta de Leibenstein.

Uma supervisão mais apertada é susceptível de conduzir à obtenção de um nível mínimo de esforço e, portanto, de produtividade. Mas, do mesmo modo, é também capaz de causar uma desmotivação nos jovens interessados, que vêem a sua curva esforço/utilidade deslocar-se para a esquerda.

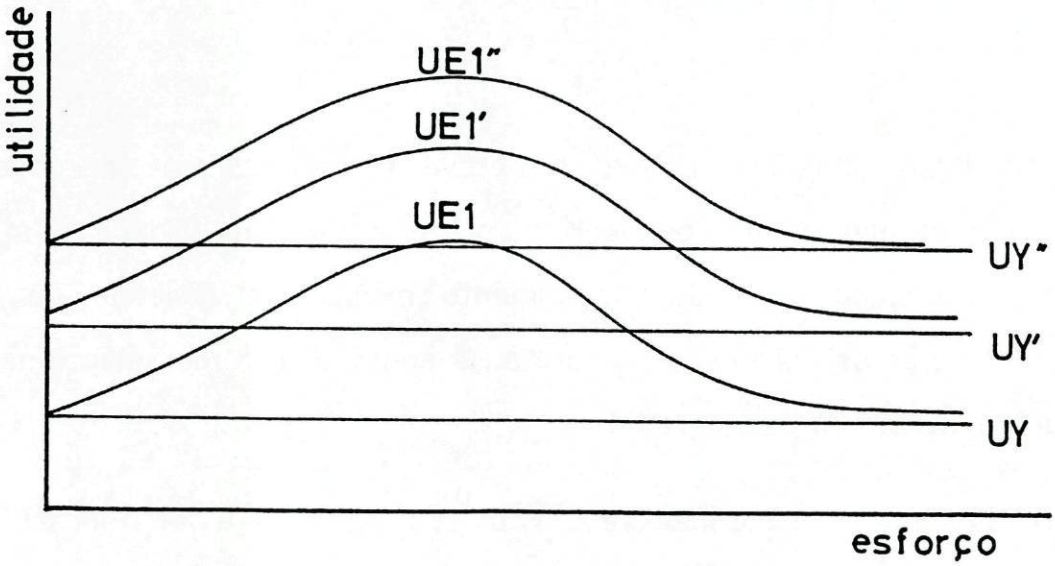



FIGURA 3.12.

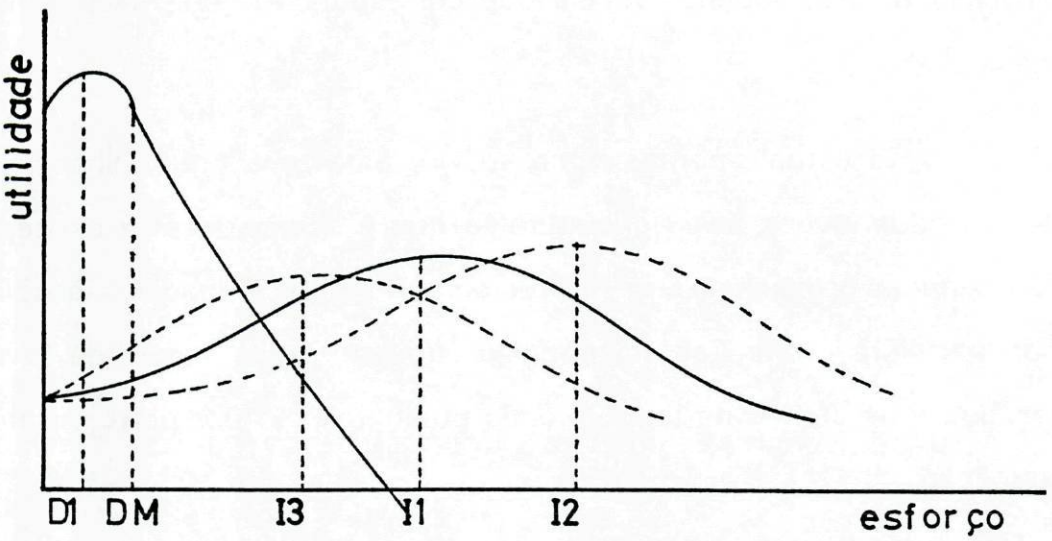



FIGURA 3.13.

A imposição de regras mais apertadas é eficiente para o jovem não interessado, pois aumenta o seu esforço dirigido (de D1 para Dm, esforço minímo com vigilância, na figura 3.12.). Mas pode, para o jovem interessado, ter como consequência a escolha de um menor ponto de esforço (I3, em vez de I2, na figura 3.12.).

É bem possível que esta última situação fosse comum há algumas dezenas de anos atrás, no noroeste português. Antes do aparecimento da industrialização, o jovem não tinha outras oportunidades profissionais senão a agricultura. Toda a sua aprendizagem social era dirigida ao respeito por valores como a família e a cooperação com os respectivos objectivos. Ele era um jovem interessado. Mas o autoritarismo por parte do pai não lhe

permitia a escolha do ponto de esforço que pretendia, resultando uma eficiência baixa, mas superior àquela que corresponderia ao "nível mínimo com vigilância".

A situação actual aponta, como se viu, para uma predominância do desinteresse dos jovens pela agricultura, o que é acrescido pela existência de oportunidades profissionais em outros sectores de actividade. A pesquisa empírica permitirá esclarecer um pouco a frequência de casos de jovens interessados e os efeitos do autoritarismo ou liberalismo por parte do chefe da exploração.

## 3.3. Síntese de Conclusões

Para finalizar, apresento dois quadros-resumo das possíveis tipologias de chefia da exploração e sócio-familiares que resultam das conclusões deste estudo.

Estes quadros não podem ser entendidos como exaustivos nem como inteiramente precisos. Pelo contrário, muitas outras situações poderão ser detectadas, de acordo com cambiantes das variáveis seleccionadas. E, naturalmente, trata-se de uma síntese indicativa, de carácter meramente probabilístico, apresentando resultados que tanto esta como outras futuras pesquisas empíricas poderão não confirmar.

Pretendi averiguar do desempenho económico de cada tipo (ou sub-tipo) de exploração, o qual poderá ser pautado por níveis como "bom", "médio", "fraco" ou "de abandono".

Alguns critérios foram utilizados para medir tais performances. Assim, o melhor ou pior desempenho de cada exploração dependerá dos respectivos comportamentos quanto a (i) realização ou não de investimentos de reconversão técnica ou cultural, no sentido da adaptação às condições actuais e previsíveis de mercado, (ii) agressividade no exterior, seja no mercado, seja a nível das instituições, e (iii) eficiência na organização da exploração e nas tarefas executadas.

Os dois primeiros critérios estão, neste contexto, ligados ao grau de racionalidade ou de "preocupação com as restrições", no sentido já definido, enquanto que o terceiro se prende com as condições estruturais das relações familiares.

Para não complicar demasiado as tipologias propostas, as condições de eficiência do trabalho e de eficiência de decisão e gestão foram deliberadamente separadas.

Também apenas algumas situações foram consideradas. Assim, no que respeita à gestão da exploração, distinguiram-se os casos dos jovens, dos emigrantes, dos pluriactivos, dos rendeiros e dos tradicionais. Quanto à eficiência do trabalho, retiveram-se as situações de autoritarismo / liberalidade e de interesse / desinteresse, e os casos de tempo completo na exploração e de pluriactividade.

Para além do carácter hipotético das conclusões contidas nos quadros, alguns aspectos merecem uma referência particular.

A futura viabilidade económica da exploração depende das respectivas condições de sucessão. Como foi referido na devida altura, a

tendência actual por parte dos jovens para aspirarem a outras profissões reduz as perspectivas de sucessão voluntária.

No entanto, tal sucessão será muito mais provável no caso de uma exploração que tenha sido devidamente modernizada e que esteja em condições de boa rentabilidade. Isto significa que a performance constitui uma condicionante do comportamento futuro de sucessão voluntária, a qual é ainda impulsionada por comportamentos de colaboração intra-familiar.

Tudo indica, também, que tanto os filhos dos emigrantes regressados, mais integrados nos meios onde residiram (e onde, por vezes, ainda residem) como os jovens que exercem outra actividade além da agrícola, estejam menos inclinados a suceder na chefia.

Por outro lado, os casos de sucessão involuntária tornam-se difíceis de analisar. Se estes jovens podem deter propensões a PR idênticas às de outros, a sua performance é limitada por comportamentos influenciados pela falta de motivação e pelas perspectivas de eventual abandono (total ou parcial) da actividade agrícola para ingressar noutra.

Note-se que, no quadro, a situação do rendeiro é quase estritamente definida através da sua condição perante a propriedade. Ora, o rendeiro pode-se enquadrar em alguns dos outros tipos (jovem, tradicional, pluriactivo), disso dependendo também o seu comportamento.

No que respeita às situações sintetizadas nos dois quadros, os pluriactivos estão definidos como trabalhando menos de metade do tempo na exploração. Esta distinção é obviamente artificial, tudo dependendo da

QUADRO: 3.1 TIPOLOGIAS DE COMPORTAMENTO NA CHEFIA DA EXPLORAÇÃO

| CRITÉRIOS | AGRICULTORES POR CONTA PRÓPRIA | | | | | | RENDEIROS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JOVENS | | IDOSOS TRADICIONAIS | PLURIACTIVOS | | EMIGRANTES | |
| | Sucessão voluntária | Sucessão Involuntária | | >50% na exploração | <50% na exploração | | |
| Modernização Investimento | Elevada depende de apoios e/ ou riqueza | Menor tendência | Ausência. Manutenção de técnicas/culturas com ligeiras adaptações | Possível Adaptação Modernização | Adaptação mais que Modernização | Possível. Provável modernização simbólica | Limitações à modernização/investimento |
| Agressividade no mercado e institucional | Elevada participação | Menor tendência | Incapacidade Rejeição | Capacidade de acção: Interesse em agir | Menor interesse em participar | Acrescida pelo exercício de outras actividades. Reduzida pelas relações com a comunidade | Limitações decorrentes das condições de exploração |
| Reconversão (outros tipos) | Interesse por actividades novas | --- | --- | Investimentos tendentes a reduzir o trabalho: Mecanização | Abandono de parcelas | Redução das parcelas cultivadas. Especialização. Agricultura complementar | Investimentos com menor prazo de recuperação. |
| Performance | Boa Modernismo Progressista | Média | Muito fraca. Cada vez menos adequada às condições externas | Boa | Média. Adequada à finalidade | Variável. Provavelmente média | Média. Inferior à da exploração por conta própria |
| Perspectivas | Boas. Possível alargamento. Melhoria do estatuto económico e social | Viabilidade média ou abandono | Manutenção em condições de inviabilidade com baixo consumo ou desaparecimento | Depende da 2ª Geração: Condições de melhoria | Abandono ou redução da exploração | Provável conservação da horta e redução da exploração. Depende da 2ª geração | Depende do arrendatário e de outras condicionantes |

QUADRO 3.2: NÍVEIS DE EFICIÊNCIA E PROVÁVEIS TIPOLOGIAS SÓCIO - - FAMILIARES

| FILHO | PAI ( CHEFE DE EXPLORAÇÃO) | | | |
|---|---|---|---|---|
| Interessado | Tempo Compl. ou >50% na expl. | | < 50% na exploração | |
| | Autoritário | Liberal | Autoritário | Liberal |
| Tempo completo ou >50% na exp. | Conflito.Provável eficiência em R, T e Q, fraca em A. | Colaboração.Elevada eficiência. Act. C. Maior tendência a modernização. | Conflito.Alguma redução da vigilância.Eficiência elevada ou média mas menor activ. C. | Colaboração. Eficiência alta. Mais margem de manobra do filho. Elevada realização de activi. C. |
| Pruriactivo: <50% na expl. | Eficiência média. Alguma tendência ao desinteresse do filho. | Eficiência elevada em C. Menor em outras actividades, mas alta. | Eficiência média. Tendência ao desinteresse do filho. | Eficiência elevada no sentido da reconversão da exp. à s/função, definida pela familia. |
| Não Interessado | Ausência de actividades tipo C | | | |
| Tempo completo ou >50% na expl. | Eficiência mínima garantida, mas a níveis médios/ baixos. | Eficiência muito baixa, não atindo os níveis mínimos. | Garantia dos níveis mínimos de eficiência. Ausência de act. do tipo C. | Eficiência muito baixa.Redução de actividade e esforço. |
| Pluriactivo <50% na expl. | Idem, mas a níveis mais baixos. Tendência á afirmação do filho. | Eficiência muito baixa, redução de todas actividades:até zero? | Eficiência muito baixa. Talvez inferior aos níveis mínimos. | Redução grande do esforço e actividade. Eficiência quase nula. |

função que a exploração tem nas perspectivas, presentes e futuras, da família agrícola.

As tipologias sócio-familiares foram estabelecidas a partir do cruzamento de situações de interesse / não interesse, por parte dos filhos, e de autoritarismo / liberalidade, por parte dos pais, às quais foram acrescentados os casos de existência ou não de pluriactividade.

O resultado a averiguar aqui é o da eficiência do trabalho, detectada através de critérios como "elevada", "média", "garantindo o nível mínimo", ou "muito baixa, não garantindo o nível mínimo".

A eficiência inclui o conjunto de CRTQ, embora sejam de particularizar as actividades do tipo C, evidenciadas no quadro sobretudo em situações de colaboração. A realização destas actividades torna-se importante, não só quanto à eficiência, mas também quanto à gestão da exploração. De facto, as actividades C correspondem a uma propensão a PR do filho, embora enquanto trabalhador, mas que podem, quando efectivadas, contrabalançar tendências a comportamentos tradicionais do chefe de exploração, ou acrescer à modernização / reconversão em tipos de chefia menos tradicionais.

NOTAS:

(1) Refiro-me ao trabalho de Madureira Pinto (1985), na minha opinião o mais valioso contributo sobre a matéria.

(2) Tais critérios assemelham-se aos utilizados por Mendras (1984), na definição da sua tipologia de modernismo / tradicionalismo.

(3) E, obviamente, sujeito à "restrição da pobreza", de Chayanov.

(4) Ou, melhor, uma matriz determinante directa, já que o habitus condensa toda uma série de experiências que, essas sim, se tornam as determinantes mais remotas.

(5) A observação local no Entre Douro e Minho permite dar conta deste facto. Os agricultores "despertaram", assustados, para a necessidade de agir, e o "fantasma da CEE" tornou-se uma constante de preocupações (e, talvez, de maiores conflitualidades) no campo.

(6) "APQT bundle", em inglês, no original. Na versão traduzida, A designa Actividades, R o ritmo, T o tempo de trabalho, e Q a qualidade.

(7) Não se trata exactamente de x1, mas de uma sua vizinhança. Esta conclusão resulta da teoria das áreas inertes, de Leibenstein, que não considerei oportuno introduzir neste trabalho.

(8) Mais do que "quantidade de trabalho", Chayanov refere-se a intensidade, esforço, ou energia dispendida. Há, ainda, uma observação interessante do autor, que mostra o reconhecimento de alguma utilidade no esforço. Com efeito, o mesmo afirma que "após um relativamente pequeno dispêndio [de energia física] essencial ao

organismo e acompanhada por um sentimento de satisfação, um dispêndio maior de energia já requer um esforço da vontade" (Chayanov, 1966, p.81).

(9) Ver nota (6).

# CAPÍTULO QUATRO

## 4. O Concelho de Fafe : Especificidades e Evidências Empíricas

### 4.1. O Concelho de Fafe como Área da Pesquisa Empírica

A escolha de uma freguesia da região do Entre Douro e Minho para a realização da pesquisa de terreno impõe algumas considerações prévias. A região envolve notáveis diversidades a nível económico, de onde derivam especificidades quanto à actividade agrícola. De uma forma mais geral, o "mundo rural" está longe de ser homogéneo no Entre Douro e Minho.

Este trabalho versa os comportamento das pequenas explorações agrícolas num contexto de mudança. Por essa razão, a pesquisa empírica não se poderia efectuar numa área em que a mudança não seja ainda significativa, e onde, por exemplo, fenómenos como a pluriactividade não tenham grande expressão, como acontece nas zonas mais interiores desta região (Alto Minho, Basto, Arouca). Nem tão pouco se pretendeu pesquisar áreas onde a industrialização é dominante, como o Grande Porto, ou alguns concelhos do Vale do Ave.

O concelho de Fafe situa-se numa posição intermédia. A industrialização é aí relevante, sem ser dominante. Não se pode considerar como uma zona de forte abandono ou de decrescimento populacional, com características tipicamente interiores, nem como um concelho de elevada

atração populacional. Regista-se algum dinamismo económico, mas sem atingir os níveis dos concelhos litorais.

Foi esta situação intermédia que justificou a escolha do concelho de Fafe para a pesquisa empírica. No entanto, e como adiante justificarei, o próprio concelho de Fafe contem diversidades notórias, pelo que a escolha de uma das suas freguesias deve ser feita com cuidado e, sobretudo, de modo a incluir a pluriactividade.

## 4.2. O Concelho de Fafe no Conjunto do Distrito de Braga

Será conveniente, antes de proceder à análise dos dados relativos ao concelho de Fafe, observar a sua especificidade em relação ao distrito de Braga (1).

O conjunto do distrito manifesta uma grande heterogeneidade de situações quando se passa ao nível do concelho, escondendo, também, cada aparente homogeneidade concelhia, particularidades e diversidades notáveis entre as respectivas freguesias, factor cuja análise escapa ao âmbito deste trabalho.

Em todo o caso, será possível estabelecer, com as necessárias precauções, três tipos de concelhos no total do distrito. Este esboço de tipologia radica na evidência empírica existente, por sua própria natureza estática. Analisar a história, o "trajecto" de cada concelho, ou de cada tipo de concelhos seria uma tarefa interessante, mas que, ela também, está fora do alcance deste trabalho.

Pareceu-me conveniente seleccionar como base da tipologia as condições de atração / repulsão populacional, elas mesmas fortemente ligadas ao dinamismo económico, relativas aos três decénios de 1950/60, 1960/70 e 1970/81. Nesta base, o distrito de Braga conta com três situações fundamentais, que passo a identificar, tendo como apoio a leitura do quadro 1.

Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão são concelhos de atração nos três decénios. O crescimento populacional é muito elevado de 1950 a 1960, mantem-se positivo no segundo decénio e torna-se explosivo no terceiro. É de salientar, nestes concelhos, o fraco peso, em relação ao conjunto do distrito, da população com mais de 65 anos, não sendo, também, muito relevante a população nas classes etárias mais novas (de 0 a 14 anos), o que se deverá provavelmente a um decréscimo da natalidade, habitualmente associado à urbanização.

A população activa ocupada no sector secundário representa sempre mais de 49% do total, atingindo percentagens superiores a 70% em Guimarães e Vila Nova de Famalicão. Barcelos constitui um caso de forte impulso industrial na década de 70 (como todo o Baixo Cávado), mantendo ainda um contingente apreciável da população activa na agricultura, o que não se passa, aparentemente, nos outros concelhos. Aparentemente porque a população registada como activa na agricultura é, nestas zonas, muito inferior àquela que efectivamente trabalha nesse sector, como é sabido. De facto, no conjunto destes quatro concelhos, a população activa registada como agrícola representa apenas 25.5% da população que trabalha (em tempo inteiro ou parcial) nas explorações (INE, 1979; INE,1981). O que significa que cerca de 3/4 dos trabalhadores familiares agrícolas têm outras

ocupações. A agricultura nestes concelhos é, então, e na maioria dos casos, praticada em pluriactividade, o que não exclui que seja uma agricultura dinâmica. É, também, o grupo de concelhos com maior potencial de jovens nas suas explorações, o que lhes poderá permitir um maior dinamismo futuro.

A estrutura das explorações agrícolas apresenta padrões diferentes nestes concelhos, diferença que se manifesta sobretudo quanto ao peso das muito pequenas explorações (entre 0 e 2 hectares), que é elevado em Vila Nova de Famalicão e relativamente baixo em Guimarães. Estas diversidades estão ligadas a diferentes efeitos da dinâmica da industrialização sobre a estratégia de conservação da propriedade, entre outros factores. São, no entanto, estes quatro concelhos aqueles em que a grande e média exploração apresentam maior relevância (em relação ao conjunto do distrito, evidentemente).

Os concelhos de Esposende, Fafe e Vila Verde, e, em menor grau, Amares e Póvoa do Lanhoso, apresentam decréscimos populacionais na década de 60, mas não muito substanciais, e um forte crescimento no decénio de 1970 a 1981.

A população activa no sector secundário atinge percentagens próximas dos 40%, sendo esta percentagem muito mais elevada em Fafe (56.4%). Fafe é também o concelho mais industrializado, já que nos restantes a construção civil adquire grande relevo dentro do sector secundário, representando a população ocupada na indústria manufactureira 7.4% e 5.1% do total de activos em Vila Verde e Amares, respectivamente. O desenvolvimento do sector secundário nestes últimos concelhos

correspondeu mais a um forte incremento da construção civil, proporcionado pela procura dos emigrantes.

Os casos de Fafe e Esposende já representarão uma expansão industrial, a partir dos concelhos vizinhos, mais "saturados".

A proporção da população activa na agricultura é, então, factor de heterogeneidade nestes concelhos, variando entre 61.1% em Vila Verde a 22.2% em Fafe.

A muito pequena exploração é dominante nestes concelhos (excepção feita a Fafe), fortemente dependentes da agricultura até há poucas décadas, tornando-se a grande exploração insignificante, e a pequena exploração menos relevante em relação ao conjunto do distrito.

Também aqui é diferente o caso de Fafe, em que a pequena e média exploração adquirem importância, o que acresce para justificar a sua escolha para uma pesquisa empírica com os objectivos definidos.

Todas estas diferenças conduzem a questionar a inclusão de Fafe neste segundo grupo de concelhos, e a visualisá-lo melhor como concelho de transição entre os dois grupos.

Finalmente, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Terras do Bouro e Vieira do Minho mostraram repulsão populacional nas décadas de 50 e 60, e repulsão ou muito ligeiro crescimento demográfico na década de 70.

A população idosa apresenta aqui percentagens bastante elevadas, o que reflecte o resultado de décadas de forte migração.

O sector primário é predominante em termos de população activa, mantendo-se a percentagem desta na agricultura acima dos 50%, enquanto que a indústria transformadora conta com activos que representam menos de 6% do total.

A pequena exploração é bastante representativa, e as taxas de actividade na agricultura são aqui fortes, o que está ligado à ausência de outras oportunidades de emprego.

## 4.3. População Residente e População Activa

Como se registou, o concelho de Fafe tem assistido nas últimas décadas a um crescimento da sua população residente, com excepção para a década de 60. Entre 1970 e 1981, a taxa média de crescimento anual foi de 7.6%, pelo que foram responsáveis factores como a diminuação da emigração, o retorno de emigrantes, a existência de novas oportunidades de emprego ligadas à criação de novas actividades, etc.

Este crescimento representa a média do concelho, escondendo especificidades em termos de freguesias. Assim, se entre 1960 e 1970, fase de grande emigração, apenas as freguesias de Fafe e outras circundantes da cidade (Antime, Fornelos, Quinchães) registaram um crescimento populacional, todas as freguesias do norte e nordeste do concelho experimentaram fortes decréscimos, em alguns casos de mais de 20%.

Quanto ao retorno de emigrantes do estrangeiro e de indivíduos provenientes das ex-colónias, ele foi responsável por 60% do crescimento

populacional do concelho na década de 70 (2). O retorno de emigrantes representou um contingente de 1337 indivíduos (dos quais cerca de 90% provenientes de França), bem superior ao dos retornados das ex-colónias, constituido por 652 indivíduos.

A mobilidade populacional interna não foi muito significativa. Residiam em Fafe, em 1981, 473 pessoas que estavam fixadas em outros distritos do continente. Destes, é mais expressivo o grupo proveniente do Porto e de Lisboa, que somava 339 indivíduos.

Não é possível dar conta das migrações intra-distrito e intra-concelho. Estas últimas devem ter tido alguma importância nos tempos mais recentes, dadas as diferenças de crescimento populacional. Note-se que, na década de 70, o crescimento foi maior em freguesias de menor emigração, e, portanto, de menor retorno, como Fafe (21.4%), Medelo (32.7%), ou S. Romão (33.4%).

A população activa a exercer uma profissão era constituída, em 1981, por 17173 indivíduos, que se repartiam em 22.2% pelo sector primário (3), 56.4% pelo sector secundário e 21.4% pelo terciário. Em 1970, essas percentagens eram, respectivamente, de 39%, 44% e 17%. A agricultura cedeu, nesse decénio, contingentes da sua população ao terciário e sobretudo à indústria.

A média de 22.2% de população activa ocupada na agricultura oculta significativas variações entre as diversas freguesias. Na zona sudoeste e nas freguesias circundantes da cidade de Fafe, esta percentagem é baixa, chegando a atingir os 3.8% (em Antime). A zona norte do concelho é muito

mais agrícola, atingindo a mesma percentagem 81.9% em Queimadela, 77.9% em Gontim, e 72% em Monte e Felgueiras (Oliveira, 1986).

A faixa de freguesias do centro do concelho aproxima-se mais da média, em termos de distribuição da população activa. Estão neste caso Estorões, Vinhós e Revelhe.

Comparando os 3797 indivíduos ocupados no sector primário (22.2% do total) em 1981 com a relação entre a população residente nas explorações agrícolas em idade de trabalhar (4), em 1979, e o total da população activa, relação que se cifra em 68.2%, conclui-se que, se o concelho não for propriamente agrícola, pode seguramente considerar-se como um concelho rural. De facto, uma boa parte (quase 70%) da população activa reside nas explorações, como é regular no processo de industrialização do noroeste português, em que a mudança profissional não gera, em muitos casos, alteração de residência, permitindo conservar as explorações em funcionamento (5).

## 4.4. A Agricultura no Concelho de Fafe

Atendendo aos objectivos deste trabalho, será agora dada especial atenção às pequenas explorações, que são largamente predominantes no concelho. A diversidade de situações que estas explorações revestem obrigou a uma distinção entre as muito pequenas explorações (entre 0 e menos de 2 hectares), e as pequenas explorações (entre 2 e menos de 5

hectares). Explorações com áreas entre 5 e 10 hectares foram consideradas como médias e com áreas superiores a 10 hectares como grandes (6).

Importa procurar as especificidades de comportamento das pequenas explorações, embora a escassez e o tipo de dados não permitam chegar a conclusões firmes, mas, antes, suscitem muitas questões.

### 4.4.1. População Agrícola, Trabalho Familiar e Técnicas Utilizadas

Dos efectivos que mantinham residência nas explorações agrícolas de Fafe, apenas 66% nelas trabalhavam, em 1979. Os restantes dividiam-se entre aqueles que não estão em idade de trabalhar e os membros da família agrícola empregados em outras actividades, sem estarem ocupados na agricultura.

Este último grupo é, possivelmente, responsável pela menor percentagem de trabalhadores agrícolas que se verifica nas muito pequenas explorações (quadro 2).

Uma das questões que foi anteriormente colocada é o excesso de mão de obra existente na pequena agricultura. Da leitura do quadro 2 infere-se, numa primeira aproximação, que tal fenómeno se confirma. Com efeito, a relação entre a população que trabalha nas explorações e a respectiva área agrícola decresce com a dimensão, embora tal decréscimo seja muito mais acentuado entre as muito pequenas explorações e as restantes. Esta constatação é importante, pois indica que o excesso de mão de obra, a

existir, torna-se mais relevante nas explorações de área inferior a 2 hectares.

No entanto, outros factores poderão aqui intervir. Há que analisar, em primeiro lugar, se o conjunto de trabalhadores corresponde efectivamente às mesmas quantidades de trabalho para todas as classes de dimensão. Depois, será necessário averiguar se uma maior disponibilidade de trabalho conduz também a uma opção por técnicas e / ou culturas mais intensivas em mão de obra.

Para a análise da primeira questão, recorreu-se a dados referentes ao distrito de Braga, após o que se particularizou para o concelho de Fafe. Assim, quanto ao distrito de Braga, e numa aproximação grosseira, considerou-se o rácio entre a população que trabalha, em mais de 50% do seu tempo, na exploração, e a área agrícola, para as várias classes de dimensão. Dos resultados apresentados no quadro 5 conclui-se que a diferença que este rácio apresenta entre as várias classes de dimensão se mantem, em relação ao rácio anterior. Porém, a pressão populacional sobre a terra (o excesso de trabalho) reduz-se muito, especialmente para as muito pequenas explorações.

A mesma relação foi analisada, para as muito pequenas explorações, considerando três classes de dimensão, como está patente no quadro 6. A leitura destes dados mostra claramente que existem diferenças grandes entre estas classes, sendo a disponibilidade de mão de obra (e o seu uso efectivo) por hectare muito maior nas micro- explorações (até 0.5 hectares) , e decrescendo nas classes seguintes.

Independentemente de a pluriactividade ser mais forte nas muito pequenas explorações, estas aplicam uma maior quantidade de mão de obra na sua actividade agrícola.

Esta conclusão é confirmada para o concelho de Fafe, e de uma forma mais rigorosa. Utilizando a conversão dos diversos tempos de actividade em unidades de trabalho agrícola (INIA, 1988), pode-se chegar a valores mais realistas.

O quadro 7 mostra uma nítida relação inversa entre a dimensão da exploração e a utilização de mão de obra, familiar e não familiar permanente. As muito pequenas explorações aplicam, efectivamente, mais do dobro do trabalho por hectare, em relação às pequenas explorações, e estas últimas mais 52% do que as médias explorações.

A mesma relação se pode observar destacando o caso das muito pequenas explorações. Aí, torna-se estranho que as microexplorações façam uma utilização de mais de 4 unidades de trabalho agrícola por hectare.

A maior disponibilidade e utilização de mão de obra pode estar relacionada com uma opção por técnicas e / ou culturas mais intensivas em trabalho. A verificar-se, este facto não deverá conduzir de imediato às hipóteses da ilusão da gratuitidade do trabalho familiar (Barros, 1975), ou da obrigação de garantir trabalho para toda a família. Note-se que a uma menor dimensão está associada uma menor riqueza, e, portanto, uma menor disponibilidade de fundos para investimento (7),(e, também, uma menor capacidade de endividamento), o que poderá forçar a intensidade em trabalho, como sugeriu Chayanov.

O quadro 9 contem alguma informação sobre a intensidade em mão de obra de algumas das actividades mais frequentes no noroeste português, tal como elas são dominantemente praticadas (e não como deveriam ser) (8).

Comparando estes dados com os que se podem observar no quadro 10, conclui-se que, quanto às culturas permanentes, as muito pequenas explorações dedicam uma maior parte da sua área a culturas mais intensivas em trabalho, como a viticultura. A diferença é também notável no que respeita à horticultura de ar livre.

As pequenas explorações parecem distinguir-se, em relação às classes de dimensão seguintes por uma maior ocupação do solo com a associação de milho e feijão, enquanto que as médias e grandes explorações se dedicam em maior escala ao milho grão e ao milho silagem (9).

Para além desta diferença, não se notam especificidades relevantes nos padrões culturais das pequenas explorações, em relação às médias e grandes. Isto embora a diferença no que respeita à quantidade de mão de obra utilizada seja significativa.

A mais notável especificidade de comportamento reside, então, nas muito pequenas explorações. Não deixa de ser interessante interrogar se foi a maior disponibilidade de mão de obra, aliada a uma estratégia mais virada para o autoconsumo, que ditou os padrões culturais.

A intensidade de utilização de mão de obra está obviamente ligada ao uso de equipamentos, e, assim, ao investimento. É evidente que, em relação a técnicas não neutras à escala, é racional que elas sejam mais aplicadas em

grandes e médias explorações, como acontece com o uso de tractor próprio e a existência de instalações de vinificação no concelho de Fafe.

A utilização de tractor alugado é, no entanto, significativamente menor nas explorações muito pequenas, mas pouco varia com a dimensão a partir dos 2 hectares. E não existe correlação entre a dimensão e a aplicação de outras técnicas neutras à escala, mas que não poupam trabalho, como adubos, fungicidas e insecticidas. Isto, pelo menos, no que respeita ao número de explorações que as utilizam, já que não existem dados respeitantes à utilização destes inputs por hectare de área agrícola.

É, assim, indispensável analisar não só o uso de determinadas técnicas, mas sobretudo a intensidade desse uso. No quadro 14 podem-se ler dados quanto à utilização de tracção mecânica, em horas por ano, no concelho de Fafe. De acordo com os dois rácios que proponho, e que estão patentes no mesmo quadro, chega-se à conclusão surpreendente de que as muito pequenas explorações fazem uma maior utilização de tractor por unidade de área agrícola. Isto sugere que talvez seja a terra que estas explorações decidam aproveitar mais intensamente, e não necessariamente a mão de obra. O uso intensivo do trabalho poderá ser uma consequência da maior intensidade de exploração da terra.

As estratégias face à pluriactividade serão também determinantes. Claro que uma menor eficiência na aplicação quer do trabalho, quer da tracção, poderá também ser responsável por este fenómeno.

Note-se que nas restantes dimensões não existem diferenças significativas, assemelhando-se a pequena exploração às outras, e que o

uso de tracção mecânica era, em todas as classes de dimensão, ainda muito reduzido em 1979.

### 4.4.2. Actividade na Exploração e Pluriactividade

No concelho de Fafe, mais de 60% da população agrícola com actividade na exploração dedica a esta mais de metade do seu tempo. No entanto, a pluriactividade está bem presente, constituindo a agricultura, em muitos casos, uma actividade indissociável de outras.

De facto, o processo de industrialização difusa permite, no litoral do Norte e Centro de Portugal, que "(...) a esta dinâmica relativamente significativa do emprego industrial e da deslocação de mão de obra não vai corresponder, como foi característico de outros países e de outros períodos, uma radical desestruturação das economias agrícolas familiares" (Reis, 1985, p. 228).

Que relevância e que particularidades assume o fenómeno da pluriactividade no concelho de Fafe?

Como se pode inferir do quadro 15, a alternativa mais frequente para os homens é, no entanto, a actividade a menos de 50%, embora seja importante o tempo completo. Quanto às mulheres, a maior frequência regista-se no trabalho a tempo quase inteiro na exploração, devendo o restante tempo ser dedicado a tarefas domésticas.

Tal diferença explica-se pela maior percentagem de activos agrícolas masculinos trabalhando também fora da exploração, percentagem que corresponde a 38.6%, enquanto que para as mulheres é de 23.1%.

Para o total da exploração e para ambos os sexos, o trabalho no exterior é dedicado, em maior grau, a "outras actividades remuneradas" (10). Quanto às restantes, as mulheres ocupam-se muito mais na indústria, e os homens na construção civil.

O quadro 16 mostra que ao trabalho na indústria e na construção civil corresponde um menor tempo de trabalho na exploração, em relação a outras alternativas profissionais. Essas actividades obrigam ao cumprimento de horários completos, e a deslocações, não restando senão um pouco dos fins de tarde e dos fins de semana para a exploração.

É possível que as famílias que obtêm uma grande parte do seu rendimento da indústria ou da construção civil baseiem a sua estratégia em objectivos que não privilegiam a exploração, ou, em alternativa, reconvertam a exploração no sentido de poupar trabalho. E, se essas situações não eram muito frequentes em Fafe, em 1979, a evidência aponta para que elas tenham vindo a ganhar peso na última década.

Note-se que são mais os filhos, e eventualmente as esposas, que se dedicam à indústria e à construção civil.

Quanto aos chefes de exploração, eles preferem actividades que lhes permitam ocupar-se da agricultura e, provavelmente, não terão agrado por um trabalho assalariado e supervisionado.

São, pois, os jovens quem mais se ocupa em actividades exteriores que absorvem mais tempo. Isto poderia levar a pensar que, dentro de uma ou duas gerações, as famílias pluriactivas reservariam um lugar cada vez menor para a exploração.

Mas outras condicionantes poderão indicar um sentido de evolução diferente, como foi anteriormente referido.

De qualquer modo, confirma-se aqui a preferência dos jovens pelas actividades assalariadas, que lhes permitem tanto uma mobilidade profissional ascendente do seu ponto de vista, como uma maior independência em relação à família.

Mas tal pode também resultar da estratégia do próprio chefe (11), que reserva para si aquelas actividades, provavelmente não assalariadas, que lhe dão oportunidade de conservar um domínio razoável sobre a exploração, não os fazendo sentir "agricultores sem posse de terra".

A análise da pluriactividade por classes de área é muito importante para que se possam ter em conta elementos susceptíveis de lançar alguma luz sobre os motivos da opção por outras actividades. Tais motivos consistiam, recorde-se, ou na falta de terra que leva os agricultores a aceitar outras actividades como último recurso, ou numa opção por actividades mais rentáveis.

Os dados necessários a esta análise encontram-se disponíveis apenas para o distrito de Braga. Para o conjunto do distrito, é muito significativa a diferença entre as muito pequenas explorações e as restantes, quanto à percentagem dos elementos do agregado familiar que exercem outras

actividades. De acordo com os números patentes no quadro 18, nas micro-explorações com dimensão entre 0 e 0.5 hectares mais de metade da população familiar dedica-se a outras ocupações. Esta percentagem decresce com o aumento da área, mas não se pode afirmar que as pequenas explorações difiram muito das médias e grandes. Ou seja, dir-se-ia, numa primeira aproximação, que a tese de que a pluriactividade resulta da falta de terra seria mais válida nas muito pequenas explorações, mas que perderia a sua validade para as restantes, e aí outras explicações, nomeadamente as inspiradas em Chayanov, ganhariam relevo.

É, também, nas muito pequenas explorações, e sobretudo naquelas que têm uma dimensão inferior a 0.5 hectares, que os pluriactivos trabalham menos na exploração. Este facto tanto tem a ver com a maior relação entre a disponibilidade de mão de obra e a área agrícola, como com a maior ocupação destes activos na indústria e na construção civil.

Mas, de novo, não se notam grandes diferenças entre as pequenas e médias explorações quanto ao tipo de actividades no exterior. As grandes explorações vêem os seus activos dedicarem-se mais a outro tipo de ocupações, porventura mais rentáveis e prestigiantes, já que a uma dimensão maior corresponde um novo grupo de rendimento.

Uma outra base para a análise das estratégias familiares quanto à afectação de trabalho é constituída pela origem do rendimento da família agrícola. É, no entanto, preciso ter em conta que uma maior parcela do rendimento obtido fora da exploração nem sempre corresponde a uma actividade aí exercida. Em especial nas zonas de maior emigração, e naquelas em que se assiste ao abandono por parte da população jovem,

uma boa parte dos rendimentos obtidos no exterior consiste em remessas de emigrantes e em pensões. O concelho de Fafe, abstraindo de especificidades a nível de freguesia, tem, todavia, apresentado uma dinâmica industrial susceptível de fazer crer que, em larga medida, a origem do rendimento externo à exploração corresponde, em muitos casos, ao exercício de outras actividades.

A leitura do quadro 20 confirma os resultados da análise anterior, agora com base na origem dos rendimentos. Com efeito, são as muito pequenas explorações que obtêm o seu rendimento sobretudo de outras fontes, decrescendo a importância deste rendimento à medida que a área aumenta. Mais uma vez, a diferença entre as pequenas explorações e as médias e grandes não é muito sensível.

Sendo assim, tudo indica que, pelo menos para o concelho de Fafe, não é correcto considerar as explorações com área inferior a 5 hectares como "casos à parte", como explorações a priori inviáveis que só se vão sustentando através da pluriactividade e que não são susceptíveis de modernização. A ser verdadeira, esta afirmação aplicar-se-ia - e mesmo assim muito cautelosamente - às muito pequenas explorações. Mas as pequenas explorações, no sentido em que foram aqui definidas, e que ocupam cerca de 35% da área das explorações do concelho, revelam um comportamento semelhante às de área superior, quanto à afectação do trabalho familiar, à utilização de mão de obra e de outros inputs, e à afectação da terra às diversas culturas.

### 4.4.3. Formas de Exploração e Situações de Classe

A exploração por conta própria é a mais frequente no concelho de Fafe. Apesar disso, o arrendamento abrange ainda 26% das explorações do concelho.

O quadro 21 mostra que o arrendamento é mais significativo para as pequenas explorações (entre 2 e 5 hectares), para as quais representa 32% do total.

O quadro 22 procura dar conta, ao nível das explorações, das diversas situações de classe. Foi construído com base na combinação de tipos e formas de exploração, e de acordo com a matriz elaborada por Madureira Pinto (1985). A diferença aqui introduzida é constituída pela distinção entre as explorações familiares semi-perfeitas e imperfeitas, o que pareceu conveniente, no concelho de Fafe, onde as primeiras são bastante numerosas. Por outro lado, a dimensão da exploração, representativa do capital detido, é ainda uma forte condicionante da situação de classe.

A leitura deste quadro sugere que as grandes explorações do concelho, assim como as de média dimensão, são sobretudo de organização familiar, e, em qualquer caso, o agregado familiar exerce na maior parte das vezes actividades fora da exploração, embora ocupe o seu tempo sobretudo nesta última.

Paradoxalmente, as explorações patronais são, na sua maioria, pequenas, situando-se a sua dimensão abaixo dos 5 hectares em 83% dos casos (12).

Nas muito pequenas explorações predomina o tipo "familiares imperfeitas", e a conta própria, apesar de o arrendamento ter alguma importância.

Relativamente às pequenas explorações, de dimensão situada entre 2 e 5 hectares, pode dizer-se que são praticamente todas familiares, sendo de destacar as familiares semi-perfeitas. A agricultura torna-se, assim, uma actividade importante para estas explorações, através das múltiplas estratégias da família pluriactiva.

4.5. Dados Estatísticos

QUADRO 1 : Distrito de Braga : Alguns Indicadores Concelhios

| | Amares | Barcelos | Braga | Cab.Basto | Cel.Basto | Esposende | Fafe | Guimarães | P.Lanhoso | Terr.Bouro | V.N.Famal | Vila Verde |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Taxa média cresc.anual da pop.residente | | | | | | | | | | | | |
| 1950 / 60 | 3.2 | 10.0 | 10.0 | -3.5 | -1.7 | 4.6 | 3.6 | 18.2 | 3.2 | -1.4 | 18.1 | 1.3 |
| 1960 / 70 | -3.9 | 5.8 | 3.5 | -10.9 | -1.8 | -1.0 | -3.0 | 4.1 | -6.9 | -4.8 | 11.0 | -2.9 |
| 1970 / 81 | 1.7 | 16.5 | 26.9 | 0.2 | -5.5 | 19.0 | 7.6 | 19.5 | 2.6 | -10.1 | 18.8 | 7.9 |
| % da pop.por grupos | | | | | | | | | | | | |
| etários (1981) | | | | | | | | | | | | |
| 0 - 14 anos | 31.6 | 34.2 | 31.1 | 32.6 | 32.4 | 32.8 | 30.8 | 32.5 | 31.9 | 30.7 | 31.5 | 32.7 |
| 15 - 65 anos | 57.0 | 58.0 | 61.1 | 55.3 | 55.2 | 58.4 | 58.8 | 60.4 | 56.5 | 55.4 | 61.5 | 56.1 |
| 65 anos e mais | 11.4 | 7.8 | 7.8 | 12.1 | 12.4 | 8.8 | 10.4 | 7.1 | 11.6 | 13.9 | 7.0 | 11.2 |
| Pop.Activa por Sectores | | | | | | | | | | | | |
| 1970:Primário | 54.7 | 37.1 | 15.9 | 76.1 | 72.4 | 50.0 | 39.0 | 13.4 | 48.0 | 62.8 | 11.6 | 61.1 |
| Secundário | 20.8 | 41.1 | 44.0 | 12.4 | 12.4 | 32.3 | 44.0 | 64.4 | 33.2 | 14.4 | 70.0 | 20.6 |
| Terciário | 24.6 | 21.8 | 40.1 | 11.5 | 15.1 | 17.7 | 17.0 | 22.3 | 18.8 | 22.7 | 18.3 | 18.3 |
| 1981:Primário | 34.5 | 25.8 | 6.4 | 57.9 | 61.9 | 33.0 | 22.2 | 7.6 | 30.7 | 54.9 | 5.4 | 70.4 |
| Secundário | 38.0 | 53.7 | 49.0 | 20.3 | 19.9 | 43.4 | 56.4 | 72.2 | 47.3 | 22.8 | 75.4 | 38.7 |
| Terciário | 27.5 | 20.5 | 44.6 | 21.8 | 18.1 | 23.6 | 21.4 | 20.2 | 22.1 | 22.4 | 19.2 | 21.0 |
| % da pop.das expl. por | | | | | | | | | | | | |
| grupos etários (1979) | | | | | | | | | | | | |
| 0 - 12 anos | 17.6 | 22.8 | 18.9 | 24.4 | 25.5 | 21.4 | 22.3 | 24.5 | 20.4 | 22.3 | 19.9 | 23.5 |
| 13 - 34 anos | 36.6 | 38.9 | 42.0 | 33.5 | 34.2 | 40.9 | 34.6 | 40.8 | 33.2 | 31.6 | 40.7 | 33.4 |
| 35 - 65 anos | 37.1 | 29.8 | 32.0 | 30.9 | 30.2 | 29.6 | 32.3 | 27.4 | 35.5 | 32.3 | 31.7 | 31.4 |
| mais de 65 anos | 8.6 | 8.5 | 7.1 | 11.2 | 10.1 | 8.0 | 10.8 | 7.3 | 10.9 | 13.8 | 7.7 | 11.7 |
| % de expl.segundo a área | | | | | | | | | | | | |
| 0 a <2 ha | 86.0 | 62.5 | 62.5 | 73.4 | 67.5 | 78.6 | 68.8 | 58.1 | 84.4 | 72.8 | 73.7 | 84.8 |
| 2 a <5 ha | 10.0 | 24.2 | 23.4 | 20.0 | 24.5 | 15.8 | 23.3 | 28.4 | 11.8 | 20.0 | 15.7 | 11.8 |
| 5 a <10 ha | 2.9 | 9.2 | 10.0 | 4.9 | 5.3 | 4.2 | 5.9 | 10.7 | 3.0 | 5.4 | 6.6 | 2.6 |
| <10 ha | 1.1 | 4.1 | 4.1 | 1.7 | 2.7 | 1.4 | 2.0 | 2.8 | 0.8 | 1.8 | 4.0 | 0.8 |
| % de expl.seg.a forma | | | | | | | | | | | | |
| Conta Própria | 80.9 | 62.8 | 62.8 | 58.9 | 53.9 | 56.7 | 62.7 | 52.1 | 74.7 | 87.0 | 70.4 | 67.8 |
| Arrendamento | 13.9 | 6.8 | 27.1 | 31.8 | 33.1 | 2.9 | 25.8 | 43.0 | 19.8 | 6.5 | 16.6 | 8.8 |
| Mistas | 5.2 | 30.4 | 10.1 | 9.3 | 13.0 | 40.4 | 11.5 | 4.9 | 5.5 | 6.5 | 13.0 | 23.4 |
| % da pop.que trabalha em | | | | | | | | | | | | |
| >50% do tempo na expl. | 59.2 | 54.5 | 52.1 | 70.0 | 52.5 | 70.5 | 61.5 | 54.5 | 57.1 | 61.9 | 45.9 | 65.6 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 2 : Fafe : População Agrícola Familiar Residindo na Exploração, por Classes de Dimensão (1979)

| | 0 a <2ha | 2 a <5 ha | 5 a <10 ha | > 10 ha |
|---|---|---|---|---|
| Pop.trabalhando na expl. | | | | |
| em % da pop. residente | 64% | 69% | 69% | 67% |
| | | | | |
| Pop.trabalhando na expl. | | | | |
| por ha de área agrícola | 4.38 | 1.73 | 1.08 | 0.69 |
| | | | | |
| Média por exploração | | | | |
| da população residente | 4.09 | 4.8 | 5.1 | 5.2 |
| da popul. trabalhadora | 2.64 | 3.33 | 3.5 | 3.5 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 3 : Fafe : Área Total, Área Florestal e Área Agrícola, por Classes de Dimensão (1979)

| | 0 a <2ha | 2 a <5ha | 5 a<10ha | >10ha |
|---|---|---|---|---|
| Área total | 2991 | 3578 | 1912 | 1809 |
| área agrícola | 1776 | 1929 | 824 | 451 |
| em % da área total | 60% | 54% | 43% | 25% |
| área florestal | 564 | 1173 | 886 | 1163 |
| em % da área total | 19% | 33% | 46% | 64% |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 4 : Fafe : Parcelamento, por Classes de Dimensão (1979)

| | 0 a <2 ha | 2 a <5 ha | 5 a<10ha | >10 ha |
|---|---|---|---|---|
| nº blocos/exploração | 3.58 | 7.14 | 10.9 | 17.3 |
| área média/bloco (ha) | 0.28 | 0.50 | 0.69 | 1.19 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 5 : Distrito de Braga : População Agrícola Familiar com Actividade na Exploração em mais de 50% do seu Tempo, por Classes de Dimensão (1979)

| | 0 a <2 ha | 2 a <5 ha | 5 a<10ha | >10 ha |
|---|---|---|---|---|
| Pop. trabalhando a mais | | | | |
| de 50% | | | | |
| total | 58557 | 25776 | 9317 | 3129 |
| por ha de área agrícola | 2.65 | 1.15 | 0.72 | 0.29 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 6 : Idem, Ibidem, Muito Pequenas Explorações

| | 0 a < 0.5 ha | 0.5 a <1ha | 1 a < 2 ha |
|---|---|---|---|
| Pop. trabalhando >50% | | | |
| total | 16025 | 20880 | 21652 |
| por ha de área agrícola | 5.13 | 2.78 | 1.89 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 7 : Fafe : Unidades de Trabalho Agrícola (*), por Classes de Dimensão e por Superfície Agrícola (1979)

| | 0 a <2 ha | 2 a <5 ha | 5 a<10ha | >10 ha |
|---|---|---|---|---|
| Unidades de trabalho agrícola | 3996 | 2056 | 572 | 233 |
| u.trab.agríc/área agrária | 2.25 | 1.06 | 0.70 | 0.52 |

Fonte : INIA (1988) e INE (1979)

(*) De mão de obra familiar e permanente, tendo em conta os tempos de actividade na exploração (1 unidade = 8 horas)

QUADRO 8 : Fafe : Idem, Ibidem, Muito Pequenas Explorações

| | 0 a < 0.5 ha | 0.5 a <1ha | 1 a < 2 ha |
|---|---|---|---|
| Unidades de trabalho agrícola | 948 | 1322 | 1726 |
| unid.trab.agr./área agr. | 4.64 | 2.49 | 1.65 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 9 : Entre Douro e Minho : Valores Aproximados de Uso de Tracção e de Mão de Obra, por Actividade

| | horas/hectare/ano | | |
|---|---|---|---|
| Actividade | m.obra:1 | tracção:2 | 1/2 |
| Milho x Feijão | 500 | 30 | 16.7 |
| Milho Grão | 350 | 30 | 11.7 |
| Milho Silagem | 175 | 35 | 5.0 |
| Ferrã Regadio | 60 | 32 | 1.9 |
| Prado | 9 | 9 | 1.0 |
| Vinha Ramada Alta | 700 | 25 | 28.0 |
| Citrinos | 600 | 50 | 12.0 |
| Pereiras/Macieir./Pesseg | 800 | 80 | 10.0 |
| Horticultura de Ar Livre | 2300 | 70 | 32.9 |
| Batata | 385 | 45 | 8.6 |

Fonte: Ver nota (8)

QUADRO 10 : Fafe : Ocupação do Solo, por Classes de Área (1979)

| Área ocupada por: (% da área agrícola) | 0 a < 2ha | 2 a 5<ha | 5 a.< 10 ha | > 10 ha |
|---|---|---|---|---|
| Milho x Feijão | 55.0% | 64.0% | 59.0% | 43.0% |
| Milho Grão | 0.3% | 0.6% | 1.3% | 0.7% |
| Milho Silagem | 0.4% | 0.6% | 0.4% | 9.7% |
| Hortícolas Ar Livre | 10.7% | 1.8% | 1.3% | 1.1% |
| Batata | 14.4% | 9.0% | 8.0% | 7.0% |
| Cult.Forrageiras An. | 71.0% | 75.0% | 69.0% | 69.0% |
| Vinha | 14.4% | 11.0% | 10.0% | 12.0% |
| Prados Permanentes | 2.0% | 3.8% | 5.0% | 6.7% |
| Pomar | 0.8% | 0.5% | 0.5% | 1.7% |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 11 : Fafe : População Agrícola Familiar e Actividade na Exploração (1979)

| População | sem activ. | < 25 % | 25%a 75% | 50%a 75% | 75%a 100 % | Temp Comp |
|---|---|---|---|---|---|---|
| em % da população total | 24.4 | 15. | 14.2 | 12.3 | 18.3 | 15.8 |
| em % da população com | | | | | | |
| actividade na exploração | | 19.8 | 18.7 | 16.3 | 24.2 | 21.0 |
| dos quais | | | | | | |
| homens | | 23.9 | 21.2 | 12.7 | 8.9 | 33.2 |
| mulheres | | 16.2 | 16.5 | 19.5 | 38.0 | 9.8 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 12 : Fafe : Alguns Dados Técnicos sobre Explorações (1979)

| % de explorações com: | 0 a < 2ha | 2 a 5<ha | 5 a<10ha | > 10 ha |
|---|---|---|---|---|
| instalação vinificação | 46.7 | 64.8 | 75.5 | 70.5 |
| veículos ligeiros/pesados | 0.5 | 1.2 | 2.0 | 1.1 |
| tractor | 1.2 | 3.1 | 6.3 | 17.0 |
| uso de tractor(próprio | | | | |
| ou alugado) | 53.3 | 76.5 | 79.4 | 78.4 |
| utilização de: | | | | |
| sementes seleccionadas | 13.7 | 23.8 | 32.4 | 31.8 |
| adubos | 93.7 | 90.4 | 92.9 | 90.9 |
| correctivos calcários | 0.1 | 1.6 | 0.0 | 3.4 |
| herbicidas | 0.2 | 0.5 | 0.0 | 5.7 |
| fungicidas, insecticidas | | | | |
| e acaricidas | 83.5 | 86.1 | 88.9 | 86.3 |

Fonte : INIA (1988)

QUADRO 13 : Fafe : Crédito e Contabilidade das Explorações (1979)

| % de explorações que: | 0 a < 2ha | 2 a 5<ha | 5 a<10ha | > 10 ha |
|---|---|---|---|---|
| recorreram ao crédito | 7.8 | 12.6 | 18.9 | 15.9 |
| das quais | | | | |
| CCAM's,Bancos,Estado | 0.7 | 0.3 | 3.9 | 10.2 |
| particulares | 7.0 | 11.9 | 14.6 | 5.7 |
| aplicaram crédito em: | | | | |
| despesas correntes | 1.1 | 1.6 | 1.6 | 2.3 |
| aquisição de máquinas | 0.3 | 1.1 | 3.2 | 4.5 |
| aquisição de animais | 1.3 | 5.5 | 7.9 | 5.7 |
| aquisição de terras | 2.1 | 2.5 | 5.9 | 3.4 |
| c/contabilidade | 0.1 | 0.3 | 0.8 | 2.3 |
| c/registo rec.despesas | 0.3 | 0.7 | 1.9 | 8.0 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 14 : Fafe : Horas de Utilização de Tractor (1979)

| | 0 a < 2ha | 2 a 5<ha | 5 a<10ha | > 10 ha |
|---|---|---|---|---|
| horas de aluguer de tractor/área agr.das explo.que alugam (1) | 9.96 | 4.65 | 4.14 | 5.08 |
| horas totais tractor/área agr.total (2) | 6.63 | 4.5 | 4.2 | 5.3 |

Fonte : INE (1979) e INIA (1988)

(1) Área agrícola das explorações sem tractor = Área agrícola média da classe x nº de explorações sem tractor

(2) Horas totais de tractor, alugado ou próprio. Estas horas foram calculadas multiplicando, sucessivamente, a percentagem de explorações com determinada cultura, as horas de tracção por cultura (quadro 5), a área média ocupada por cada cultura, e o nº de explorações que utilizam tractor, em cada classe, após o que se somaram os resultados de todas as culturas. Trata-se de um cálculo muito aproximado.

QUADRO 15 : Fafe : Percentagem da População Agrícola Familiar Trabalhando fora da Exploração, por Sector de Actividade (1979)

| | TOTAL | HOMENS | MULHERES |
|---|---|---|---|
| Agricultura,Silvicultura. e Caça | 7.7 | 8.7 | 6.1 |
| Indústria | 24.7 | 19.6 | 33.4 |
| Construção e Obras Públicas | 18.1 | 28.1 | 0.7 |
| Comércio, Hotelaria, etc. | 6.2 | 6.8 | 5.1 |
| Outras Activid. Remuneradas | 43.3 | 36.9 | 54.6 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 16 : Fafe : Actividade na Exploração da População Agrícola com Actividade no Exterior, por Tipo de Actividade (1979)

| Tempo de Actividade na Exploração | % Correspondente a cada tempo de Actividade .da População. que trabalha em: | | |
|---|---|---|---|
| | Indústria | Construção | Outras Activ. |
| Sem Actividade | 27.8 | 23.7 | 25.7 |
| 0 a < 25% | 32.9 | 41.8 | 25.7 |
| 25 a < 50% | 22.5 | 24.3 | 21.1 |
| 50 a < 75% | 13.9 | 8.9 | 13.4 |
| 75 a < 100% | 1.8 | 0.8 | 11.4 |
| Tempo Completo | 1.1 | 0.4 | 8.0 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 17 : Fafe : Distribuição por Actividades no Exterior do Chefe de Exploração e dos Restantes Elementos do Agregado Familiar (1979)

| Actividades | % em cada Actividade de : | |
|---|---|---|
| | Chefe Exploraç. | Restantes Elem. |
| Agricultura, Silvicultura, Caça | 10.3 | 6.3 |
| Indústria | 14.6 | 30.3 |
| Construção | 12.3 | 21.3 |
| Comércio, Hotelaria, etc | 6.4 | 6.0 |
| Outras Activid. Remuneradas | 56.2 | 36.1 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 18 : Distrito de Braga : População Agrícola Familiar que Trabalha fora da Exploração, por Classes de Dimensão (1979)

| | População que Trabalha Fora : | |
|---|---|---|
| Classes de Dimensão | em % pop.c/activ.na exp | em % pop.em idade trab |
| 0 a < 0.5 ha | 55.9 | 49.8 |
| 0.5 a < 1 ha | 43.3 | 40.4 |
| 1 a < 2 ha | 34.0 | 32.8 |
| 2 a < 5 ha | 27.1 | 26.6 |
| 5 a < 10 ha | 23.0 | 22.7 |
| > 10 ha | 24.0 | 21.3 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 19 : Distrito de Braga : Tempos de Actividade na Exploração da População Agrícola Familiar que Trabalha dentro e fora da Exploração, por Classes de Dimensão (1979 )

| | % da População com Activ. na Exploração de : | | |
|---|---|---|---|
| Classes de Dimensão | menos de 50% | 50% a <100% | 100% |
| 0 a < 0.5 ha | 81.1 | 17.3 | 1.6 |
| 0.5 a < 1 ha | 78.2 | 20.3 | 1.5 |
| 1 a < 2 ha | 74.7 | 23.0 | 1.3 |
| 2 a < 5 ha | 75.2 | 22.5 | 2.2 |
| 5 a < 10 ha | 74.9 | 21.9 | 3.2 |
| > 10 ha | 74.5 | 21.5 | 4.0 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 20 : Fafe : % de Explorações por Origem do Rendimento (1979)

| | % de Expl. com Rendimento Proveniente : | | |
|---|---|---|---|
| Classes de Dimensão | Exclus.da expl. | >50% da expl. | <50% da expl. |
| 0 a < 0.5 ha | 3.4 | 11.9 | 84.7 |
| 0.5 a < 1 ha | 8.6 | 28.6 | 62.8 |
| 1 a < 2 ha | 16.1 | 42.0 | 41.9 |
| 2 a < 5 ha | 17.8 | 47.9 | 34.3 |
| 5 a < 10 ha | 17.4 | 54.1 | 28.5 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 21 : Fafe : Formas de Exploração ; Distribuição Percentual por Classes de Dimensão (1979)

| | Total | 0 a < 2 | 2 a < 5 | 5 a <10 | > 10 |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. Conta Própria | | | | | |
| % de explorações | 62.7 | 64.0 | 56.9 | 66.0 | 72.7 |
| % de área | 64.5 | 60.5 | 60.0 | 66.7 | |
| área média (ha) | 2.46 | 0.96 | 3.77 | 7.73 | 21.7 |
| 2. Arrendamento | | | | | |
| % de explorações | 25.8 | 24.5 | 32.0 | 22.1 | 9.0 |
| % de área | 22.5 | 25.6 | 28.8 | 21.0 | 6.1 |
| área média (ha) | 2.09 | 1.06 | 3.23 | 7.16 | 13.9 |
| 3 Mistas | | | | | |
| % de explorações | 11.5 | 11.4 | 11.1 | 11.9 | 18.2 |
| % de área | 13.1 | 13.9 | 11.2 | 11.4 | 17.2 |
| área média (ha) | 2.72 | 1.22 | 3.62 | 7.3 | 19.4 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 22 : Fafe : Tipos de Agricultores, Formas de Exploração e Origem do Rendimento, por Classes de Dimensão (1979)

| | Total | 0 a <2 | 2 a <5 | 5a<10 | > 10 |
|---|---|---|---|---|---|
| PATRONAIS | 275 | 131 | 97 | 31 | 16 |
| Conta Própria, Mistas | 274 | 130 | 97 | 31 | 16 |
| Arrendamento | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| FAMILIARES | 4013 | 2818 | 903 | 222 | 70 |
| Conta Própria, Mistas | 2922 | 2110 | 584 | 166 | 62 |
| Arrendamento | 1091 | 708 | 319 | 56 | 8 |
| Familiares Perfeitas (1) | 515 | 279 | 178 | 44 | 14 |
| Familiares Semi-Perfeit. (2) | 1463 | 811 | 474 | 135 | 43 |
| Familiares Imperfeitas (3) | 2035 | 1728 | 251 | 43 | 13 |

(1)Familiares Perfeitas : o rendimento provem exclusivamente da exploração.

(2)Familiares Semi-Perfeitas : o rendimento da exploração representa entre 50% e 100% do total.

(3)Familiares Imperfeitas : o rendimento da exploração representa menos de 50% do total.

Fonte : INE (1979)

## 4.6. Tipologias Propostas e População Agrícola do Concelho de Fafe

A tentativa de quantificar, para o concelho de Fafe, as diversas situações resultantes das tipologias atrás esboçadas sofre de limitações de vária ordem, fundamentalmente no que respeita à disponibilidade de dados estatísticos adequados.

Torna-se impossível, com base no material estatístico existente, detectar os emigrantes regressados e os retornados das ex-colónias que ingressaram na actividade agrícola. Apenas se conhecem os números relativos a estas populações, e não as profissões em que se estabeleceram.

No concelho de Fafe existiam, em 1979, 304 chefes de exploração com menos de 35 anos, e 753 com menos de 45 anos. Ou seja, contavam-se 304 jovens (7.1 %) do total, limitando este grupo a idades inferiores a 35 anos.

Como era de esperar, os produtores individuais (os decisores) apresentavam uma estrutura etária envelhecida, o que torna a situação dos

idosos / tradicionais muito mais frequente que a dos jovens chefes de exploração.

Não constituindo excepção ao que é habitual na região e no país, os produtores individuais em Fafe revelam fraquissimos níveis de instrução, o que, como sugeri, se encontra ligado a baixos níveis de PR.

A aproximação estabelecida no quadro 4.2 , no sentido de encontrar valores numéricos para os jovens trabalhadores familiares, é obviamente grosseira, já que nas explorações podem trabalhar outros familiares não jovens (pais idosos, irmãos, irmãs, etc.). No entanto, com estas limitações, chega-se a um número aproximado de 4181 jovens que trabalham nas explorações.

QUADRO 4.1 : Fafe : Idade do Produtor Individual (1979)

| Menos de 35 anos | De 35 a 45 anos | De 45 a 54 anos | Mais de 54 anos |
|---|---|---|---|
| 304 | 753 | 2077 | 3234 |

Fonte : INE (1979)

QUADRO 4.2 : Fafe : Distribuição Etária da População Jovem Trabalhando na Exploração (1979)

| | 12 a 19 anos | 20 a 24 anos | 25 a 34 anos | 12 a 34 anos |
|---|---|---|---|---|
| Total | 2964 | 941 | 884 | 4789 |
| Excluindo o Produtor | 2964 | 941 | 580 | 4485 |
| Exc.Produt. e Mulher(1) | 2964 | 941 | 276 | 4181 |

Fonte : INE (1979)

(1) Pressupõe-se, embora com óbvia margem de erro, que tanto o chefe de exploração como a mulher têm idades superiores a 24 anos.

No quadro 4.3, tentei averiguar dos níveis de instrução destes jovens. O resultado é que, embora tais níveis sejam ainda extremamente deficientes, os jovens possuem habilitações bem superiores às de seus pais, sendo que a maioria (70%) sabe ler e escrever ou possui o ensino básico elementar.

QUADRO 4.3 : Fafe : Nível de Instrução do Produtor e do Restante Agregado Familiar (1979)

| | Produtor | Outros(1) | Outros(2) |
|---|---|---|---|
| Não sabendo ler nem escrever | 1601 | 2543 | 942 |
| Sabendo ler e escrever, s/ grau de instrução | 1538 | 3547 | 2009 |
| Ensino Básico | 1022 | 4380 | 3358 |
| Ensino Preparatório | 50 | 1042 | 992 |
| Ensino Secundário e Médio | 46 | 431 | 385 |
| Ensino Superior | 33 | 55 | 22 |

Fonte : INE (1979)

(1) Excluindo o produtor

(2) Excluindo o Produtor e a Mulher, pressupondo que os dois possuem as mesmas habilitações.

Mais do que na idade dos chefes de exploração, é no nível de instrução dos jovens trabalhadores familiares que os últimos anos certamente trouxeram modificações.

Será de esperar que, actualmente, estas populações se situem nos níveis do ensino básico e preparatório, na sua maioria.

Defeituoso é, ainda, o cálculo dos produtores e dos elementos do agregado familiar que exercem actividades fora da exploração (13).

QUADRO 4.4 : Fafe : Pluriactividade (1979)

| | Produtor | Outros(1) | Outros(2) |
|---|---|---|---|
| Tempo completo, >50% na expl. ou s/activid. no exterior | 3072 | 6946 | 3874 |
| >50% na expl., c/actividade no exterior | 826 | 1474 | 648 |

Fonte : INE (1979)

(1) Excluindo o Produtor

(2) Excluindo o Produtor e a Mulher

Por todas estas razões, a quantificação da tipologia apresentada a seguir deve ser lida com cuidado, tendo em conta as referidas limitações, e considerando os números como aproximativos :

Chefes de Exploração

| | |
|---|---|
| Jovens | 304 |
| Não Jovens | 3987 |
| Trabalhando apenas na Exploração | 3072 |
| Pluriactivos | 826 |

Jovens Trabalhadores Familiares

| | |
|---|---|
| Pluriactivos | 599 |
| Não Pluriactivos | 3582 |

Note-se, finalmente, que o critério que classifica como "não pluriactivo" todo o agricultor que trabalha mais de 50% do seu tempo na exploração é de certo modo forçado e estabelecido apenas para as finalidades desta classificação.

De facto, a pluriactividade aqui tem implicações na maior propensão a PR, devido à aprendizagem social no exterior, e na reconversão cultural, técnica e mesmo funcional da exploração. Ora, estes factores apenas se tornam relevantes a partir de um certo nível de pluriactividade. Daí que se tenha convencionado que os agricultores que trabalham menos de 50% do seu tempo na exploração e exercem actividade no exterior representam os "pluriactivos" no sentido atrás indicado.

A pesquisa empírica e a sua análise através de métodos estatísticos apropriados permitirão colocar de modo mais adequado a influência da pluriactividade no comportamento dos agricultores.

NOTAS :

(1) Quando não são citadas outras fontes, os dados são provenientes de INE (1960; 1970; 1979; 1981)

(2) Este crescimento correspondeu a 3343 pessoas, sendo 1989 aquelas que se fixaram em Fafe até 1981, vindas do estrangeiro ou das ex-colónias.

(3) Em 1981, 1 indivíduo ocupava-se da Pesca e 19 da Indústria Extractiva. Daí que o sector primário se resuma, no essencial, à agricultura.

(4) Considerou-se a população das explorações entre os 15 e os 69 anos.

(5) Excluindo a freguesia de Fafe, que integra a sede do concelho, e através de um cálculo aproximativo, chega-se a um valor de 84.8% para a mesma relação.

(6) "Médias" e "grandes" em relação à média da região.

(7) Incluindo, no investimento, a utilização de capital alugado, como é prática na zona.

(8) Estas informações foram-me fornecidas por técnicos que trabalham na região, não constando de qualquer publicação.

(9) Além de uma menor intensidade em trabalho, esta opção pode representar uma substituição de sistemas antigos por outros mais rentáveis.

(10) Torna-se difícil saber exactamente em que consistem estas actividades. É, no entanto, de presumir que sejam mais ocasionais e/ou mais libertadoras de tempo.

(11) Com efeito, é comum, no Entre Douro e Minho, que o chefe de exploração aí conserve um filho (geralmente, o mais novo, ou o menos "inteligente") destinando aos outros a actividades no exterior, complementadas com o trabalho, a tempo parcial, na exploração.

(12) Trata-se, segundo indicam algumas evidências, de explorações pertencentes a activos em outros sectores, como alguns pequenos empresários, que utilizam trabalho assalariado na exploração. É natural que tanto o tempo dispendido com outras actividades como o estatuto social aí adquirido sejam incompatíveis com o trabalho na agricultura.

(13) Aliás, estas aproximações levam a discrepâncias numéricas. Por exemplo, note-se a não coincidência do número de jovens trabalhadores familiares, nos quadros 4.2 e 4.4.

# CAPÍTULO CINCO

## 5. Síntese das Perspectivas Teóricas e Orientação da Pesquisa Empírica

### 5.1. As Relações em Causa

De acordo com as conclusões que se podem retirar do capítulo dois, no sector agrário no actual noroeste português estão presentes vários tipos de relações entre estrutura, comportamento e performance. Importa, então, concretizar tais relações, identificar as variáveis incluídas em cada uma delas, seleccionar aquelas que se mostram mais relevantes para este trabalho, e encontrar as especificações necessárias à orientação da pesquisa empírica (1).

Recorde-se que, segundo o que foi concluído na altura, a estrutura do sector possui, entre outras, as seguintes características fundamentais : (i) elevada instabilidade ao nível da alteração das condições de mercado, (ii) constante mutação, no sentido de uma influência crescente da tecnologia moderna, do mercado e de ideias provenientes do meio urbano (iii) efeitos diferenciados, segundo os agentes, de tal influência, de modo a determinar graus de racionalidade e níveis de aspirações diferenciados, o que, em si, constitui uma característica estrutural do sector, e (iv) carácter familiar da actividade produtiva e do consumo.

Tendo em conta esta estrutura, a concretização acima proposta será feita de acordo com cada uma das tipologias avançadas.

## 5.2. Tipologia de Comportamento de Chefia de Exploração

A terceira característica estrutural apontada foi objecto de reflexão priveligiada ao longo deste trabalho, tendo-se concluido por várias situações possíveis ao nível da racionalidade e das aspirações : jovens, idosos/ tradicionais, emigrantes regressados, pluriactivos, retornados das ex-colónias e, embora podendo estar também incluídos nas situações anteriores, rendeiros. Estas situações são detectáveis através das seguintes variáveis estruturais : E1-idade ; E2-existência, tempo e tipo de ocupação em outras actividades, sem alteração de residência; E3-situação perante a propriedade da exploração ; E4-experiência de vida no estrangeiro, ou em outras regiões do país ; E5-contactos com o exterior ; E6-sucessão na chefia (voluntária ou involuntária).

As situações acima definidas correspondem diferentes graus de PR e de níveis de aspirações. Porque menos directamente observáveis, estas variáveis terão de ser detectadas através das suas concretizações.

As concretizações de PR serão constituídas pelas variáveis : PR1-grau de conhecimento das condições de mercado ; PR2-grau de "actuação" no mercado físico a montante e a jusante (deslocações, esforços no sentido de comprar e vender melhor) ; PR3-posição e conhecimentos face às técnicas modernas ; PR4-esforços realizados no sentido de obtenção de informação

técnica ; PR5-registo de receitas e despesas e / ou conhecimento de custos e proveitos.

Relativamente aos níveis de aspirações, serão retidas variáveis quanto aos níveis existentes, e às expectativas de concretização destes últimos. Assim, estes dois aspectos serão incluídos no inquérito, registando-se, em cada variável, a disposição actual de um bem ou serviço, e as perspectivas de concretização do seu desejo no próximo ano. As variáveis referem-se a bens ou serviços, sendo incidentes sobre : NA1-condições de equipamento da habitação: electricidade, saneamento, abastecimento de água, no que dependa da vontade do inquirido, instalações sanitárias, etc.; NA2-existência na habitação de electrodomésticos, aparelhos de televisão e de rádio, e outros ; NA3-meios de transporte próprios ; NA4-férias e tempos livres (existência e ocupação).

São estas as variáveis de estrutura seleccionadas, devendo a pesquisa testar, obviamente que no seu campo de aplicação, a relação existente entre as situações pré-definidas e detectáveis através das variáveis "E" e os níveis de PR e de NA.

Por outro lado, as mesmas situações deverão ser confrontadas com as variáveis de comportamento e de performance. Será de esperar que se verifiquem as seguintes relações :

1- os jovens e aqueles que detenham mais anos de escolaridade (aspectos que geralmente estão relacionados) têm mais tendência à modernização, incluindo a reconversão técnica e cultural, sendo as suas explorações mais adequadas às condições de mercado. A sucessão

voluntária na exploração é um factor importante para a verificação destas condições.

2- os pluriactivos prosseguem estratégias diversificadas, tendo também tendência à reconversão técnica e cultural (no sentido de poupar trabalho), podendo estar aí incluído o arrendamento parcial de terras.

3- os emigrantes regressados e os retornados das ex-colónias terão igualmente comportamentos diversos, sendo provável observar, quanto aos primeiros, uma função marginal da exploração e casos frequentes de modernismo simbólico.

4- os agricultores mais idosos terão tendência a utilizar técnicas e ocupações culturais tradicionais, sendo as suas explorações cada vez mais desfasadas das condições de mercado.

A justificação destas relações tem vindo a ser exposta ao longo deste trabalho.

Quanto às variáveis de comportamento, elas deverão situar-se ao nível dos ajustamentos às alterações de condições técnicas, de mercado, e de objectivo da exploração (estas mesmas dependentes de mudanças de índole sócio-profissional). Deste modo, definem-se as variáveis : C1-nível ou grau de reconversão técnica; C3-idem, quanto à reconversão cultural (2) ; C2- introdução de novas culturas; C4-recurso ao crédito e/ou a subsídios ao investimento (3); C5-estrutura do consumo alimentar (produtos da exploração ou adquiridos).

Finalmente, os níveis de performance atingidos deverão depender dos comportamentos. Torna-se difícil avaliar a produtividade ou a rentabilidade

da exploração, não se dispondo, na maioria dos casos, de registos de receitas e de despesas. A avaliação poderia ser feita por inquérito directo, de onde resultaria uma aproximação muito grosseira de variáveis como a produção por hectare, e o rendimento líquido por trabalhador efectivamente empregado na actividade da exploração.

No entanto, tanto as dificuldade de obter aproximações razoáveis dos valores destas variáveis, como o facto de ser mais óbvia e geralmente aceitável a relação entre comportamento e performance, justificam que a análise desta relação não seja privilegiada no trabalho.

O conjunto das determinações esperadas pode-se sintetizar da seguinte forma :

- E1, E2, E3, E4, E5 e, eventualmente, E6 permitem, de imediato, incluir cada indivíduo em classes (estatísticas), perfeitamente disjuntas, e que correspondem inequivocamente às situações definidas.

- A cada indivíduo será, por outro lado, associado um valor de PR e de NA. A correspondência entre estes valores e os diversos indivíduos fornecerá conclusões quanto à relação entre a situação ou classe e os graus de PR e de NA.

- Em seguida, testar-se-á a relação entre as variáveis de comportamento, uma a uma, e os graus de PR e de NA.

No Anexo 1 são apresentadas as variáveis e os respectivos indicadores.

## 5.3. Tipologia Sócio-Familiar e Níveis de Eficiência

O estabelecimento desta tipologia resultará do cruzamento de três espécies de condicionantes : as relações familiares, o interesse do jovem pela actividade agrícola e o seu esforço dirigido.

Quanto às relações familiares, pretende-se averiguar de situações de autoritarismo e de liberalidade. Tais situações poderão ser detectadas, na pesquisa empírica, através de variáveis como : F1-vigilância do tempo de trabalho por parte do pai ; F2-grau de correspondência entre a "remuneração" atribuída ao filho e as pretensões deste ; F3-existência e dimensão de punições ; F4-imposição de restrições ao trabalho na exploração (pré-determinação de horários e de actividades) ; F5-aceitação ou rejeição de ideias ou sugestões do filho.

O interesse do jovem na actividade será detectado na pesquisa com duas variáveis, I1-gosto pela actividade e I2-aspirações profissionais.

O esforço dirigido constará da escolha do conjunto CRTQ, avaliado através das respectivas variáveis : D1-prática de actividades complementares ; D2- ritmo ; D3-tempo de trabalho (afastamento em relação ao tempo imposto ou sugerido) ; D4- qualidade pretendida. Evidentemente que as questões tendentes ao esclarecimento sobre estas variáveis serão colocadas ao jovem trabalhador.

Os indicadores respeitantes a cada variável, assim como a respectiva valoração, constam do Anexo 1.

NOTAS :

(1) Como bibliografia de apoio a esta tarefa foram consultados : Ferreira de Almeida e Madureira Pinto (1980) e Pires de Lima (1973).

(2) Numa região de policultura como o Entre Douro e Minho, a modernização processa-se também (e até mais provavelmente) através da extensão das áreas de algumas culturas ou do número de alguns efectivos (incluindo a modernização técnica) do que via novas actividades.

(3) Optou-se pela candidatura e não pelo volume de investimento, uma vez que um maior volume nem sempre traduz uma modernização adequada, como foi sugerido no capítulo 2. Por outro lado, o "ser moderno" está mais ligado ao facto de o agricultor se candidatar ou não, do que ao montante de investimento.

# CAPÍTULO SEIS

## 6. Resultados da Pesquisa Empírica

### 6.1. Comentários Prévios

#### 6.1.1. A População Abrangida

A pesquisa empírica teve lugar na freguesia de Fornelos, concelho de Fafe. Foram aí realizados 40 inquéritos a chefes de exploração, e 20 entrevistas que incluiram o chefe de exploração e um filho trabalhando na agricultura.

Sendo a pesquisa realizada de forma aleatória (quer dizer, não se tendo *a priori* efectuado qualquer restrição a não ser a dos limites da freguesia), parece oportuno tecer alguns comentários, prévios à análise estatística, sobre a população inquirida (1).

Assim, e como era de esperar, a população é predominantemente idosa. Dos 40 chefes de exploração inquiridos, 20% têm menos de 40 anos, 45% entre 40 e 59 anos, e 35% 60 anos ou mais.

Relativamente ao grau de instrução dos chefes de exploração, a amostra inquirida revela que 25% são analfabetos, 22.5% sabem ler e escrever, sem grau de instrução, 45% possuem o diploma do ensino básico,

e os restantes 7.5% o ensino preparatório. Estes resultados sugerem uma sensível diferença em relação àqueles obtidos há cerca de onze anos para o conjunto do concelho de Fafe (INE, 1979), já comentados em capítulo anterior, e em que as mesmas percentagens atingiam, respectivamente, 37.3%, 35.8%, 23.8% e 1.2%. Note-se que os números inicialmente indicados se referem a uma amostra, que foi recolhida (aliás, propositadamente, como já se justificou) numa freguesia não muito distante da sede do concelho, podendo acontecer que em freguesias nestas condições o grau de instrução seja mais elevado. Mesmo assim, a evolução do alcance da escolaridade nos meios rurais, comentada no capítulo primeiro, fornece uma justificação para os resultados desta pesquisa.

No que respeita à prática de outras actividades económicas, se as famílias pluriactivas representam cerca de 50% desta amostra, a percentagem de chefes de exploração que se dedicam também a outras actividades atinge somente 20%.

Na maior parte dos casos de pluriactividade, então, os chefes de exploração e as esposas trabalham apenas na agricultura, enquanto que são os filhos que exercem duas profissões. É quase regra que as filhas trabalham na indústria textil, e os filhos na construção civil ou indústria de madeiras (serrações). Na maioria dos casos, os filhos entregam uma parte ou a totalidade dos seus salários aos pais.

É importante realçar que os chefes de exploração pluriactivos são bastante mais novos, não ultrapassando os 53 anos. Talvez que este venha a ser o modelo familiar de distribuição de actividades para as próximas

gerações, enquanto que, actualmente, os pais permanecem, na sua maioria, apenas na exploração, sendo os filhos quem trabalha fora dela.

No sentido de investigar esta hipótese, foram analisadas as perspectivas de sucessão na exploração. Retirando da amostra as famílias sem filhos ou com todos os filhos menores de 10 anos, e os indivíduos isolados (grupo que corresponde a 35% do total), e observando o grupo restante, em relação ao qual a sucessão se pode perspectivar, conclui-se que:

- 57.7% têm todos os filhos ocupados na agricultura e em outras profissões (pluriactivos).

- 15.4% têm pelo menos um filho agricultor.

- 3.9% têm filhos estudantes e agricultores.

- 11.5% têm filhos apenas estudantes.

- 11.5% têm filhos estudantes e pluriactivos.

Sendo assim, é provável que na próxima geração a chefia venha a ser assumida por pluriactivos pelo menos em 69.2% dos casos, englobando as situações de filhos estudantes e pluriactivos, ou apenas pluriactivos. De acordo com a observação desta amostra, a pluriactividade terá tendência a aumentar substancialmente, tornando-se muito reduzido o número de chefes de exploração exclusivamente agricultores. Isto, claro, se se mantiverem as oportunidades de emprego local em outros sectores.

Estas perspectivas permitem colocar em termos diferentes, e quanto ao Entre Douro e Minho, alguns dos importantes problemas que a pequena

agricultura portuguesa actualmente encara. Nomeadamente, fala-se da necessidade de deslocar para outros sectores a mão de obra agrícola empregue em explorações inviáveis num futuro próximo (Avillez, 1987). A progressão do número de explorações pluriactivas, e as expectativas em relação à sua performance (que serão adiante analisadas) mostram que tal deslocação nem sempre será completa. O que se reflecte, ainda, na possibilidade de a futura pluriactividade vir a viabilizar explorações actualmente não rentáveis, tanto pela via da sua modernização, como através da disposição de rendimentos suplementares.

Voltando à amostra inquirida, nota-se que os chefes de exploração pluriactivos apresentam profissões como operários texteis ou de serração, comerciantes ou serventes.

Mesmo alcançando os 47.5%, as famílias pluriactivas não terão talvez a importância numérica que delas se esperaria, atendendo a que se trata de uma freguesia bastante próxima da cidade e, portanto, da zona industrial. Note-se que, de acordo com a amostra inquirida, 52.5% das famílias agrícolas desta área dependem exclusivamente da agricultura.

Quanto às outras situações seleccionadas em capítulos anteriores, foram incluídos na pesquisa três emigrantes regressados e fixados na agricultura, não tendo a amostra abrangido nenhum retornado das ex - colónias, situação que é relativamente rara neste concelho. Recorde-se que, como foi assinalado no capítulo quarto, encontravam-se fixados em Fafe, em 1981, 652 indivíduos retornados das ex-colónias, o que correspondia a 1.4% da população residente.

Por outro lado, e contrariamente ao que se esperava, o número de rendeiros que a pesquisa abrangeu (e que foi de dois) torna-se muito insuficiente para destacar este grupo. As duas situações de arrendamento não envolvem, no entanto diferenças notórias em relação ao resto da amostra. Trata-se, também, de casos opostos, não permitindo colocar qualquer qualquer hipótese de homogeneização no (pequeno) grupo. Num dos casos, foi inquirido um rendeiro jovem, que se ocupa de uma exploração modernizada, atingindo níveis elevados em PR e C1. O outro caso refere-se a um rendeiro idoso, tradicional, que atinge valores baixos nas duas variáveis mencionadas.

Dentro das três situações de emigrantes regressados, todos provenientes de França, dois trabalhavam aí na agricultura, e um na construção civil. Um deles adquiriu a exploração quando da fixação em Portugal, enquanto que os outros já a possuíam.

Em contraste com os restantes filhos de agricultores, os filhos destes emigrantes exercem já profissões como empregados comerciais, ou prolongam os seus estudos até idades como os 16 anos.

Cerca de dois terços (67.5%) da população entrevistada declara ter sucedido na exploração voluntariamente, desejando a profissão de agricultor. Dos restantes, 15% tornaram-se agricultores porque não "sabiam" outra profissão, ou porque não existiam outras oportunidades de emprego, 10% porque os pais os obrigaram, 7.5% simplesmente porque herdaram e sentiram-se na obrigação de continuar.

Note-se que apenas 7.5% dos inquiridos adquiriu a propriedade da sua exploração, o que vem confirmar o pequeno número de agricultores que ingressam na profissão por vias que não a da sucessão.

### 6.1.2. Alguns Resultados

Será interessante apresentar alguns resultados quanto a variáveis presentes no inquérito, e que não serão, ou serão de outra forma, apresentadas na análise estatística.

Uma das primeiras questões do inquérito referia-se à área da exploração. No decorrer da pesquisa, verificou-se que quase nenhum dos agricultores conhecia a área da sua exploração, nem a área de qualquer uma das parcelas. Alguns sabiam indicar a produção de cada campo, o que não é fácil converter em áreas, devido à diversidade de produtividades. Esta questão foi, assim, eliminada do questionário, tendo-se, no entanto, tido o cuidado de não inquirir explorações demasiado pequenas. O inquérito incidiu, assim, sobre explorações de áreas que se poderão situar, aproximadamente, entre 1 e 7 hectares (sendo este último número referido pelo "maior" agricultor inquirido, e o único que conhecia a dimensão da sua exploração).

Em todo o caso, ficou também eliminada a possibilidade de analisar as quantidades utilizadas de trabalho (que só têm significado quando associadas à área agrícola), e as diversidades que a este respeito foram sugeridas no capítulo quarto.

A variável C2, referente à introdução de novas actividades na agricultura do concelho, também não adquire significado na pesquisa, visto que nenhum dos agricultores inquiridos se revelou como inovador nesse sentido. Todos eles praticam uma agricultura baseada em actividades tradicionais, na maioria com diversificação da produção - milho, batata, vinho, cebola, cenoura, feijão, alguma pecuária, etc, tendo-se somente contado com um caso de especialização (em leite).

Dos 40 agricultores, apenas um não vende a produção, tendo 22 (55%) declarado adquirir mais de metade dos produtos alimentares que a família consome. Pode-se, pois, concluir que a actividade da produção não tem como objectivo o autoconsumo, mas antes a venda, mesmo permanecendo a diversificação da produção.

De acordo com o que foi sugerido em capítulos anteriores, esta diversificação pode radicar numa estratégia anti-risco, o que é confirmado por comentários de alguns agricultores inquiridos. Com efeito, estes afirmam que "têm que ter de tudo, porque quando é bom para uma coisa, não é para outra", ou que "nada é certo, e os preços estão sempre a mudar". A falta de fundos para investimento em determinadas actividades, e o desconhecimento relativamente às oportunidades de mercado podem também contribuir para a persistência das estratégias de diversificação.

Apenas 22.5% dos agricultores entrevistados recorreram a ajudas específicas para a agricultura (variável C4), e, dentro destes, nem todos as obtiveram. As candidaturas referem-se sobretudo a subsídios "para o gado" (indeminizações compensatórias). Segundo declaram, os restantes agricultores não se candidatam a ajudas porque são reformados, porque são

velhos e supõem que as ajudas se destinam apenas aos jovens, porque não as conhecem, ou simplesmente, e como afirma uma agricultora, porque "não vale a pena, já que ninguém nos iria ajudar". O desconhecimento e a falta de crédito nas instituições de apoio à agricultura, são, pois, responsáveis pelo baixo número de candidaturas. Note-se que o desconhecimento é ainda agravado pelo facto de que os agricultores que pedem ajudas escondem-no dos outros, segundo foi declarado no inquérito. Isso enquanto as relações de vizinhança constituem, como se verá adiante, um dos principais meios de propagação das inovações ou de qualquer alteração das condições em que se desenrola a actividade agrícola.

Uma das componentes da variável PR, a qual, como se verá, está relacionada com os níveis de modernização, é constituída pela frequência e distância das deslocações dos agricultores. Cerca de 75% dos agricultores entrevistados desloca-se frequentemente dentro da sua freguesia, enquanto que 17.5% o fazem raramente e 7.5% nunca o fazem. Por outro lado, 70% declaram nunca ou raramente terem saído da sua freguesia no último ano, e os restantes 30% saíram fundamentalmente para ir à cidade (geralmente, à feira ou ao médico). As deslocações são feitas de camioneta e, sobretudo, a pé.

Quando questionados sobre as suas fontes de informação, ou seja, as pessoas ou instituições a que se dirigem para averiguar àcerca dos preços dos produtos e as respectivas tendências, e dos locais onde podem vender (ou comprar) melhor, das alterações técnicas e institucionais, etc, os agricultores inquiridos mostram recorrer sobretudo às relações locais. De facto, cerca de 55% informa-se junto dos agricultores vizinhos ou dos "regatões" (compradores de cereais à porta da exploração), 25% junto dos

comerciantes da cidade (para quem vendem, sobretudo, hortícolas e carne), 20% obtêm as informações na feira, e apenas dois agricultores citam a cooperativa, e um o técnico dos serviços de apoio à agricultura.

A freguesia permanece, deste modo, o local privilegiado de contactos entre os agricultores. Dentro do concelho, destaca-se a importância dos comerciantes, e da feira, mostrando-se esta última como o único veículo que permite uma certa amplitude e, possivelmente, alguma "isenção" de informação.

Esta conclusão é confirmada com as respostas sobre as vendas dos produtos, aspecto ligado ao anterior. Assim, 85% dos inquiridos vendem parte ou a totalidade dos seus produtos à porta da exploração e dentro da freguesia (aos "moleiros regatões", aos vizinhos, aos comerciantes de carne, e outros). Apenas 40% se deslocam fora da freguesia para vender alguns dos seus produtos (24% à feira e 16% a estabelecimentos comerciais). O desenvolvimento da cidade de Fafe proporciona esta última forma de comercialização para consumo local, permitindo a manutenção de uma composição da produção tradicional, mas cujos produtos se destinam em grande medida à venda.

Finalmente, será de registar um conjunto de "reclamações" que muitos agricultores acrescentaram, por iniciativa própria, ao inquérito.

É sentida uma grande distância, mas também uma culpabilização de uma entidade a que chamam indiferentemente "Estado" ou "Governo", e que é responsabilizada por marginalizar a agricultura e os agricultores. Por exemplo, é afirmado que "o Governo devia ajudar, devia ver que a agricultura do Norte está a decair, está numa grande crise". Concretamente,

é pedida a diminuição do preço dos adubos e de outros inputs ("a reforma quase não chega para os adubos", acrescenta um agricultor).

Dois outros apelos se tornam frequentes : a ajuda técnica e uma cooperativa de máquinas. Os agricultores queixam-se de que "os técnicos têm de se pagar" e de que "é muito caro chamar alguém". Por outro lado, sugerem que "se houvesse organização, poderia haver máquinas e todos pagavam", ou que "é preciso cooperativas de máquinas, pois estão muito caras".

## 6.2. O Processo de Decisão e o Comportamento da Pequena Empresa Agrícola

### 6.2.1. Considerações Iniciais

A base teórica em que se apoia esta primeira (e principal) componente da pesquisa empírica foi convenientemente explicitada nos três capítulos iniciais. No entanto, torna-se agora necessário proceder a algumas adaptações das hipóteses aí consideradas.

Nos capítulos primeiro e segundo, a questão da pluriactividade foi tratada em termos de "explorações pluriactivas". Embora se tenha realçado adequadamente o carácter familiar da pequena empresa agrícola, aspecto essencial neste trabalho. a abordagem da pluriactividade não distinguiu convenientemente "famílias" de "chefes de exploração" pluriactivos. Ora, a

análise dos resultados da pesquisa empírica (resultados que, como mencionei acima, apontam para uma clivagem entre estes dois grupos) impõe tal diferenciação.

Mais concretamente, põe-se a questão de saber quem são os "pluriactivos": as explorações cujos chefes exercem outra profissão além da de agricultor, ou aquelas em que, indiferentemente, pais ou filhos se ocupam em duas profissões?

A resposta a esta questão exige uma observação mais atenta dos dados da amostra referentes a estes dois grupos, de modo a que se possa concluir sobre qual deles se diferencia mais (e qual se aproxima mais) dos agricultores a tempo completo.

Sendo assim, foi estudada a distribuição de todas as variáveis pertinentes (quer dizer, excluindo C2 e C4), comparando os grupos em causa, ou seja, distinguindo (i) famílias (exclusivamente) agricultoras, de famílias pluriactivas (caso em que algum membro da família, sendo ou não o chefe, trabalha na exploração e também em outras actividades), e (ii) chefes de exploração (exclusivamente) agricultores, de chefes de exploração pluriactivos.

Os resultados deste exame estão contidos no quadro que se apresenta a seguir.

QUADRO 6.1

MÉDIAS

| | PR | NA | C1 | C3 | C5 |
|---|---|---|---|---|---|
| Famílias agricultoras | 18.3 | 4.4 | 6.2 | 4 | 6 |
| Famílias pluriactivas | 20 | 4.6 | 6.5 | 5.5 | 5.8 |
| Chefes agricultores | 18.4 | 4.4 | 6.1 | 3.8 | 4.4 |
| Chefes pluriactivos | 22.4 | 5.1 | 7.1 | 9.4 | 8.8 |

VARIÂNCIAS

| | PR | NA | C1 | C3 | C5 |
|---|---|---|---|---|---|
| Famílias agricultoras | 49.1 | 1.6 | 5 | 41.5 | 24 |
| Famílias pluriactivas | 20.4 | 1.5 | 1.6 | 32.3 | 24.3 |
| Chefes agricultores | 40.4 | 1.4 | 3.9 | 34.4 | 24.6 |
| Chefes pluriactivos | 4.5 | 1.7 | 0.2 | 29.7 | 10.9 |

De acordo com a informação que se pode retirar do quadro anterior, a classe de explorações com chefes pluriactivos demarca-se bastante melhor daquela em que se incluem as empresas com chefes unicamente agricultores, do que quando os grupos são considerados em termos de famílias.

Com efeito, todas as variáveis apresentam médias mais distantes na primeira hipótese do que na segunda. Os chefes pluriactivos obtêm, assim, médias muito mais elevadas em todas as variáveis, e a diferença torna-se bastante menor quando se utiliza a dicotomia famílias agricultoras / famílias pluriactivas. Note-se, desde já, que a diferença entre as médias é mais sensível nas variáveis PR, C3 (o que é importante, pois ela reflecte as alterações na composição da produção), e C5.

As explorações com chefes pluriactivos são, assim, e de um modo geral, geridas através de decisões mais bem fundamentadas, mudam mais frequentemente a composição da produção, e adquirem mais produtos alimentares (o que reflecte que se dedicam menos ao autoconsumo). Estas conclusões, embora provisórias, já que adiante será retomado o tratamento dos resultados do inquérito, confirmam as hipóteses avançadas nos capítulos anteriores.

Tanto quanto se pode afirmar até agora, e através desta amostra, as explorações geridas por pluriactivos terão uma maior capacidade empresarial (note-se que se trata apenas de uma capacidade), adequam as suas actividades ao tempo disponível, e, provavelmente, ao ritmo das ocupações exteriores, e, contrariamente a algumas opiniões (citadas no segundo capítulo), estas explorações não constituem "quintais de autoconsumo", mas produzem para venda.

Será conveniente examinar a homogeneidade de cada grupo. Os valores das variâncias indicam que o grupo de explorações com chefes pluriactivos é o mais homógeneo, pois apresenta menor dispersão. A divisão das explorações em exclusivamente agrícolas e pluriactivas através do

critério das chefias isola dois grupos mais homogéneos do que quando feita pelo critério das famílias.

Evidentemente que, ao passar do segundo critério citado para o primeiro, se mantêm, para as explorações exclusivamente agrícolas, uma elevada (embora menor) dispersão na distribuição de algumas variáveis, nomeadamente em PR e nas variáveis de comportamento C3 e C5. Isto é lógico, já que factores muito importantes (como a idade do chefe de exploração) estão ausentes nesta partição.

É interessante realçar, assim, a homogeneidade do grupo de chefes de exploração pluriactivos. No entanto, esta homogeneidade não se reflecte totalmente nas variáveis de comportamento. No caso de C3, nomeadamente, a dispersão é ainda elevada. Daqui se conclui que, embora com propensões ("condensadas" em PR), semelhantes, os comportamentos de reconversão cultural diferem muito neste grupo. Mas tal não se passa em relação aos comportamentos de reconversão técnica. Os pluriactivos alteram, mais ou menos uniformemente, as técnicas, mas alguns mudam os seus padrões de produção e outros não.

Este resultado não surpreende do ponto de vista teórico, já que se afirmou repetidas vezes que as estratégias dos agricultores pluriactivos são múltiplas e dependem de variados factores. Se alguns não reconvertem, será porque foi possível (e desejável) manter a composição de produção inicial, será porque tal composição é perfeitamente compatível com o trabalho no exterior.

Como conclusão, a pesquisa empírica utilizará como "pluriactivas" as explorações com chefes que se ocupam da agricultura e de outras

actividades. Como se viu, as famílias pluriactivas não têm um comportamento muito diferente das famílias exclusivamente agricultoras. É a profissão do chefe que se torna determinante na diferenciação dos comportamentos, e nas estruturas de decisão.

Esta opção refere-se, evidentemente, à amostra considerada. Desta última se pode inferir, embora com algumas ressalvas, que o caso de Fafe é um caso "de transição", ou seja, uma situação em que a maioria das famílias pluriactivas não têm chefes pluriactivos, mas que, se as condições económicas geradoras de oportunidades de emprego na indústria se mantiverem (o que não constitui nenhuma certeza), virão a tê-los no futuro. Noutras zonas, as situações de pluriactividade serão, no entanto, diferentes.

Torna-se, ainda, essencial referir um outro aspecto. No capítulo terceiro, foram elaboradas algumas hipóteses relativamente ao processo de decisão e ao comportamento do chefe da exploração agrícola. Tais hipóteses conduziam a uma relação entre a "Preocupação com as Restrições" (PR) e a desutilidade a ela associada, e a uma outra entre os Níveis de Aspirações (NA) e a utilidade deles derivada. Entre estas duas relações foi estabelecida uma ligação, e foram introduzidas especificações que permitiram diversificar tais relações para determinados grupos (no caso, os jovens e os agricultores idosos/tradicionais).

No entanto, torna-se praticamente impossível a realização de trabalhos empíricos com base na utilidade. Na realidade, "Os economistas e os gestores não conseguem encontrar medidas objectivas de utilidade para os decisores individuais. Apesar da vasta literatura disponível sobre a utilização da teoria da utilidade (...) não conhecemos um único caso em que

(...) a função utilidade do decisor fosse especificada e quantificada" (Naylor e outros, 1983, p. 326).

Dificuldades associadas à medição dos níveis de utilidade conduziram a análise dos dados empíricos para outras relações funcionais, que adiante especificarei, sem, no entanto, alterar de qualquer forma os objectivos deste trabalho. Mais concretamente, serão analisadas as diferenciações, a nível de PR e de NA, num dado momento, entre as diversas situações encontradas (jovens, agricultores idosos, pluriactivos e emigrantes regressados).

Antes, porém, é possível observar de que modo a pesquisa empírica confirma algumas das hipóteses anteriormente avançadas, e nas quais se baseiam as relações funcionais mencionadas.

Tendo em conta as diversas situações ou grupos, e escolhendo algumas componentes de PR e de NA, pode-se concluir àcerca da posição de cada grupo em cada uma das componentes seleccionadas.

QUADRO 6.2

| | Jovens | Idosos | Pluriact. | Emigr. |
|---|---|---|---|---|
| Saiem da freguesia: | | | | |
| frequentemente | 100% | 15.4% | 83.3% | 100% |
| raramente | -- | 84.6% | 16.7% | -- |
| Obtêm informação: | | | (*) | |
| c/ o técnico | 20% | -- | -- | -- |
| na feira | 40% | 15.4% | -- | 33.3% |
| c/ comerciantes (na cidade) | 40% | 7.7% | -- | 33.3% |
| Vendem: (**) | | | | |
| porta da exploração (ou na freguesia) | 20% | 100% | 92.3% | 33.3% |
| na feira | 40% | -- | -- | 33.3% |
| na cooperativa | 40% | -- | -- | -- |
| a comerciantes da cidade | 40% | 7.7% | 16.7% | 33.3% |
| Possuem | | | | |
| automóvel | 20% | -- | 33.3% | 66.6% |
| motorizada | 100% | 7.7% | 50% | 33.3% |
| Valor médio do grupo na componente PR1 | 7.7 | 1.9 | 7.4 | 5.7 |

(*) Os pluriactivos não revelam ter o hábito de se informar com ninguém.

(**) A soma das percentagens pode ser maior que 100, já que os agricultores podem optar por diversos pontos de vendas, conforme os produtos.

No quadro anterior, estão presentes dados de cada grupo relativamente a tais componentes.

A sugestão de que a desutilidade causada por PR é menor para grupos como o dos jovens, porque se deslocam mais, e mais (e melhor) contactam com os meios mais "modernos" de informação, sugestão essa que foi avançada no capítulo terceiro, obtem aqui alguma justificação. Se se comparar a frequência de saídas, a disponibilidade de meios de transporte, e as fontes de informação utilizadas, para os jovens e para os agricultores idosos, conclui-se que os primeiros terão uma base para uma muito maior fundamentação das suas decisões (porque estão mais "aptos" a obtê-la) do que os segundos.

Como consequência, a média dos resultados de cada grupo quanto à questão que se refere ao seu conhecimento sobre a evolução dos preços é muito superior nos jovens, e muito baixa no grupo dos idosos (que, em média, de 10 produtos, apenas conhecem a evolução do preço de 1.9 deles).

Melhor informados, os jovens agricultores a tempo completo promovem maiores diligências e esforços para melhor venderem os seus produtos. Os agricultores idosos, pelo contrário, vendem sobretudo à porta da exploração ou na freguesia.

Os outros dois grupos oferecem interessantes particularidades.

Assim, se os pluriactivos saiem muito (até por razões profissionais) e possuem meios de transporte, eles não se preocupam com a obtenção de informações tanto quanto os outros, talvez devido a um papel menos importante destinado à exploração, ou por falta de tempo, e acompanham os agricultores idosos no que respeita à venda dos seus produtos. No

entanto, encontram-se bem informados a respeito de alguns dados de mercado.

Sendo assim, não se pode esperar, nestes aspectos e com base nesta amostra populacional, comportamentos de modernização relevantes por parte dos pluriactivos. Outros aspectos, como a reconversão cultural, serão analisados mais adiante.

Quanto aos emigrantes regressados, o seu comportamento, no que é revelado pelas componentes aqui focadas, confirma algumas sugestões anteriormente avançadas.

Com efeito, os emigrantes saiem frequentemente, e possuem meios de transporte próprios, incluindo automóveis. Mas não obtêm as suas informações nem junto dos vizinhos (que provavelmente não os aceitam bem), como os agricultores idosos, nem perto de fontes mais "modernas", como os mais novos. Pelo contrário, eles preferem ou o anonimato (na feira), ou arranjos particulares com os comerciantes da cidade. Parece, até pela impressão obtida durante o inquérito, que os emigrantes regressados se movem bem no meio comercial (e não social) local, mas que experimentam dificuldades ao decifrar sinais provenientes de "entidades" extra-locais, como o mercado. A média, relativamente baixa, quanto ao seu conhecimento da evolução dos preços, é disso prova.

O pequeno número de emigrantes regressados (3), encontrados na amostra, não permite que esta variável seja incluída na análise estatística. Por essa razão, limitar-me-ei a uma descrição da situação deste tipo de agricultores.

As suas idades são de 42, 43 e 67 anos. Os valores de PR (respectivamente, segundo a idade, de 20, 17 e 29) revelam grande diversidade, não se situando, no entanto, a níveis muito baixos.

Os valores de NA são, em geral, altos (respectivamente, 6.2, 6.7 e 5.3), mostrando que a vivência no estrangeiro alterou os seus hábitos de consumo e as suas aspirações, principalmente nos mais novos.

A sua posição face à modernização técnica é variável. C1 atinge, também por ordem crecente de idade, 7.4, 4.8, e 6.9. Aliás, o valor mais alto de C1 pertence ao único emigrante regressado que em França não trabalhou na agricultura, mas na construção civil, o que quer dizer que não há efeitos de uma aprendizagem técnica agrícola.

Os três inquiridos não alteram as suas produções, permanecendo dentro do tradicional: milho, feijão, centeio, batata.

O efeito de modernização é, tal como se previa, maior nos níveis de consumo do que quanto à produção. Aí, permanecem tradicionais (talvez mais tradicionais do que os outros), mostrando apenas uma certa agressividade comercial em relação ao meio, no sentido acima indicado.

### 6.2.2. Análise Estatística

As considerações anteriores reflectem apenas alguns comentários suscitados por uma primeira abordagem dos resultados do inquérito. A

tarefa seguinte consiste em proceder a uma análise estatística, tão rigorosa quanto possível, dos dados observados.

Numa primeira fase, tal análise recairá sobre a distribuição de cada uma das variáveis consideradas como pertinentes (Idade, PR, NA, C1, C3 e C5).

Conhecida a distribuição das variáveis, passar-se-á ao seu relacionamento, tendo em vista a confirmação (ou não) das hipóteses teóricas estabelecidas neste trabalho.

6.2.2.1. A Distribuição das Variáveis

No Anexo 3 encontram-se todos os dados e diagramas que servem de apoio a esta análise.

A variação estabelecida para PR é o intervalo [0,50]. Assim, níveis até 25 poderão ser considerados "negativos", e níveis acima de 25 "positivos". Na amostra, a variação efectiva foi de um valor mínimo de 6 a um valor máximo de 40.

As duas classes iniciais, atingindo valores até 34% do máximo de 50, podem-se considerar como níveis muito insuficientes, incluindo-se aí agricultores que tomam decisões baseadas no total desconhecimento da realidade económica . A classe seguinte (de 34% a 44% de 50) exprime uma consideração destas percentagens das restrições nas decisões tomadas, ou seja, um desconhecimento da maior parte dos parâmetros

económicos. A quarta classe considera entre 44% e 52% das restrições, mais ou menos metade, a quinta entre 52% e 62%, o que é já razoável e corresponde a decisões aceitavelmente fundamentadas. Na última classe está incluído apenas um indivíduo que toma em conta 80% das restrições consideradas como necessárias.

As medidas estatísticas encontradas para PR são as seguintes:

Medidas de Localização:

Média = 18.3 Mediana = 18.84 Classe Modal: ]17,22]

Moda (fórmula de King) = 19.59

Quartis Q1 = 14.43 Q2 = 18.84 Q3 = 21.47

Medidas de Dispersão:

Variância = 34.99 Desvio Padrão = 5.91

Coeficiente de Variação = 32.32%

Medidas de Assimetria:

Graus de Assimetria:de Pearson = -0.218; de Bowley = -0.253

Medidas de Achatamento:

Coeficiente de Achatamento = 3.518

A grande maioria dos agricultores não fundamentam adequadamente as suas decisões. Uma grande percentagem de indivíduos (47.5%) situa-se na classe ]17,22], o que quer dizer que utilizam (ou conhecem) um número muito insuficiente de restrições. Mais, 75% dos agricultores apresentam valores de PR menores ou iguais a 21 (menos de 42% das restrições).

A dispersão da amostra é pequena. Isto deve-se ao facto de existirem poucas observações muito afastadas da média, situando-se a grande maioria junto do valor médio. Estas conclusões são reforçadas pela análise do diagrama extremos-e -quadris. A amplitude das observações é grande; mas 50% delas situam-se entre 14.43 e 21.47. Por outro lado, verifica-se um muito maior afastamento entre a mediana e o 1º quartil do que entre a mediana e o 2º quartil. Ou seja, os terceiros 25% da frequência acumulada estão mais concentrados do que os segundos.

Resulta que os agricultores da amostra apresentam alguma homogeneidade em relação a PR, que consiste, como se viu, em valores baixos. As excepções (valores muito baixos ou altos) são poucas. Tais excepções deverão ser convenientemente justificadas.

A assimetria é negativa, embora não muito pronunciada. Portanto, as referidas "excepções" à (forte) classe modal situam-se mais à esquerda, ou seja, entre elas são maiores os valores baixos do que os valores altos de PR. Decidir de forma bem fundamentada é a "grande excepção".

A distribuição é pouco achatada, existindo diferenças grandes entre as frequências das diversas classes.

Relativamente a NA, as medidas calculadas foram as seguintes:

Média = 4.46 Mediana = 4.2 Classe Modal: ]3,4.5]
Moda (fórmula de King) = 4.04
Quartis: Q1 = 3.45 Q2 = 4.2 Q3 = 5.5
Variância = 1.799 Desvio-Padrão = 1.34
Coeficente de Variação = 30.05%
Graus de Assimetria: de Pearson = 0.315; de Bowley = 0.268
Coeficiente de Achatamento = 2.29

O valor máximo proposto para NA, de acordo com o questionário, era de 9.2, o que exprimia um nível de aspirações e de vida bom ou satisfatório. Níveis inferiores a 4.6 seriam insuficientes, e valores superiores seriam já razoáveis.

Adaptando às classes da amostra, a partição encontra-se em 4.5. A média encontra-se precisamente perto desse valor (4.46), sendo a mediana ligeiramente mais baixa, o que indica que mais de 50% dos indivíduos têm níveis de consumo (e de aspirações) baixos, e 75% abaixo do valor de 5.5. Aliás, a classe modal, que concentra exactamente metade das observações, compreende valores inferiores aos suficientes.

O valor do desvio-padrão indica uma pequena dispersão. A razão é idêntica à encontrada para a fraca dispersão de PR: a classe central é altamente preponderante, sendo a importância das classes afastadas da média muito reduzida.

No diagrama extremos-e-quartis nota-se que 50% das observações estão concentradas apenas entre 3.45 e 5.5, ou seja, para uma variação de NA de menos de 2. Dos restantes 50%, metade estão concentrados no intervalo ]5.5,7.5], intervalo que tem a mesma magnitude do anterior.

Então, existem também aqui as "excepções", que correspondem a situações de pobreza e/ou de baixas aspirações, ou de níveis mais elevados. Só que, no caso de NA, a assimetria é positiva, sendo mais numerosas as excepções correspondentes a melhores níveis que a médios.

A distribuição de NA é pouco achatada, mostrando uma certa heterogeneidade nas frequências das diversas classes.

Passando à variável C1 (grau de utilização de técnicas modernas), as medidas da sua distribuição são as seguintes:

Média = 6.25 Mediana = 6.45 Classe Modal: ]5.25,7.25]
Quartis: Q1 = 5.45 Q2 = 6.45 Q3 = 7.58
Variância = 3.2 Desvio-Padrão = 1.789
Coeficiente de Variação = 28.62%
Graus de Assimetria:de Pearson = -0.279; de Bowley = -0.061

C1 foi estabelecida de modo a variar entre 0 e 10. Na amostra, alcançou o valor mínimo de 1.4 e o valor máximo de 9.1. Os resultados para esta variável são de certo modo surpreendentes, pelos níveis altos alcançados, levando a crêr que as deficiências de capacidade empresarial dos agricultores residem mais no desconhecimento dos dados económicos (em PR), do que nas técnicas utilizadas. Esta conclusão é importante, na medida em que o apoio aos agricultores se tem centrado mais na divulgação técnica do que em acções tendentes a "melhorar" as suas decisões económicas.

A média e a mediana são relativamente elevadas, já que se situam para além dos mínimos aceitáveis. Isto, se se definir que, variando C1 entre 0 e 10, as referidas medidas alcançam valores "positivos". Ou seja, o panorama é diferente do das variáveis anteriores. Existe uma classe que concentra um efectivo importante, correspondente a 50% do total (a classe ]5.25,7.25], de extremos "positivos"), como sucede com PR e NA, e também com C3. Esta observação sugere que há sempre uma certa homogeneidade para cerca de metade dos agricultores, enquanto que os restantes são as "excepções". Como se comportam as excepções de C1?

O diagrama extremos-e-quartis é elucidativo a este respeito. Apenas 25% dos indivíduos se encontram abaixo do valor de 5.45 (um valor positivo/baixo), o que quer dizer que as excepções "negativas" não são muito frequentes. Os 25% seguintes estão muito concentrados (entre 5.45 e 6.45), o que mostra que a concentração na classe modal se faz mais à esquerda, ou seja, para valores baixos desta classe, e os 25% seguintes estão compreendidos entre 6.45 e 7.58. Ou seja, há 25% de efectivos que se podem considerar "francamente positivos", situados entre 7.58 e 9.1.

As excepções positivas são tantas quanto as negativas. Mas a classe modal contem extremos positivos. Então, metade dos agricultores da amostra utiliza razoavelmente técnicas modernas: tractor, adubos, etc, isto embora tenha um grande desconhecimento das restrições de mercado, enquanto que 25% são "avançados" e 25% são "retrógados".

A dispersão é pequena, o que se deve, tal como nas outras variáveis, à forte importância da classe central (de novo, a grande frequência da "regra", e a pequena frequência das "excepções"). Isto conduz também a uma distribuição pouco achatada.

Pelas razões acima expostas, a assimetria é negativa, contrariamente ao que se passa com as outras variáveis.

A variável C3 é discreta, podendo tomar os valores de 0, 5, 10, 15 e 20. As medidas da sua distribuição são:

Média = 4.75 Mediana = 0 Moda = 0
Quartis Q1 = Q2 = 0 Q3 = 10
Variância = 37.44 Desvio-Padrão = 6.12
Coeficiente de Variação = 128.81%

Graus de Assimetria: de Pearson = 0.77; de Bowley = 1

A moda e a mediana têm o valor zero. Aliás, 55% dos agricultores da amostra não alteraram a sua composição da produção nos últimos 5 anos. Daí que a assimetria seja positiva, e pronunciada.

Mais uma vez, encontra-se um comportamento de "regra" (não alterar), e comportamentos de excepção. Resta analisar estes últimos.

O 3º quartil situa-se em 10, o que quer dizer que, para 75% dos agricultores, ou a composição da produção tem permanecido igual, ou tem sofrido pequenas alterações. Apenas 12.5% têm realizado modificações significativas.

A dispersão é elevada. Em metade do domínio da variável estão concentradas 75% das observações, e 25% na outra metade.

Quanto a C5, a interpretação da sua distribuição faz-se facilmente observando o diagrama de barras. A média, a moda e a mediana têm o valor 10, porque a este valor corresponde 55% dos efectivos. De notar a sua elevada dispersão (desvio-padrão = 4.97), o que se explica pelo facto de que a frequência dos valores inferiores à média (45%) não diferir muito da dos valores iguais ou superiores (55%). A importância dos desvios positivos é quase igual à dos negativos.

Assim, não se retira informação útil dos quartis, nem do diagrama extremos-e-quartis. Paralelamente, as medidas de assimetria e de achatamento perdem significado.

Relativamente à variável Idade, que na amostra varia entre 29 e 70 anos, encontraram-se as seguintes medidas de localização:

Média = 52 anos  mediana = 54 anos
Classe modal = ]59,70]
Moda (fórmula de King) = 59 anos
Quartis: q1 = 42; q2 = 54; q3 = 62;

A amostra reflecte uma população envelhecida, tal como o universo (ver capítulo 4). A idade com maior número de observações situa-se na classe etária superior (]59,70]).

Por outro lado, 50% dos indivíduos têm idades até 54 anos.

A dispersão é reduzida (variância = 133.938; desvio padrão = 11.573). O afastamento dos valores da variável em relação à média é pequeno. Isto deve-se à importância das classes de idades mais elevadas: ]49,59] e ]59,70], que são preponderantes, e onde se situa a média. Aliás, o coeficiente de variação é de 22.224%, cerca de 22% da média, apresentando, assim, um valor baixo.

A análise do diagrama extremos quartis, apresentado no referido anexo, reforça estas conclusões. Vê-se que 50% das observações estão concentradas entre 42 e 62, ou seja, para uma variação de idade de apenas 20 anos.

Dos restantes 50%, metade está concentrada no intervalo [28,42] (amplitude de 14 anos), e a outra metade situa-se num intervalo de amplitude bem inferior, de 8 anos, o intervalo [62,70].

No que respeita aos 25% mais baixos, verifica-se que é necessária uma grande variação (14 anos) de idade para conseguir concentrar 25% das observações, sucedendo o contrário com os 25% mais altos: para a mesma percentagem de observações, basta uma variação de 8 anos.

Tudo isto mostra que a dispersão é reduzida e que a maioria das observações está concentrada na parte superior: a maioria dos indivíduos têm idade elevada.

A assimetria é claramente negativa (grau de assimetria de Pearson = -0.5984; de Bowley = -0.2), o que se entende em face das conclusões anteriores.

A distribuição não é muito achatada (coeficiente de achatamento = 1.8167).

### 6.2.2.2. As Relações entre as Variáveis

Foram em seguida testadas as relações entre as variáveis, consideradas duas a duas. Quanto às variáveis contínuas (Idade, PR, NA, e C1), a relação foi testada através do coeficiente de correlação linear, do teste de Spearman (teste não paramétrico), e da razão de correlação.

O referido teste permite concluir àcerca da rejeição (ou não rejeição) da hipótese de independência entre duas variáveis. Sob a hipótese de independência, o coeficiente de Spearman, que é designado por $R^S$, segue distribuição assintótica normal de média zero e varância igual a 1/(n-1),

onde n designa a dimensão da amostra. Esta aproximação é válida para amostras com dimensões superiores a dez observações, o que é o caso. Procedeu-se à correcção de continuidade, necessária devido à aproximação entre uma distribuição discreta (a distribuição exacta de $R^S$) e uma distribuição contínua (a Normal).

Por último, recorreu-se à razão de correlação, de modo a medir a intensidade da relação entre duas variáveis, seja esta linear ou não linear.

A relação entre PR e NA deverá ser positiva e elevada do ponto de vista teórico. Para conseguirem um nível de vida e de aspirações alto, os indivíduos deverão ter um desempenho económico resultante de comportamentos baseados em decisões adequadamente fundamentadas. Simplesmente, isto pode não acontecer na prática.

Por um lado, as aspirações podem ser demasiado elevadas em relação às capacidades, ou melhor, às propensões do indivíduo a PR. Nesse caso, ele poderá desejar, ou mesmo tencionar obter (como foi colocada a questão no inquérito) um automóvel, mas não ser capaz de se esforçar por obter rendimentos que lhe permitam satisfazer esse desejo.

Por outro lado, NA, tanto quanto às aspirações como quanto ao consumo efectivo, pode ser influenciado por outros factores como a riqueza (associada à dimensão da exploração, à disponibilidade de outros rendimentos, etc), ou o contacto com outros meios o que, como foi discutido no primeiro capítulo, se liga ao tipo de agricultor considerado.

O valor do coeficiente de correlação entre PR e NA é de 0.3229, significando, portanto, uma correlação positiva e baixa. Esta conclusão é confirmada pelo coeficiente de Spearman, igual a 0.2684.

Assim, o teste de Spearman foi realizado sob a hipótese de uma relação positiva ou directa. Dele resultou que é de rejeitar a hipótese de independência para níveis de significância inferiores a 2%, e de não rejeitar para níveis de significância superiores ou iguais a este valor.

A razão de correlação (que é de 0.4409) confirma as conclusões anteriores, embora a intensidade de uma relação não linear seja um pouco maior do que considerando apenas uma relação do tipo linear.

Existe, pois, uma relação positiva e fraca entre PR e NA. Isto quer dizer que uma das variáveis não é sobretudo explicada pela outra (embora também o seja), mas que outros factores intervêm, como aqueles que foram acima mencionados.

Do estudo da relação entre PR e a Idade, resultou um coeficiente de correlação de -0.52, e uma razão de correlação de 0.74, concluindo-se da existência de uma relação forte e negativa entre as duas variáveis.

Com efeito, o valor do coeficiente de correlação indica uma relação linear entre elas, a qual se torna mais intensa quando se consideram relações do tipo não linear, uma vez que o valor do coeficiente de correlação é ainda maior.

Simultâneamente, verifica-se, pelo sinal do coeficiente de correlação que a relação entre as duas variáveis é de sentido oposto.

Esta conclusão é confirmada pelo teste de Spearman, através do qual se rejeita a hipótese de independência entre as variáveis, qualquer que seja o nível de significância.

A amostra revela, assim, que quanto menor é a idade do agricultor, mais elevado é o valor de PR. Esta conclusão confirma as considerações feitas atrás, que me dispenso de repetir, mas em relações às quais se torna extremamente importante a sua verificação. De facto, prova-se (pelo menos através desta amostra) que a preocupação com as restrições, e, portanto, a capacidade empresarial, é elevada nos jovens e fraca nos agricultores idosos.

Pelo contrário, e em desacordo com o que se tinha previsto, a relação entre a Idade e NA pode ser considerada fraca, quer quando se considera um tipo de relação linear (coeficiente de correlação = -0.38), quer quando se tem em conta um tipo de relação não linear (razão de correlação = 0.39).

Embora fraca, esta relação não deixa de existir, assumindo um sentido oposto.

Aliás, os resultados do teste de Spearman, que sugerem a não rejeição da hipótese de independência, mesmo para um nível de significância de 10%, acrescem para que se conclua àcerca de uma relação muito fraca.

Portanto, e se teoricamente os níveis de aspirações e de consumo deveriam diminuir com a idade, a amostra não reflecte essa hipótese. Duas observações se tornam pertinentes a este respeito.

Por um lado, no inquérito os agricultores foram interrogados simultâneamente àcerca do seu consumo efectivo e das suas aspirações imediatas em termos de consumo. Isto foi propositado, para evitar que todas as respostas referissem aspirações de possuir todos os bens propostos, caso se se tivesse inquirido unicamente àcerca das aspirações.

No entanto, se fosse viável colocar as duas questões em separado, talvez que as aspirações diminuissem com a idade, mas o consumo efectivo não.

Por outro lado, e em relação à variável proposta, vê-se uma (pequena) tendência para que assuma valores maiores para os jovens, mas a relação é provavelmente muito ténue, já que outros factores, como, por exemplo, a acumulação de riqueza ao longo da vida, interferem.

Ou então, muito simplesmente se pode concluir que a difusão dos valores urbanos no espaço rural é maior e mais generalizada no modo de consumo do que na produção, em relação à qual essa difusão é nitidamente maior nas classes jovens.

Não existindo neste trabalho qualquer hipótese teórica que relacione NA e C1, testou-se a relação entre PR e C1.

Esta última é importante para as conclusões desta tese. Defendi, de facto, que a utilização de técnicas mais modernas, e a adaptação tecnológica das explorações não se processava da mesma forma para todos os agricultores. Certo que a hipótese de Chayanov (1966), de que o investimento em capital é limitado pelos baixos rendimentos, é importante. Mas para explorações que se encontram em condições mais ou menos

idênticas em termos de custo de oportunidade do trabalho familiar, a reconversão técnica estará também muito ligada a PR.

Para tal apontam as conclusões da análise estatística. O coeficiente de correlação é de 0.6157, e o coeficiente de Spearman assume um valor de 0.735. Ambos confirmam uma relação positiva e relativamente forte. Quando, por exemplo, PR varia de 100%, C1 varia (no mesmo sentido) de quase 62%.

Considerando-se a rejeição da hipótese de independência para valores elevados e positivos do coeficiente de Spearman, o teste de independência revelou que é de rejeitar tal hipótese qualquer que seja o nível de significância.

A razão de correlação é de 0.6482, mostrando que, considerando agora uma relação não linear, a relação entre PR e C1 é directa e de intensidade consideravelmente elevada.

Isto vem reforçar a conclusão extraída a partir do valor do coeficiente de correlação, verificando-se quase não haver aumento da intensidade da relação entre as duas variáveis quando se considera relações do tipo não linear relativamente à situação de linearidade.

A utilização de técnicas mais modernas (e conducentes a uma maior rentabilidade) é, sem dúvida, tanto maior quanto mais o agricultor decide (em relação a tal utilização) de uma forma fundamentada, ou seja, quanto mais restrições considerar.

As técnicas tradicionais e menos rentáveis são, assim, utilizadas pelos agricultores com menor propensão a PR, aqueles que tomam as suas decisões excluindo muitas e importantes restrições.

Seria também de esperar que a Idade e C1 estivessem negativamente relacionadas. Essa relação é forte, apresentando um coeficiente de correlação de -0.47 e, para um tipo de relação não linear, uma razão de correlação de 0.49.

O sinal do coeficiente de correlação mostra uma relação negativa, ou seja, quanto menor é a idade, maior é a utilização de técnicas modernas. Os jovens inovam mais, em termos de técnicas, do que os idosos, que permanecem tradicionais, confirmando a hipótese que tinha sido apresentada e teoricamente fundamentada.

O teste de Spearman confirma tal conclusão, mostrando que a hipótese de independência entre as duas variáveis é de rejeitar qualquer que seja o nível de significância.

As variáveis C3 e C5 são discretas, não sendo, assim, adequado analisar a sua relação com variáveis contínuas (PR, NA e Idade) através dos coeficientes anteriormente utilizados. Com efeito, o facto de se tratar de variáveis discretas inviabiliza tal procedimento, retirando significado àqueles coeficientes.

Será, então, necessário recorrer a outros métodos para analisar a relação eventualmente existente entre tais variáveis.

A dimensão da amostra recolhida não permite recorrer ao teste do qui-quadrado, nem proceder ao cálculo de qualquer das medidas de

associação baseadas na distribuição do qui-quadrado. Tanto o referido teste como as medidas de associação pressupõem uma elevada dimensão da amostra, uma vez que recorrem à distribuição assintótica da estatística utilizada para a realização desse teste.

Deste modo, procedeu-se ao cálculo de medidas de associação alternativas, sendo as medidas de Goodman e Kruskal adequadas nestas condições. Atendendo ao facto de que estas medidas são relativamente pouco conhecidas, é feita uma explicitação sobre a matéria no Anexo 4.

Considerando a relação entre PR e C3, e do ponto de vista teórico, algumas interrogações se colocam. Como se concluiu no capítulo segundo, persistem dúvidas sobre o facto de os agricultores ajustarem ou não a composição da produção às tendências de mercado.

Eles não são agentes económicos "conservadores", que não respondem aos incentivos dos preços, especialmente quando as condições de comercialização são facilitadas. Mas, por outro lado, outros factores impedem o ajustamento. As dificuldades sentidas em lidar com o mercado e em conhecer as tendências desta "entidade exterior" atrasam o ajustamento. Aí, um maior grau de PR, que implica um melhor conhecimento da evolução e perspectivas dos preços, e uma maior propensão a procurar uma comercialização vantajosa, favorecerá ajustamentos mais rápidos e mais completos.

Mas existe um outro factor muito importante, o qual não depende do grau de racionalidade. É que se torna provável que, num ambiente económico de rápida mudança, as estratégias anti-risco prevaleçam, mantendo os agricultores a composição da sua produção, ou apenas a

alterando ligeiramente. Esta estratégia é perfeitamente racional, não dependendo do grau de PR, ou, até, estando negativamente relacionada com ele.

Conclui-se que permanecem duas tendências, uma de relação positiva e outra de relação negativa, entre PR e C3.

As medidas de associação de Goodman e Kruskal testam a probabilidade de erro ao predizer uma variável, conhecendo o valor da outra.

Aplicando estas medidas, resulta que:

- A associação entre PR e e C3 é muito fraca, uma vez que o conhecimento prévio de C3 só permite reduzir em 15% a probabilidade de erro na predição de PR. Para além das condições anteriormente enunciadas, talvez C3 esteja positivamente relacionada com a pluriactividade.

- O conhecimento de PR proporciona uma redução de erro na predição de C3 de 22.5%. Ora, se um maior grau de PR tanto pode conduzir a um valor mais elevado como a um valor baixo de C3, era de esperar esta conclusão.

- Quanto à predição óptima simétrica, ou seja, considerando os dois sentidos de predição, verifica-se uma redução de erro de 18.6%.

A associação entre as duas variáveis é muito fraca. Repita-se que estas conclusões não significam que a associação seja teoricamente fraca. Antes, significam que conhecendo PR, por exemplo, muito pouco ou quase nada se pode dizer sobre o valor de C3, variável que está sujeita a muitas outras influências, sendo PR apenas uma, e pequena, influência.

Um agricultor com um grau de racionalidade elevado tanto pode alterar a composição da sua produção, como pode não a alterar, devido ao risco que tal comportamento arrasta. É possível que a aversão ao risco aumente com a idade, como já foi fundamentado, e com a pluriactividade. Estas relações serão testadas posteriormente.

Quanto à associação entre a Idade e C3, ela revelou-se nula, ou seja, não existe associação entre estas duas variáveis. De facto, o conhecimento prévio da Idade em nada contribui para o conhecimento de C3.

Se os mais novos são inequivocamente inovadores nas técnicas utilizadas, eles não o são relativamente à alteração da composição da produção.

Ora, pode acontecer que para tal contribuam os mesmos motivos que atrás procuraram justificar a fraca associação entre PR e C3. Ou então que apenas a classe mais jovem seja inovadora a este nível, e que esse facto não se deduza dos testes realizados devido ao pequeno número de jovens da amostra. Esta hipótese será testada mais adiante.

Não existindo pressupostos teóricos de relacionamento de NA com C3 e com C5, testou-se, por último, a relação entre PR e C5.

Será lógico que, como defendia Chayanov (1966), o agricultor vá abandonando a produção para autoconsumo quando se revela mais económico adquirir determinados bens do que produzi-los, e dedicar a sua actividade à produção de outros. E isto acontece, provavelmente, tanto mais quanto maior for o grau de PR, e quanto menor a Idade.

Mas a aquisição de bens alimentares está ligada à riqueza ou, melhor, ao rendimento, tendo-se verificado no inquérito que muitos agricultores idosos, que recebem pensões de reforma, ou os pluriactivos, que dispõem igualmente de outros rendimentos, já não utilizam a exploração para autoconsumo. Ora, isto pode esbater o relacionamento entre PR e C5 e Idade e C5.

É o que, de facto, parece acontecer. Considerando a predição de PR a partir do conhecimento de C5, a redução da probabilidade de erro é de 5%, e, na situação oposta, de 17.5%. É natural que conhecendo PR seja mais possível prevêr C5, do que no caso inverso, pelas razões apontadas. No entanto, a associação é de muito fraca intensidade, o que é confirmado na situação de predição simétrica, em que a redução do erro é de 10.3%.

Considerando a predição de C5 a partir da Idade, a redução da probabilidade de erro é mesmo nula.

Finalmente, testou-se a hipótese de os tipos de agricultores previamente definidos constituirem um factor que influencia os valores das variáveis em análise.

Trata-se de uma primeira aproximação em relação à confirmação da existência de uma tipologia de comportamentos. Para já, apenas se pode concluir, através do teste de Kruskal-Wallis, se os tipos de agricultores se distinguem em relação às variáveis, não se conhecendo em que sentido.

O teste de Kruskal-Wallis é um teste não paramétrico ou "livre de distribuição". Ele constitui o equivalente não paramétrico da análise da variância. Esta última não pode ser utilizada, uma vez que não parece

adequado admitir que os valores das variáveis provêm de uma população com distribuição Normal, o que se torna um impedimento da realização de uma análise da variância.

Consideraram-se quatro tipos de agricultores: jovens agricultores em tempo completo, agricultores de meia-idade em tempo completo, agricultores idosos em tempo completo (os quais correspondem, em relação às classes de Idade definidas, respectivamente, á primeira, segunda e terceira, e quarta, excluindo sempre os pluriactivos), e pluriactivos.

Conclui-se que:

- O tipo de agricultor tem influência sobre os valores de PR e de C1, para um nível de significância tanto de 5% como de 1%.

- O tipo de agricultor tem influência sobre os valores de C3 para um nível de significância de 5%, mas não de 1%. Ou seja, a relação não é tão nítida como nos casos anteriores.

- Não se pode aceitar qualquer tipo de influência do tipo de agricultor em NA, não sendo de rejeitar a hipótese de independência.

### 6.2.2.3. Análise Factorial das Correspondências

Após o estudo das relações entre as variáveis, procedeu-se em seguida à realização de Análises Factoriais das Correspondências (AFC) entre as classes dessas variáveis, conforme já foram definidas. Pretende-se com esta análise dispôr de informações mais detalhadas sobre as referidas relações, complementando assim o estudo anterior.

A AFC entre PR e NA mostrou inequivocamente que os agricultores que apresentam simultâneamente PR médio/alto - classe ]22,26] de PR - e NA alto - classe ]6,7.5] de NA - distinguem-se (opõem-se) daqueles que têm PR baixo - classes ]6,11] e ]11,17] e NA baixo - classe ]3,4.5] ao mesmo tempo.

Então, aqueles que alcançaram, ou que alcançarão em breve, um nível alto de NA fizeram-no, ou fá-lo-ão, concerteza através da obtenção de rendimentos superiores aos dos outros agricultores, o que implica um nível alto de PR. Esta conclusão é importante, pois mostra que a prossecução de uma agricultura mais rentável, com decisões mais fundamentadas, corresponde precisamente a um melhor nível de vida.

Confirma-se (para esta amostra) a hipótese de Leibenstein da relação entre a preocupação com as restrições e o nível de aspirações. Por outro lado, note-se a importância desta conclusão para a continuação das camadas mais jovens na agricultura, que simultâneamente deverão possuir PR e NA elevado, aspecto que será melhor analisado mais adiante.

Note-se que o facto de que as duas classes mais altas de PR não terem sido evidenciadas pela AFC se deve provavelmente a que elas incluem um número muito reduzido de observações (2 e 1).

Da AFC entre PR e C1 concluiu-se que os agricultores que têm simultâneamente PR médio/alto - de novo a classe ]22,26] de PR - e C1 alto - classe ]7.25,9.25], se opõem aos agricultores com PR baixo - as mesmas classes que anteriormente - e C1 baixo - classe ]1.25,3.25] - simultâneamente.

Note-se que, de novo, e pelas mesmas razões, as classes mais elevadas de PR não foram evidenciadas.

Esta conclusão mostra que a modernização da pequena agricultura (medida através de C1) depende de níveis altos/médios de PR. Trata-se de uma relação habitualmente tida como positiva, mas que, tanto quanto seja do meu conhecimento, nunca tinha sido testada em Portugal.

Estes resultados apontam, assim, para o impacto positivo da formação profissional, do apoio à gestão da pequena empresa agrícola, e da criação de estruturas de transmissão e de apoio à interpretação dos dados do mercado, sejam eles gerais ou locais. Estas últimas estruturas (actualmente inexistentes, tanto quanto eu saiba) serão provavelmente muito importantes para a tão falada "melhoria da capacidade empresarial dos agricultores", que neste trabalho acaba por corresponder a um grau elevado de PR.

A AFC entre PR e C3 revelou conclusões também muito interessantes. Ela revela uma oposição entre os agricultores que apresentam

simultâneamente PR médio/alto e alto e C3 elevado, e aqueles que têm níveis ou valores baixos de PR e C3 ao mesmo tempo.

Note-se que aqui aparece pela primeira vez destacada a classe mais alta de PR - classe ]31,40], sendo precisamente aquela que é preponderante. Daí que se conclua que os agricultores com níveis de PR médios/altos alteram a composição da sua produção, enquanto que aqueles que menos conhecem os dados de mercado e técnicos, e menos os integram nas suas decisões, têm um comportamento mais tradicional em relação à produção. Mas a alteração da composição da produção é mais notável ainda para níveis de PR altos.

Será de referir, por último, que as Análises Factoriais das Correspondências realizadas entre PR e C5 e entre NA e C5 não forneceram quaisquer resultados, o que já era de esperar, devido ao padrão de comportamento dos dados.

Foi realizada uma AFC total, incluindo todas as variáveis anteriormente utilizadas. Conclui-se que os agricultores que têm simultaneamente valores altos de PR, NA, C1 e C3 distinguem-se (opõem-se) daqueles que têm valores baixos nestas variáveis.

Verifica-se, portanto, um comportamento perfeitamente dicotómico: por um lado, os agricultores com valores altos nas variáveis observadas, e, por outro, os que apresentam precisamente as características opostas.

Em termos dos pressupostos teóricos avançados, a análise da amostra permite retirar as implicações esperadas. Ou seja:

- As variáveis estruturais (para já, PR e NA) estão associadas às variáveis de comportamento. Em particular, mostra-se que indivíduos com elevado PR (que representa a capacidade empresarial) têm também mais tendência à adopção de técnicas modernas e à alteração da composição da produção. Enquanto que indivíduos com baixa "preocupação com as restrições" são conservadores quanto às variáveis consideradas.

- Assim, não se poderá dizer (de acordo com as conclusões respeitantes a esta amostra) que os agricultores são conservadores ou inovadores. Pelo contrário, esta evidência sugere (tal como as considerações teóricas anteriormente feitas) a existência de dois grupos perfeitamente opostos. A amostra permite, assim, isolar estes dois grupos, começando a desenhar-se uma tipologia de comportamento, com suporte em razões estruturais.

Continuando a análise, e de acordo com os objectivos propostos, importa indagar quem são estes grupos, ou que características estruturais se associam a tais comportamentos. Então, poder-se-ão descortinar não apenas características, mas também (e sobretudo) razões estruturais que justifiquem os comportamentos dicotómicos.

Torna-se necessário introduzir variáveis estruturais como a idade e a pluriactividade no sentido de identificar os tipos ou grupos de agricultores referidos.

### 6.2.2.4. A Influência da Idade nos Comportamentos

Já anteriormente se tinham alcançado algumas conclusões a este respeito, que consistem: (i) na existência de uma relação negativa e forte entre a Idade e PR, e a Idade e C1; na pouca nitidez de uma relação oposta entre a Idade e NA; e na ausência de relação entre a Idade e C3, o que constituiu motivo para mais aprofundadas indagações.

Enquanto que os testes de associação estabelecem correlações na totalidade da amostra, a AFC tem a vantagem de fazer ressaltar precisamente as classes ou grupos que mais se evidenciam em relação a cada variável, o que é muito conveniente neste tipo de análise.

Da AFC entre a Idade e PR, resultou que os agricultores jovens (a classe entre os 28 e os 39 anos), com PR médio/alto e muito alto (última e antepenúltima classe) se opõem aos agricultores idosos (entre 59 e 70 anos) e com PR baixo (valor entre 11 e 17).

Portanto, para além de uma relação negativa, já conhecida, a AFC vem mostrar que a oposição se situa entre os jovens e os idosos, no que respeita à capacidade empresarial (PR). De um lado os mais jovens, com valores altos de PR, e de outro os idosos, com quase total ausência de capacidade para lidar com uma agricultura plenamente integrada no mercado em geral.

Resta saber se esta diferença de capacidades ou propensões corresponde a uma efectiva diferença de comportamentos na actividade, para o que as variáveis pertinentes são C1 e C3.

A AFC entre a Idade e C1 revelou precisamente a oposição entre os jovens (a mesma classe) com C1 muito elevado (a classe mais alta), e os idosos (classe etária mais alta e classe mais baixa de C1).

As oposições em PR são exactamente as mesmas em C1. A capacidade empresarial é um elemento estrutural que se diferencia nitidamente entre agricultores jovens e idosos, e que determina comportamentos nas técnicas utilizadas que são inovadores (ou, pelo menos, modernos) nos jovens, e tradicionais nos idosos.

Quanto a C3, não se tinha concluído àcerca de uma relação com a Idade, para o conjunto da amostra. A AFC veio revelar, com segurança, que a relação existe a nível de classes, e precisamente das mesmas que com PR e C1.

A AFC salienta uma nítida oposição entre a classe dos mais jovens e com C3 alto (valor de 15), e os mais idosos e com C3 no valor de zero.

O comportamento das classes etárias intermédias com respeito a C3, sendo bastante variável, tornou impossível estabelecer uma relação contínua.

No entanto, distinguindo classes, verifica-se que também no que respeita à alteração da composição da produção, os jovens, por terem PR mais elevado, são mais inovadores, enquanto que os mais idosos, por possuirem fraca capacidade empresarial, são tradicionais.

A relação entre a Idade e NA tinha sido considerada como negativa, mas fraca. A AFC mostra que os agricultores jovens e os de meia idade mais novos (classes entre 28 e 39 anos, e entre 39 e 49 anos) e com NA

muito elevado, se opõem aos agricultores de meia idade mais velhos (entre 49 e 59 anos) e com NA muito baixo.

Nota-se que a modernização a nível do consumo atinge os agricultores até 49 anos, enquanto que a nível da produção apenas influencia os mais novos. De facto, e como já foi afirmado, as ideias e práticas urbanas estão mais generalizadas no consumo das populações rurais, ficando a elas resistentes apenas os mais velhos.

Talvez que, das hipóteses anteriormente delineadas, seja esta a que se confirma melhor nesta amostra.

### 6.2.2.5. Análise da Pluriactividade

Com o objectivo de estudar a influência da pluriactividade (considerada como elemento estrutural) no comportamento dos agricultores inquiridos, procedeu-se a um conjunto de AFC's em que os agricultores aparecem classificados em tipos.

Esta análise completa, assim, a tipologia que se pretendia elaborar, uma vez que os tipos de agricultores que na amostra se salientam são os seguintes: agricultores a tempo completo jovens, de meia-idade, e idosos (estes já analisados através da variável Idade), e agricultores pluriactivos.

As AFC's entre o tipo de agricultor e PR, e C1, não evidenciam nunca a pluriactividade, sugerindo que os agricultores pluriactivos não se distinguem do conjunto dos restantes quanto a estas variáveis. Aliás, estas

análises mostram as oposições entre jovens e idosos, exactamente como tinham salientado as AFC's relativas à Idade.

Esta conclusão da AFC será em seguida confirmada através de um outro teste. Entretanto, uma explicação para o resultado evidenciado é o facto de que os jovens alcançam níveis muito elevados de PR, o que obsta a que os pluriactivos se salientem neste tipo de análise.

A análise das componentes de PR mostra que os pluriactivos se salientam como mais conhecedores dos dados de mercado, mas que raramente ou nunca procuram informação, nem se esforçam por vender melhor os seus produtos. Tal está evidenciado no quadro 6.2.

Então, valores elevados em pelo menos uma das componentes de PR podem ser neutralizados por valores baixos em outras componentes. O exame das referidas componentes sugere que os pluriactivos têm uma propensão a adquirir conhecimentos talvez elevada, mas que não a exploram (não se esforçam) ou por falta de tempo, ou mais provavelmente por centrarem as suas preocupações na actividade fora da exploração.

Também estes agricultores não se salientam em relação à utilização de técnicas mais modernas. A hipótese teórica que permitiria pensar que os pluriactivos seriam mais inovadores a este respeito repousa, como foi anteriormente justificado, em dois pressupostos: uma maior capacidade empresarial, e uma relativa escassez de trabalho, o qual seria substituído por capital.

O primeiro pressuposto liga-se a PR e acaba de ser discutido através da AFC, sendo posteriormente sujeito a outro tipo de análise. Quanto ao

segundo, há que averiguar o que se passa a nível da quantidade de trabalho. Note-se que a análise não pode ser rigorosa, por não existirem elementos relativos à dimensão da exploração, o que seria necessário, já que a disponibilidade em trabalho só faz sentido em relação à quantidade de terra.

Em todos os casos de pluriactividade do chefe de exploração a mulher trabalha em tempo completo na exploração, tendo sido indicados tempos diários entre nove e doze horas. O chefe de exploração declara sempre trabalhar nos fins de tarde e nos fins de semana.

Dois dos entrevistados têm filhos a trabalhar na exploração em tempo completo (dois filhos num dos casos, três no outro). Outros dois têm filhos estudantes (com idades entre os nove e os treze anos), que ajudam "quando podem", em geral em metade do dia. Em dois outros casos, os filhos são operários e trabalham na exploração nos fins de tarde e fins de semana. E, finalmente, os filhos dos dois agricultores pluriactivos mais velhos já não vivem com os pais.

Ora, são precisamente estes últimos que apresentam valores de C1 mais elevados, enquanto que os dois que foram citados inicialmente têm esses valores mais baixos.

Estas conclusões, que sugerem uma certa relação entre a disponibilidade de trabalho e C1 devem ser consideradas com cuidado. Aliás, a quantidade de trabalho não foi retida como variável porque, como já foi dito, só faz sentido analisá-la em relação à terra disponível, e não existem, por razões também já explicadas, elementos a este respeito.

Em todo o caso, o resultado desta AFC é provisório, já que, também aqui, os valores muito elevados de C1 que os jovens apresentam podem ter impedido que os pluriactivos se salientem.

A AFC entre o tipo de agricultor e NA mostrou que os agricultores idosos e com NA baixo, se distinguem dos agricultores jovens com NA elevado e dos pluriactivos também com NA elevado, sendo estes dois grupos semelhantes.

Os pluriactivos evidenciam, então, e tal como os jovens, valores de NA mais elevados que os do resto da amostra, como era de esperar, e como foi anteriormente sugerido.

A AFC entre o tipo de agricultor e C3, revelou a mesma oposição, sendo que os agricultores idosos e com valores nulos de C3 se distinguem dos jovens e dos pluriactivos com C3 médio alto e alto, continuando aqui estes dois grupos semelhantes.

Portanto, confirma-se que os pluriactivos inovam mais do que os outros no que respeita à composição da produção.

E, como foi referido no capítulo segundo, a reconversão pode ser motivada pela escassez de trabalho (e nesse caso ela seria feita para culturas menos intensivas em trabalho), ou por razões ligadas à capacidade empresarial, ou ainda por maiores disponibilidades de financiamento de investimentos.

Estas hipóteses convidam a analisar o tipo de reconversão que realizaram os agricultores pluriactivos desta amostra, e que, caso a caso, é a seguinte:

1- Redução do efectivo pecuário e reconversão da vinha velha para vinha nova;

2- Aquisição de vacas leiteiras e aumento da área de forragens, reduzindo a exploração ao leite e ao vinho;

3- Substituição da actividade leiteira pela engorda de bovinos, com a respectiva alteração do tipo de efectivo pecuário;

4- Redução da área de batata e de milho associado ao feijão, substituídos por flores e feijão estreme;

5- Aquisição de gado para leite e engorda, com aumento da área de forragens e eliminação do centeio;

6- Idém, com reconversão da vinha;

7- Eliminação da cultura do centeio, substituição por forragens, alface e tomate, e aumento do efectivo bovino também para leite e engorda.

Em todos os casos existe investimento em aquisição de bovinos e/ou em reconversão da vinha, além de menores investimentos em sementes e outros inputs. Note-se que se trata de investimentos importantes, o que confirma, para estes agricultores, a hipótese de que a pluriactividade está associada a mais investimentos de reconversão, pela maior disponibilidade de fundos e maior capacidade de endividamento.

No primeiro e no terceiro dos casos citados a reconversão visa nitidamente a redução da quantidade de trabalho. É interessante notar que

se trata precisamente dos dois agricultores que não têm nenhum filho a residir e a trabalhar na exploração.

As restantes situações de reconversão não têm o objectivo de poupar trabalho, mas, antes, dirigem-se, claramente, ao aumento do rendimento da exploração. Ou seja, são resultado de uma maior capacidade empresarial.

Nesta pequena amostra de pluriactividade confirmam-se, assim, e por vezes com diferenças caso a caso, as hipóteses enunciadas.

Permanece a questão de saber por que razão os pluriactivos não se salientam em algumas componentes de PR, como foi acima indicado. Talvez que razões ligadas às suas formas de sociabilidade em relação aos restantes agricultores justifiquem tal comportamento. Isto, em si, constituiria tema para outra pesquisa.

Com o objectivo de afinar os resultados anteriores e de esclarecer a relação entre a pluriactividade e PR e C1, recorreu-se a uma metodologia que separa apenas dois grupos: os agricultores pluriactivos e os agricultores em tempo completo.

Esta análise permite, assim, evidenciar as especificidades do comportamento dos pluriactivos em relação à restante amostra.

O método utilizado foi o teste de Mann-Whitney. Trata-se de um teste não paramétrico que pretende testar se duas variáveis (neste caso, ser ou não pluriactivo) têm a mesma localização ou não.

Quanto à relação entre a pluriactividade e PR (que não tinha resultado muito clara da AFC), foi testada a hipótese de os agricultores pluriactivos terem os mesmos níveis de PR que os restantes.

Em alternativa, considera-se a hipótese de esses níveis serem superiores para os pluriactivos. Esta alternativa é indicada pelas observações.

Conclui-se que existe evidência estatística suficiente para rejeitar a hipótese em teste, ou seja, rejeita-se a hipótese de os níveis de PR serem iguais para os agricultores pluriactivos e para os não pluriactivos, contra a alternativa de os primeiros apresentarem valores superiores. E isto para níveis de significância superiores a 0.5%.

Este importante resultado, que não tinha sido evidenciado na AFC devido ao forte peso dos jovens nos valores elevados de PR, constitui uma conclusão segura do teste de Mann-Whitney.

Do mesmo teste, quando aplicado à variável NA, resultou que não existe evidência estatística suficiente para rejeitar a hipótese de os níveis de NA serem iguais para os agricultores pluriactivos e para os não pluriactivos.

Para as variáveis C1 e C3, as conclusões são outras. O teste de Mann-Whitney permite concluir que é de rejeitar a hipótese de os níveis destas duas variáveis serem os mesmos para os dois grupos de agricultores, contra a hipótese alternativa de os valores das variáveis citadas serem superiores para os agricultores pluriactivos, e isto para níveis de significância superiores, respectivamente, a 9.2% e a 1.6%. Note-se que a rejeição da referida hipótese é mais segura para C3.

Conclui-se, então, que os agricultores pluriactivos podem ser considerados como um grupo com um comportamento específico, no que respeita aos objectivos deste estudo.

Os seus níveis de PR são superiores à generalidade da amostra, o que se deve, como foi atrás justificado, à sua inserção num meio moderno.

Mais do que os outros agricultores, eles alteram a composição da sua produção, não só devido a uma relativa escassez de trabalho e a uma maior e mais regular disponibilidade de meios financeiros, mas também em função dos seus (mais elevados) níveis de PR.

De um modo geral, eles utilizam mais frequentemente inputs modernos. Esta conclusão não é, no entanto, e como se viu, tão segura como as outras.

Em relação ao seu modo de consumo e às suas aspirações, eles parecem assemelhar-se aos jovens, o que é sugerido pela AFC. No entanto, quando opostos à restante amostra (que inclui os jovens) eles não se evidenciam. Pode-se concluir que os pluriactivos são diferentes na variável NA, mas muito menos que os jovens.

## 6.3. Análise da Eficiência do Trabalho

### 6.3.1. Objectivos da Pesquisa e População Inquirida

Finalmente, comentarei os resultados da pesquisa de campo no que se refere à análise da eficência do trabalho.

De acordo com a perspectiva teórica explicitada no capítulo terceiro, a pesquisa empírica consistiu em entrevistas a jovens trabalhadores agrícolas e aos respectivos pais (chefes de exploração), tendo-se abrangido 22 casos. Escusado será dizer que as entrevistas foram realizadas separadamente, para que a presença do pai não influenciasse a resposta do filho, e vice-versa.

Pretendia-se, recorde-se, encontrar alguma medida da eficiência do trabalho (que consistiu no já referido índice "CQRT", de acordo com a sugestão de Leibenstein (1976), devidamente adaptada ao caso presente). Os níveis de eficiência daí resultantes seriam então relacionados com índices de autoridade (do chefe de exploração), e com índices de interesse (do jovem trabalhador familiar). Este relacionamento permitiria encontrar uma tipologia da eficiência da família agrícola, cruzando os casos de interesse / desinteresse pela actividade, por parte do jovem trabalhador familiar, com as situações de autoritarismo / liberalismo, por parte do chefe de exploração. Esta tipologia poderia ser completada através da distinção de outras situações, como a pluriactividade.

No entanto, a reduzida dimensão da amostra, resultante de limitações várias, entre as quais se destaca a técnica utilizada (entrevista) não permitiu contemplar a pluriactividade ou outras situações específicas. Daí que a tipologia tivesse sido reduzida, aliás, de acordo com as propostas já indicadas no capítulo quinto.

No que se refere à população entrevistada (e somente aos jovens, já que os 22 chefes de exploração estão incluídos nos 40 agricultores inquiridos para fins da pesquisa anterior), esta apresenta idades compreendidas entre os 13 e os 29 anos, sendo 36.4% homens e 63.6% mulheres.

Uma percentagem de 18.2% destes jovens trabalha apenas na agricultura, enquanto que 36.4% estudam e trabalham na exploração, e 45.4% são pluriactivos.

No entanto, apenas 13.6% desejam continuar a ser agricultores, preferindo os restantes ter (ou vir a ter) outra profissão. Quanto às profissões ambicionadas foram citadas as de electricista, engenheiro mecânico, empregado de comércio, educadora infantil e operário, sendo esta última profissão a mais citada (41% dos casos).

### 6.3.2. Alguns Resultados

Os níveis de eficiência foram calculados através das somas ponderadas dos valores das variáveis C, R, T e Q, tendo-se atribuído uma ponderação de 40% à variável C (o que implica considerar que a realização

de actividades complementares é um importante factor de eficiência), e de 20% a cada uma das restantes. Estes níveis variam, na pesquisa de campo, entre 2 e 10.

Terá interesse desagregar as várias componentes da eficiência, e analisar cada uma separadamente. Assim, C apresenta um valor nulo em 59% dos casos, mostrando que a maioria dos jovens trabalhadores familiares (da amostra) são meros executores, não mostrando qualquer interesse pelo seu trabalho.

Isto era de esperar, e apenas 27.2% dos jovens alcançam valores de C maiores ou iguais a 5, o que significa que, de uma maneira geral, gostam de agricultura, desejam frequentar cursos de formação profissional nesta actividade, e esforçam-se por apreender melhor a sua actividade, dentro das limitações existentes.

Os jovens entrevistados empenham-se mais na qualidade do seu trabalho do que em outras componentes. A grande maioria deles (95%) declara que executa as tarefas agrícolas com cuidado, de modo a que "as coisas fiquem bem feitas".

Quanto ao tempo de do trabalho, ele é sobretudo igual àquele que os pais impõem (77% dos casos), enquanto que poucos trabalham mais horas (9%, e coincidindo com os mais altos valores de C), ou menos tempo (14%).

O ritmo de trabalho é variável, sendo que 55% dos jovens declaram trabalhar mais depressa do que aquilo que lhes é imposto, e 45% mais devagar.

Como era de esperar, a maior parte dos jovens não tem interesse pela agricultura.

O índice de interesse revelou-se baixo (entre 0 e menos de 4 pontos) para 59.1% dos entrevistados, médio (entre 4 e menos de 7 pontos) para 9.1%, e alto (entre 7 e 10 ponto) para 31.8%. Em relação a este último número, note-se que, como foi acima apontado, apenas 13.6% dos entrevistados desejam continuar a ser agricultores, o que significa que outras razões, para além do gosto pela actividade, os levam a ambicionar ou profissões. Tais razões já foram discutidas no primeiro capítulo.

O índice de autoritarismo, contrariamente ao que se esperava, revelou-se baixo (entre 0 e menos de 4 pontos) em 40.9% dos casos, e médio (entre 4 e menos de 7 pontos) em 45.5%. Portanto, apenas 13.6% dos pais entrevistados atingiram um nível elevado (entre 7 e 10 pontos).

É, pois, reduzida a percentagem de chefes de exploração que vigia atentamente o trabalho dos filhos, que lhes aplica punições em relação à execução das tarefas agrícolas, ou que não toma em consideração as sugestões dos filhos. Isto porque, em relação à quarta componente do índice de autoritarismo, verifica-se que a grande maioria dos pais (96%) não dá dinheiro aos filhos, e mesmo, quando os filhos são pluriactivos, estes entregam frequentemente a totalidade ou uma parte considerável dos seus ordenados aos pais.

### 6.3.3. Análise Estatística

O objectivo desta análise é, pois, verificar em que medida e de que forma a eficiência do jovem trabalhador familiar (o valor de CRTQ) depende do interesse que este tem pela actividade agrícola, medido pelo índice de interesse ou de gosto (Ig), e do autoritarismo do pai, medido pelo respectivo índice (Ia).

Esquematicamente, tal relação pode-se representar:

$$CRTQ = f(Ig, Ia)$$

Foi ensaiada uma regressão linear com as três variáveis, cujos resultados são os seguintes:

$$CRTQ = \underset{(7.31)}{4.53658} + \underset{(7.41)}{0.52696}\ Ig - \underset{(-2.88)}{0.36904}\ Ia$$

$R2 = 0.767530$

Estatística F (2, 19) = 31.365 (Prob = 0.000)

MATRIZ DE VARIÂNCIA / COVARIÂNCIA

| | Ia | Ig | Constante |
|---|---|---|---|
| Ia | 0.0164 | -0.0001 | -0.0622 |
| Ig | -0.0001 | 0.0051 | -0.0166 |
| Constante | -0.0622 | -0.0166 | 0.3852 |

Os resultados obtidos são satisfatórios. O coeficiente de correlação ajustado apresenta um valor tal que se pode supôr serem as variações de CRTQ explicadas em 86.2% pelas duas variáveis independentes seleccionadas, Ig e Ia. Tal conclusão é confirmada pelo valor da Estatística F, que mostra que a correlação entre as três variáveis é altamente significativa.

Por outro lado, a significância dos coeficientes de Ia e Ig, testada individualmente através da Estatística T, é, também, elevada.

Analisando a matriz dos coeficientes de correlação, observa-se que a covariância entre os valores das duas variáveis independentes assume um valor tão irrelevante que não foi posta a hipótese de multicolinearidade. Tal hipótese não tem qualquer justificação teórica, nem parece poder derivar da metodologia utilizada, uma vez que as entrevistas ao chefe de exploração e ao jovem trabalhador familiar foram realizadas independentemente uma da outra.

MATRIZ DOS COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO

| | CRTQ | Ia | Ig |
|---|---|---|---|
| CRTQ | 1.0000 | | |
| Ia | -0.2154 | 1.0000 | |
| Ig | 0.8151 | -0.0111 | 1.0000 |

6.3.4. Conclusões

Relativamente às conclusões que se podem retirar desta análise, há que sublinhar que os resultados são, como foi dito, satisfatórios, e são consistentes com as perspectivas teóricas apontadas em capítulos anteriores.

No entanto, é de notar que as conclusões permanecem, evidentemente, válidas para a amostra testada (que abrange apenas uma parte da população agrícola de uma freguesia do Entre Douro e Minho), e de acordo com a metodologia utilizada neste trabalho.

Conclui-se, tendo em conta as precauções mencionadas, que a eficiência do trabalho dos jovens, na pequena exploração agrícola familiar, é tanto maior quanto menor fôr o autoritarismo do chefe de exploração, e quanto maior fôr o interesse do executante pela actividade. Em particular, um aumento unitário do nível de autoritarismo reduz em cerca de 37% a

eficiência, enquanto que um incremento idêntico do nível de interesse a aumenta em 53%.

As situações de colaboração, quando acompanhadas pelo gosto pela actividade agrícola, revelam-se, assim, como sendo as mais eficientes.

Estas últimas conclusões confirmam as hipóteses avançadas no capítulo terceiro. Sugeriu-se aí, de facto, que a eficiência é acrescida pela colaboração, por parte do dirigente, com o trabalhador, e pelo interesse deste último, tal como propõe H. Leibenstein.

Porém, também se sugeriu, e de acordo com o mesmo autor, que, em situações de elevado desinteresse, a eficiência é maior existindo autoritarismo (atinge-se o nível mínimo de eficiência), do que em presença de liberalidade ou colaboração.

Ora tal resultado não é confirmado por esta análise, que conclui por uma relação sempre inversa entre as duas variáveis.

Para obter algum esclarecimento àcerca desta questão, os dados foram analisados de uma forma alternativa, o que se tornou possível devido ao pequeno número de observações. Procurou-se condensar as situações resultantes da pesquisa empírica de acordo com a tipologia atrás proposta.

QUADRO 6.3

Ig

| | ALTO | MÉDIO | BAIXO |
|---|---|---|---|
| BAIXO | 9.1%<br>ef=9.5 | 4.5%<br>ef=6.8 | 27.3%<br>ef=4.33 |
| Ia<br>MÉDIO | 18.3%<br>ef=7.8 | 4.5%<br>ef=2 | 18.3%<br>ef=2.75 |
| ALTO | ---- | ---- | 13.6%<br>ef=3.3 |

No quadro anterior, as percentagens indicadas referem-se à frequência de cada situação em relação ao total, notando-se que duas das situações propostas não foram encontradas na amostra. Por "ef" é designada a média do coeficiente de CRTQ do conjunto de casos que se enquadram em cada situação.

As conclusões referentes a valores altos e médios de Ig, quando cruzados com níveis de autoridade alternativos, são idênticas às da análise anterior, e àquelas que tinham sido propostas teoricamente.

No entanto, não se podem tirar ilações tão claras no que respeita a valores baixos de Ig. Neste caso, a eficiência decresce inicialmente com o aumento da autoridade, para depois aumentar. Dir-se-ia que, em caso de desinteresse por parte do jovem, um nível de autoridade baixo é preferível a um médio ou alto.

Tais são os resultados da pesquisa sobre a eficiência da pequena exploração familiar. Resultados que, como acima referi, estão subordinados

às limitações existentes na realização desta pesquisa, nomeadamente a dimensão da amostra e a metologia utilizada. Em relação a este segundo aspecto, a disposição de métodos mais objectivos (e, claro, mais custosos), que envolvam, por exemplo, a medição efectiva dos desvios em relação ao tempo, ritmo e qualidade de trabalho impostos, e a participação em actividades complementares (como a formação profissional) durante um período relativamente longo, poderá alcançar resultados mais consistentes.

NOTAS:

(1) A amostra inquirida não terá, porventura, as dimensões desejáveis. No entanto, limitações de ordem exclusivamente financeira impediram que o inquérito abrangesse uma população maior. Note-se que o único apoio ao inquérito foi prestado (muito gentilmente) pela Câmara Municipal de Fafe, que me cedeu duas jovens contratadas no âmbito das "Ocupações dos Tempos Livres", durante um mês e dez dias.

Dois desses dias foram gastos em treino e acompanhamento das jovens, a Cristina e a Mafalda. No restante tempo, foi feito o possível, atendendo às limitações inerentes a este tipo de inquérito.

De facto, em cada dia é apenas exiquível a realização de dois inquéritos, devido às deslocações a pé, pelos campos, às respostas negativas de muitos agricultores, etc.

Foi escolhido o mês de Julho pela disponibilidade das jovens, que muito se esforçaram por obter um trabalho com qualidade.

# CONCLUSÕES

A minha proposta inicial consistiu em estudar a economia da pequena agricultura no noroeste português, fixando esta abordagem na microeconomia, ou seja, nas decisões e nos comportamentos do pequeno empresário agrícola.

Uma primeira constatação foi a de que os modelos tradicionais microeconómicos não se mostravam susceptíveis de fornecer um enquadramento adequado a este sector. Uma estrutura como a concorrência perfeita, englobando um vasto conjunto de pequenas empresas produzindo um produto homogéneo, com um comportamento também homogéneo, dispondo de perfeita e igual informação, maximizando o seu objectivo, e com livre entrada e saída da actividade, não se revela, em nada, semelhante à estrutura enquadrante da agricultura no noroeste português. Ainda, a microeconomia convencional ignora as relações intra-firma, tratando a empresa como constituída por um único indivíduo, o que também não me pareceu conveniente para o estudo a que me propus.

Pelo contrário, em relação ao modelo de concorrência perfeita, diferenças essenciais se impõem. Os pequenos agricultores não têm a mesma informação, nem a mesma percepção dos dados do mercado. Tal como mostrou a análise da pesquisa empírica, a distribuição da variável PR acusa tais diversidades. Em particular, o valor médio dos dados referentes,

por exemplo, ao conhecimento da evolução dos preços muito difere de grupo para grupo.

Os objectivos dos agricultores diferem entre si, e eles estão longe de os maximizar. Os seus comportamentos não são homogéneos: a composição da produção, a técnica utilizada (e, portanto, os custos), as formas de venda e os preços dos produtos, a qualidade da decisão (a julgar pelas restrições - PR- utilizadas) diferem de agricultor para agricultor. E as relações entre os diversos elementos da empresa (neste caso, também família) são relevantes e explicam, até certo ponto, a eficiência conseguida na actividade. Tal foi confirmado pela pesquisa em campo, e pelas respectivas conclusões.

Mas já desde o início existiam suspeitas a este respeito, o que conduziu ao problema de saber qual a razão das diversidades de comportamentos, de não maximização, etc. Existiria algum elemento estrutural no sector que condicionasse as pequenas empresas a comportamentos diferentes?

A primeira justificação que, naturalmente, surge, é a de que tal fenómeno não seria específico da pequena agricultura, mas, genericamente, estaria presente em muitos sectores, sendo que a teoria apresenta um tal nível de abstracção que se torna pouco útil por inaplicável.

Será uma questão legítima, que foi aflorada no segundo capítulo. Mas, em vez de insistir nesta problemática, optei por tentar explicar o fenómeno apenas para o caso da pequena agricultura.

Daí que a busca do tal "elemento estrutural" constituisse a primeira parte do trabalho. Note-se que não se trata de uma "característica" (com a conotação estática que habitualmente se dá a este termo) estrutural, mas de um elemento dinâmico resultante da evolução do sector. E tal evolução toma, nas últimas décadas, um carácter muito particular, pelas importantes alterações económicas, mas também de natureza social, que se produziram.

Assim, começar pelo espaço social rural, pela sua transformação e respectivos efeitos sobre os agentes económicos, significou pressupôr a existência de um elemento fundamental da estrutura do sector da pequena agricultura, que constitui um forte condicionador do comportamento.

Esse elemento consiste na diversidade dos efeitos que as transformações do meio rural nas últimas três décadas produziram (e produzem) nos agentes económicos, o que se pode considerar como resultando na existência de vários tipos de agentes, munidos de pré-disposições diversas, cuja especificidade se revela nas decisões e nos comportamentos económicos. Sendo assim, esse é um elemento dinâmico, tal como toda a estrutura do sector, a qual, longe de ser estática, se mostra em permanente mutação.

A pesquisa sobre a transformação do espaço social rural levou-me a uma "incursão" na área da sociologia. Tem-se constatado que os economistas (e provavelmente muitos outros cientistas) se sentem pouco à-vontade quando saiem do seu domínio particular. O que é perfeitamente natural, dado que a utilização de conceitos, de instrumentais teóricos "pertencentes" a outras disciplinas não é feita sem alguma dificuldade por parte do estudioso.

Sinto que o primeiro capítulo deste trabalho revela essas dificuldades, e, porventura, algumas insuficiências a nível da sociologia. Mas a alternativa seria contornar a questão, deixando as razões dos efeitos diferenciados das transformações nos campos (e, assim, a questão dos potenciais inovadores) para motivos "exógenos", e, portanto, não analisados.

Preferi procurar os motivos, e tentar fornecer uma justificação lógica para os fenómenos detectados. Mesmo correndo o risco de meter a foice em seara alheia, com todas as deficiências que isso acarreta.

Por outro lado, há que acrescentar uma palavra sobre a metodologia utilizada neste capítulo inicial.

É que, e em vez de ter efectuado uma pesquisa teórica imediadamente conducente à aplicação em terreno, preferi proceder de outra forma. Em cada tema (que, no fundo, corresponde, por vezes com aproximações sucessivas, a cada tipo de agricultor) foram recolhidos elementos teóricos e, imediatamente a seguir, elementos de confirmação empírica, após o que elaborei hipóteses concretas a testar em terreno.

Penso que, deste modo, consegui obter uma melhor base para a elaboração da tipologia que proponho.

Os resultados do estudo integrante do primeiro capítulo constituiram um primeiro e fundamental desvio da microeconomia tradicional. A hipótese da homogeneidade de comportamentos foi definitivamente abandonada, sendo necessário encontrar alternativas funcionais a esta hipótese.

Será de esperar que cada agente económico, cada indivíduo em si, tenha um comportamento próprio. Mas torna-se impossível, do ponto de

vista teórico, assumir infinitas diversidades. Então, a alternativa será optar por uma perspectiva de tipologias de comportamento, em que cada tipo ou grupo de agentes tem um comportamento significativamente diferente do dos restantes grupos, mas com considerável homogeneidade intra-grupo.

Adoptada esta perspectiva, a tarefa seguinte consistiu em analisar o sector, observando, de acordo com a literatura disponível, os registos sobre os seus (outros) elementos estruturais, e sobre os comportamentos. Tratava-se não apenas de confrontar e sistematizar esses registos, mas também de detectar lacunas, as quais teriam de ser preenchidas à luz de abordagens não especificamente do foro da economia agrária.

A revisão da literatura seleccionada revelou a existência de uma grande disparidade de teses, seja em termos de evolução de pensamento (camponês conservador / camponês "maximizante"), seja quanto às abordagens mais actuais.

Principalmente em relação a estas últimas, e à disparidade das suas conclusões (o pequeno agricultor tem como objectivo o autoconsumo, ou a produção para o mercado; mantem ou altera a composição da sua produção; ajusta ou não ajusta os seus inputs; etc.), ela pode ser entendida como resultante não de uma diversidade de "opiniões", mas, principalmente, de uma autêntica diversidade de comportamentos.

Em segundo lugar, a revisão da literatura mostrou-se particularmente decepcionante quanto à questão da racionalidade económica. Esta foi tratada em duas versões dicotómicas e sequenciais no tempo, e que foram a do pequeno agricultor conservador, totalmente incapaz de se integrar na

lógica mercantil, e a do pequeno agricultor como perfeito maximizador dos seus objectivos.

Foi necessário pesquisar a problemática da racionalidade económica, principalmente da racionalidade instrumental, com o objectivo de encontrar uma proposta teórica susceptível de enquadrar tanto a hipótese da existência de graus intermédios (entre os dois extremos da dicotomia referida) de racionalidade, como a hipótese de de uma diversidade de racionalidades que justificasse a diversidade de comportamentos.

A tese da racionalidade selectiva mostrou-se particularmente adequada para tal objectivo, tendo sido feitas as necessárias adaptações ao sector da pequena agricultura, e a uma análise que integra um estudo empírico.

Deste modo, os diferentes graus de racionalidade (no caso, níveis de PR) deveriam: (i) ser explicados por especifidades inerentes a cada grupo ou tipo, e (ii) explicar diversidades de comportamentos, nomeadamente no que se refere às técnicas utilizadas, a ajustamentos da composição da produção, ao objectivo (produção para autoconsumo ou para o mercado), e, eventualmente, ao nível de vida e de aspirações da família agrícola.

A análise estatística aplicada aos agricultores inquiridos em Fornelos, Fafe, confirmou estas hipóteses.

Como grande conclusão, destacaram-se três grupos de agricultores que revelam especificidades estruturais, e, consequentemente, de comportamento: os jovens, os idosos e os pluriactivos.

E, não pretendendo tornar esta última nota repetitiva em relação às afirmações anteriores, acrescento apenas que o mundo rural parece, pelo menos tanto quanto a análise desta amostra sugere, ser hoje constituído por grupos com comportamentos opostos. Os dois grupos dinâmicos opõem-se, de facto, ao grupo dos idosos tradicionais, dos quais não se pode esperar qualquer modernização.

Paralelamente, foi feita uma pequena abordagem destinada a detectar a importância das relações intra-empresa, incluindo as condicionantes do facto de serem também relações familiares, na eficiência do trabalho. As conclusões revelaram-se interessantes, sugerindo que a eficiência pode ser explicada pelas relações entre o chefe de exploração e o jovem trabalhador familiar, e pelo interesse deste último na actividade.

Parece-me importante, neste momento, realçar o que significa escrever uma tese em economia agrária em Portugal, nos dias de hoje. Comecei por dizer que a microeconomia convencional não se adequa bem ao estudo em causa. Mas, de facto, procurar um instrumental teórico que se ajustasse ao caso da pequena agricultura não foi tarefa fácil.

Além da obra de Chayanov, que descobri com grande satisfação e que procurei integrar aqui, tive a sensação de que aquilo que se escreveu até hoje sobre economia agrária se resumiu praticamente a três temas fundamentais: a questão da transição para o capitalismo na agricultura, os efeitos da "Revolução Verde" e a propagação de inovações, e a Política Agrícola Comum. Ora nenhum destes temas (com excepção, talvez, dos efeitos da "Revolução Verde") se torna pertinente no tipo de análise a que me propus.

O resto, que constitui o material seleccionado para a discussão constante do segundo capítulo, são pequenos contributos parcelares, os quais, se bem que com o seu mérito, não se ajustam de modo a formar um corpo teórico consistente. Bem longe disso.

A ciência económica tem elegido a actividade industrial como seu campo de referência, e a transposição dos resultados para outras actividades nem sempre á adequada. Foi o que procurei mostrar, sugerindo algumas contribuições para uma abordagem da pequena agricultura.

Para tal, foi necessário procurar referenciais teóricos alternativos . Além da incursão na sociologia, fui "buscar" a economia da família, a nova economia industrial, a racionalidade económica, entre outros contributos.

Tentei integrar entre si estas abordagens, e enquadrá-las no caso da pequena agricultura. Este trabalho não foi fácil. De novo, teria de escolher entre utilizar uma teoria acabada e testada (por exemplo, um modelo de concorrência perfeita), e deparar com problemas ao nível da justeza dessa aplicação, e ao nível dos resultados, ou, então, seguir a via pela qual acabei por optar.

Sendo mais difícil, esta via envolve mais riscos. Mas se uma tese, como o próprio nome indica, deve constituir um trabalho inovador, pareceu-me que se justificava correr os riscos e aceitar o desafio.

Finalmente gostaria de concluir salientando que, ao longo deste trabalho, outras ideias e interrogações foram aparecendo, as quais, por estarem fora do alcance desta tese, não foram desenvolvidas, o que não impede que aqui fiquem registadas como sugestões par futuros trabalhos.

Uma primeira linha de sugestões integra-se extensão das hipóteses teóricas aqui utilizadas a outros sectores económicos em que o elemento estrutural que constitui a diversidade de comportamentos esteja presente.

Por vezes, ignora-se a figura do empresário, que é "escondida" atrás de variáveis como, por exemplo, a dimensão da empresa. Numa época em que se reconhece a necessidade de melhorar a capacidade empresarial, e em que são concedidos apoios a uma autêntica extensão empresarial, é talvez tempo de a teoria deixar de ignorar que, em sectores compostos por um elevado número de unidades, há também "empresários e empresários", há diferentes capacidades, e integrar este elemento nas diversas análises.

Um segundo conjunto de propostas refere-se às abordagens da pequena agricultura. Aqui, este trabalho chama a atenção para os perigos das análises estáticas, e para a necessidade de maior integração.

É, pois, necessário estar-se atento ao facto de que a estrutura do sector é mutável. Os grupos ou tipos vão-se alterando. Se o emigrante regressado pode não ter relevância dentro de alguns anos, a empresa em pluriactividade será porventura mais significativa, e terá alterado o seu comportamento. Provavelmente, existirá uma tendência para um desnível crescente entre explorações de empresários capazes e explorações de empresários cada vez mais fechados no seu atraso. Que implicações se põem, então, ao nível da estrutura, por exemplo da concentração da actividade?

Observar a mutação, e a sua influência sobre os comportamentos, é um aspecto da maior importância.

A mutação tem também um efeito de estratégia anti-risco. Tal estratégia parece ser comum nos agricultores de Fornelos, que continuam diversificando a sua produção, mesmo quando o destino é o mercado.

Ora, isto chama a atenção para a importância das especificidades estruturais do sector, e para a sua influência nos comportamentos.

# BIBLIOGRAFIA


Accardo, Alain e Corcuff, Philippe (1986): La Sociologie de Bourdieu, Editions Le Mascaret, Bordéus.

Amaro, Rogério Roque (1985): Reestruturações Demográficas, Económicas e Socioculturais em Curso na Sociedade Portuguesa: o Caso dos Emigrantes Regressados, in Análise Social, nºs 87 - 88 - 89.

Ambrósio, Teresa (1985): Aspirações Sociais e Políticas da Educação, in Análise Social, nºs 87 - 88 - 89.

Avillez, Francisco (1987): Portuguese Agriculture and the New CAP, in Soares Fernando Brito , ed.(1987): EEC Enlargement : Another Step Towards the End of Traditional CAP?, Departamento de Economia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Avillez, Francisco; Cory, Dennis; Ferro, Manuela; Finan, Tim; Fox, Roger; Jesus, João; Jorge, Manuela; Langworthy, Mark; Medeiros, Manuel; Marques, Margarida; Martins, Francisco; Monke, Eric; Pearson, Scott; e Coelho, José Pimentel (1989): Structural Change and Small-Farm Agriculture in Northwest Portugal - A Report to the Luso-American Development Foundation, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

Azevedo, Joaquim e Mendes, Américo (1987): O Ensino Técnico-Profissional da Área da Agricultura - Resultados de um Inquérito na Região Norte, in Cadernos do Noroeste, vol.I-1.

Bailey, Elizabeth E. e Friedlaender, Ann F. (1982): Market Structure and Multiproduct Industries, in Journal of Economic Literature, Setembro.

Baptista, Fernando Oliveira (1978): Portugal 1975 - Os Campos, Edições Afrontamento, Porto.

Barão, Helena (1983): Democratização das Relações Familiares, in IED, Cadernos da Juventude, nº XIV.

Barbichon, Guy (1986): Une Nouvelle Division Domestique du Travail Paysan, in Etudes Rurales, Janeiro - Junho, nºs 101 - 102.

Barrocas, José M. (1983): Modelos Agrícolas de Optimização Sujeitos a Risco : Alguns Aspectos, Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian da Ciência, Oeiras.

Barros, Fernanda (1983): Os Jovens e os Projectos de Futuro, in IED, Cadernos da Juventude, nº XIV.

Barros, Henrique (1972): A Economia da Empresa Agrícola, Edição da Universidade de Luanda, Nova Lisboa.

Barros, Henrique (1975): Os Grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa.

Barros, Vítor; Carvalho, Agostinho; e Rocha, José Ramos (1982): Que Futuro para a Produção Leiteira : Grande ou Pequena Exploração ?, Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian da Ciência, Oeiras.

Becker, Gary S. (1976): Altruism, Egoism and Genetic Fitness: Economics and Sociobiology, in Journal of Economic Literature, Setembro.

Becker, Gary S. (1981): A Treatise on the Family, Harvard University Press, Cambridge.

Ben - Porath, Yoram (1982): Economics and the Family - Match or Mismatch? A Review on Becker's *A Treatise on the Family,* in Journal of Economic Literature, Março.

Binswanger, Hans P. e Pingali, Prabhu (1986): Agriculture Intensification and Technical Change in Sub-Saharan Africa, in Proceedings of the Nineteenth International Conference of Agricultural Economists, Gower Publishing Company, Aldershot.

Bohlje, Michael e Lowenberg-Deboer, J. (1986): Integration of Production and Financial Theory in Analysing Firm Behaviour, in Proceedings of the Nineteenth International Conference of Agriculture Economists, op. cit.

Boserup, Ester (1965): The Conditions of Agricultural Growth - The Economics of Agrarian Change Under Population Pressure, Aldine Publishing Company, Nova Iorque.

Boulding, Kenneth E. (1957): Agriculture : Problems of a Competitive Industry, in Edwin Mansfield (ed) (1979): Microeconomics : Selected Readings, Norton, Nova Iorque.

Bourdieu, Pierre (1980): Questions de Sociologie, Les Editions de Minuit, Paris.

Boussard, Jean-Marc (1986): Changing Environment and Structural Heterogenity in Agriculture, in Proceedings of the Nineteenth International Conference of Agricultural Economists, op. cit.

Broome, John (1984): Uncertainty and Fairness, in The Economic Journal, Setembro.

Brown, Gilbert T. (1984): Price Incentives, in Meier, Gerald, op. cit.

Brutton, Henry J. (1985): The Search for a Development Economics, in World Development, Outubro / Novembro.

Carvalho, Agostinho (1984): Os Pequenos e Médios Agricultores e a Política Agrária no Período 1960 - 1975, Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian da Ciência, Oeiras.

Cavaco, Carminda (1985): A Agricultura a Tempo Parcial - Contribuição para o seu Estudo na Região de Lisboa, Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian da Ciência, Oeiras.

Champagne, Patrick (1986): La Reproduction de l'Identité, in Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 65, Novembro.

Champagne, Patrick (1987): Capital Culturel et Patrimoine Economique - Le Cas de l'Agriculture Bressane, in Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 69, Setembro.

Chayanov, A. V. (1966): The Theory of Peasant Economy, editado por Kerblay, Basile; Thorner, Daniel; e Smith, R.E.F.; Richard Irwin, E.U.A.

Chinn, Dennis (1979): Rural Poverty and the Structure of Farm Household Income in Developing Countries : Evidence from Taiwan, in Economic Development and Cultural Change, Janeiro.

Coulomb, P. (1973): Propriété Foncière et Mode de Production Capitaliste, in Etudes Rurales, Julho - Setembro.

Cyert, Richard M. e Simon, Herbert A. (1983): The Behaviourial Approach with Emphasis on Economics, in Earl, Peter (ed) (1988): Behaviourial Economics, Edward Elgar, Aldershot.

Direcção Geral do Comércio (1987): Cadernos Comércio e Distribuição, nº 6, Maio.

DRAEDM - Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho (1989): Elementos Caracterizadores da Região de Entre Douro e Minho, vol. III.

Durston, Jonh W. (1982): Class and Culture in the Changing Peasantry, in Cepal Review, Abril.

Feder, Gershon (1980): Farm Size, Risk Aversion and the Adoption of New Technology under Uncertainty, in Oxford Economic Papers, Julho.

Feder, Gershon e O'Mara, Gerald (1981): Farm Size and the Diffusion of Green Revolution Technology, in Economic Development and Cultural Change, Outubro.

Ferreira de Almeida, João (1980): Quem Faz o Arraial é o Povo - Mudança Social e Mudança Cultural, in Análise Social, nº 64.

Ferreira de Almeida, João (1981): Alguns Problemas da Teoria das Classes Sociais, in Revista Crítica das Ciências Sociais, nºs 7 / 8.

Ferreira de Almeida, João (1987): Párocos, Agricultores e a Cidade : Dimensões da Religiosidade Rural, in Análise Social, nº 96.

Ferreira de Almeida, João e Madureira Pinto, José (1980): A Investigação nas Ciências Sociais, Editorial Presença, Lisboa.

Figueiredo, António Manuel e Costa, Carlos S. (1982): Do Subdesenvolvimento - Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em Torno de um Conceito, vol. 1, Edições Afrontamento, Porto.

Fonseca, Eduardo Giannetti (1988): Comportamento Individual: Alternativas ao Homem Económico, Universidade de S. Paulo, S. Paulo.

Friedman, M. (1953): Essays in Positive Economics, Chicago University Press, Chicago.

Griffin, Keith (1979): The Political Economy of Agrarian Change - An Essay on the Green Revolution, The Macmillan Press, Londres.

Harrison, Mark (1982): Chayanov's Theory of Peasant Economy, in Harriss (1985), op. cit.

Harriss, John (1985): Rural Development - Theories of Peasant Economy and Agrarian Change, Hutchinson University Library, Londres.

Hespanha, Pedro (1981): A Pequena Agricultura, o Preço da Terra e as Políticas Fundiárias, in Revista Crítica das Ciências Sociais, nºs 7-8, Dezembro.

Heynig, Klaus (1982): The Principal Schools of Thought of the Peasant Economy, in Cepal Review, Abril.

Hirschman, Albert O. (1980): Auge y Ocaso de la Teoria del Desarrollo, in El Trimestre Economico, Outubro / Dezembro.

Hirschman, Albert O. (1981): Essays in Trespassing - Economics to Politics and Beyond, Cambridge University Press, Cambridge.

Hirschman, Albert O. (1986): Vers une Economie Politique Elargie, Les Editions de Minuit, Paris.

Hirshleifer, Jack (1977): Shakespeare vs. Becker on Altruism: The Importance of Having the Last Word, in Journal of Economic Literature, Junho.

Hirshleifer, Jack (1985): The Expanding Domain of Economics, in American Economic Review, Dezembro.

INE - Instituto Nacional de Estatística (1960): X Recenseamento Geral da População, Lisboa.

INE (1971): XI Recenseamento Geral da População, Lisboa.

INE (1979): Recenseamento Agrícola do Continente, Lisboa.

INE (1981): XII Recenseamento da População, Lisboa.

INIA - Instituto Nacional de Investigação Agrária (1988): Estrutura das Explorações Agrícolas em 1980, Lisboa.

Jacquemin, Alexis (1984): Economia Industrial Europeia, Edições 70, Lisboa.

Jacquemin, Alexis (1985): Selection et Pouvoir dans la Nouvelle Economie Industrielle, Economica, Paris.

Just, Richard E. e Zilberman, David (1983): Stochastic Structure, Farm Size and Technology Adoption in Developing Agriculture, in Oxford Economic Papers, Julho.

Kautsky, Karl (1972): A Questão Agrária, Portucalense Editora, Porto.

Kerblay, Basile (1971): Chayanov and the Theory of Peasantry as a Specific Type of Economy, in Shanin, Teodor (ed): Peasant and Peasant Societies, Penguin Books, Middlesex, 1971.

Kiker, B.F. e Heath, Julia A. (1988): The Effect of Family Structure in the Allocation of Time, University of South Carolina.

Leibenstein, Harvey (1968): Entrepreneurship and Development, in American Economic Review, Maio.

Leibenstein, Harvey (1976): Beyond Economic Man - A New Foundation for Microeconomics, Harvard University Press, Cambridge.

Leibenstein, Harvey (1979): A Branch of Economics is Missing: Micro-Micro Theory, in Journal of Economic Literature, Junho.

Lenine, V. I. (1899): The Development of Capitalism in Russia, in Collected Works (1960), vol. 3, Lawrence and Wishart, Londres.

Lewis, Arthur (1954): Economic Development with Unlimited Supplies of Labour, in Agarwala, A. e Singh, S. P. (ed), Forense Universitária.

Lima, José Silva (1987): Do Campo à Fábrica : Alto Minho em Transformação, in Cadernos do Noroeste, vol. I-1.

Lipton, Michael (1982): Game against Nature : Theories of Peasant Decision Making, in Hariss, John, op. cit.

Low, A.R.C. (1981): The Effect of Off-Farm Employment on Farm Incomes and Production : Taiwan Contrasted with Southern Africa, in Economic Development and Cultural Change, Julho.

Machlup, Fritz (1967): Theories of the Firm : Marginalist, Behavioural, Managerial, in The American Economic Review, Março.

Madureira Pinto, José (1981): Solidariedade de Vizinhança e Oposições de Classe em Meio Rural, in Análise Social, nº 66.

Madureira Pinto, José (1982): Campesinato em Portugal : Conservadorismo e Apatia Política, in Análise Social, nº 70.

Madureira Pinto, José (1985): Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos - Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica, Edições Afrontamento, Porto.

Madureira Pinto, José (1986): Deux Sortes de Théories pour la Recherche sur le Terrain, 13º Congresso de Sociologia Rural, Braga.

Madureira Pinto, José (1988): Escolarização, Relação com o Trabalho e Práticas Sociais, Faculdade de Economia do Porto, Porto.

Marshall, Alfred (1974): Principles of Economics, The Macmillan Press, Londres.

Martinho, Alberto (1984): Os Filhos dos Emigrantes Oriundos do Distrito da Guarda em França : nem a Integração, nem o Retorno - Estudo Comparado de Duas Amostras, in Emigração e Retorno na Região Centro, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.

Mathews, R.C.O. (1984): Darwinism and Economic Change, in Oxford Economic Papers, Novembro.

Meier, Gerald (1984): Leading Issues in Economic Development, Oxford University Press, Oxford.

Mendras, Henry (1984): La Fin des Paysans, Actes Sud, Arles.

Moreira, Manuel Belo (1981): A Pequena Produção e os Estímulos de Mercado, in Revista Crítica das Ciências Sociais, nºs 7-8, Dezembro.

Mourão, Isabel Maria e Brito, Luís Miguel (1983): O Jovem e a Agricultura Familiar no Vale do Lima, Instituto Superior de Agronomia.

Naylor, Thomas H., Vernon, John M. e Wertz, Kenneth L. (1983): Managerial Economics and Strategy, McGraw - Hill International Book Company, Tóquio.

Newby, Howard (1986): The Changing Structure of Agriculture and the Future of Rural Society, in Proceedings of the Nineteenth International Conference of Agricultural Economists, op. cit.

Nurkse, Ragnar (1953): Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries, Basil Blackwell, Oxford.

Oliveira, A. Lopes (1986): Fafe e o seu Concelho, Edição da Câmara Municipal de Fafe.

Pearse, Andrew (1968): Metropolis and Peasant : The Expansion of Urban-Industrial Complex and the Changing Rural Structure, in Shanin, Teodor (ed), op. cit.

Pina-Cabral, João de (1986): Sons of Adam, Daughters of Eve - The Peasant Worldview of the Alto Minho, Clarendon Press, Oxford.

Pires, Rui Pena; Maranhão, M. José; Moniz, Fernando; Pisco, Manuel; e Quintela, João P. (1984): Os Retornados : Um Estudo Sociográfico, IED, Caderno nº 14.

Pires de Lima, Marinús (1973): O Inquérito Sociológico - Problemas de Metodologia, Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa.

Poinard, Michel (1979): Le Retour des Travailleurs Portugais, La Documentation Française, Paris.

Pollak, Robert A. (1985): A Transaction Cost Approach to Families and Households, in Journal of Economic Literature, Junho.

Portela, José (1981): Fragueiro - Notas sobre a Agricultura Local, in Revista Crítica das Ciências Sociais, nºs 7 - 8, Dezembro.

Reboul, Claude (1981): L'Apprentissage Familial des Métiers de l'Agriculture, in Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 39, Setembro.

Reis, José (1981): A Economia Agrária e a Pequena Agricultura, in Revista Crítica das Ciências Sociais, nºs 7-8, Dezembro.

Reis, José (1985): Modos de Industrialização, Força de Trabalho e Pequena Agricultura - Para uma Análise da Articulação entre a Acumulação e a Reprodução, in Revista Crítica das Ciências Sociais, nºs 15-16-17, Maio.

Rodan, P. Rosenstein (1943): Problems of Industrialization of Eastern and South Eastern Europe, in The Economic Journal, Junho - Setembro.

Rosa Pires, Artur (1989): A Pluriactividade e as Políticas Agrícolas, in Seara Nova, nº 2-3, Maio-Junho.

Rostow, W: W. (1960): The Stages of Economic Growth, Cambridge University Press.

Schejtman, Alexander (1980): The Peasant Economy : Internal Logic, Articulation and Persistence, in Cepal Review, Agosto.

Schultz, T.W. (1964): Transforming Traditional Agriculture, Yale University Press, New Haven.

Scitovsky, Tibor (1943): A Note on Profit Maximization and its Implications, in Review of Economic Studies, vol.11.

Seers, Dudley (1963): Os Limites do Caso Especial, Revista Trimestral de Histórias e Ideias, nº 2, Porto, 1978.

Sen, Amartya (1960): Choice of Techniques, Basil Blackwell, Oxford.

Sen, Amartya (1987): Rational Behaviour, in The New Palgrave: The Macmillan Press, Londres.

Servolin, Claude (1972): L'Absortion de l'Agriculture dans le Mode de Production Capitaliste, in L'Univers Politique des Paysans, Editions A. Colin, Paris.

Shanin, Teodor (1985): Polarization and Cyclical Mobility: The Russian Debate over the Differentiation of the Peasantry, in Harriss, John, op. cit.

Silva, Manuel Carlos (1987): Camponeses Nortenhos : «Conservadorismo» ou Estratégias de Sobrevivência, Mobilidade e Resistência ?, in Análise Social, nº 97.

Silva, Manuela; Amaro, Rogério Roque; Clause, Guy; Conim, Custódio; Matos, Madalena; Pisco, Manuel; e Seruya, Luís Miguel (1984): Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal, IED, Caderno nº 8, Lisboa.

Simon, Herbert (1955): A Behavioural Model of Rational Choice, in Quarterly Journal of Economics, Fevereiro.

Simon, Herbert (1977): Models of Discovery, D. Reidel Publishing Company, Dordretch, Holanda.

Simon, Herbert (1987): Models of Man - Social and Rational, Garland Publishing Inc., Nova Iorque.

Stiglitz, Joseph E. (1986): The New Development Economics, in World Development, Fevereiro.

Taveira, Elisa (coordenadora) (1988): Estudo Preparatório da Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave, Centro de Documentação e Estudos Europeus, Porto.

Thorner, Daniel (1962): Peasant Economy as a Category in Economic History, in Shanin, Teodor (ed), op. cit.

Thorner, Daniel (1966): Introdução a Chayanov (1966), op. cit.

Toye, John (1987): Development Studies and Change in Great Britain, in World Development, Abril.

Tullok, Gordon (1977): Economics and Sociobiology : A Comment, in Journal of Economic Literature, Junho.

Verdon, Michel (1987): La Production Paysanne - Elèments pour une Nouvelle Economie, in Etudes Rurales, nºs 107-108, Julho - Dezembro.

Vergoupolos, Kostas (1978): Capitalismo Disforme, in Amin, Samir e Vergoupolos, Kostas (1978): A Questão Camponesa e o Capitalismo, A Regra do Jogo, Lisboa.

Williamson, Oliver (1974): The Economics of Discretionary Behaviour : Managerial Objectives, in The Theory of The Firm, Kershaw Publishing Company, Londres.

# ANEXO 1

Pesquisa 1

Para as variáveis de estrutura, definidoras de tipos ou situações, seleccionou-se a seguinte correspondência entre variáveis e indicadores :

| VARIÁVEIS | INDICADORES |
|---|---|
| E1 | idade |
| E2 | trabalho ou não fora da exploração |
| E3 | situação perante a propriedade |
| E4 | residência ou não no exterior |
| E5 | nº de saídas da expl.(último ano) (peso : 50%) |
| | distância dos locais aonde foi (peso : 50%) |
| E6 | voluntariedade de sucessão |

Quanto às variáveis PR e NA, elas deverão ser valoradas através da atribuição de um grau ou índice resultante da combinação das valorações atribuídas às respectivas variáveis definidoras. Estas últimas serão avaliadas através do seguinte modo :

| VARIÁVEIS | INDICADORES | VALORIZAÇÃO |
|---|---|---|
| PR1 | Conhecimento de tendências dos preços de 10 /11 produtos frequentes no concelho | resposta aceitável: 10 não sabe ou erro nítido: 0 (peso: 1/10 por cada produto) |
| PR2 | local de venda dos produtos | valoração de acordo com a acessibilidade física e económica (peso: 1/2) |
| | contactos no sentido de melhorar as vendas | idem, e de acordo com as entidades contactadas (peso: 1/2) |
| PR3 | conhecimento de algumas técnicas e instituições | conhece : 10 não conhece:0 (peso: 10% por item) |
| PR4 | contactos com extensionistas, instituições, ou outros agricultores | valoração conforme o tipo de contacto |
| PR5 | registo de receitas e despesas | regista : 10 tem uma ideia:5 não regista nem sabe: 0 |
| NA1 | dispõe ou tenciona dispôr no próximo ano de :<br>água potável<br>saneamento<br>electricidade<br>quarto de banho<br>televisor | sim: 10 não: 0<br>(peso de 1/9 cada item) |

| VARIÁVEIS | INDICADORES | VALORIZAÇÃO |
|---|---|---|
| | frigorífico | |
| | outros electrodomésticos | |
| | automóvel ou camião | |
| | motorizada | |
| | | (peso em NA: 80%) |
| NA2 | prática de férias | sim : 10 não: 0 |
| | | (peso de 1/2) |
| | local de férias | no concelho : 5 |
| | fora do concelho : 10 | (peso de 1/2) |
| | | (peso em NA: 20%) |

Variáveis de Comportamento

| VARIÁVEIS | INDICADORES | VALORIZAÇÃO |
|---|---|---|
| C1 | utilização de sete técnicas seleccionadas | habitual: 10 rara: 4 nula: 0<br>valoração : 1/7 por técnica |
| C2 | introdução de novas actividades | sim : 10 não: 0 |
| C3 | alteração sensível da área de algumas culturas ou aumento do efectivo de gado | importante:20<br>siginificativa:15 média: 10<br>pequena:5 nula: 0 |

| VARIÁVEIS | INDICADORES | VALORIZAÇÃO |
|---|---|---|
| C4 | candidaturas a crédito e/ou a subsidios | sim : 10 não: 0 |
| C5 | produtos alimentares adquiridos | >50% do total :10<br><50% do total :0 |

Pesquisa 2

| VARIÁVEIS | INDICADORES | VALORIZAÇÃO |
|---|---|---|
| F1 | vigilância do trabalho do filho | forte : 10 média: 5 nula: 0 |
| F2 | remuneração concedida | monetária: 0<br>bens desejados: 5<br>não desejados: 10 |
| F3 | existência de punições | sim : 10 não: 0 |
| F4 | determinação de : actividades<br>horários | idem (peso : 1/2 cada item) |
| F5 | aceitação de sugestões | aceita : 0 não aceita: 10 |
| I1 | gosto pela actividade | gosta : 10 não gosta: 0 |
| | futura situação profissional<br>desejada | agricultor : 10<br>não agricultor : 0 |
| D1 | prática de : | |
| | formação profissional | sim : 10 não: 0 |
| | contactos com extensionistas<br>ou outros | sim : 10 não: 0<br>peso: 1/2 cada item) |
| D2 | ritmo do trabalho | lento : 0 rápido: 10 |
| D3 | tempo de trabalho em relação<br>ao que é imposto | abreviado : 0 igual: 5<br>maior: 10 |

| VARIÁVEIS | INDICADORES | VALORIZAÇÃO |
|---|---|---|
| D4 | aplicação na qualidade do trabalho | nula : 0 elevada: 10 |

Atribuindo uma valoração de 1/5 a cada uma das variáveis, obter-se-á um índice de autoritarismo, que varia entre 0 e 10, estando os chefes de exploração mais autoritários mais próximos do valor 10. Do mesmo modo, pode-se construir um índice de interesse, valorando em 1/2 cada uma das respectivas variáveis. Estes dois índices permitem encontrar as 4 situações atrás referidas.

Quanto ao conjunto de CQTR, ele será determinado através de um índice que atribui a cada variável (D1, D2, D3 e D4) um peso de 1/4. É claro que na análise dos dados não se poderão ter em conta as interacções dinâmicas das quais resulta a selecção do referido conjunto, mas apenas será possível relacionar tal selecção com a situação sócio-familiar.

ANEXO 2

Questão Prévia ao Inquérito :

- Esta Exploração tem mais de 2000 m2 ?.....

Se a resposta for Sim, passar ao Inquérito

Se a resposta for Não, perguntar : Tem Estufas ?.....

Se a resposta for Sim, passar ao Inquérito

Se a resposta for Não, não fazer o Inquérito

INQUÉRITO

A. ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Chefe de Exploração (facultativo).....

Nome da Exploração.....Lugar.....

Quantas pessoas vivem nesta quinta ?.....

Quantos hectares tem esta quinta ?

Campos..... m2.....hectares

m2.....hectares

m2.....hectares

m2.....hectares

m2.....hectares

m2.....hectares

m2.....hectares

m2.....hectares

Quem trabalha aqui ?

| 1º nome | idade | parentesco | profissão | horas de trabalho por semana : aqui | fora(1) |
|---|---|---|---|---|---|
| Inquirido | ..... | ..... | ..... | ..... | |
| | ..... | ..... | ..... | ..... | |
| | ..... | ..... | ..... | ..... | |
| | ..... | ..... | ..... | ..... | |
| | ..... | ..... | ..... | ..... | |
| | ..... | ..... | ..... | ..... | |
| | ..... | ..... | ..... | ..... | |
| | ..... | ..... | ..... | ..... | |

(1) Fora da exploração. Este dado é só para os familiares, e não para os jornaleiros.

B. QUESTÕES

1.Qual é a sua profissão ?

Só agricultor?.....Tem outra profissão ?.....

Qual?.....

Onde trabalha ( lugar )?.....

.....

2. Habilitações Literárias :

Analfabeto .... Sabe ler e escrever .....

4ª classe .... Ciclo Preparatório .....

Ensino Secundário .... Ensino Complementar ....

Curso Universitário ...

3. Já viveu em outro lugar ? .....

Onde? Na mesma freguesia ?.....No concelho de Fafe?.....

Noutro lugar? Cidade / vila.....

País.....

Em que trabalhava quando viveu aí ?.....

.....

Quanto tempo lá esteve?.....anos

4. Este ano (desde o verão passado) quantas vezes saiu da

freguesia? .....e do concelho?.....

Qual foi o sítio mais longe aonde foi até hoje ?

Sítio.....Distância (se souber).....km

5. Porque ficou a tomar conta desta quinta?

Porque quis ?.....

Porque o seu pai o obrigou?.....

Porque não tinha outra profissão, embora preferisse sair daqui?.....

6. Sabe o que vai acontecer, nos próximos tempos, ao preço de :

Preço

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Leite | + | - | = | NS |
| Carne de bovino | + | - | = | NS |
| Carne de suíno | + | - | = | NS |
| Carne de ovino | + | - | = | NS |
| Milho | + | - | = | NS |
| Vinho verde | + | - | = | NS |
| Madeira | + | - | = | NS |
| Flores | + | - | = | NS |
| Tomate, alface | + | - | = | NS |
| Batata | + | - | = | NS |
| Cebola, cenoura | + | - | = | NS |

Notas: (1) Respostas :vai subir: + vai descer: -

vai ficar igual: = não sabe : NS

(2) Assinalar com uma cruz os produtos que o agricultor tem na exploração

7. Onde vende habitualmente os seus produtos :

à porta da exploração .....

Na Cooperativa.....

Na freguesia.....

Na vila.....Onde ?.....

Noutro lugar.....Onde ?.....

Como se desloca ?.....

8. Costuma andar a vêr aonde pode vender melhor os seus produtos?.....

Onde vai ?.....

Com quem fala ?.....

9. Quem o tem ajudado mais a melhorar a sua exploração, e a vender melhor o que produz, ou a comprar melhor tudo o que utiliza na agricultura ?

Parentes.....Quem ?.....

Vizinhos .....Quem?.....

O Técnico dos Serviços Agrícolas.....

A Cooperativa.....

A Junta de Freguesia.....

Outros.....Quem ?.....

Ninguém.....

E quem gostava que o ajudasse ?.....

10. Sabe o que é :

Milho híbrido ...

Correctivos calcários ...

Herbicidas ...

Vinha em cordão ...

As castas recomendadas para a sua zona ...

Sementes seleccionadas de forragens ...

Melhoramento animal ...

Vacinas para o gado ...

O Regulamento 797 ...

A CEE ...

11. Costuma registar o que ganha e o que gasta com a exploração?.....

Sabe quanto ganha e quanto gasta com a exploração?.....

12. Tem ou vai ter no próximo ano :

Água canalizada ...

Esgotos ...

Electricidade ...

Quarto de banho ...

Televisor ...

Frigorífico ...

Outros electrodomésticos ...

Automóvel ou camião ...

Motorizada ...

13. Costuma fazer férias ?.....Aonde ?.....

| 14.Faz utilização de : | Habitual | Rara | Nunca |
|---|---|---|---|
| Tractor | | | |
| ( próprio ou alugado ) | .... | .... | .... |
| Correctivos Calcários | .... | .... | .... |
| Herbicidas ou Fungicidas | .... | .... | .... |
| Vinha em Cordão | .... | .... | .... |
| Vacinas para o Gado | .... | .... | .... |
| Melhoramento Animal | .... | .... | .... |
| Sementes Seleccionadas | .... | .... | .... |

15. Nos últimos 5 anos, alterou a área de algumas culturas ? ( incluindo matas ).....

| Culturas | Área a mais | Área a menos |
|---|---|---|
| ..... | ..... | ..... |
| ..... | ..... | ..... |
| ..... | ..... | ..... |
| ..... | ..... | ..... |
| ..... | ..... | ..... |
| ..... | ..... | ..... |
| ..... | ..... | ..... |

16. Nos últimos 5 anos , alterou o efectivo de gado ?.....

| Gado | Cabeças a mais | Cabeças a menos |
|---|---|---|
| ..... | ..... | ..... |
| ..... | ..... | ..... |
| ..... | ..... | ..... |
| ..... | ..... | ..... |

17. Nos últimos 5 anos, começou a praticar alguma cultura ou actividade agrícola que não seja muito vulgar aqui em Fafe ?

Sim.... Não....

Se Sim, qual, ou quais ?.....

.....

18. Candidatou-se, ou tenciona candidatar-se a alguma ajuda, como subsídios ou crédito à agricultura ?

Sim..... Não.....

Se Sim, que pretende fazer ?.....

.....

19. Os produtos alimentares que consomem aqui são :

- Mais de metade da quinta .....
- Mais de metade comprados.....

O que consome da quinta ?.....

.....

.....

O que compra de produtos alimentares ?.....

.....

.....

QUESTIONÁRIO 2

A. IDENTIFICAÇÃO

Nome da Exploração .....

Nome do Chefe de Exploração.....

Nome do filho(a) interrogado(a).....

B. QUESTIONÁRIO AO CHEFE

Em relação ao seu filho X, responda :

1. Costuma impôr ao seu filho

Quantas horas ele tem que trabalhar no campo ?.....

.....

Que trabalhos ele tem que fazer ?.....

.....

2. Costuma vigiar o seu filho, para vêr se ele fez tudo o que lhe mandou fazer ?

Sempre ..... às vezes ..... Nunca .....

3. Se ele não cumpre as suas ordens, costuma ralhar-lhe ou castigá-lo ?

Sim ..... Não .....

4. O seu filho tem o hábito de lhe dar sugestões sobre a forma de fazer os trabalhos agrícolas, ou àcerca de outros produtos que ele acha que deveriam fazer aqui na quinta ? Já lhe propôs usar máquinas ou outros produtos, ou fazer outras culturas ?

Muitas vezes ..... Algumas vezes ..... Nunca .....

Se Sim, ouviu as ideias dele, e pensou nelas ?

Sim ..... Não .....

Se não, acha que se o seu filho lhe desse algumas sugestões, o senhor era capaz de as aceitar, se fossem boas ?

Sim ..... Não .....

5. Dá ao seu filho :

dinheiro para ele comprar o que quiser : Sim ..... Não .....

as coisas que ele pede, se puder ser : Sim..... Não.....

só o que o senhor acha que ele precisa : Sim..... Não.....

QUESTIONÁRIO AO FILHO

Idade: .....anos Grau de instrução : .....

Profissão fora da quinta: Não tem .... Tem .... Qual?.....

Horas de trabalho por semana : Na quinta ..... Fora.....

QUESTÕES :

1. Gosta da agricultura? Sim..... Não.....

2. Gostaria de continuar a ser agricultor, tendo uma exploração só para si ?

Sim..... Não.....

3. Ou preferia ter outra profissão?... Qual? .....

4. Já frequentou algum curso de formação profissional em agricultura ?

Sim.....Não.....Qual?.....

Gostou do curso ?.....

Se não frequentou, gostava de frequentar ? Sim.....Não.....

5. Costuma conversar sobre agricultura, e sobre a sua quinta, com :

O seu pai .....

O Técnico dos Serviços Agrícolas .....

Gente da Cooperativa .....

Outras pessoas ? Quem ?.....

6. E com quem gostava de poder conversar sobre esse assunto?

.....

7. Em relação às horas que o seu pai lhe manda trabalhar no campo, você trabalha :

Mais horas.....Menos horas.....Igual.....

8. Quando está a trabalhar no campo :

Trabalha : depressa, para lhe render ?.....

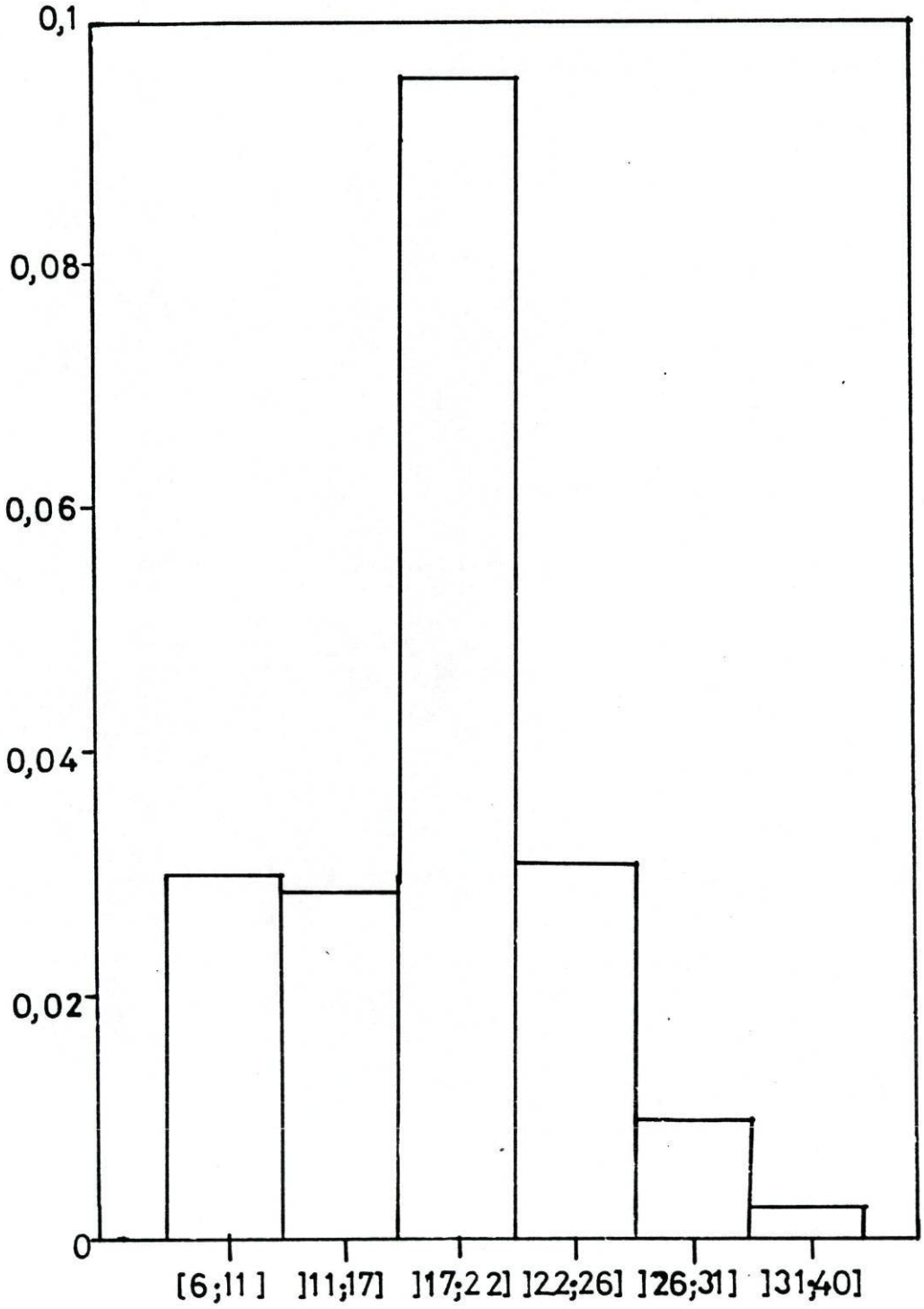
devagar ?.....

Trabalha : com cuidado, para as coisas ficarem bem feitas?.....

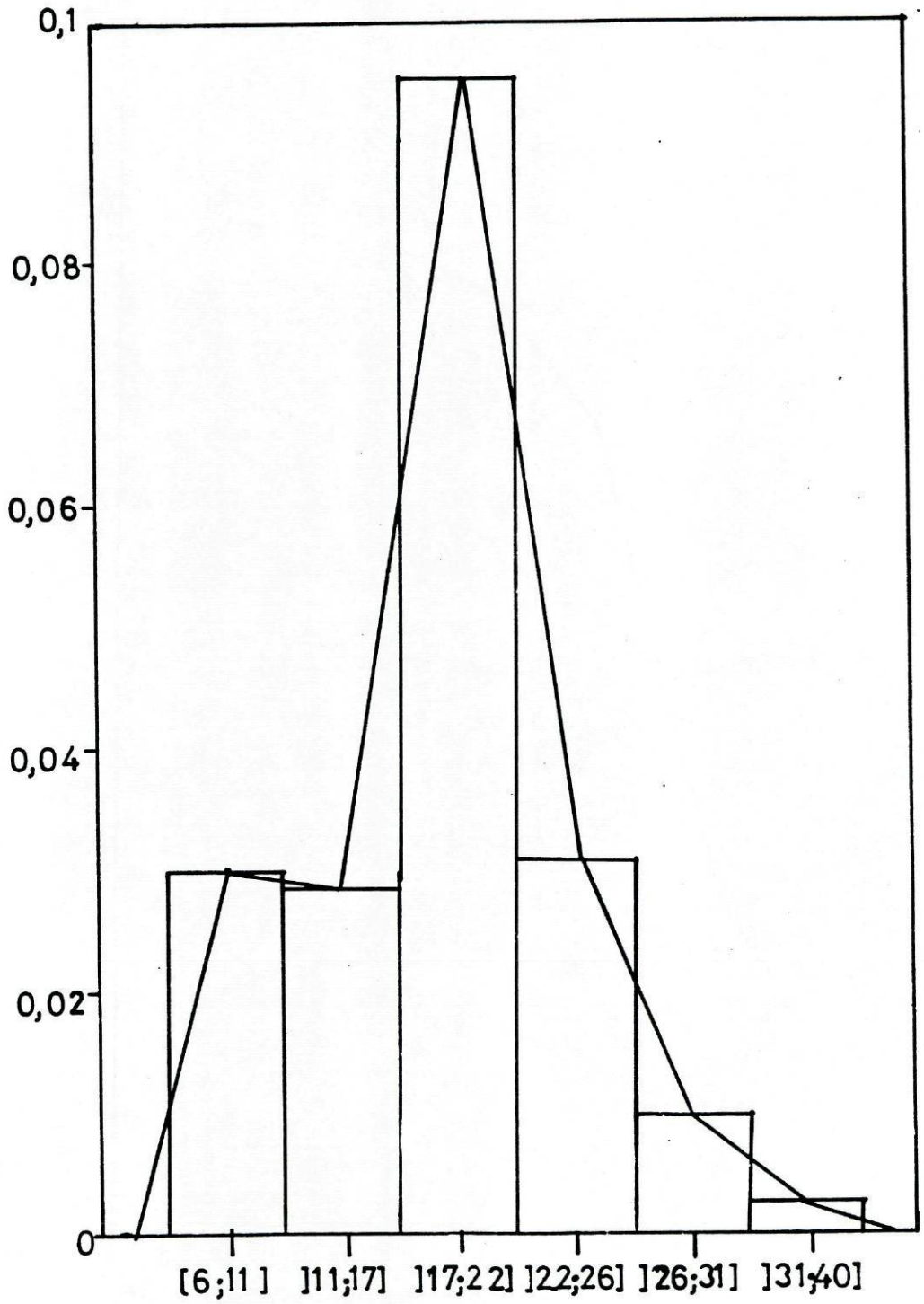
Ou faz o trabalho de qualquer maneira ?.....

ANEXO 3

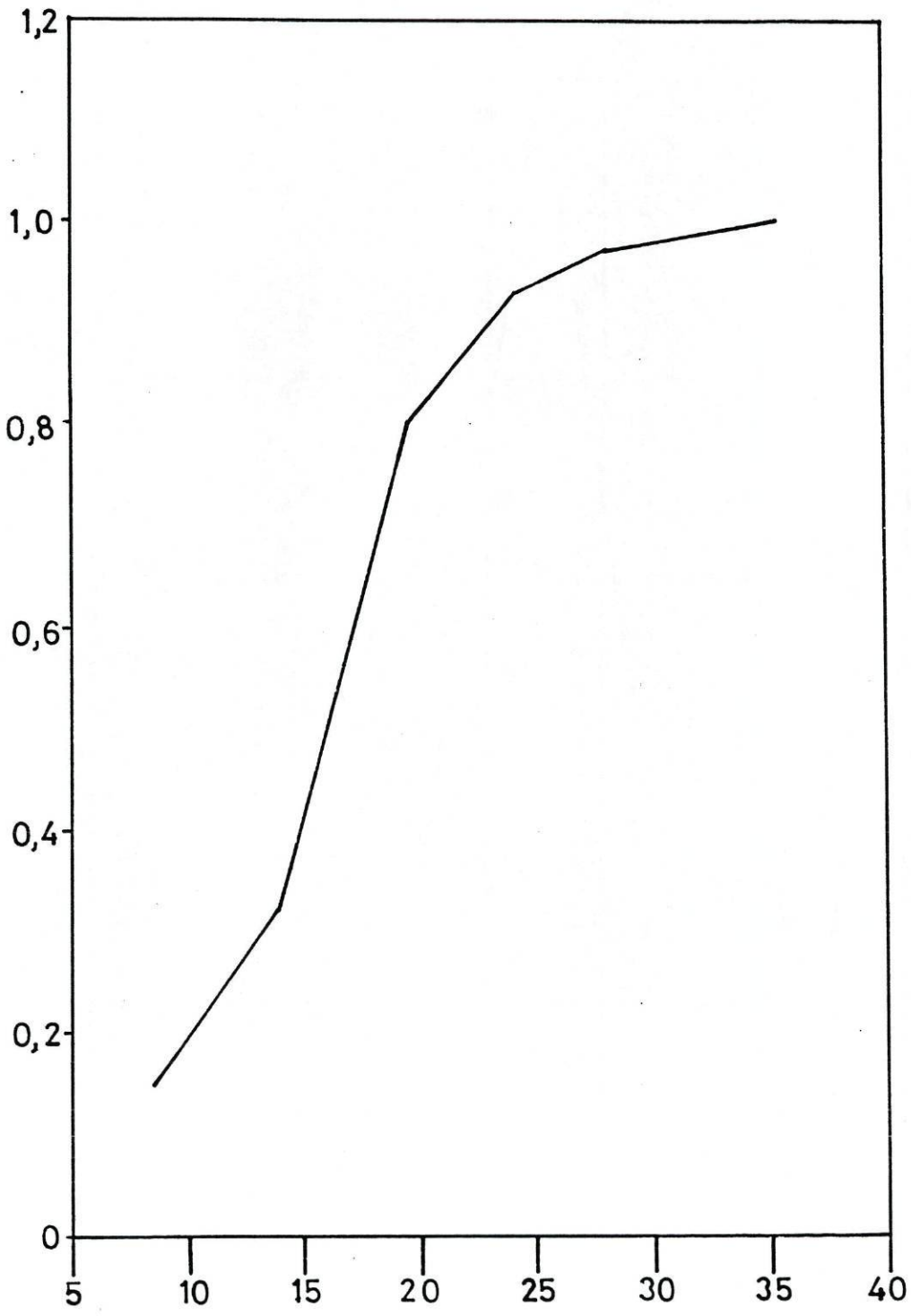
HISTOGRAMA PR



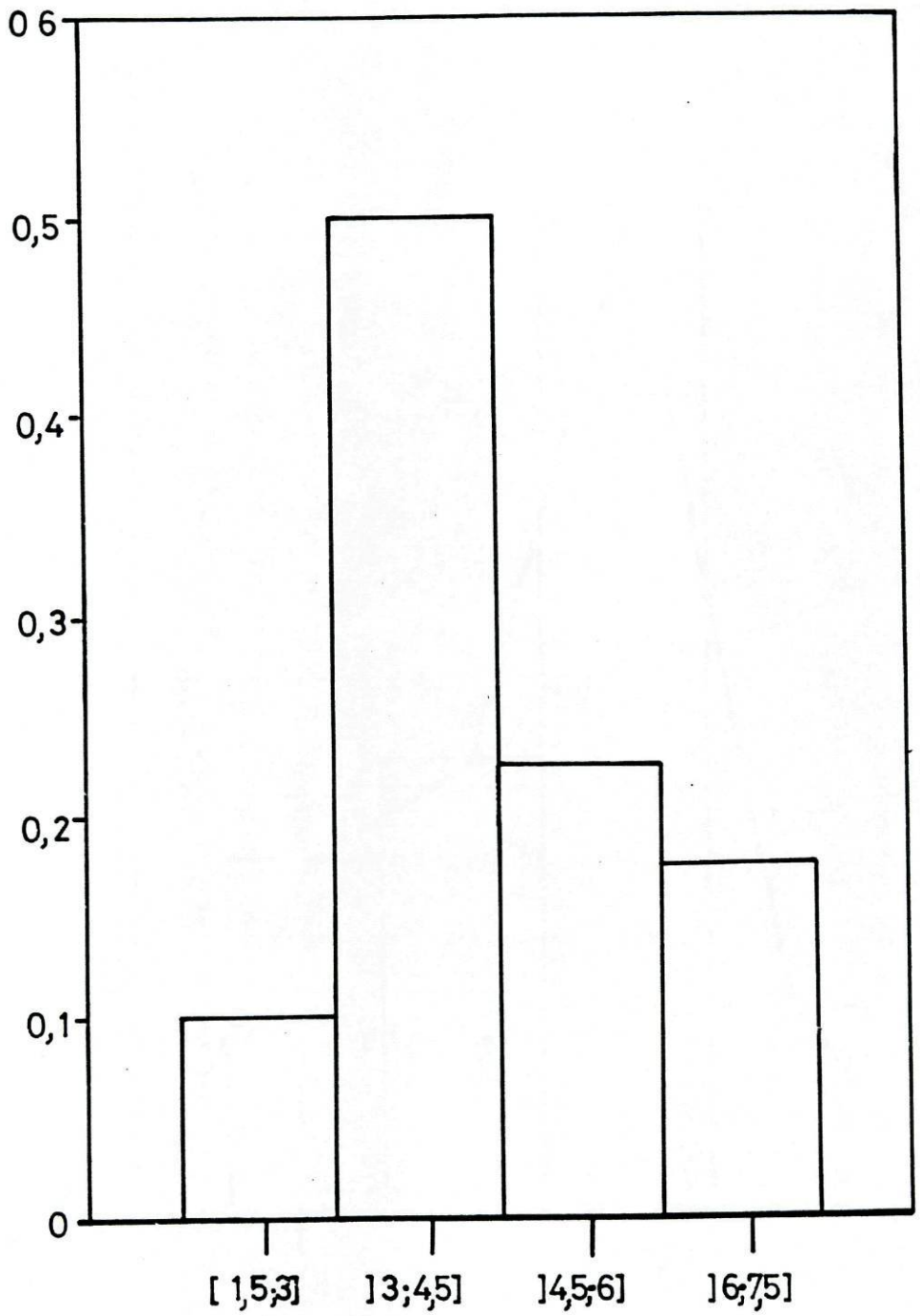
POLÍGONO DE FREQUÊNCIAS PR



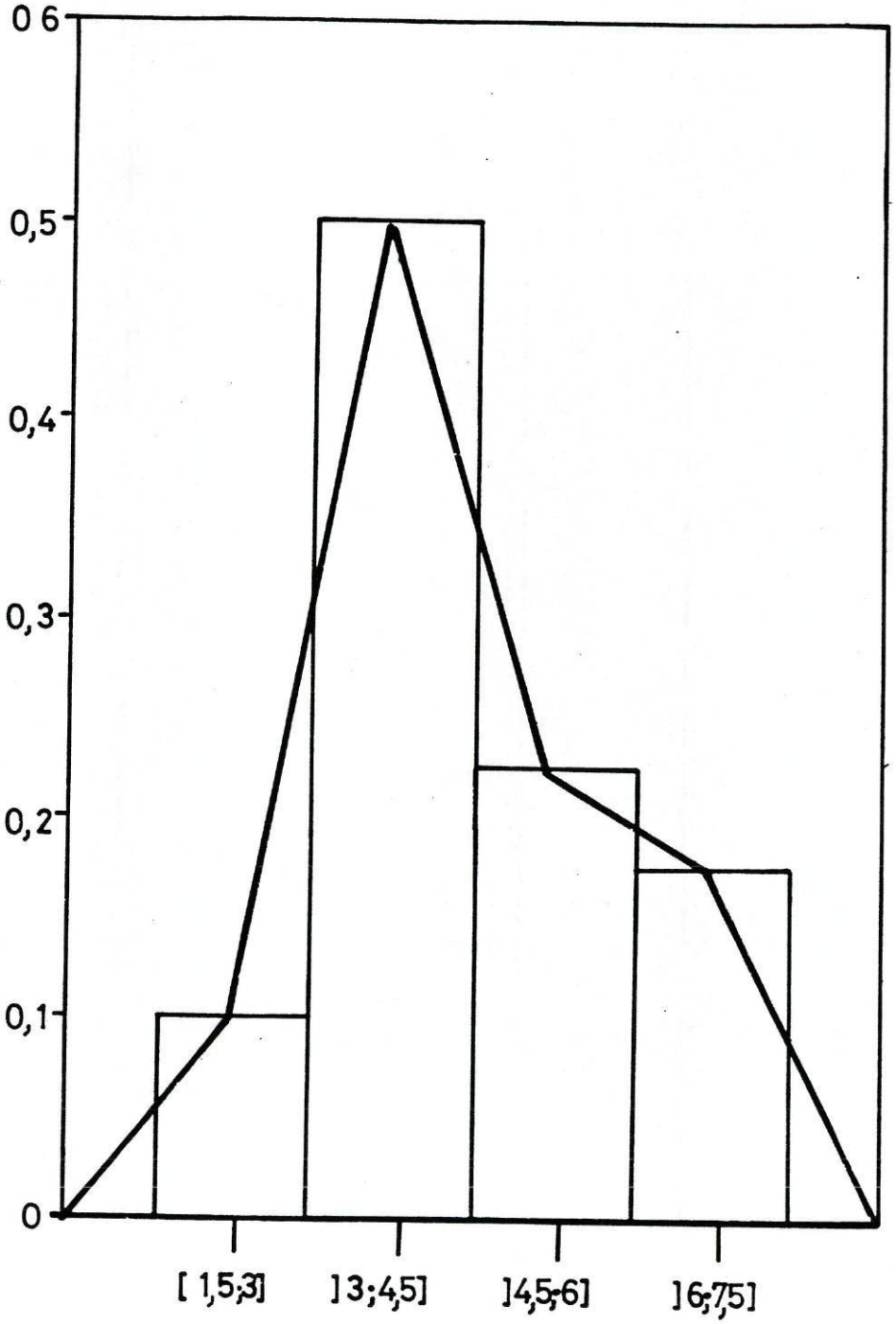
FUNÇÃO DISTRIBUIÇÃO PR



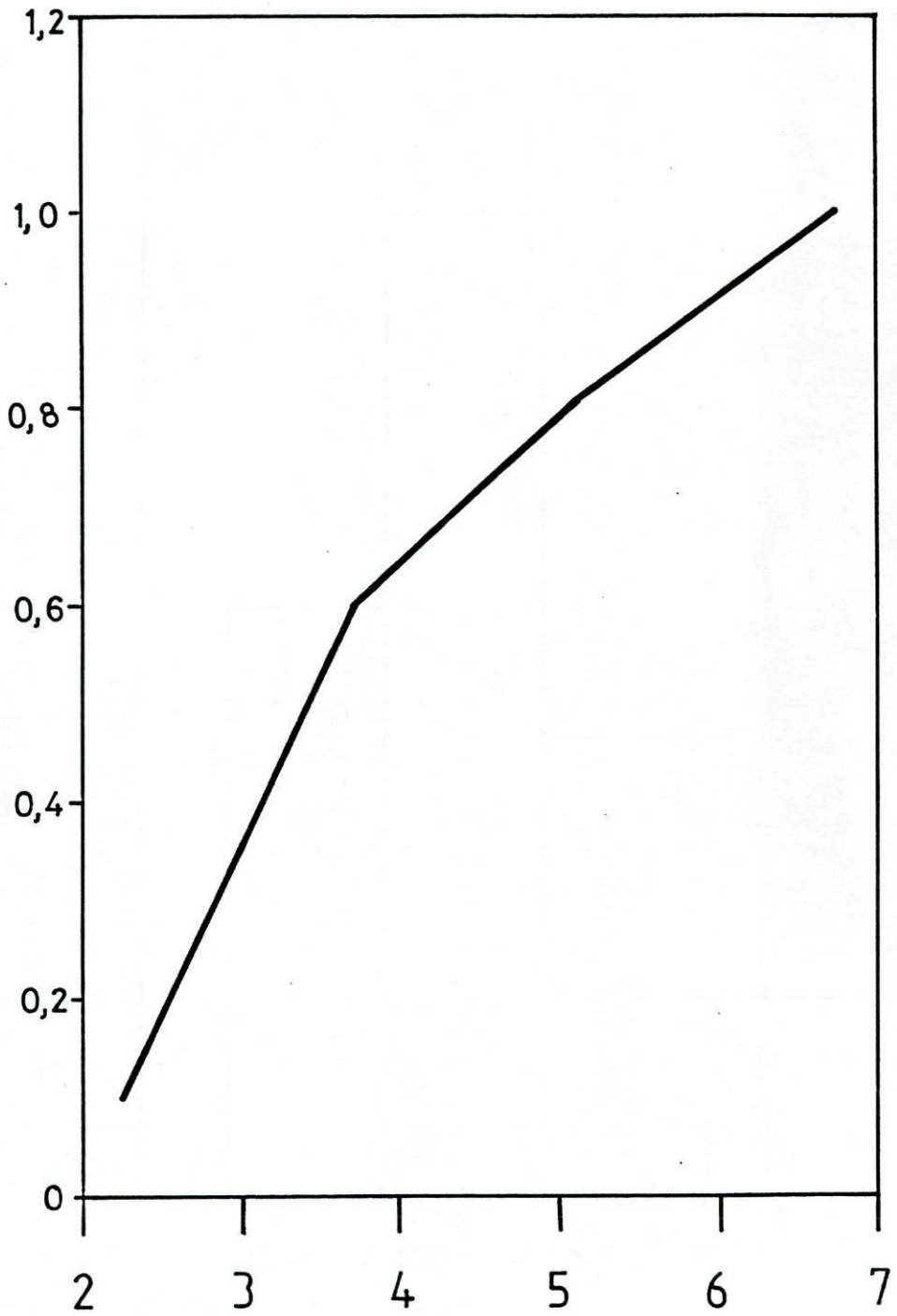
HISTOGRAMA NA



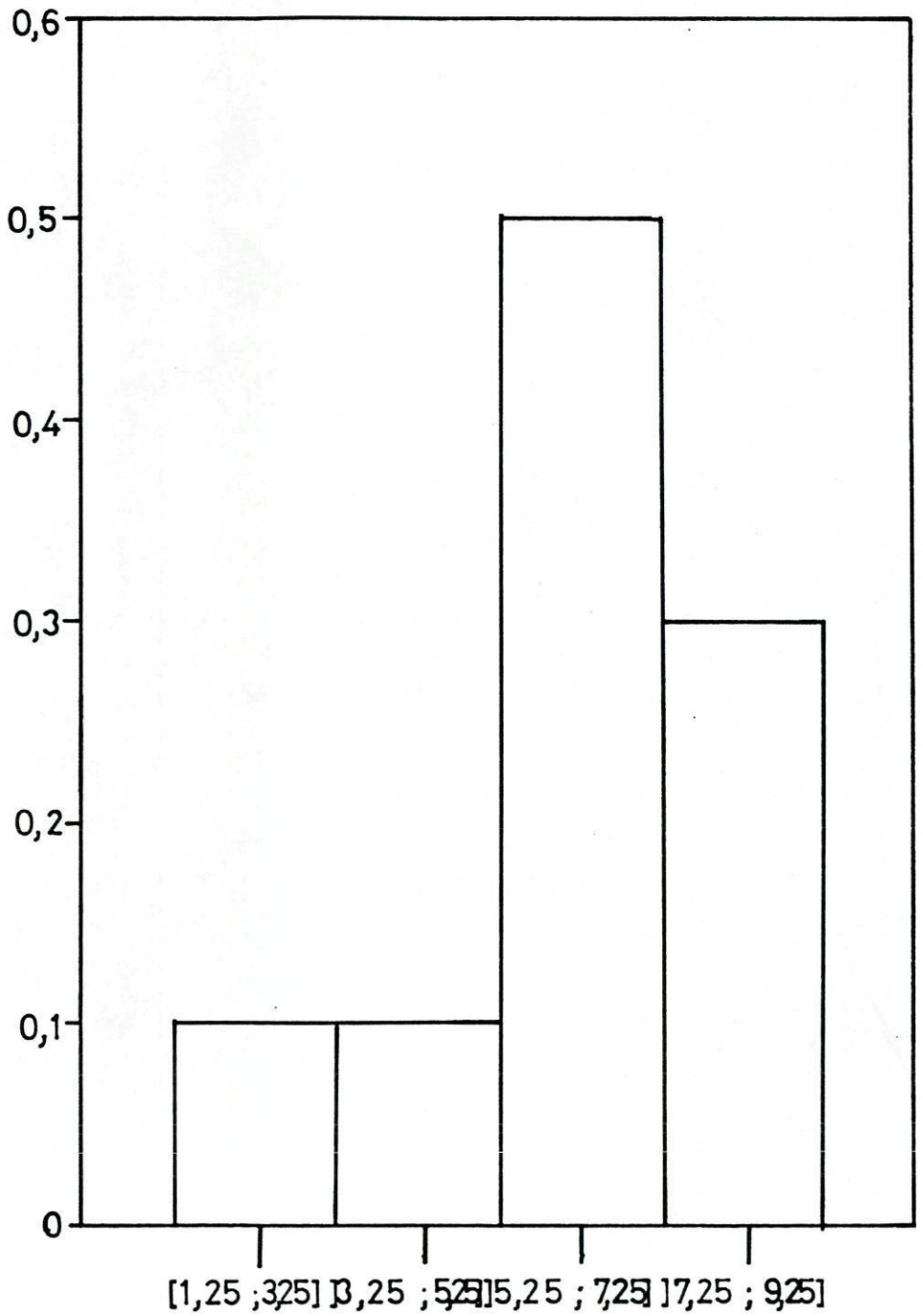
POLÍGONO DE FREQUÊNCIAS NA



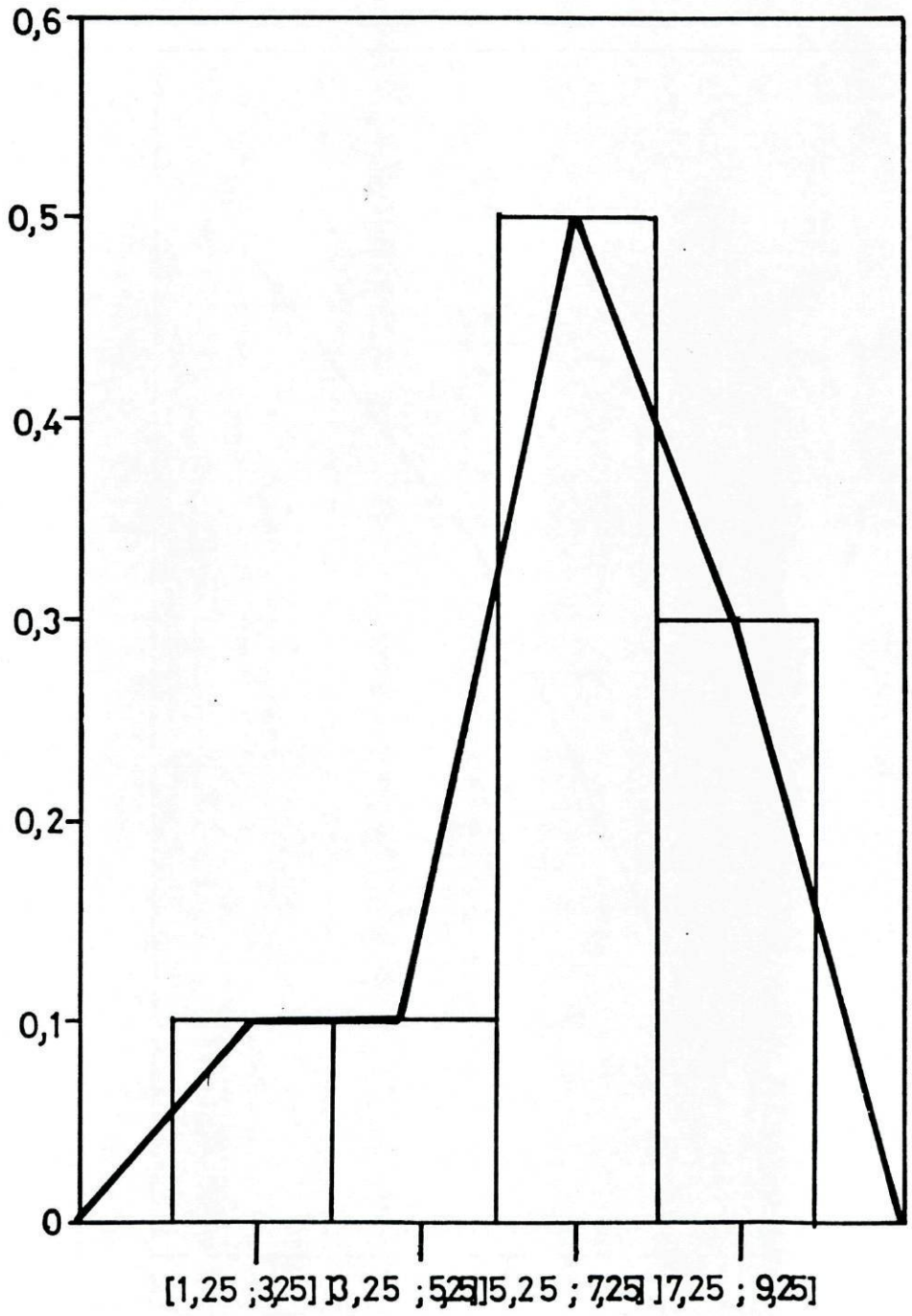
FUNÇÃO DISTRIBUIÇÃO NA



HISTOGRAMA C1



POLÍGONO DE FREQUÊNCIAS C1



FUNÇÃO DISTRIBUIÇÃO C1

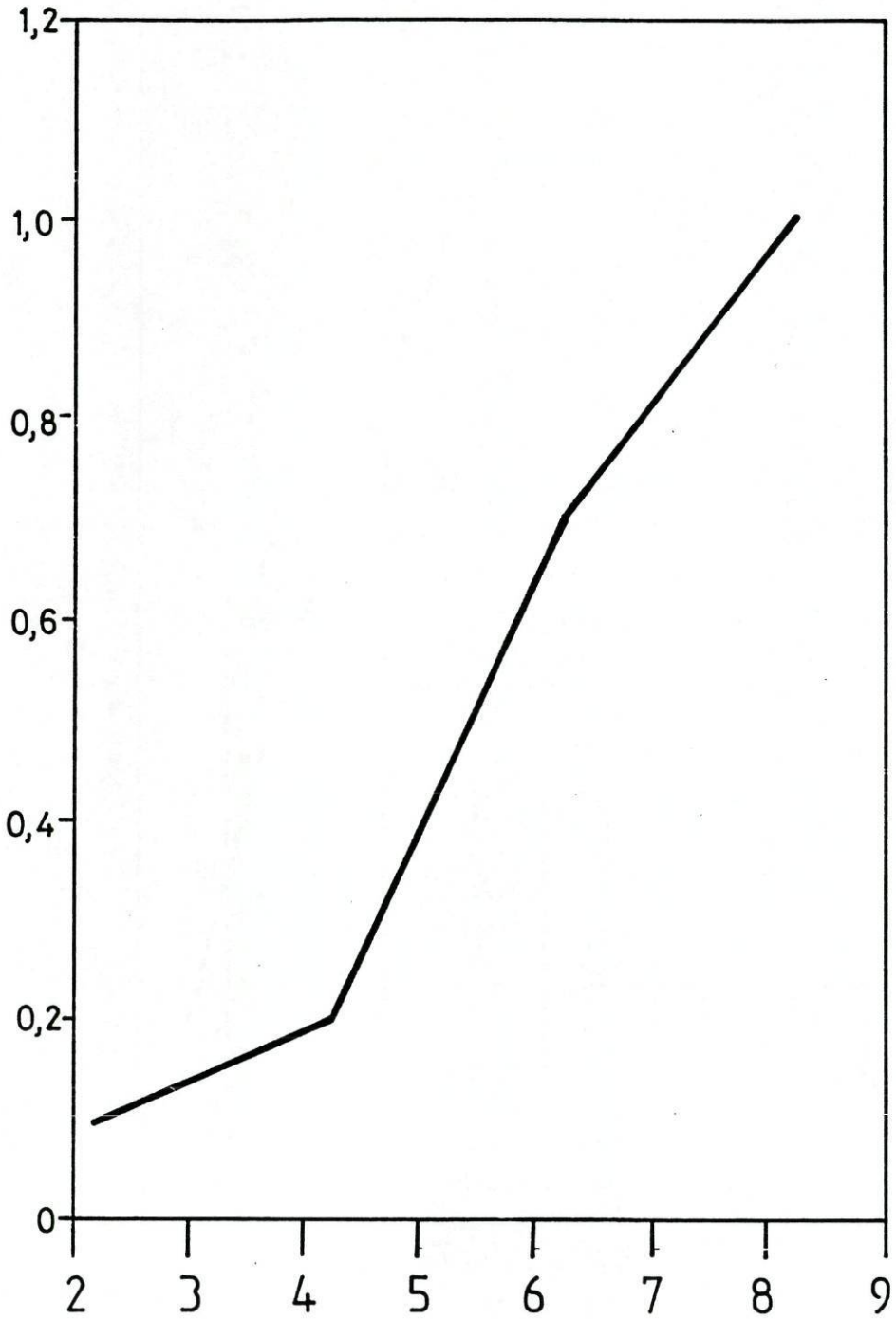
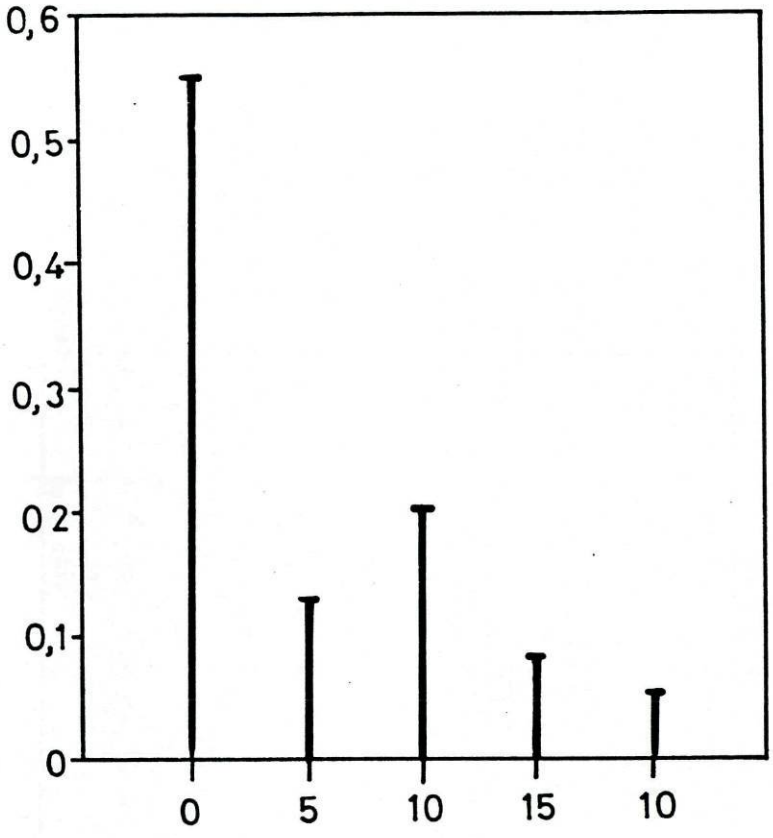


DIAGRAMA DE BARRAS C3



FUNÇÃO DISTRIBUIÇÃO C3

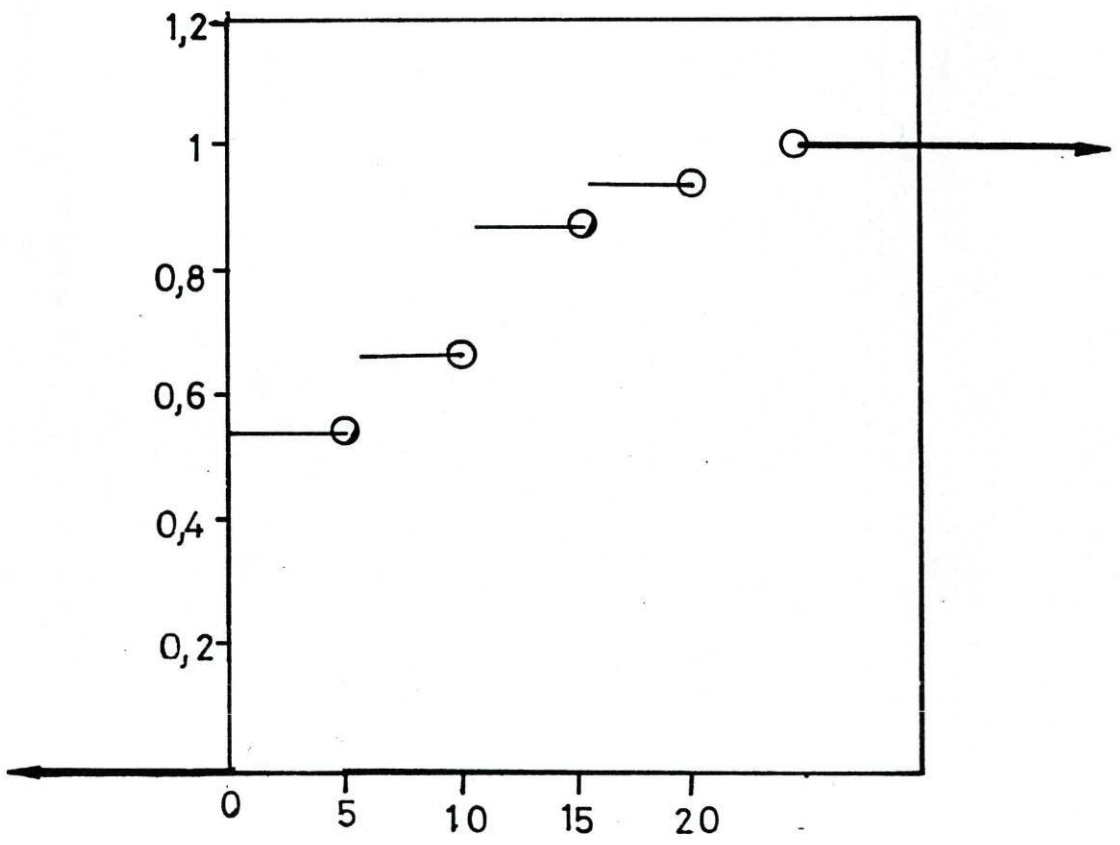
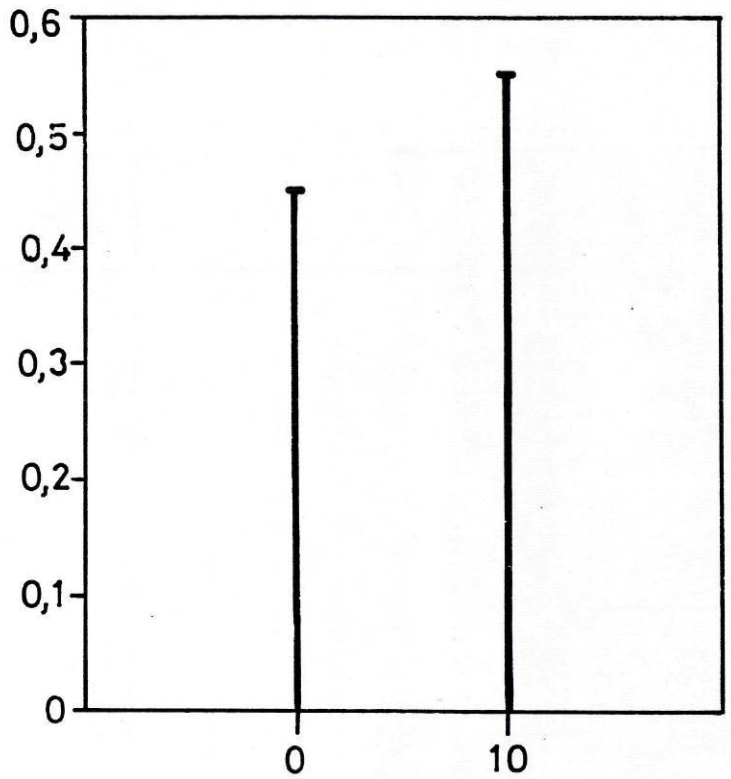


DIAGRAMA DE BARRAS C5



FUNÇÃO DISTRIBUIÇÃO C5

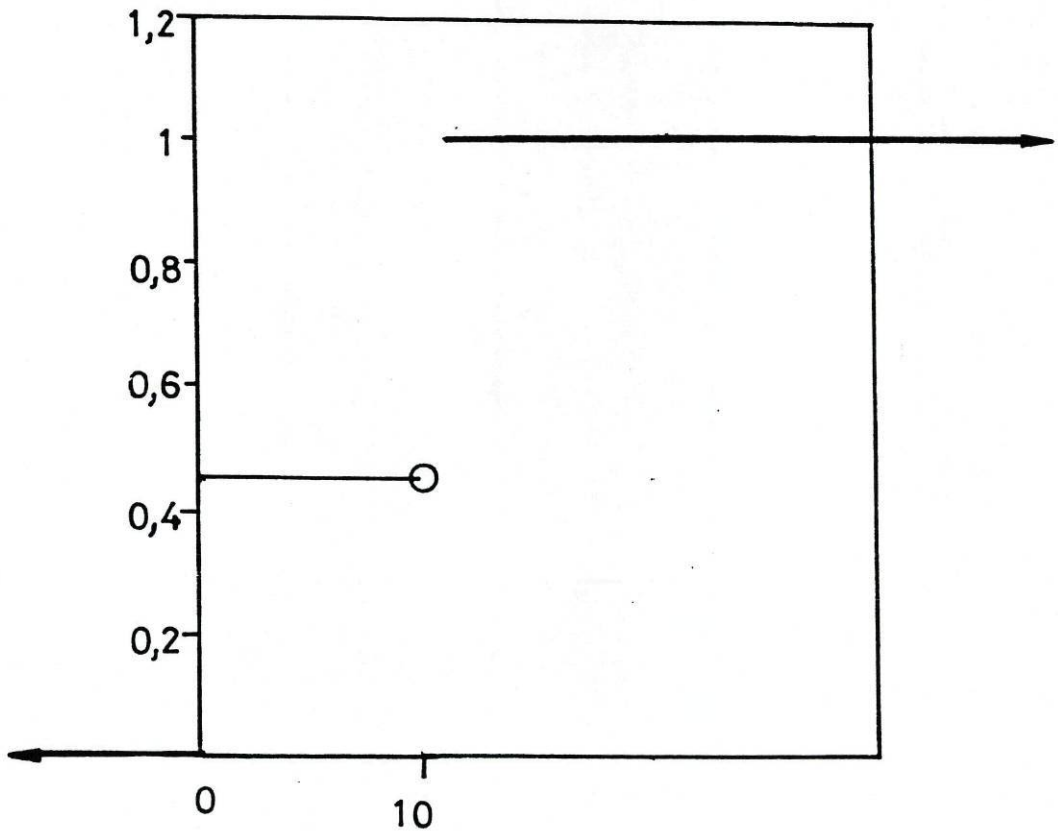


DIAGRAMA EXTREMOS-E-QUARTIS PR

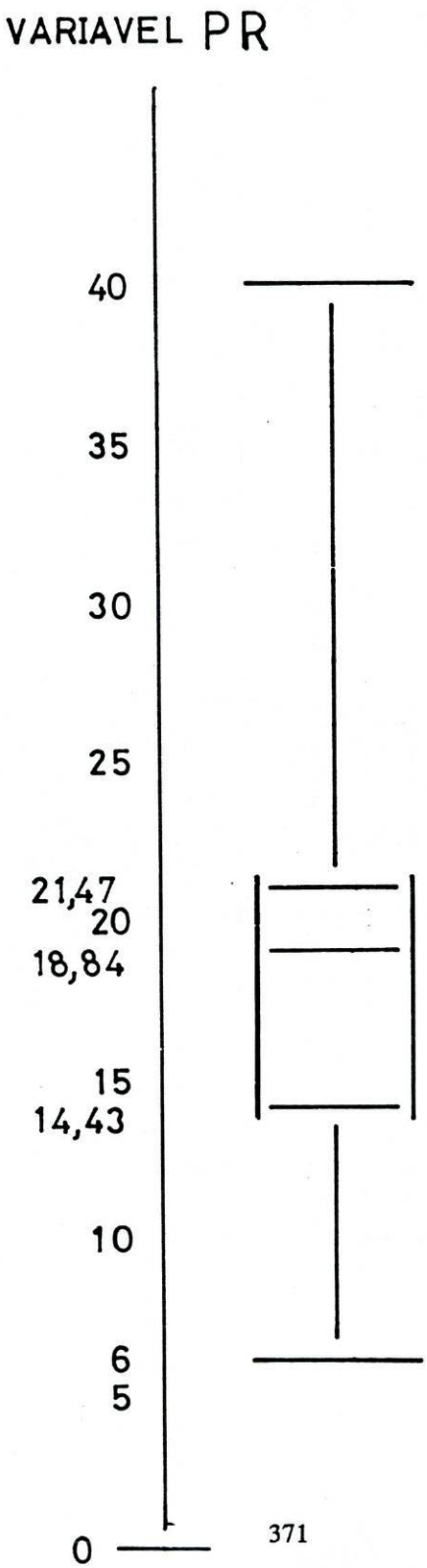


DIAGRAMA EXTREMOS-E-QUARTIS NA

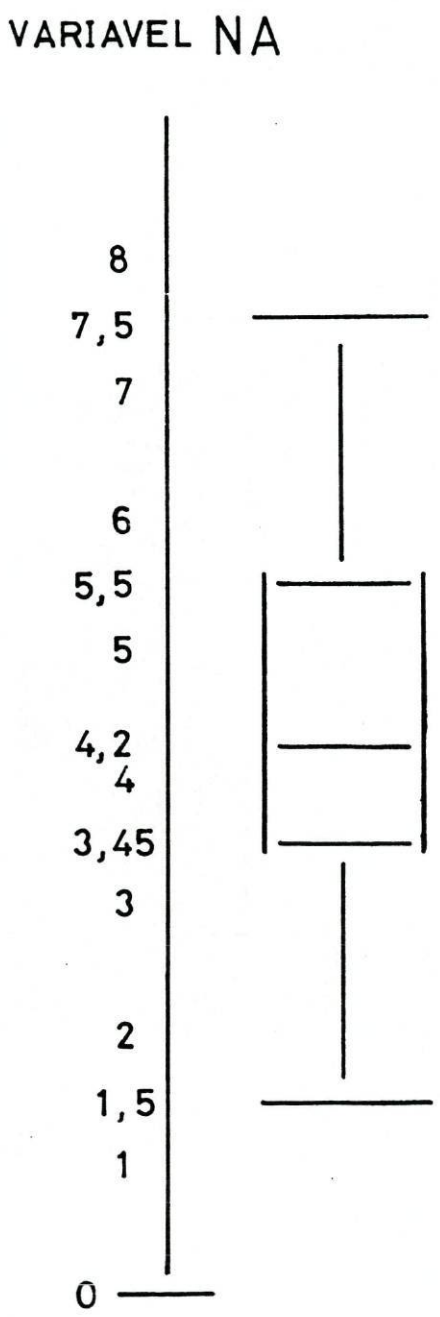


DIAGRAMA EXTREMOS-E-QUARTIS C1

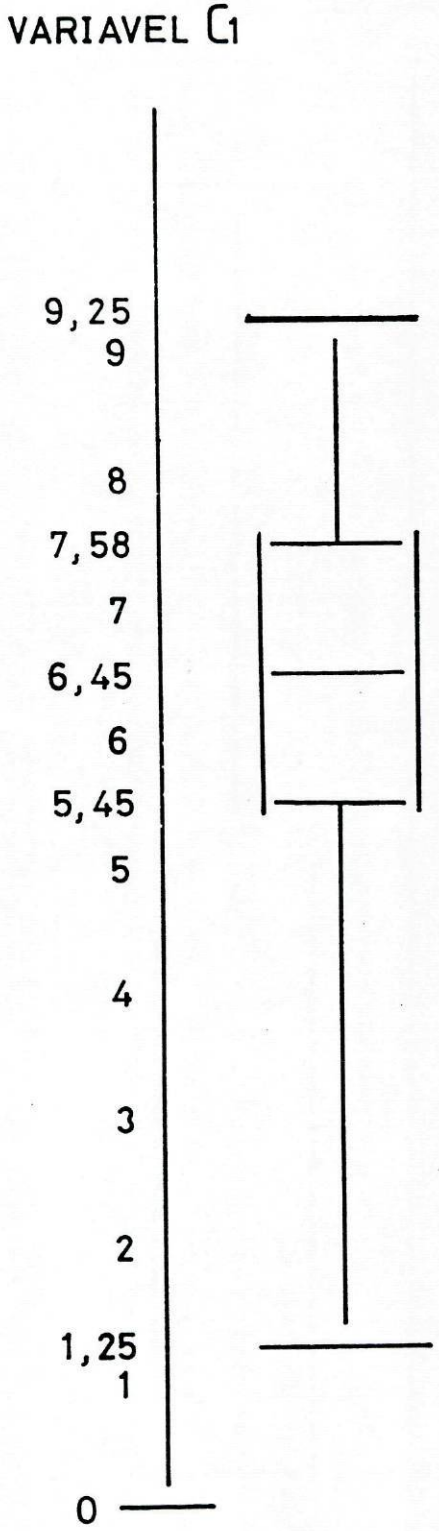
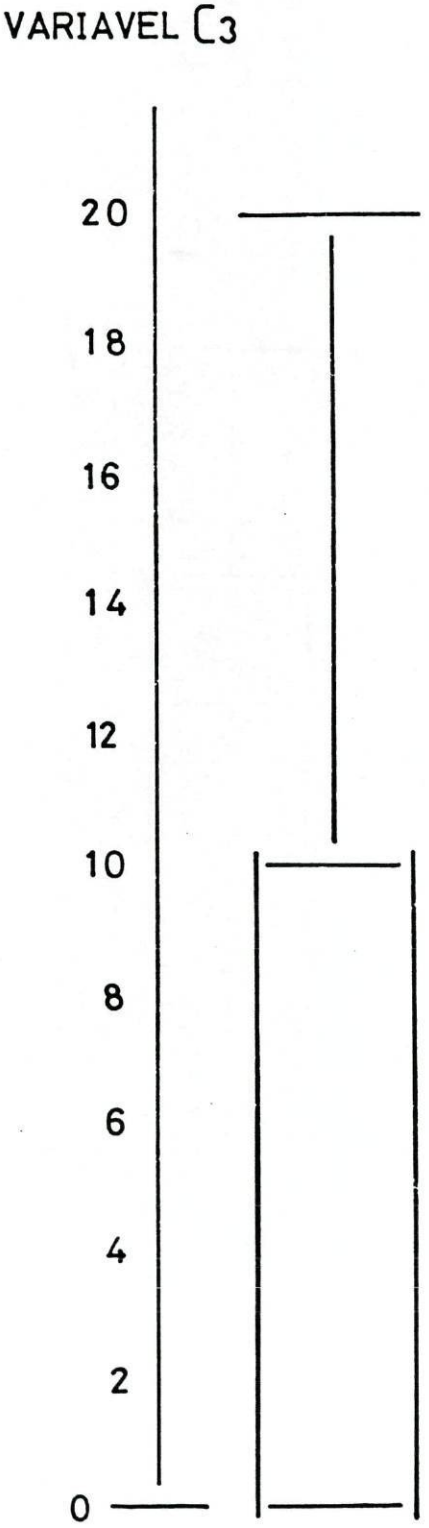


DIAGRAMA EXTREMOS-E-QUARTIS C3



## ANEXO 4 - MEDIDAS DE GOODMAN E KRUSKAL

Goodman e Kruskal propõem medidas que podem ser interpretadas em termos de probabilidade.

Considere-se uma tabela de contingência, de dimensões rxs, de dois atributos, designados por A e B. Admita-se que um indivíduo é escolhido, ao acaso, da população em estudo, e que se pretende predizer a categoria de B a que o referido indivíduo pertence, nas duas situações seguintes:

a) Sem qualquer informação.

b) Conhecendo a categoria de A.

Se as respostas de a) e b) estiverem totalmente não relacionadas, não é possível obter melhores resultados na segunda situação relativamente à primeira. Caso contrário, é de esperar que se obtenham melhorias.

A medida proposta por Goodman e Kruskal nesta situação, designada por b, quantifica essas melhorias como a diminuição relativa da probabilidade de erro na predição da categoria de B de uma situação para a outra. Deste modo, as categorias de B são preditas proporcionalmente aos totais observados para essas mesmas categorias.

$$b = \frac{\sum_{i=1}^{r} \sum_{j=1}^{s} \left[ \left( n\, n_{ij} - n_i\, n_j \right)^2 / n_i \right]}{n \left( n^2 - \sum_{j=1}^{s} n_j{}^2 \right)}$$

onde:

$n_{ij}$ é o número de observações da cela (i,j) da tabela de contingência;

n é o número total de observações, ou seja, é dimensão da amostra

$n_i$ é a soma das observações da i - ésima linha;

nj é a soma das observações da j - ésima coluna;

Se se considerar a situação oposta, trocando as posições de A e B, ou seja, se se estiver na situação em que o interesse reside na predição da categoria de A quando a categoria de B é conhecida, a estatística correspondente é:

$$a = \frac{\sum_{i=1}^{r} \sum_{j=1}^{s} \left[ \left( n\, n_{ij} - n_i\, n_j \right)^2 / n_j \right]}{n \left( n^2 - \sum_{i=1}^{r} n_i \right)}$$

Quando o interesse reside no cálculo de a ou no cálculo de b, diz-se que se tratam de casos de predição óptima assimétrica. No entanto, é frequente considerar como adequada a situação da predição óptima simétrica, em que o interesse reside tanto na predição de de A como na de B. Nesta situação, é-se reconduzido à seguinte medida:

$$ab = \frac{\sum_{i=1}^{r} \sum_{j=1}^{s} \left[ \left( n\, n_{ij} - n_i\, n_j \right)^2 / n_j + \left( n\, n_{ij} - n_i\, n_j \right)^2 / n_i \right]}{n \left( 2n^2 - \sum_{i=1}^{r} n_i - \sum_{j=1}^{s} n_j \right)}$$

Dentro das propriedades destas medidas destacam-se:

(i) Assumem valores no intervalo [0,1];

(ii) São nulas se e somente se o conhecimento da categoria de um dos atributos não auxilia a predição da categoria do outro atributo;

(iii) São nulas quando existe indepêndencia, mas a inversa não é necessariamente verdadeira;

(iv) São iguais a um se e somente se o conhecimento da categoria de um dos atributos permite predizer exactamente a categoria do outro atributo.